

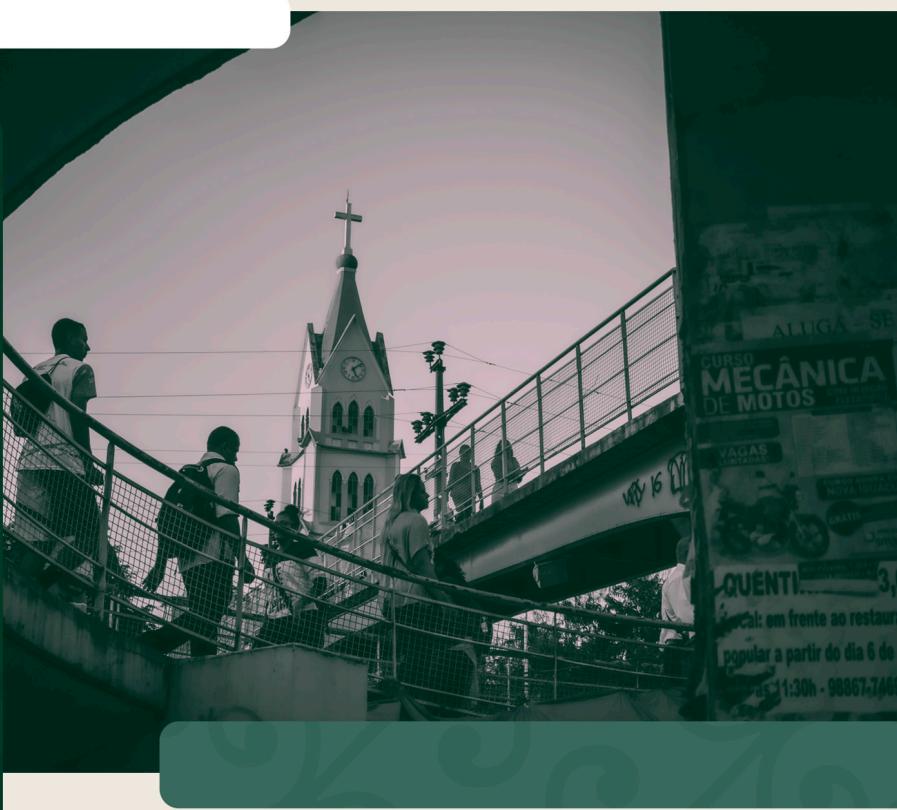


Jean Rodrigues Sales
Lucia Helena Pereira da Silva
Organizadores

A Baixada Fluminense e suas cidades

Vol. 2

Uma contribuição para a pesquisa e o ensino de história da região



A BAIXADA FLUMINENSE E SUAS CIDADES



SÉRIE

Estudos em
**História e
Historiografia
da Educação**

Diretores da série:

Prof. Dr. José Edimar de Souza

(Doutor em Educação pela UNISINOS; Presidente da Associação Nacional de História – Seção Rio Grande do Sul; Vice-presidente da Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação; Membro do Conselho Fiscal da Associação Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-brasileiras. Professor e pesquisador do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul e Programa de Pós-graduação Mestrado Profissional em Gestão Educacional da UNISINOS).

Profa. Dra. Maria Augusta Martiarena de Oliveira

(Doutora em Educação pela UFPel; Coordenadora do Grupo de Trabalho História da Educação da ANPUH/RS. Membro do Conselho Fiscal da Associação Sul-Rio-Grandense de História da Educação. Professora e pesquisadora do IFRS – Campus Osório e do Mestrado Profissional em Educação).

Conselho Editorial e Científico:

Prof. Dr. Alberto Barausse

(Doutor em Educação - Università Cattolica del Sacro Cuore.
Professor e pesquisador da Università degli Studi del Molise - UNIMOL).

Prof. Dr. Cláudio de Sá Machado Jr.

(Doutor em História pela UNISINOS; Coordenador do Grupo de Trabalho em História da Educação da Associação Nacional de História - ANPUH. Professor e pesquisador da UFPR).

Profa. Dra. Dóris Bittencourt de Almeida

(Doutora em Educação pela UFRGS. Professora e pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Educação da UFRGS).

Profa. Dra. Luciane Sgarbi Santos Grazziotin

(Doutora em Educação pela PUCRS. Professora e pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Educação da UNISINOS).

Profa. Dra. Giana Lange do Amaral

(Doutora em Educação pela UFRGS. Professora e pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Educação da UFPel).

A BAIXADA FLUMINENSE E SUAS CIDADES

UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A PESQUISA E
O ENSINO DE HISTÓRIA DA REGIÃO

VOLUME II

Organizadores
Jean Rodrigues Sales
Lucia Helena Pereira da Silva



Diagramação: Marcelo Alves

Capa: Gabrielle do Carmo

Fotografia / Imagem de Capa: Olhar em trânsito” – fotografia de Antonio Dourado
@tonhodourado

Revisão: Alvanisio Damasceno



A Editora Fi segue orientação da política de distribuição e compartilhamento da Creative Commons Atribuição-Compartilhamento 4.0 Internacional https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

- B164 A Baixada Fluminense e suas cidades: uma contribuição para a pesquisa e o ensino de história da região [recurso eletrônico] / Jean Rodrigues Sales e Lucia Helena Pereira da Silva (orgs.). – Cachoeirinha : Fi, 2025.
v. 2 ; 338p.

ISBN 978-65-5272-086-3

DOI 10.22350/9786552720863

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Educação – Ensino – Pesquisa – Baixada Fluminense – Rio de Janeiro. I. Sales, Jean Rodrigues. II. Silva, Lucia Helena Pereira da.

CDU 37.02:930(815.3)

Catalogação na publicação: Mônica Ballejo Canto – CRB 10/1023

SUMÁRIO

Apresentação	7
<i>Jean rodriques Sales</i>	
<i>Lucia Helena Pereira da Silva</i>	
1	15
Magé	
<i>Silene Orlando Ribeiro</i>	
2	77
Guapimirim	
<i>Silene Orlando Ribeiro</i>	
3	121
Itaguaí	
<i>Roberta de Souza Campos</i>	
4	201
Seropédica	
<i>Roberta de Souza Campos</i>	
5	277
Paracambi	
<i>Adriana Maria Ribeiro</i>	
Sobre os autores e autoras	335
Materiais de apoio pedagógico	337

APRESENTAÇÃO

*Jean rodriques Sales
Lucia Helena Pereira da Silva*

Este é o segundo volume do livro *A Baixada Fluminense e suas cidades: uma contribuição para a pesquisa e o ensino de história da região*. No primeiro, além de um capítulo inicial em que se faz uma reflexão sobre a pesquisa e o ensino de história da Baixada Fluminense, apresenta a história dos oito municípios da chamada Baixada Histórica, que são aqueles que surgiram a partir do desmembramento do Grande Iguaçu: Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Nilópolis, São João de Meriti, Belford Roxo, Queimados, Japeri e Mesquita. Neste segundo volume, estão os municípios que, de acordo com a definição oficial do estado, fazem parte da Baixada, mas que se encontram em suas franjas e possuem dinâmicas temporais e históricas próprias, diferentes daqueles da Baixada Histórica. De um lado da região aparece Itaguaí e os territórios que dele surgiram: Seropédica e Paracambi. Do outro lado dessa ampla região, estão Magé e Guapimirim.

A elaboração deste livro surgiu de uma demanda recorrente de professores e professoras do ensino fundamental e médio da Baixada Fluminense. Eles e elas buscavam trabalhar em suas escolas com a temática do ensino da história da região e não encontravam um livro que apresentasse esse conteúdo de forma acessível para ser utilizado em sala de aula. Também é unanimidade entre os especialistas de ensino a importância para a construção do conhecimento histórico das crianças e adolescentes a compreensão da historicidade de seu próprio meio e das relações sociais em que vivem. Em contrapartida, tem sido um desafio para as universidades incorporar a seus currículos os aspectos locais, uma vez que que, tradicionalmente, os cursos de história estão divididos em

grandes áreas, tais como como Teoria da História, História Antiga, Medieval, Moderna, Contemporânea, História do Brasil e, incorporada mais recentemente, História da África. Nessa grade curricular, muito pouco espaço resta para a história regional. Um último elemento que dificulta o ensino da história local é a falta de materiais didáticos para esse fim, na medida em que não sendo objeto de políticas públicas federais, não desperta o interesse das grandes editoras de livros didáticos.

A partir dessa constatação, este livro tem como foco principal contribuir com a capacitação dos professores e estudantes de história e áreas afins para o ensino de história da Baixada Fluminense e assim suprir um elemento fundamental, mas ainda pouco alcançado, que é o ensino da história local na região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro. O livro está inserido em projeto mais amplo apoiado pela Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) através do edital de Apoio à melhoria das escolas da rede pública sediadas no estado do Rio de Janeiro, que contempla a elaboração de materiais didáticos variados para apoiar o trabalho dos professores em sala de aula¹. Além deste livro, entre outros recursos elaborados, estão jogos educativos, podcast, exposições virtuais, videoaulas e bibliografia compartilhada. O conjunto desses recursos pode ser consultado pelos professores no Repositório Institucional e nas redes sociais do Centro de Documentação e Imagem (Cedim), da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).²

¹ Além dos professores que escreveram os capítulos deste livro, agradecemos a todos os alunos que participaram do projeto através do Programa de Iniciação científica da FAPERJ: Carlos Eduardo Santos de Sousa, Diana de Azevedo Braga da Cruz, Isabelle Jesus Dantas de Souza, Lavinia Schuina dos Santos, Lucas Amorim Queiroz, Luís Henrique Fonseca Assumpção, Paolo Aron Vimercati Simas e Tadeu Giovanini Costa Reis.

² Ver os materiais de apoio no Repositório Institucional do CEDIM: <https://rima.ufrrj.br/jspui/handle/20.500.14407/20151>

As opções para a escrita de uma história de uma região ampla e complexa como a Baixada Fluminense são variadas, sendo necessário fazer escolhas. Optamos aqui por escrever a história dos municípios individualmente, uma vez que é a demanda mais evidente por parte dos professores de ensino fundamental e médio. A proposta dos capítulos é traçar uma trajetória dos territórios em que hoje se encontram essas cidades. Evidentemente que os autores estão atentos ao fato de não cometer um anacronismo ingênuo, buscando abordar os municípios quando estes efetivamente não existiam, uma vez que em sua maioria surgiram a partir do século XIX. Dessa forma, em vez encontrar o município apenas através de sua criação institucional, o leitor vai acompanhar a longa trajetória, constituição e transformações desse território no decorrer dos séculos. Ao partir de um período mais amplo, incluímos temas que são amplos e dizem respeito a todos eles, não cabendo em fronteiras institucionais, tais como a presença indígena, a população escravizada, as religiosidades e as lutas políticas e sociais. Uma segunda observação sobre o livro é que entendemos os professores como agentes de construção do conhecimento e que, portanto, a partir da leitura dos capítulos, individualmente ou em seu conjunto, eles possam fazer, juntamente com seus alunos, suas próprias conexões e sínteses sobre a história Baixada Fluminense.

Cada capítulo tem autoria própria e, portanto, expressa as escolhas temáticas, teóricas e metodológicas de cada autor ou autora. Ainda assim, podemos afirmar que está no centro da narrativa e nos argumentos utilizados a busca pelo dissenso e pela desnaturalização das relações sociais estabelecidas historicamente no território, que hoje conhecemos como Baixada Fluminense, desde o período colonial. A proposta foi questionar criticamente os documentos, a historiografia e a memória construída sobre a região. Com isso, buscamos tratar de

temas e atores sociais que nem sempre aparecem nas narrativas existentes, tais como a população indígena, a população escravizada, as lutas políticas e as expressões populares, entre outros. Além disso, também aparecem temas que podem parecer surpreendentes para quem não conhece a região, como a diversidade de produções culturais e seu rico patrimônio natural.

A autoria dos capítulos merece um comentário destacado. Os cinco professores que escreveram os textos aqui reunidos atuam como docentes em escolas da rede pública de ensino da Baixada Fluminense, e estudaram na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), onde obtiveram os títulos de mestre e doutor. Dessa forma, além da capacitação teórica para a escrita dos textos, ficam evidentes na leitura do livro os traços provenientes da experiência docente, como a tentativa de escrever numa linguagem acessível à universidade, mas também comprehensível no chão da escola.

O primeiro capítulo aborda a história do município de Magé, recuperando o protagonismo das populações sambaquieiras e dos indígenas Tupinambás para a constituição daquele território, suas memórias e histórias. Analisa como as guerras de pacificação do século XVI, posteriores aos primeiros contatos luso-indígenas, estão na origem do processo de ocupação da região do Recôncavo da Guanabara e, consequentemente, de Magé. Discute como, entre o século XVI e o século XIX, Magé ascende no contexto colonial em virtude da produção de gêneros agrícolas, destacando-se a produção farinheira, entre outros produtos de subsistência, conferindo-lhe, no século XIX, a denominação de “celeiro da corte”. As chamadas imbricações do rural e do urbano, processo histórico que ocorreu no século XIX também são discutidas, revelando uma especificidade daquele território. A escravidão deixou marcas profundas na sociedade mageense, o que aparece no texto a

partir das análises dos processos históricos que originaram o Quilombo do Feital, o Quilombo de Bongaba e o Quilombo de Maria Conga. A formação do mundo fabril e as lutas pela terra e disputas fundiárias ao longo do século XX são outros assuntos que este capítulo contempla. As resistências dos trabalhadores agrícolas são importantes para uma compreensão do papel dos movimentos sociais e das lutas dos camponeses para a história local e para a história do Rio de Janeiro.

O capítulo seguinte discute o processo de formação do município de Guapimirim dialogando com as histórias ancestrais desse território através de uma reflexão sobre as presenças das populações sambaquieras e das populações tupinambás naquela região. Os processos de produção do espaço urbano colonial relacionam-se aos contatos luso-indígenas, as guerras coloniais que resinificaram o entorno da Baía da Guanabara. Do período colonial até o século XIX, a sociedade guapimiriense esteve alicerçada no sistema escravista e na produção de gêneros agrícolas, como a farinha. Também é discutido no texto como no final do século XIX, a instalação da Companhia Engenho de Diffusão de Guapimirim, primeiro engenho central de Magé para a produção e refino de açúcar e álcool de cana, em 1890, a criação da Fábrica de Fiação e Tecidos Mageense. Terra de contrastes, desigualdades e ecossistemas exuberantes, Guapimirim vivenciou ao longo do século XX lutas em torno da preservação do bioma manguezal. Analisa ainda o processo de criação da APA de Guapimirim durante a ditadura empresarial – militar e as lutas de diferentes atores sociais como pescadores, catadores de caranguejo contra os projetos hegemônicos durante o governo do General João Figueiredo e no tempo presente. No capítulo também é discutido o papel da agricultura familiar para a economia e para as lutas ambientais no município e das

festas religiosas para as sociabilidades e agências de diferentes segmentos da sociedade guapimiriense.

No terceiro capítulo, a história de Itaguaí foi abordada tendo como objetivo principal a formação política-pedagógica dos educadores e educadoras. O texto procura aproximar os leitores de temas negligenciados ou silenciados da história local, tais como: os sambaquis; a história indígena para além da insistente lenda de Quivá e Laiá; a “Estrada Real” Caminho Novo da Piedade; o tráfico negreiro; a hidrografia, condições de saneamento e higiene; a determinação da colonização japonesa; o “atinho” de 1964, o assistencialismo e a propaganda ideológica da ditadura militar; a instalação das indústrias de base mineral e de transformação, bem como a história ambiental. Tais temáticas foram apresentadas pela ótica da história social, da história crítica e da história pública, considerando principalmente os aspectos da produção e reprodução da vida em Itaguaí.

O capítulo quatro aborda a história de Seropédica através de uma perspectiva territorial e faz consideração da região desde períodos remotos até os dias atuais. A opção por essa abordagem de longa duração se dá com o objetivo de fornecer subsídios para o ensino básico. Ao mesmo tempo, a história de Seropédica também aparece relacionada à história de Itaguaí, cidade da qual se emancipou oficialmente em 1995. Ao longo do texto são enfocados temas como: as descobertas arqueológicas recentes, no âmbito da construção do Arco Metropolitano; o território junto ao aldeamento indígena de Itaguaí e à Fazenda de Santa Cruz; a resistência quilombola nas cabeceiras do Rio Guandu (Piraí), que incluía “Seropédica” no “campo negro” quilombola; a Feitoria Imperial de Peri-peri; a história social da Freguesia do Bananal de Itaguaí, bem como uma síntese da Companhia Seropédica; apontamos elementos do pós-abolição; a instalação da antiga Rio-São

Paulo, inaugurada em 1928; o processo de saneamento e loteamento na região; a instalação da UFRRJ, inaugurada em 1947, como também elementos do golpe de 1964 na instituição; conflitos entre a grilagem de terras e a luta pela Reforma Agrária; a emancipação e a situação sócio-econômica-ambiental da cidade.

O último capítulo é sobre Paracambi e traz informações sobre as diferentes fases do território, a exemplo da provável ocupação do lugar por povos indígenas de tradições distintas. Considerada parte do “sertão” da Capitania do Rio de Janeiro, a presença colonial se deu a partir da abertura dos Caminhos do Ouro, no século XVIII, quando surgiram pequenos povoados. No Império, a atual Paracambi integrou o chamado Vale do Café, região marcada pela exploração, em grande escala, do trabalho de pessoas escravizadas, as quais organizaram fugas e quilombos para resistir à escravidão. Dentre os destaques do texto estão: a instalação da Companhia Têxtil Brazil Industrial, em 1871; o cotidiano operário; as lutas pelo acesso à terra, em meados do século XX, e as relações entre o sanatório Dr. Eiras a cidade e a ditadura militar. No decorrer do capítulo, são sugeridas atividades para tratar da história local em sala de aula, como o uso de fontes e a exibição de documentários.

Esperamos que este livro possa ser lido pelo público em geral interessado na temática da história da Baixada Fluminense, por alunos e alunas dos cursos de graduação em história e áreas afins e, principalmente, pelos professores e professoras da rede pública e privada de ensino da região. O propósito, como dito acima, é que os profissionais possam se apropriar dos recursos desenvolvidos no projeto, entre os quais está este livro, para pensar e ensinar criticamente a história dessa complexa região.

1

MAGÉ

Silene Orlando Ribeiro

Foto 9 – Magé



Atribuição: Busto de Maria Conga. Foto: Diana Azevedo.

Apresentação

Os processos e atores históricos aqui elencados fazem parte de escolhas em um amplo repertório de temáticas e abordagens. O que orientou esse repertório? Primeiramente, estabelecer uma narrativa histórica sobre Magé acessível na qual grupos sociais silenciados ou apagados nos manuais escolares e narrativas tradicionais sobre Magé pudessem ser contemplados. Em segundo lugar, refletir sobre as dissonâncias e rupturas e permanências. Na primeira parte do texto, traremos dados gerais sobre o município de Magé de cunho estatístico-geográfico, visando tanto enriquecer futuras aulas como pontuar as especificidades de Magé no contexto da região metropolitana do Rio de Janeiro. Optei por um recorte de longa duração iniciando com a história indígena profunda e os paleoterritórios de Magé, o sambaquieiro e o tupinambá. Em seguida, analiso os contatos luso-indígenas que deram origem ao processo de ocupação da região a partir do século XVI, enfocando posteriormente a montagem da economia que deu origem ao que a historiografia denomina “celeiro da corte”. As chamadas imbricações do rural e do urbano, processo histórico que ocorreu no século XIX, também serão abordadas. Desde o período colonial, o escravismo marcou profundamente a sociedade mageense, quer seja pela presença de considerável percentual de escravizados nas fazendas e no mundo rural de Magé, quer seja pelas lutas e protagonismos negro-africanos que deram origem aos três quilombos que se formaram no território, o quilombo do Feital, o quilombo de Bongaba e o quilombo de Maria Conga. Essa discussão também faz parte do texto.

Fortemente marcada pela produção agrícola desde a colonização portuguesa, a região mageense foi palco de lutas pela terra e disputas fundiárias ao longo do século XX. Recuperamos as narrativas sobre

esses processos históricos, tanto para propiciar reflexões sobre a formação fundiária como também para pontuar a importância dos movimentos sociais e das lutas dos camponeses para a história local e para a história do Rio de Janeiro. As lutas dos trabalhadores das fábricas têxteis de Magé são fundamentais para o entendimento sobre o mundo do trabalho e os desafios dos trabalhadores e trabalhadoras fluminenses na etapa urbano-industrial de Magé. Na última parte do texto, discutiremos os impactos do regime empresarial-militar de 1964, o processo de redemocratização e os desafios do tempo presente naquela municipalidade a partir da trajetória dos territórios quilombolas de Maria Conga, do Feital e de Bongaba.

O município de Magé integra a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro, tem como coordenadas 22°39'10" Latitude Sul e 43°02'26" Longitude Oeste. Sua área territorial é de 390,775 km². E está localizado a 50 km da capital do Estado, a cidade do Rio de Janeiro. Situado entre as vertentes da serra dos Órgãos e as terras da Baixada Fluminense, Magé tem como áreas limítrofes o município de Duque de Caxias a oeste, o município de Guapimirim a leste, o município de Petrópolis a norte e a baía de Guanabara, ao sul. Parte das terras de Magé está situada em região montanhosa e plana, conferindo ao município clima ameno e seco na área serrana e úmido e quente nas regiões de baixada. A vegetação que a caracteriza é a floresta tropical ou o bioma Mata Atlântica e o Manguezal, bastante modificados pelas ações humanas ao longo dos últimos séculos. Tem como prefeito de 2021 à data de produção desse texto Renato Cozzolino Harb.

Segundo o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022), a população de Magé é composta por 228.127 habitantes, sendo 110.374 pessoas do sexo masculino e 117.753 de pessoas do sexo feminino. Possui densidade demográfica de 583,78 habitante por quilômetro

quadrado, sendo o 92º município mais populoso do estado do Rio de Janeiro. Segundo os dados do Censo de 2022, no município de Magé vivem 2.209 pessoas quilombolas (IBGE, 2022, Tabela 9.578) e 212 pessoas indígenas (IBGE, 2022, Tabela 9.718). Em Magé, as populações quilombolas mapeadas foram classificadas quanto à condição do domicílio, “fora do território quilombola” (IBGE, 2022, Tabela 9.578). É importante pontuar que, pela primeira vez, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística realizou o censo de populações quilombolas, explicitando um quadro de silenciamento que acompanha essas populações.

No Censo de 2010, foram registradas 228 pessoas indígenas no município. Ainda que se tenha observado o aumento do percentual de pessoas que se declararam indígenas no Censo de 2022, em Magé o percentual de pessoas indígenas em contexto urbano decresceu em 12 indivíduos. Seu Produto Interno Bruto per capita (PIB) é de R\$4.442.670,60, conferindo a Magé a posição de 27ª economia no ranking estadual. Só constam no IBGE os dados para o Índice de Desenvolvimento Humano da cidade de Magé para o ano de 1991 (0,455 e 64ª posição no ranking estadual), de 2000 (0,573, 67ª posição entre os demais municípios do estados do Rio de Janeiro) e 2010 (0,709, 51ª posição em relação ao demais municípios).

A remuneração média recebida pelos mageenses fica na casa de 1,8 salário mínimo. No município, cerca de 32.003 habitantes, 10,4% da população total, encontram-se empregado. Pouco mais de 38% das famílias recebem cerca de meio salário mínimo para o sustento do domicílio. No que diz respeito ao saneamento básico, 63,2% dos habitantes contam com sistema de esgoto. Ainda que esses números pareçam expressivos, os estudos realizados pelo pesquisador Omar dos Santos Carvalho (2000, p. 37-56) sobre *Biomphalaria glabrata*, *Biomphalaria tenagophila* e *Biomphalaria straminea*, os moluscos

hospedeiros intermediários do *Schistosoma mansoni* no Brasil, um helminto causador da esquistossomose ou barriga d’água, revelam a verdadeira face da questão do saneamento básico em Magé.

Esse pesquisador identificou a presença das três espécies de moluscos hospedeiros do *Schistosoma mansoni* em Magé e em grande parte dos municípios do estado do Rio de Janeiro. A presença desses caramujos, vetores da esquistossomose, é indício de precariedade ou ausência real dos equipamentos de saneamento básico e da contaminação dos corpos de água (rios, cachoeiras, lagunas etc.) e da ocorrência de doenças na população. A Lei n. 11.445, de 5 de janeiro de 2007,³ estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico em nível nacional e determina que os municípios criem suas próprias políticas públicas de saneamento para o recebimento de recursos da União (Instituto Água e Saneamentos). De acordo com o IBGE (2017), Magé não possui ainda um Plano Municipal de Saneamento nem dispõe de Fundo Municipal de Saneamento; seu Conselho Municipal de Saneamento encontra-se em processo de formação. O município apresenta uma complexa formação ecossistêmica bastante importante para a região fluminense, sendo uma área de transição entre a baía de Guanabara e a serra do Mar. Segundo o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (Estado, 2018), há potencial para o ecoturismo e o turismo histórico em Magé.

O território está dividido em seis distritos: Magé, sede e 1º distrito, Santo Aleixo, 2º distrito, Rio do Ouro, 3º distrito, Suruí, 4º distrito, Guia de Pacobaíba, 5º distrito, e Vila Inhomirim, 6º distrito.

³ O texto da Lei n. 11.445, de 5 de janeiro de 2007, pode ser consultado em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2007/lei-11445-5-janeiro-2007-549031-normaactualizada-pl.html>.

Do território sambaquieiro à Vila de Magé no século XIX

As paisagens são impregnadas de passado. São como que “heranças das sucessivas relações entre homem e natureza”, podendo ser vistas tanto como um produto da coevolução das sociedades humanas e do meio natural, quanto a expressão territorial do metabolismo que uma dada sociedade mantém com o sistema natural que a sustenta.

Oliveira (2015, p.278)

“Onde tem conchinha já teve mar.”

Alcimar Mudesta, morador de Magé e pequeno produtor rural

As narrativas arqueológicas sobre o processo de formação do território que deu origem ao município de Magé têm diferentes marcos de ocupação e diferentes atores históricos. Tais evidências arqueológicas mostram que o município de Magé se desenvolveu sobre território sambaquieiro (Gaspar, 2019). Ou seja, entre 6.000 e 5.000 anos antes do presente, populações paleoindígenas viveram no paleoterritório de Magé (Gaspar, 2019). Há alguns pesquisadores que estabelecem presença paleoindígena em torno de 5.000 anos (Seixas, 2023). De acordo com Rita Scheel-Ybert e parceiros (2023), há fortes indícios de que os sambaquieiros foram responsáveis pelo protocultivo de diversas espécies vegetais, manejo de várias árvores e palmeiras da Mata Atlântica, replantio dos tubérculos que eram a base da dieta alimentar e a domesticação de plantas e o desenvolvimento de atividades pesqueiras. Ou seja, atuaram intensamente sobre aquele paleoecossistema. Duque de Caxias, Guapimirim, Niterói e São Gonçalo compartilham essa condição de terem surgido sobre extensa área de ocupação sambaquieira. A história ambiental, um importante campo de pesquisas históricas, vem demonstrando como as áreas florestadas como a Mata Atlântica e o Manguezal, biomas que compõem a cobertura vegetal característica do território de Magé, antes concebidas como

intocadas, sofreram ação antrópica dos grupos sambaquieiros e, posteriormente, das populações tupis-guaranis sendo a flora um artefato social (Magalhães, 2013) decorrente dos milênios de ocupação e utilização das massas florestais por esses atores históricos. Ou seja, tecnologias ancestrais de manejo de florestas, plantio, caça, atividades piscatórias dos grupos pré-históricos e a paisagem socialmente construída pelos sambaquieiros são, junto com os sambaquis, marcos paisagísticos de cunho cultural e simbólico, formas de intervenção dessas populações sambaquieiras que podem ser mensuradas no território ainda hoje.

A configuração do paleonível do mar entre 8.500 anos antes do presente (A. P.) era de 0,5 m abaixo do nível atual. Entre 5.500 e 4.800 anos A. P., o nível marinho chegou a 3 metros acima do nível marinho atual. Isso significa que os sambaquieiros que habitaram o paleoterritório anterior a Magé lidaram com um paleoambiente bastante diverso. Há cerca de 2.500 anos, alterações climáticas provocadas por baixas temperaturas provocaram o recuo do paleonível do mar em cerca de 1,6 metro, afetando as comunidades sambaquieiras e provocando a sua desarticulação. A hipótese mais recente para o desaparecimento das comunidades sambaquieiras é de que as oscilações no nível marinho reduziram as ofertas de proteína vindas dos moluscos, peixes e da disponibilidade de plantas na paleodieta sambaquieira (Cassella, 2023). De acordo com dados do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), existem em Magé cerca de oito sítios arqueológicos que são sambaquis. Muitos deles sofreram destruição por conta da exploração de calcário e material lítico relacionada à urbanização mageense no tempo presente

Por volta de 2.000 anos A. P., levas migratórias de povos indígenas do tronco tupi-guarani vindas da região da Amazônia acessaram a faixa

litorânea povoando a costa de Pindorama, que veio a ser o Brasil, desarticulando as comunidades sambaquieiras já impactadas por questões climáticas. Nesse processo, as populações guaranis ocuparam a região da bacia Paraná-Paraguai e, no litoral, a área que ia de Cananeia, em São Paulo, até a lagoa dos Patos, no Rio Grande do Sul (Fausto, 1992). A faixa litorânea compreendida entre Iguape, São Paulo, até a costa do atual estado do Ceará foi ocupada pelas populações tupis. Populações indígenas de ampla diversidade cultural e linguística também ocuparam porções do litoral. Na região do estuário do Prata, encontravam-se os grupos indígenas charruas. Os goitacás se localizavam da foz do rio Paraíba, no Rio de Janeiro, até a região Norte Fluminense. Entre o norte do Espírito Santo e o sul da Bahia, encontravam-se os aimorés. A região entre o Ceará e o Maranhão era habitada pelas populações indígenas tremembés (Fausto, 1992). No caso específico do paleoterritório de Magé, há o registro de três aldeias no rio Inhomirim, a aldeia das Velhas, a aldeia Paranaguape, ambas de origem tupinambá, e a aldeia Jaguaraé, provavelmente de origem maracajá ou temimininó (Silva, 2015). Constam no acervo do patrimônio arqueológico do Iphan registros do Aldeamento Tupi-Guarani de Barão do Iriri, o Aldeamento Tupi-Guarani do Cemitério, o Aldeamento Tupi-Guarani de Serrana e a Aldeia de Piedade do Iguaçu. Essas evidências arqueológicas reforçam a presença indígena no território. De acordo com Walter Prado (2000), os povos indígenas da etnia temiminó, um subgrupo tupinambá, do tronco tupi, habitavam o território ancestral de Magepe antes da conquista portuguesa.

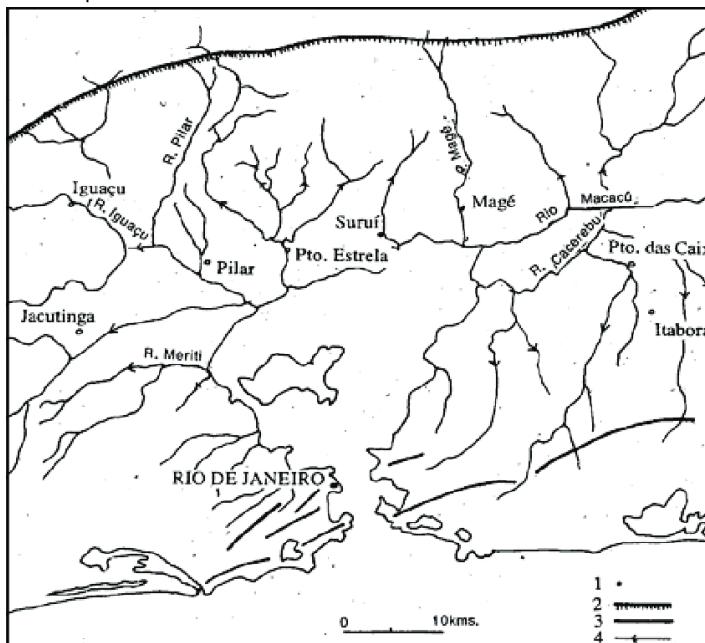
Quando os europeus conquistaram a porção sul-sudeste do litoral da América portuguesa na segunda metade do século XVI, após as guerras de pacificação contra os tamoios e os franceses entre 1555 e 1565, ocorreu a fundação do núcleo colonial de São Sebastião do Rio de

Janeiro. De acordo com Maurício Abreu (2010), 131 cartas de sesmarias foram distribuídas contemplando a elite de nobres portugueses que participaram das guerras coloniais com terras no recôncavo da Guanabara, localizadas ao longo das margem do rio Iguaçu, e posteriormente, nas áreas do fundo da baía de Guanabara, nas margem do rio Inhomirim, seu afluente Saracuruna e na bacia do rio Guapimirim. Em 5 de setembro de 1565, Pedro Namorado, que integrou a frota de Estácio de Sá e lutou na guerra de conquista da Guanabara, recebeu uma concessão de sesmaria em Magé e foi nomeado juiz ordinário da cidade do Rio de Janeiro. Os outros integrantes da “nobreza da terra” que tiveram participação na guerra colonial e subjugação das populações indígenas e receberam terras foram Simão da Mota, Aires Fernandes, Sebastião Rodrigues, Antônio da Fonseca, Inácio de Bulhões e Cristóvão de Barros (Alonso, 1996). A Companhia de Jesus também recebeu terras em Magé, Suruí, por volta de 1568 (Belchior, 1965; Seixas, 2022). Posteriormente, as glebas foram vendidas à Ordem dos Carmelitas. Neste processo de ocupação europeia pela “nobreza da terra” (Abreu, 2010) e pelas ordens religiosas, os rios/corpos hídricos do território de Magé desempenharam importantes funções como caminhos fluviais para o escoamento/abastecimento de mercadorias e circulação de pessoas nas áreas de fronteira e marcos fundiários, e as áreas próximas aos rios funcionaram como zonas de desenvolvimento da economia agropastoril durante os séculos XVI e XVII, situação também observada nas demais bacias hidrográficas do recôncavo da Guanabara na época colonial.

O desenvolvimento da atividade canavieira e farinácea na planície de Magé incrementou a densidade populacional, e no século XVII, com o surgimento da freguesia de Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba, da freguesia de São Nicolau de Suruí, por volta de 1647, e da Freguesia de

Nossa Senhora da Piedade de Magé, em 1696, articularam-se a expansão econômica e o adensamento de núcleos coloniais que ocorreram no recôncavo da Guanabara (Abreu, 2010) seiscentista. Luiz Felipe de Alencastro (2000) destacou que 680 toneladas de farinha de mandioca produzidas no recôncavo da Guanabara eram comercializadas anualmente com Luanda.

Mapa I – Rio de Janeiro e as vias fluviais do recôncavo da Guanabara



Fonte: Bernardes, 1990, apud Silveira, 2012, p.140.

No início do século XVIII, uma correspondência enviada pelos oficiais da Câmara do Rio de Janeiro ao governador das capitâncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, d. Álvaro da Silveira, em 1702,⁴

⁴ Consulta do Conselho Ultramarino acerca da informação do governador do Rio de Janeiro sobre os inconvenientes que oferecia à execução naquela capitania da lei sobre a plantação de mandioca. Lisboa, 7 de setembro de 1703. Carta dos oficiais da Câmara do Rio de Janeiro, dirigida ao governador, na qual ponderaram os prejuízos que causaria aos lavradores daquela capitania a execução da lei sobre a plantação de mandioca. Rio de Janeiro, 6 de novembro de 1702. Alvará expedido por S. M. para a cidade

já destacava a importância da produção de farinha de mandioca (*Manihot esculenta* Crantz) entre os gêneros agrícolas da região do recôncavo da Guanabara. O interessante desse documento histórico é que indica que as plantações de mandioca ocorriam nas regiões que margeavam os rios “Aguassu, Inhomirim, Morobahy, Magé, Sernambitiba, Guapehy, Suruí e Macacu”. Cinco dos rios mencionados na carta de 1702 atravessam a região de Magé, reforçando a importância da rede fluvial e dos corpos hídricos tanto para a atividade agrícola como para a navegação, circulação de pessoas e o escoamento de mercadorias.

No século XVIII, com a descoberta de ouro na região das Minas Gerais, há um processo de ampliação da importância do Rio de Janeiro nas dinâmicas econômicas e de poder no mundo colonial por conta das vias de acesso à região aurífera que cruzaram a região fluminense, os denominados “Caminhos do Ouro”. O território de Magé foi inserido nas rotas auríferas por conta da trilha aberta por Bernardo Soares de Proença. Sargento-mor, proprietário de terras e escravos em Suruí e membro da elite local, Proença construiu uma variante que encurtava em quatro dias a rota criada por Garcia Paes. O Caminho de Inhomirim ou Caminho do Proença cruzava as suas terras, no vale do Itamarati, indo até o porto da Estela no fundo da baía da Guanabara e “trouxe notável comércio entre Minas Gerais e a Corte” (Torres, 2008, p. 43). O Caminho Velho ou Caminho dos Guanases, aberto em 1695, saindo de Paraty até Minas Gerais, apresentou problemas como a distância e a incursão de piratas e corsários (Novaes, 2008, p. 61). Sendo assim, o Caminho Novo, começou a ser aberto,

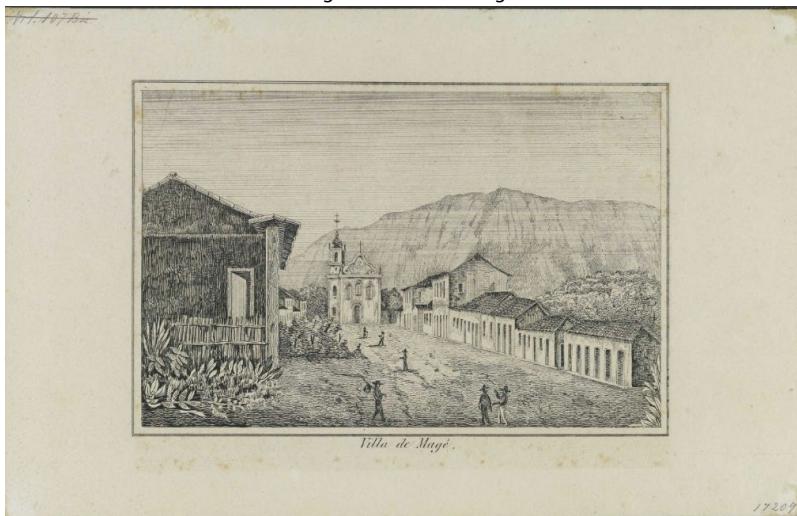
da Bahia e ampliado para a cidade do Rio de Janeiro segundo o qual todo lavrador de cana que tiver menos de 6 peças se ocupe na lavoura de mandioca (AHU, cx. 13, doc. 2673), apud DEMETRIO, Denise. Família escrava em Jacutinga, 1686-1721. In: Soares, Mariza de Carvalho; Bezerra, Nielson Rosa (orgs.). *Escravidão africana no recôncavo da Guanabara (séculos XIII-XIX)*. Niterói: Editora da UFF, 2011, p. 34.

em 1698, por Garcia Paes Leme, filho de Fernão Dias Paes, também predador de indígenas como o pai, sendo concluído em 1704. Mais curto e mais eficiente, o Caminho de Inhomirim demandou também a construção de um sistema agrário que atendesse os viajantes e as demandas de víveres para o Rio de Janeiro e a região mineradora. A elevação da localidade de Magé à categoria de vila em 9 de junho 1789 foi um indício do crescimento econômico e da prosperidade obtida (Ribeiro, 2016, p. 30) por conta da montagem de uma estrutura que articulava atividades de cunho mercantil, agrário e escravista.

Em seus estudos sobre a escravidão no recôncavo da Guanabara, Nielson Rosa Bezerra identificou transações comerciais envolvendo a farinha de mandioca produzida em Magé nas dinâmicas do comércio atlântico (Bezerra, 2010, p. 30) nos portos Benguela, Calabar e Bonny. Isso evidencia também a importância da produção farinheira na aquisição de mão de obra para a montagem da economia escravista mageense.

Na primeira metade do século XIX, a vila de Magé destacou-se no contexto da cidade do Rio Janeiro através da produção de gêneros agrícolas como farinha, café, arroz descascado (Araújo, 1945, p.70, 138 e 205; SILVA, 2018). De acordo com Antônio Silva (2018, p. 35), a farinha de mandioca produzida nas freguesias de Magé e Suruí fazia parte da cultura alimentar da população carioca. Esse pesquisador anotou que instituições como a Casa de Correção da Corte, a Alfândega da Corte e a Escola Militar adquiriam alqueires da farinha produzida em Magé. Também observou que o fornecimento da farinha de mandioca produzida em Magé permaneceu no período republicano. A compra da produção farinheira mageense continuou sendo observada e citada nos editais de compra de mantimentos e víveres “da Escola Preparatória de Realengo (1902), Militar do Estado (1910) e do Hospital Central do Exército”.

Imagen 1 – Villa de Magé



VILLA de Magé. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], [1845-1846]. 1 grav., litogravura, p&b, 17,2 x 26,8 cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1424740/icon1424740.jpg.

Da formação da indústria fabril mageense à luta pela terra (1950-1964)

Na primeira metade do século XIX, o “celeiro da corte” atraiu a indústria têxtil por conta do potencial hídrico das bacias hidrográficas de Magé. Utilizados como caminhos fluviais, cujas margens ancilares serviram para atividades agrícolas desde o século XVI, os rios adquiriram novo significado no processo de formação da indústria e do operariado em Magé, especificamente em Santo Aleixo. De acordo com o historiador Felipe Ribeiro, a Fábrica Nacional de Santo Aleixo, construída entre 1847 e 1848, por uma companhia norte-americana, “foi pioneira no gênero” por uma série de questões. Começou sua trajetória com mão de obra livre, em um universo escravista como o mageense, e capital privado. Segundo o relatório apresentado ao exmo. vice-presidente da Província do Rio de Janeiro em 5 de maio de 1851, 115 operários constituíam a força de trabalho da fábrica e a grande maioria era menor de idade, sendo 71 do

sexo masculino e 44 do sexo feminino. Quanto às nacionalidades, era bastante heterogêneo: 83 alemães, 17 brasileiros, 6 portugueses, 5 italianos, 2 ingleses e 2 americanos (Ribeiro, 2016, p. 34).

Em concomitância ao processo de estabelecimento da indústria têxtil em Magé, na segunda metade do século XIX, ocorreu a implantação das ferroviárias de Guia de Pacobaíba e a Estada D. Pedro II. As ferrovias facilitaram o acesso da produção cafeeira ao porto do Rio de Janeiro. Tidas como símbolos da industrialização e da modernidade, seus impactos ambientais, econômicos e sociais foram grandes. Realizadas sem planejamento e estudos geológicos, fisiográficos ou hidrográficos, as estradas férreas geraram enchentes. Também promoveram o abandono dos caminhos fluviais que, deixando de ser dragados e limpos periodicamente, transformaram-se em focos de febres no recôncavo da Guanabara.

É importante pontuar que problemas como febres intermitentes seriam observados em Magé ao longo do século XIX e no século XX. Entre 1828 e 1834, a “Febre de Macacu”, que assolou a vila de Santo Antônio de Sá e implicou a transferência da sua sede e posterior de população, espalhou-se para “Magé, Guapimirim, porto da Estrela, Inhomirim, Iguaçu e Irajá” (Marcílio, 1993, p. 63; De Cristo, 2018, p.72) acarretando inúmeros problemas sanitários, sociais e econômicos para o recôncavo da Guanabara. Kaori Kodama (2011) analisou os efeitos dessas febres na mortalidade da população de escravizados no Rio de Janeiro. A crise econômica observada em Magé, a partir da segunda metade do século XIX, pode também estar relacionada a questões sanitárias. Apesar dos reflexos da crise na produção agrícola mageense, a indústria têxtil continuou crescendo. Em fins do século XIX, outras fábricas haviam se instalado em Magé: o município já reunia quatro estabelecimentos têxteis: as fábricas Santo Aleixo (1848), Pau Grande (1878), Andorinhas

(1890) e Mageense (1891). As pesquisas do historiador Felipe Ribeiro demonstraram como o potencial hídrico de Magé foi fundamental para o processo de formação de uma indústria têxtil que esteve atuante até a década de 1970 do século XX. Na articulação entre o rural e o urbano, processo observado em Magé por Ribeiro, o protagonismo do operariado têxtil foi um importante aspecto da formação sócio-histórica de Magé.

No entanto, na virada do século XIX para o XX, com o início do governo republicano ocorreu a intensificação dos problemas sociais e disputas políticas que originaram a explosão de movimentos sociais e revoltas militares nas áreas urbanas e rurais do país. A indústria têxtil mageense foi atingida em seu crescimento diretamente pelos impactos da Segunda Revolta da Armada em Magé, episódio conhecido como “Os horrores de Magé”.

Na primeira Revolta da Armada, entre os meses de novembro de 1891 e março de 1892, segmentos da Marinha protagonizaram um conflito com o então chefe do executivo, o Marechal Deodoro da Fonseca, por conta das crises econômicas decorrentes do encilhamento, política econômica de Rui Barbosa e da tentativa de fechamento do Congresso Nacional, processos que geraram a renúncia de Deodoro. A Segunda Revolta da Armada ocorreu entre setembro de 1893 e março de 1894, em virtude da sucessão presidencial. O marechal Floriano Peixoto, vice-presidente, assumiu o governo e não convocou novas eleições como previa o artigo nº 42 da Constituição.

Os almirantes Custódio de Melo e Luís Felipe Saldanha da Gama, representando setores da Marinha descontentes com o governo republicano, iniciaram uma revolta que colocou expressivo contingente militar na Capital Federal, nas cercanias da Guanabara, em confronto com os poderes da República. Parte das tropas dos marinheiros

revoltosos estiveram aquarteladas em Magé. O envio de 1.200 soldados das tropas legalistas para Magé, sob o comando do coronel Manoel Godolfim, deu início a uma série de estupros, degolas, destruição do patrimônio público e privado, saques e a fuga de parte da população para áreas vizinhas tentando escapar às violências perpetradas pelos representantes do Estado republicano.

Há hipóteses explicativas para os níveis de violência que as tropas legalistas praticaram contra a população de Magé. Uma delas é de que o estado de exceção seria a principal técnica de governo (Gomes; Matos, 2017, p. 1763-1764), posta em prática pelas elites políticas durante a Primeira República. O Estado republicano colocou em cena “o policiamento como rotina” (Bretas, 2013, p. 170), e a violência política tornou-se um desdobramento desse processo. Com o fim da revolta, a Companhia de Fiação e Tecidos Andorinhas tentou obter abatimento de 60% nas taxas de suas “máquinas, ferragens e materiais importados” por conta dos estragos produzidos pelas balas desferidas nos confrontos que envolveram os revoltosos e as tropas legalistas. Há uma decisão datada de 14 de agosto de 1894 em que o Ministério dos Negócios da Fazenda nega a redução dos impostos por conta dos danos produzidos pela Revolta da Armada nos depósitos da Fábrica Andorinhas localizados na ilha do Vianna, Niterói (Coleção das Leis do Brasil, Ministério da Fazenda, 14 de agosto de 1895, p. 91), cuja matéria-prima destinava-se a Magé. É provável que essa situação tenha sido vivenciada pelas demais fábricas têxteis mageenses. Há ainda hoje no imaginário popular e na cultura local da população de Magé inúmeros elementos que fazem referência às violações de direitos humanos, opressões, estupros e execuções que estiveram presentes nos “Horrores de Magé”.

De acordo com o Recenseamento de 1900, publicado em 1905, o município de Magé contava com uma população de 16.050 pessoas, sendo

8.325 do sexo masculino e 7.725 do sexo feminino (Directoria, 1905). No início do século XX, o Rio de Janeiro, a Capital Federal do Brasil, estava às voltas com problemas sanitários que já preocupavam desde o século XIX. A profusão de febres e a insalubridade da capital da República geraram inúmeros debates e a busca por soluções. No caso da Baixada Fluminense, a situação também era alarmante. A transferência da sede do município de Iguaçu, ocorrida em 1891 por conta de um surto de varíola (Silva, 2020), exemplifica bem o impacto das questões de saúde pública na Baixada da Guanabara durante a Primeira República (1889-1930).

De acordo com Felipe Ribeiro (2009), ocorreram em Magé surtos de varíola nos anos de 1908, 1911 e 1913. No grande surto de varíola de 1913, o primeiro caso de infecção foi relatado em 21 de janeiro (Silva, 2020) e gerou inúmeros esforços dos poderes locais, representados pelo dr. Eduardo Portella, presidente da Câmara dos Vereadores e delegado da Higiene de Magé, para conter as contaminações e seus efeitos sobre as atividades econômicas, principalmente sobre as fábricas de tecido. Segundo o relatório produzido pelo dr. Portella (1913, p. 26-27) para a Inspetoria Geral de Higiene do Estado do Rio de Janeiro, foram vitimadas 48 pessoas e receberam a vacina contra varíola 2.000 pessoas nos distritos de Magé e Santo Aleixo.

É nesse contexto que Nilo Peçanha, recém-eleito presidente e que já havia iniciado um projeto de ampliação de poder sobre a Baixada Fluminense, baseado na revitalização do potencial agrícola da região (Souto, 2016), propôs em 30 de dezembro de 1909 a criação da Comissão Federal de Saneamento da Baixada Fluminense e Desobstrução dos Rios que Desaguam na Baía da Guanabara (1910-1916). Em Magé, sob a gestão da firma teuto-holandesa Grubueder Goedhart A. G., foram retificados os rios Inhomirim, Suruí, Estrela, Guapi-Magé e Macacu. De acordo com Simone Fadel (2006), a tentativa de saneamento da Baixada Fluminense

e a retificação dos rios ampliaram o processo de degradação ambiental já em curso por conta da agricultura, da construção das ferrovias e estradas de rodagem.

É interessante destacar que no relatório anual sobre a Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense, escrito em 1913 pelo engenheiro Fabio Hostílio de Moraes Rego para o Ministério da Viação e Obras Públicas, consta a observação de que a Companhia Mageense aproveitara o bloqueio no rio Magé e a formação de uma barragem natural para fazer usos particulares da água nas atividades da produção têxtil da fábrica ali localizada, tentando inclusive controlar o processo de saneamento em Magé para continuar usufruindo da água a despeito dos problemas sanitários, enchentes e questões ambientais que a obstrução estava causando (Ministério da Viação e Obras Públicas, 1913, apud Fadel, 2006, p. 183).

Estudando os impactos das doenças entre populações pardas e pretas na região metropolitana do Rio de Janeiro no pós-abolição, Carlos Eduardo Costa Coutinho apurou que, por volta de 1914, há um aumento significativo nos mortalidade neonatal entre toda a população na região da Baixada Fluminense (Coutinho, 2023). E pontua que, “para além do falecimento de recém-nascidos, nada parece ter matado mais na Baixada Fluminense do que as doenças infectocontagiosas” (Coutinho, 2023, p. 223). Em certa medida, as áreas alagadiças e a insalubridade que eram vetores de doenças de Magé tiveram contribuição das ações Companhia Mageense.

Em 1918, a *influenza*, também chamada Gripe Espanhola, gripe pneumônica ou febre pneumônica, também apelidada de “La Dansarina”, chegou a Magé. Nos dias 7 e 8 de outubro de 1918 foram diagnosticados casos em Niterói e entre os 88 militares integrantes do grupamento naval brasileiro que chegaram ali em 23 de setembro,

retornando de Dakar, cidade assolada pela gripe, para onde tinham ido apoiar os Aliados nas incursões ao Atlântico Sul durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). A disseminação da doença no Brasil foi atribuída ao navio inglês *Demerara* e outras embarcações inglesas que aportaram no Nordeste do país. A doença vitimou entre 40 e 100 milhões de pessoas no mundo, Na capital federal, o Rio de Janeiro, na primeira quinzena de outubro de 1918 foram registrados 14.349 óbitos por *influenza* (Schatzmayr; Cabral, 2012). Nesse mesmo período, uma greve política mobilizou trabalhadores no Rio de Janeiro (Ribeiro, 2012). Sob a chamada “Distúrbios em Magé”, a edição do *Jornal do Brasil* do dia 22 de novembro o de 1918 tratou o ocorrido minimizando a mobilização operária e dando a falsa impressão de serem apenas depredações sem conotação de classe ou demandas dos trabalhadores. É importante pontuar que, em face de uma situação sanitária trágica e desfavorável, a “Greve do Pano” evidencia a mobilização da classe trabalhadora no Rio de Janeiro e suas lutas desde a primeira década do século XX.

Mesmo com esse quadro sanitário conturbado, as fábricas de tecido de Magé continuaram atraindo migrantes. Em meados da década de 1920, o indígena fulniô Amaro dos Santos, natural de Quebrângulo, Alagoas, chegou ao Rio de Janeiro. É provável que nos anos 1925, 1926, tenha ido viver em Raiz da Serra, Magé, com sua esposa, migrando em função dos processos de desterritorialização que envolviam os fulniôs e as dificuldades para encontrar terra, moradia e trabalho. Em 1933, nasceu seu filho, Manoel Francisco dos Santos, o Mané Garrincha, trabalhador têxtil na América Fabril, jogador do Pau Grande Futebol Clube, agremiação esportiva pertencente à companhia, que atuou mais tarde pelo Botafogo, alcançando notoriedade (Castro, 2018; Queiroz, 1995).

Na década de 1930, o município de Magé vivenciou a consolidação do setor industrial. A indústria têxtil mageense teve uma centralidade nesse

processo. O início do governo de Getúlio Dorneles Vargas (1930-1945) marca uma mudança no tratamento às lutas operárias que começam a ser abordadas como “questão social” (Ribeiro, 2021, p. 45). Alexandre Fortes pontua que é nesse período que se observa no Brasil o estabelecimento de um “sistema corporativista de relação de trabalho” (2007, p. 66). O ordenamento, o controle e a sujeição das organizações sindicais à engrenagem estatal por meio de instrumentos jurídicos e coercitivos tem como marcos a criação do Ministério do Trabalho, a Lei Sindical de 1931 ou “Lei da Sindicalização” e a legislação trabalhista de 1934. A Associação dos Operários da América Fabril e a Aliança Operária de Magé, Andorinhas e Pau Grande foram algumas das agremiações operárias que despontaram no município na década de 1930 (Ribeiro, 2012).

Segundo a pesquisadora Angela Araújo, o corporativismo sindical que se estabeleceu no Brasil no período varguista apresentou aspectos positivos, como o acesso a direitos e o cumprimento de reivindicações da classes trabalhadoras (2002). No caso de Magé, o historiador Felipe Ribeiro ressalta que, no “momento em que as reivindicações dos trabalhadores passaram a ser encaradas como uma questão social, o movimento social fortaleceu-se sobremaneira, pois na medida em que essa prática de negociação junto ao patronato tornou-se constante, os próprios trabalhadores foram compreendendo, paulatinamente, a arte da política e conquistando sua cidadania” (Ribeiro, 2021, p. 46).

Em agosto de 1934, os efeitos da Grande Depressão e das leis sociais implementadas pós-Revolução de 1930 contribuíram para a falência da Companhia Mageense (Mello, 2011; Ribeiro, 2012). No final de 1933, diante da possibilidade de encerrar suas atividades, a Companhia Mageense apresentou a proposta de redução de 10% dos salários dos operários para reverter o quadro de crise. Acabou por prorrogar a situação por mais seis meses, gerando protestos e a articulação dos

operários. O prefeito de Magé, Gilberto Huet de Bacellar, mediou negociações entre o patronato da Mageense e os operários, com o apoio da Inspetoria Regional do Trabalho. Os dissídios trabalhistas e o fechamento da fábrica Mageense estimularam as observações feitas por Huet de Bacellar no texto do relatório enviado ao interventor do estado do Rio, o comandante Ary Parreiras, da necessidade de retomar o projeto agrícola para a região de Magé, dando continuidade ao projeto imperial e republicano de alavancar a economia fluminense através da agricultura, em face de possíveis sinais de retração apresentados pela indústria têxtil naquele momento (Mello, 2011). Um aspecto importante desses embates entre projetos econômicos é o evidente protagonismo do operariado têxtil na utilização da legislação varguista para obter ganhos e consolidar projetos de futuro.

Em 1º de fevereiro de 1935, menos de um mês após a falência da Companhia Mageense, foi inaugurado em Magé o Centro Telefônico pela Companhia Telefônica Brasileira do Estado do Rio de Janeiro. O anúncio publicado no jornal *Sino Azul*, de 17 de abril de 1935, classificava o município como “cidade industrial”. A despeito das intenções dos poderes locais em promover a retomada agrícola, o texto da reportagem enfatizava que “localidades florescentes” estavam recebendo o serviço para estabelecer uma rede de comunicação entre elas. Ou seja, o serviço de telefonia fazia parte da formação de uma infraestrutura condizente com as dinâmicas do capital industrial. As décadas de 1930 e de 1940 foram marcadas pela organização sindical dos trabalhadores mageenses, processos que indicavam o protagonismo desses operários locais, o seu amadurecimento decorrente do capital político acumulado e a compreensão das entidades sindicais como sistema de reivindicação e obtenção de direitos trabalhistas. Data de 1935 a fundação do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Fiação e Tecelagem do distrito de

Inhomirim, em Pau Grande. Em 1939, Associação Profissional dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Magé, Santo Aleixo e Andorinhas foi criada, sendo posteriormente, embrião do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Santo Aleixo e Magé, criado em 1941.

Da década de 1940 até 1964, há o fortalecimento das entidades sindicais e do movimento de trabalhadores em Magé, e consequentemente das tensões e conflitos. A complexidade da atuação das organizações sindicais nesse período pode ser articulada ao novo repertório político e à aproximação com o Partido Comunista Brasileiro por intermédio do médico sanitarista Irun Sant’Anna, nomeado em 1940 para atuar em Magé no Serviço Nacional da Malária, no combate à doença que gerou 16.388 casos entre 1942 e 1947, afetando inclusive o crescimento demográfico da cidade (Ribeiro, 2012).

Durante o Estado Novo de Vargas, o Partido Comunista Brasileiro sofreu pressões e perseguições. Com o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e a insustentabilidade de governo totalitário, a sociedade brasileira vivenciou um processo de democratização. A promulgação do Ato Institucional nº 9, de 28 de fevereiro de 1945, estabeleceu o prazo de 90 dias para que ocorressem as eleições presidenciais. Nesse período, a nova configuração político-partidária brasileira fomenta o surgimento da União Democrática Nacional (UDN), do Partido Social Democrático (PSD) e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). De acordo com Gilberto Calil (2010), no pleito eleitoral de 1945, o PSD e a UDN obtiveram 82% dos votos. Ligado ao sindicalismo corporativista do Estado Novo (Carvalho, 2007), o PTB alcançou a terceira posição sendo seguido pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), o quarto partido em importância no contexto de redemocratização da sociedade brasileira. Felipe Ribeiro destaca que nas eleições de 1947 o Partido Comunista “cresceu de modo estrondoso” (2012,

p. 71), ocorrendo, inclusive, o apoio das agremiações carnavalescas do Rio de Janeiro ao PCB (Gawryszewski, 2011). Em Magé, após o cancelamento do PCB, perpetrado em 7 de maio de 1947 pelo Tribunal Superior Eleitoral (Abreu, 2010), as candidaturas dos comunistas para a Câmara Municipal ocorreram sob o “abrigo” do PTB. Dos quatro candidatos que venceram o pleito, três tinham origem operária, Feliciano Costa, por Pau Grande, Aleixo José Muniz e Agenor dos Santos, irmão da liderança dos tecelões Astério dos Santos, por Santo Aleixo, e o quarto vereador eleito foi o médico sanitarista Irun Sant’Anna.

No pleito estadual de janeiro de 1947, em Magé, o Partido Comunista Brasileiro recebeu 1.233 votos e o PDS (Partido Social Democrático) contabilizou 1.522 votos, sendo o PCB o segundo partido mais votado no município (Ribeiro, 2011). Por conta desse resultado, o bairro de Pau Grande recebeu apelido de “Moscouzinho”, enquanto os bairros de Santo Aleixo e Andorinhas foram apelidados de “Stalingrado” (Ribeiro, 2012). Um aspecto importante do crescimento do PCB em Magé foi a criação da Liga Feminina em 1946, formada pelas militantes Marcelina Natal, Romilda Ceniro Santana, Maria Natal, Luzia Aquino Santana, Pia dos Santos, Maria Teixeira, Edna Nunes e Clarides Soares Gomes, que a presidiu. Além de debater questões trabalhistas e do cotidiano das operárias e demandas locais por saneamento básico e obras de pavimentação, elas fizeram uma intensa campanha em outubro de 1946 contra a “carestia e a fome”. Entre 1948 e 1949, um longo processo de perseguição culminou com a cassação dos vereadores comunistas de Magé. No entanto, até 1964 diversos vereadores comunistas foram eleitos em Magé utilizando outras legendas partidárias.

Em 1946 havia quatro unidades fabris no município de Magé,⁵ a Andorinhas, a Santo Aleixo, a Pau Grande e a Mageense, que, juntas, empregavam 5.052 pessoas, sendo o maior contingente de operários têxteis na região fluminense. Ou seja, tratava-se de uma cidade industrial, operária e com organizações sindicais cujas características, impressas pelas sociabilidades, lutas operárias, movimentos grevistas travadas no território, muitas vezes extrapolaram a escala local. Um bom exemplo da atuação grevista mageense foi a campanha pelo “abono de Natal” da década de 1940, reivindicação que chegou ao fim com a aprovação da 4.090 ou Lei do Décimo Terceiro Salário, sancionada em 13 de julho de 1962, de autoria do deputado federal Aarão Steinbruch (Partido Trabalhista Brasileiro/RJ), que atuou como advogado do Sindicato de Santo Aleixo na década de 1950 (Ribeiro, 2012). Na década de 1950, nas eleições de 3 de outubro, a estratégia de abrigar-se em outras legendas partidárias continuou a ser adotada. José Aquino Santana e Petronilho Alves, eleitos vereadores para a Câmara Municipal de Magé, concorreram pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN). Assumiu como suplente de Petronilho Alves a operária Ilza Gouvêa, tecelã da Fábrica Andorinhas, cuja família possuía vínculos com a Aliança Operária (Ribeiro, 2011). Podemos afirmar que reivindicações importantes dos operários têxteis de Magé fortaleceram a luta do movimento operário em escala local e nacional.

A produção de gêneros agrícolas, umas das marcas da economia mageense no período imperial, enfrentou um processo de decadência no século XX. Nas décadas de 1910, 1930 e 1940, emergiram projetos de revitalização agrícola em Magé que não foram bem-sucedidos. Na

⁵ Há uma controvérsia quanto ao número de fábricas em Magé na década de 1940. Algumas publicações mencionam cinco fábricas e outras quatro, por conta da localização da unidade da Cometa, em Meio da Serra, na divisa com Petrópolis, fator que gerou disputas fiscais e territoriais sobre aquela unidade fabril.

década de 1950, o investimento na agricultura ganha novos ares com a construção, em 1956, da Estrada Santo Aleixo-Piabetá, pela possibilidade de garantir escoamento da produção de gêneros agrícolas, a modernização do município e a valorização das propriedades fundiárias que margeavam a estrada e os loteamentos das áreas circunvizinhas. Nesse mesmo período, o cenário marcado pela organização dos trabalhadores têxteis, pela eleição de Astério dos Santos para a presidência do sindicato dessa categoria e pela politização do movimento por conta da atuação do PCB e dos sindicatos em Andorinhas, Santo Aleixo e Pau Grande, tornou-se cada vez mais complexo. Nessa fase, observaram-se também sinais de crise no setor têxtil mageense. Em 1956 ocorreu a fundação da Associação dos Lavradores de Magé, órgão com um projeto oposto e diferenciado da Associação Rural de Magé, criada pelo prefeito Waldemar Lima Teixeira (PSD), em 1951 (Ribeiro, 2015, p. 23).

Em seu estudo sobre os conflitos agrários na Baixada Fluminense, Luciana Andrade (2018) identificou duas etapas na organização das lutas dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. A primeira fase compreenderia o período entre 1948 e 1961, momento de estruturação das lutas, criação e organização das instituições rurais. Em uma entrevista concedida ao pesquisador Luiz Flávio Costa, datada de 1994, Lyndolpho Silva, militante do Partido Comunista, secretário da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil – Ultab, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag e articulador das lutas de trabalhadoras e trabalhadores rurais no sertão carioca, mencionou que o “trabalho de organização dos trabalhadores do campo, aqui em nosso país, iniciou-se aí por volta de 1945 por decisão do Partido Comunista (Andrade, 2018, p. 15)”. Estudos acadêmicos identificaram a mediação do Partido Comunista nas lutas rurais na Baixada Fluminense

e em Magé. No contexto do território fluminense, surgem a Sociedade de Posseiros e Lavradores de Pedra Lisa, Nova Iguaçu, a criada em 1948, a Associação dos Lavradores Fluminenses, de Duque de Caxias, fundada em 1949, e a Associação dos Lavradores do Município de Magé, criada em 1956, no bairro Meia-Noite, Vila Inhomirim.

Em um contexto mais amplo, foi fundada em 21 de setembro de 1954 a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil – Ultab, processo que ocorreu por ocasião da II Conferência Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, na cidade de São Paulo (Santos, 2016), com o apoio do Partido Comunista. Em Pernambuco, Nordeste do país, as lutas dos trabalhadores rurais estavam em curso desde 1945, fomentando a partir de 1954 o surgimento das Ligas Camponesas (Fernandes, 2000; Gasporotto; Teló, 2021). Em 1959, nos dias 28 e 30 de agosto, em Niterói, capital do estado do Rio de Janeiro naquele período, aconteceu a I Conferência dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Rio de Janeiro, cujos debates e articulações originaram a Federação das Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado do Rio de Janeiro (Falerj), entidade que teve como primeiro presidente Manoel Ferreira de Lima, importante liderança política e sindical de Magé (Andrade, 2018). A segunda fase das lutas agrárias desenvolveu-se entre 1961 e 1964. Neste período, ocorreu a convocação, em 22 de maio de 1961, para o I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, realizado no início de outubro de 1961, em Belo Horizonte, Minas Gerais. As tensões aumentaram e os órgãos de imprensa noticiaram o aumento dos conflitos no campo.

A Associação Rural de Magé foi transformada em Sindicato dos Trabalhadores Rurais, em 25 de novembro de 1962 (Teixeira, 2015, p.173). Constam no Ministério do Trabalho dois documentos de inscrição para o Sindicato de Trabalhadores de Magé, revelando que a entidade foi alvo

de disputas possivelmente ancoradas em dois projetos políticos, o do grupo de Manoel Ferreira de Lima, liderança rural com histórico de atuação no sindicato de trabalhadores têxteis de Magé, eleito vereador e com vínculos com o Partido Comunista, e o do grupo de Natalício Tenório Cavalcanti, jornalista, advogado, dono do jornal *Luta Democrática*, deputado federal pelo Partido Social Trabalhista, (Ribeiro, 2015; Teixeira, 2011), que também atuou apoiando lavradores nos conflitos na Fazenda Alice, em Itaguaí, na Fazenda São Lourenço, em Duque de Caxias, e junto aos lavradores de Magé, no caso da gleba da América Fabril e na Fazenda Conceição de Suruí.

Da luta pela terra em Magé nos anos 1950 até o processo de redemocratização

Em fevereiro de 1956, a edição de número 61 do jornal *Terra Livre* trouxe a matéria intitulada “Ordem de despejo para 80 famílias camponesas”, que tratou do conflito fundiário envolvendo Isaac Souhami, proprietário da Fazenda Sernambetiba, localizada no vale das Pedrinhas, e os agricultores e suas famílias que cultivavam mandioca em sistema de “terça” e foram despejados perdendo suas lavouras. Na reportagem consta que o “núcleo da Associação de Lavradores tem procurado unir os camponeses, vítimas de grilagens, para a defesa dos seus interesses.” Ainda que a localidade não faça mais parte hoje do território de Magé por conta da emancipação de Guapimirim, resolvemos abordar esse episódio pela sua importância no entendimento dos processos de construção da violência contra os trabalhadores e trabalhadoras rurais em Magé. De acordo com os dados levantados por Leonilde Medeiros (2015), entre 1964 e 1988, do total de 94 conflitos mapeados na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 43 conflitos fundiários ocorreram em Magé. As ações de despejo e violações

de direitos, assassinatos, sequestros, torturas e desaparecimento de lavradores, que estariam ancoradas na especulação imobiliária, na expansão das estradas de rodagem e no crescimento do setor industrial, se tornariam cada vez mais trágicas e frequentes como parte da violência contra os trabalhadores rurais de Magé até fins dos anos 1980, como passaremos a examinar.

Por conta dos limites deste texto e seu caráter introdutório, optamos por traçar um panorama das questões fundiárias por ordem cronológica, apresentando os conflitos fundiários que ocorrem em Magé em sua totalidade, detendo-nos sobre a questão da Gleba América e da Fazenda Conceição de Suruí, por conta da especificidade de suas situações, sendo os únicos casos que reverberaram em desapropriação em 1973 e 1974, decisão favorável aos trabalhadores e trabalhadoras rurais apesar das violências e do aparato legislativo do regime empresarial-militar brasileiro (1964-1985).

Panorama dos conflitos fundiários em Magé e seus atores históricos

De acordo com pesquisa de Felipe Ribeiro, durante seu mandato como vereador em Magé, 1954, Manoel Ferreira de Lima “fazia uso da palavra no plenário da Câmara para defender os lavradores do município” (Ribeiro, 2012, p. 4). Luciana Andrade (2018), analisando essa questão, a tomou como indício de que as lutas dos lavradores e lavradoras em Magé já aconteciam na década de 1950. Uma boa pista está em uma reportagem da edição de junho de 1960 do jornal *Terra Livre*, que trata do espancamento do lavrador Inácio Rosa, associado, morador da localidade de Urubu. Nessa reportagem o trabalhador rural também denuncia outro episódio de agressão a um lavrador, na localidade de Cordovil, em 1957, e o assassinato de outro trabalhador

rural a golpes de foice, sendo os três crimes realizados por um capanga de um grileiro que atuava na região. Os fatos narrados evidenciam uma atmosfera de violência e insegurança nos idos dos anos 1950.

Após levantamento de outras ações ligadas à exploração da terra realizadas no município de Magé, encontramos atos legislativos como o Decreto n. 13.631, de 22 de outubro de 1943, em que Adelino Campos de Oliveira e Nicácio Daibert receberam autorização para pesquisar turfa em uma área de 22 hectares no município de Magé, o Decreto nº 22.068, de 16 de novembro de 1946, que concedeu à Empresa Nacional de Areias Ltda. para realizar mineração, o Decreto n. 43.863, de 9 junho de 1958, que concedeu à Empresa de Caolim Limitada o direito de lavrar argila no Sítio Caju, distrito de Inhomirim, numa área de quatro hectares, trinta e cinco ares e sessenta e sete centiares (4,3567 ha) e o Decreto nº 55.140, de 4 de dezembro de 1964, que autorizou a Sociedade de Mineração e Empreendimentos Rurais Limitada a atuar também como mineradora na região.

Em 1955, a edição do dia 29 de maio do jornal *Luta Democrática* trouxe um anúncio sobre o empreendimento imobiliário do Banco Hipotecário Gramacho Sociedade Anônima denominado “Parque do Imperador”, nas terras da Fazenda da Lagoa. Podia-se ler no texto da propaganda: “O Banco Hipotecário Gramacho S.A. leva prosperidade àquela progressista região vendendo LOTES de terra privilegiada e fértil no Parque Imperador.” O BHG oferecia um total de 3.697 lotes a partir de CR\$142,70 mensais. Estudando as relações do movimento integralista com o golpe de 1964, Gilberto Calil identificou que o Banco Hipotecário Gramacho se manteve como um dos principais anunciantes da publicação semanal integralista *A Marcha* entre 1953 e 1965 (Calil, 2005). Em 1952, foi também responsável pelo loteamento e arruamento do Jardim Joari, empreendimento localizado entre a Estrada do Joari e a

Estrada de Cabuçu, em Campo Grande (Reis, 1977) e de bairros de Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Niterói (Aos 18.000 compromissários possuidores de lotes... *Correio da Manhã*, 3/ 1/1951).

Imagem 2 – Anúncio do Banco Hipotecário Gramacho



Jornal *Luta Democrática*, Rio de Janeiro, ano 1, nº 96, p. 7, 30 de maio de 1954.

Outras imobiliárias como a Durval de Menezes Ltda, cuja atuação em Magé foi analisada por Felipe Ribeiro (2018), e a Imobiliária Goulart, responsável pelo Parque dos Artistas, hoje um bairro de Magé,

compuseram o quadro de atores que incrementaram a urbanização e os conflitos por terras (Grynszpan, 1980).

IMAGEM 3 – Anúncio do loteamento “Parque dos Aristas”



Correio do Amanhã, Rio de Janeiro, p. 6, 27 de março de 1955

Ou seja, a demanda por terras em Magé envovia desde a exploração de minérios, compostos geológicos, até a venda de propriedades, os chamados “lotes” para moradia, processos incrementados pelo crescimento populacional e a expansão do setor industrial na década de 1950. Estabelecidas as atividades e forças atuantes no território, é importante relacionar os conflitos fundiários que ocorreram em Magé.

A partir década de 1960, ocorreram registros sistemáticos, na justiça e na imprensa, de conflitos fundiários na localidades chamadas Cordovil, Iguapimirim, Meia-Noite, Fazenda Camarão, Fazenda Amourins, Fazenda Estrela Velha, Fazenda Mato Grosso, Fazenda Camarão, Fazenda Jardim, Fazenda Santa Fé, Fazenda Calundu, Fazenda Morro da Onça, Fazenda Cruz, Fazenda Morro da Caixeira, Fazenda Ribeira, Fazenda Salgado, Fazenda Morro do Coronel, Fazenda Retiro, Fazenda Rio Doce, Fazenda Imbariê, Fazenda Sandra Macaco, Fazenda Salgado, Fazenda Cachoeirinha, Fazenda Tocaia, Fazenda São Nicolau,

Fazenda Vila Serrana, Fazenda Maria Rola, Fazenda Sernambetiba e Sítio do Cacau. A reportagem no jornal *Terra Livre* de dezembro de 1962 traz os conflitos fundiários ocorridos no 5º Distrito de Magé, Guia de Pacobaíba, e o julgamento de desapropriação das terras através das ações da Falerj⁶.

Na Fazenda Conceição de Suruí e na Gleba América Fabril, os conflitos por terras começaram na década de 1960, estendendo-se até a década seguinte. Os atores dessas lutas por terras eram os lavradores, trabalhadores rurais, posseiros que tinham como antagonistas grileiros e a Companhia Têxtil América Fabril. (Teixeira, ,2018). Ao longo desta pesquisa, deparamo-nos com um processo de silenciamento desses conflitos nas narrativas históricas institucionalizadas que são a base do ensino escolar. De acordo com Marcia Santos (2009, p. 7), “é na coletividade que os interditos, as experiências não ditas, os grupos não lembrados vão provocando, instigando e institucionalizando o esquecimento, impondo proibições e silenciamentos”. Uma das operações do esquecimento institucionalizado é a denominação de ruas com o nome de grileiros que participaram dos conflitos por terras.

Conflitos fundiários em Magé: uma fábrica-grileira, a companhia América Fabril

A América Fabril, que possui apenas 11.650 metros quadrados de terras no sexto distrito de Magé, já há algum tempo está se apoderando das terras próximas, chegando a atingir um total de 2.000 alqueires do estado, proibindo a entrada de lavradores para o cultivo da terra. Os camponeses, conhecedores da ilegalidade com que age a companhia grileira e latifundiária, procurando fugir da miséria em que vivem e evitar que seus filhos morram de fome, resolveram entrar nas terras dos latifundiários

⁶ *Terra Livre*. Posseiros de Magé exigem “desapropriação e a solução. Dezembro de 1962. Disponível em: <https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=HEMEROLT&Pesq=Mag%a9&id=687508029835&pagfis=5236>

grileiros que aumentam cada vez mais. Os camponeses da região ressolveram, assim, começar a reforma agrária que o governo está retardando tanto a fazer, acuado pelos latifundiários que formam a maioria do nosso Congresso (“Terras griladas pela América Fabril ocupadas por camponeses de Magé”, *Terra Livre*, janeiro de 1963, nº 118, p. 6).

Esse trecho da matéria do jornal *Terra Livre* é emblemático porque recupera aspectos do conflito fundiário envolvendo a Companhia América Fabril e os trabalhadores rurais de Magé, e explicita indícios de apropriação indevida da fábrica por terras e o protagonismo dos lavradores e lavradoras na construção de estratégias para garantir justiça social e acesso à terra. Há um outro dado que verbera nesta questão: como as lutas travadas em Magé foram precursoras de pautas que se estenderam para o todo o movimento de trabalhadores rurais fluminenses? Em suas pesquisas sobre os conflitos na Gleba América Fabril, Marco Teixeira (2011 e 2015) identificou processos de expansão econômica e territorial envolvendo a Companhia América Fabril desde fins do século XIX. Integrante do complexo fabril que se desenvolveu em Magé, surgiu em 1878, partir da Fábrica de Tecidos Pau Grande. As condições hídricas e ecológicas de Magé foram fundamentais para a escolha da região para implantar a fábrica. Em 1885, passou a utilizar o nome Companhia de Fiação e Tecidos Pau Grande. A expansão das atividades fabris foi garantida com a incorporação da Fábrica Cruzeiro, em 1891. O nome Companhia América Fabril veio, em 1892, como resultado da prosperidade econômica (Weid; Bastos, 1986; Teixeira, 2015). No século XX, novas aquisições como a Fábrica Bonfim (1903), localizada no Caju, nas imediações do porto, ampliaram a capacidade de produção. Em 1911, foi inaugurada a Fábrica Mavilis, especializada em tecidos finos. Em 1920, a nova expansão de capitais garantiu a compra da Companhia de Fiação e Tecelagem Carioca, localizada na Gávea, no Horto Florestal.

Em Pau Grande, distrito de Vila Inhomirim, a expansão da Companhia América Fabril aconteceu com a aquisição da Fazenda Judé, em 1890, e da Fazenda Porto Rico, Fazenda Furtado, Fazenda Cachoeira, em 1896 (Teixeira, 2015). A Fábrica Pau Grande contava com linha férrea com 7 km que fazia o escoamento da produção até Raiz Serra e “contava com 190 casas para operários, farmácia, médico, enfermaria, escola diurna e noturna” (Weid, 2009, p. 26). Das lavouras de mandioca mantidas pela América Fabril vinha a matéria-prima para a produção de goma para os tecidos lá produzidos. Esses dados evidenciam o tamanho do empreendimento construído pela empresa em Magé e como a utilização dos recursos hídricos, dos meios ecológicos, agrícolas e tecnológicos típicos da articulação entre o rural e o urbano foram favoráveis para o seu desenvolvimento. Nos anos 1950, 1960 e 1970, a Companhia América Fabril esteve envolvida em queima de plantações de lavradores, despejos, destruição de moradias, entre outras violações de direitos (Andrade, 2018). De acordo com Mário Grynszpan, ao longo dos conflitos entre os trabalhadores e trabalhadoras rurais e a América Fabril, as lutas travadas no campo político e no campo jurídico trouxeram alguns dados fundamentais para o entendimento da relação da Companhia América Fabril com as ocupações ao longo do século XX. Retornaremos a essa questão após analisar o caso da Fazenda Conceição de Suruí.

O processo de ocupação das terras da Fazenda Conceição de Suruí ou Conceição do Sul remonta aos anos 1950 e início dos 1960. O movimento de migração do Nordeste para as áreas do Sudeste, entre as décadas de 1920 e 1950 ampliou os números da população fluminense e, consequentemente, contribuiu para a ocupação de áreas de produção agrícola em obsolescência, como era o caso de Magé. Essas levas migratórias seriam engrossadas por famílias oriundas de processos de expulsão vivenciados no interior do Rio de Janeiro e Espírito Santo,

como pontuou Pedroza (2003). Marcos Teixeira, em sua pesquisa sobre os conflitos em Conceição do Suruí, mapeou entre seus entrevistados, famílias que migraram de Minas Gerais e da Paraíba para Magé na década de 1960 (Teixeira, 2011).

Registradas no Cartório do 1º Ofício do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Magé como pertencentes a Jair Martins e Francisco Pereira Garcia, as terras da Fazenda da Conceição do Sul compreendiam cerca de 309,76 ha (trezentos e nove hectares e setenta e seis ares),⁷ localizavam-se na margem oposta da Estrada Piabetá-Santo Aleixo. Segundo ao dados coligidos por Teixeira (2018), os supostos proprietários da Fazenda Suruí apareceram também no início da década de 1960, tendo obtido a propriedade através da grilagem. Julio Celestino Torres, o casal Adriano Gonçalves Pereira e Conceição Isabel Fonte, e Francisco Pereira Garcia. Segundo as informações obtidas por Marcos Teixeira (2018), havia um grileiro na praça Mauá que grilava terras em diferentes regiões do Rio de Janeiro, oferecendo-as para pessoas interessadas. A ocupação da gleba Conceição de Suruí aconteceu por volta de 1962, englobando cerca de 60 famílias. Na mesma época, aconteceu a ocupação da gleba América Fabril, onde viviam entre 232 e 252 famílias, totalizando por volta de 1.540 pessoas (Medeiros, 2015, p.784-5).

A década de 1960 foi marcada pela intensificação da mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais na Baixada Fluminense. Em Duque de Caixas, na Fazenda São Lourenço, em 1961, ocorreu o primeiro conflito armado entre posseiros e grileiros. Entre 1961 e 1963, o número de ocupações em Cachoeiras de Macacu intensificaram-se, ganhando

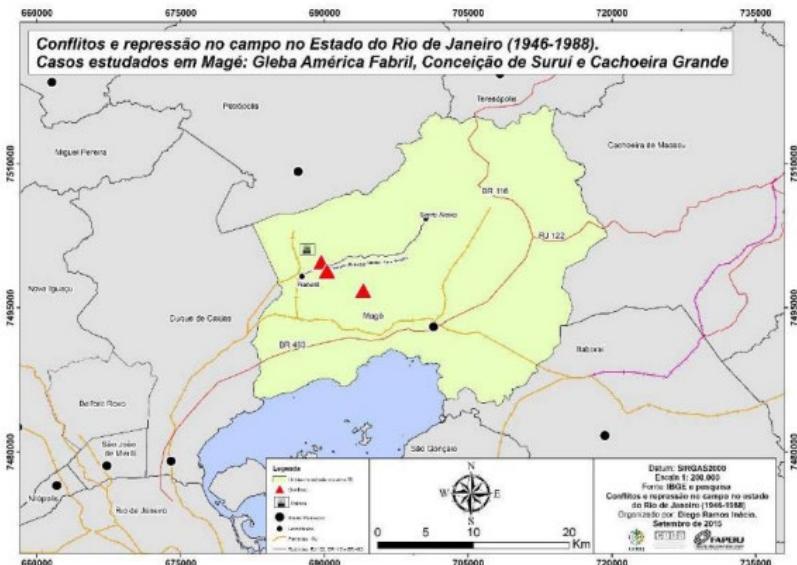
⁷ BRASIL. Decreto nº 75.146/74. 27/12/1974. Disponível em: <https://www.diariodasseis.com.br/legislacao/federal/55785-declara-de-interesse-social-para-fins-de-desapropriação-imóvel-rural-denominado-fazenda-conceição-do-suruí-situado-no-município-de-mage-estado-do-rio-de-janeiro.html>

destaque o processo ocorrido na Fazenda São José da Boa Morte e no Imbé, Campos dos Goytacazes, em 1963. No mesmo ano, em Capivari, Duque de Caxias, ocorreram ocupações nas terras da antiga Fábrica Nacional de Motores (FNM) (Grynszpan, 1998). Nos anos 1960, a ampliação dos conflitos fundiários na Baixada Fluminense foi intensa. Um quadro complexo formado por desigualdades sociais, governos populistas, especulação imobiliária, projetos de urbanização, violência de Estado, grilagem, fez o jornalista Mauricio Hill, em matéria de 1962, anotada por Grynszpan (1998), denominar a Baixada Fluminense de “Nordeste sem seca”, onde cerca de 5000 famílias sofriam todo tipo de violação de direitos e construíam inúmeras estratégias de luta e mobilização política.

O golpe militar de 31 de março de 1964 deu início a um dos momentos mais duros e sombrios da história do país. Na Baixada Fluminense, os movimentos sociais, as organizações sindicais de trabalhadores urbanos e trabalhadores rurais foram duramente perseguidos e reprimidos. De acordo com o depoimento de Antônio Ernesto, liderança local ao Relatório da Comissão da Verdade (2014), o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Magé fechou, ocorreu a fuga do presidente para o Espírito Santo e as atividades só foram retomadas três anos depois. É importante pontuar que desde 1946 surgira uma representação da Baixada Fluminense como espaço subversivo e de atuação dos comunistas, o chamado “cinturão vermelho”. Dois dias após o golpe de 1964, foram cassados os vereadores Astério dos Santos e Darcy Câmara, ambos do Partido Socialista Brasileiro, e os suplentes de vereadores Irun Sant’Anna, José Dutra e Manoel Ferreira de Lima, sendo responsabilizados pelas ocupações, tiveram prisão preventiva e foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional (Grynszpan, 1987). O Decreto de 12 de junho de 1964 (AI-5) cassou o mandato do deputado federal

Tenório Cavalcanti, liderança política na Baixada Fluminense e apoiador das lutas dos lavradores e lavradoras em Magé.

Mapa II – Conflitos e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988)



Fonte: Teixeira, 2015.

Em 6 de maio de 1964, o prefeito de Magé, José Barbosa Porto, do PTB, sofreu impeachment. Moacyr Pimentel, vice-prefeito, governou por mais dois anos, e, em 1966, o comandante Lauro Guarany Guimarães, oficial da Marinha do Brasil, assumiu o governo de Magé como interventor federal (Ribeiro, 2022). O processo de perseguição aos trabalhadores teve como alvo os sindicatos. A intensificação dos despejos, a queima de casas, os desaparecimentos e as mortes tornaram-se mais frequentes. Uma questão importante do pós-1964 foi a participação da Polícia Militar e do Exército nas operações de despejos das famílias e incêndios de casas e lavouras em apoio aos grileiros. Mesmo com a situação de violação de direitos e incremento da violência,

muitos posseiros optaram por permanecer nas terras tanto pela ausência de recursos como pela compreensão da injustiça que perpassava aquelas ações (Relatório da Comissão da Verdade, 2014).

Na década de 1970, ocorreu um processo de abandono por parte de grupos de posseiros de regiões de Magé. No entanto, na gleba América Fabril e na gleba Conceição de Suruí a luta persistiu mesmo com a forte repressão do regime empresarial-militar aos movimentos de trabalhadores rurais. A luta dos lavradores e lavradores com diferentes estratégias acabou produzindo a desapropriação das glebas América Fabril e Conceição de Suruí entre 1970 e 1974, em plena ditadura militar. O fechamento de fábricas, o desemprego e a intensa repressão aos movimentos sociais continuaram a afligir a população mageense. O regime empresarial-militar deixou em Magé marcas bastante profundas, processos que acentuaram o clientelismo, as desigualdades sociais e diferentes formas de violência. No Informe da Campanha Nacional pela Reforma Agrária de 14 de março de 1983, página 5, consta que entre 1979 e 1983, no Rio de Janeiro, na região de Cachoeira Grande, em Magé, observou-se a intensificação das violências contra os trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Emblemático é o caso envolvendo o assassinato da família do trabalhador rural Alcino José Ribeiro, de Piabetá, Magé, em 26 de setembro de 1985. O lavrador Alcino, sua mulher, Neuracy Ribeiro, seus filhos, Alcir, de 16 anos, Terezinha, de 14 anos, Maria Alcina, de 12 anos, Alcina de 6, o bebê de 8 meses e os vizinhos de nome José e Olívio foram assassinados em Piabetá.⁸ Lendo a documentação sobre o caso, transparece nos dados um extremo cuidado das autoridades em

⁸ Os dados sobre esse crime estão disponíveis em: Memórias reveladas\SNI - Serviço Nacional de Informações\Agências\Agência Central\86055590\BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_86055590_d0002de0003 (2).

classificar o crime como tendo outra motivação que a disputa fundiária. Consta em um dos documentos que a “Fetag-RJ esclareceu ainda que o município de Magé, onde se localiza Piabetá, corresponde à área mais conflituosa da região”.⁹ Em seu estudo sobre a assistência à infância durante o regime militar, Patrícia Andrade e Terçalia Lira (2021) demonstram como as infâncias passam a ser reguladas pela Lei de Segurança Nacional. Nesse sentido, “toda a política nacional, portanto, é reorientada em função da segurança” (Borges, 2014, p. 28). Cardoso (2015) demonstra que durante a ditadura militar

[...] os menores eram considerados problema social não só quando em situação de abandono ou em caso de infração, mas, dada a condição de pobreza – primordial para sua existência enquanto sujeitos – eram também vistos como problema em potencial e não só poderiam ligar-se a doutrinas de esquerda, como também tornarem-se “delinquentes”, ameaçando a segurança pública e elevando níveis de criminalidade (p. 515).

Essas reflexões de Andrade, Vaz Lira e Cardoso oferecem importantes pistas para o entendimento do episódio em que a família de Alcino Jose Ribeiro é assassinada em Piabetá, Magé. Uma das questões que se consolida no pós-1964 é a forte repressão às lutas e movimentos sociais na Baixada Fluminense. A intensa violência contra os trabalhadores e trabalhadoras rurais em Magé recrudesceu entre 1964 e 1985. Ceifar infâncias camponesas e periféricas, principalmente pela potência de ações de luta e reivindicações futuras, fazia parte do necroprojeto de poder estabelecido em Magé e no Brasil naqueles anos.

⁹ Levantamento dos conflitos de terras em que se registraram mortes ocorridos no país em 1985 – Coordenadoria de Conflitos Agrários-SG/MIRAD. Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário. Divisão de Segurança e Informações, p. 8.

Poder e política em Magé no século XX

As dinâmicas do poder político em Magé, de acordo com as pesquisas desenvolvidas por Antônio Seixas da Silva (2021), têm estreita relação com o capital simbólico, político e econômico acumulado por antigas famílias de escravocratas, grandes plantadores, oligarcas, imigrantes, que ali se fixaram em diferentes épocas do século XVII ao século XIX. Durante a República Velha, as elites oligárquicas controlaram o poder estatal no Rio de Janeiro, a capital federal, efetivando projetos políticos que ampliaram seu poder e riqueza, tudo bem cimentado com um forte aparato coercitivo e muita violência.

Nesse sentido, o processo de formação do poder político em Magé dialoga com o patrimonialismo, o clientelismo, as relações familiares e questões relacionadas ao processo de urbanização produzidas na sociedade mageense. Em 1920, o coronel Pedro Valério da Silva, filiado ao PRP, assumiu a prefeitura de Magé. Em seguida, governaram Magé como prefeito o coronel Luiz Rodrigues Portela, o coronel Manuel Pinto dos Reis e o coronel Antenor Leitão. Esse último teve seu governo interrompido pela Revolução de 1930 (Silva, 2021), quando o capitão José Ullman foi nomeado interventor de Magé (Santos, 1988).

As núpcias de Marietta Cozzolino, a penúltima filha do imigrante italiano Antônio Cozzolino com o coronel Antenor Leitão, ampliaram as alianças da família Cozzolino com a elite mageense. O arrendamento do armazém da Fábrica Pau Grande, a mais antiga unidade da Companhia América Fabril, pela firma G. Cozzolino & Irmão, mais do que a venda de alimentos, fazendas etc., o contato sistemático com mais de 745 operários e suas famílias, garantiu para as gerações futuras uma “herança imaterial”, poder conquistado para além das dimensões econômicas e

forjado nas ações do cotidiano e nas relações com a comunidade. O contrato de arrendamento começou em 26 de dezembro de 1930.

Outros membros da elite mageense ocuparam a chefia do poder municipal entre 1920 e 2024. A família Ullman fez quatro prefeitos, o capitão José Ullmann (Partido Republicano Paulista/PRP), de 1930 a 1933, José Ullmann Júnior (PRP), de 1936 a 1938, novamente José Ullmann Júnior (PSB), de 1947 a 1951, e Ademir Ullmann, no período entre 1986 e 1988. Waldemar Lima Teixeira, liderança do PSD, primeiro presidente da Associação Rural de Magé, criada em 1952, teve três mandatos como prefeito em 1947, 1951-1955 e 1955-1963. Narriman Zito, esposa de José Camilo dos Santos, o Zito, liderança política caxiense que nos idos dos anos 1990 recebeu apoio do então governador do Rio de Janeiro, Marcelo Alencar (PSDB), e teceu redes políticas em Belford Roxo, Magé e Duque de Caxias, governou Magé de 2001 a 2004 e 2005 a 2008. O capital simbólico, cultural e político acumulado pela família Cozzolino começou a ser utilizado politicamente na década de 1960 a partir das alianças com o pessedista Waldemar Lima Teixeira (Ribeiro, 2015). Na década de 1960, em Magé constituíam os principais grupos políticos o PSD, o grupo de Tenório Cavalcanti e a articulação entre o PCB e o PTB. Durante o regime empresarial-militar, Moacyr Pimentel, o comandante Lauro Guarany Guimarães, Juberto de Miranda Telles, Walcy José do Amaral, Magid Repani, Juberto de Miranda Telles (segundo mandato) e Olívio de Mattos governaram Magé como prefeitos.

Nas eleições de 1982, o PDS de Magé lançou três nomes para concorrer à prefeitura: Renato Cozzolino, Adib Farah Maluf e Magid Repani, ex-assessor da Secretaria Estadual de Agricultura e ligado a Chagas Freitas. Venceu Renato Cozzolino que, de acordo com a imprensa, era considerado pelos adversários como “inimigo ferrenho de Brizola e das associações de moradores”. Adib Maluf recebeu a

Secretaria de Turismo e um parente de Magid, Fernando Repani, assumiu a pasta dos Transportes. Apesar das críticas contundentes, Repani e Maluf continuaram atuando no cenário político de Magé.

Dois anos antes, em novembro de 1980, durante uma reunião na Câmara Municipal de Magé, membros do diretório regional do PDS Magé apresentaram a candidatura do então prefeito de Niterói, Moreira Franco, para as eleições diretas de 1982, concorrendo ao cargo de governador do estado do Rio de Janeiro. Magid Repani, em gesto simbólico, assinou a ficha de filiação partidária ao PDS na presença do senador Amaral Peixoto e do vice-governador Hamilton Xavier. Também participaram da cerimônia o deputado federal Saramago Pinheiro, o deputado estadual Flávio Palmier da Veiga e o prefeito de Magé, Olívio Matos, eleito pelo MDB, que aproveitou a ocasião e também ingressou no PDS.

Alguns meses após a criação do Partido Democrático Social (PDS), em 1980, Amaral Peixoto ameaçou abandonar o PDS do Rio de Janeiro por conta do “descuido” da direção partidária com as regiões do interior e a Baixada Fluminense. As transformações oriundas do processo de abertura política e a extinção do bipartidarismo em 29 de novembro de 1979 traziam para o campo político novos atores que deveriam ser considerados. A aproximação dos políticos do PDS com o processo emancipatório de Guapimirim não parece ter sido mera coincidência, mas uma tentativa de manutenção do amaralismo naquele território. Nas eleições de 1982, o PDS elegeu 8 vereadores em Magé, o Partido Democrático Trabalhista (PDT) fez quatro vereadores, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) elegeu 3 parlamentares e o PTB elegeu 4. O Partido dos Trabalhadores não fez vereadores no município .

Entre 1983 e 1987, Leonel de Moura Brizola, eleito pelo PDT, assumiu o governo do estado do Rio de Janeiro. Além de se tratar de um

governo de transição, internalizou a luta pela terra no Estado e procurou encaminhar os conflitos fundiários fluminenses (Novicki, 1992). A criação da Comissão dos Assuntos Fundiários foi um importante passo nesse processo. Em Magé, os conflitos fundiários, os conflitos por água, continuam fazendo parte dos problemas enfrentados pela população.

De 1989 a 2021, dos 14 prefeitos eleitos no município de Magé, 6 fazem parte da família Cozzolino. Estudando a geografia política da Baixada, André Teodoro Rodrigues (2022) destaca que uma característica importante do território, além do populismo, do clientelismo e da violência, são os clãs que controlam os aparatos do poder municipal, utilizando-os para a perpetuação da parentela no poder e a consolidação dos seus projetos políticos. No entanto, examinar as trajetórias de outros atores históricos é importante para evidenciar outras lutas, resistências ancestrais e pertencimentos étnicos observados no território de Magé. Para tanto, iniciamos uma breve discussão sobre a presença quilombola no município.

Os quilombos de Magé: negras territorialidades

Nasceu Maria
Nobreza em sua tribo africana
Tão livre quanto os ventos da savana
E a Lua cheia pra testemunhar
Que a dor corta o mar
Chora, Maria
Que a água do oceano sabe o gosto
Da lágrima que escorre em seu rosto
E os santos que aportam no cais da Bahia
Protegem quem já foi mercadoria
Leiloeiro canta o lote
N'outro canto o chicote
Segue a via da bravura

E Maria da negrura
Ergueu quilombo
Deu um tombo no aparato
Desses capitães do mato
Clamando libertação
Já foi vidraça, fez da luta uma couraça
E hoje o negro sem mordaça
Vem expor sua gratidão
Lumia o cruzeiro das almas
Que é linha de força maior
A gira já vai começar
Hoje a Rocinha é Magé no catimbó
Risca a pemba no terreiro, pede a bênção à minha vó
Maria Conga é que vence demanda
Maria Conga é que vence demanda
Saravá, vó benzedeira, preta velha de Aruanda
(Samba de enredo de 2020 da Rocinha – “A guerreira Negra que dominou os
dois
Mundos” – Composição: Fadico, Anderson Benson e Cláudio Russo)

O quilombo Maria Conga, assim como todos os outros deste país, é um espaço de produção de sentidos sobre a ressignificação das memórias que a resistência promove.
(Monique Rodrigues)

Aprendi que ser quilombola e manter viva nossa tradição está na força dos nossos mais velhos. São eles que detêm essa história. Eles moraram dentro dessa fazenda, alguns parentes foram escravizados lá e passaram por todo sofrimento. Hoje, a gente luta pelo direito de ter a nossa terra.
(Val Quilombola, liderança do quilombo do Feital)

No Rio de Janeiro, há 53 comunidades quilombolas. No dia 1º de março de 2024, 24 dessas comunidades encontraram-se no Seminário Nêgo Bispo, organizado pela Defensoria Pública do Rio de Janeiro (Braga, N. Seminário aborda luta das comunidades quilombolas fluminenses, Defensoria Pública do Rio de Janeiro, 4/3/2024). Uma das questões que orientou o debate foi a invisibilidade dessas comunidades no tempo presente. Essas lutas e reivindicações das populações negras

e quilombolas atravessam o território de Magé. O município conta com três quilombos ou territórios quilombolas: o quilombo Quilombá, em Bongaba, o quilombo do Feital, no morro da Piedade, bairro Vila Rica, e o quilombo de Maria Conga, no bairro da Piedade. Segundo dados do IBGE, há uma população de 2.209 pessoas quilombolas vivendo, trabalhando, lutando e resistindo em Magé. De acordo com Monique Rodrigues, Fransérgio Goulart e Giselle Florentino (2020), um dos desafios para as populações quilombolas é lidar com violência imposta pelas milícias, pelo tráfico e pela especulação imobiliária. As pesquisas de Jucá Sampaio (1998) e Nielson Bezerra (2011) assinalam a formação de uma economia escravista no território mageense que foi responsável pela entrada de expressivo contingente de escravizados pelos portos clandestinos na Baixada de Magé. As insurgências quilombolas no recôncavo da Guanabara foram estudadas por Flávio Gomes (2006), que evidenciou o protagonismo dessa população e a construção de agenciamentos para lidar com a sociedade escravista fluminense.

De acordo com as narrativas orais, Maria Conga, que dá nome a um dos quilombos de Magé, nasceu por volta de 1792, no Congo, foi capturada e enviada ao Brasil como escravizada ainda criança, com cerca de 9 anos. Chegou à Bahia no início do século XIX, em 1804, sendo batizada e recebendo o nome de Maria da Conceição. Por volta dos 18 anos, é vendida e chega a Magé, dando entrada no território pelo porto da Piedade. Aos 24 anos é novamente vendida para o conde alemão Ferndy von Scoilder, com quem trabalha até os 35 anos e conquista a alforria. Em 1827, liberta, vai morar nas imediações do atual bairro do Saco, e sua casa transforma-se em um espaço de acolhimento e aprendizado para outras pessoas escravizadas que estavam em fuga. O quilombo Maria Conga, situado no 1º Distrito, com cerca de 800 famílias, foi a primeira comunidade remanescente de quilombo de Magé a receber, em 2007, a certificação pela

Fundação Palmares. No tempo presente, a comunidade segue com sua população sem acesso ao trabalho, atuando na informalidade, sem saneamento básico ou políticas públicas e lidando com problemas causados pela especulação imobiliária. De acordo com Josiel Francisco Santos de Moraes (2024), mesmo tendo a situação fundiária regularizada, observa-se um processo de tentativa de expulsão e/ou ocupação das terras do território quilombola por conta da especulação imobiliária. Segundo o pesquisador:

O projeto de construção do Governo Federal “Minha Casa, Minha Vida”, contribuiu para a invasão do território que no dia 10 de fevereiro 2024 o Presidente Lula entregou chaves para os moradores de 256 unidades. Porém não trouxe aos quilombolas nenhuma melhora para o bairro. As ruas não receberam tratamento de esgoto e iluminação. Apenas atendeu a população carente que saiu de diversas áreas de risco da região de Magé e foi para o Bairro Maria Conga (Moraes, 2024, p. 12).

Já o quilombo do Feital teve sua origem na Fazenda Feital, no século XIX, na região adjacente ao porto da Piedade, local de entrada de populações africanas para o trabalho escravo. Recebeu a certificação da Fundação Palmares em 2018. A comunidade quilombola do Feital dedica-se à pesca, à coleta de caranguejos e à produção de artesanato de taboa (*Typha domingensis*). O manejo da taboa, uma planta aquática de origem africana, revela saberes e tecnologias ancestrais importantes para a manutenção da identidade, das tradições e da economia do grupo. Assim sendo, importantes atividades econômicas, que são a base do sustento e da manutenção dos saberes tradicionais quilombolas, são afetadas pela questão de disputas fundiárias e pelo crescente impacto ambiental que atinge o território de Magé e a baía de Guanabara. O desenvolvimento do turismo de base comunitária (Moraes, 2024) vem ressignificando a vida dos quilombolas da comunidade do Feital.

As origens do quilombo de Bongaba (Quilombá), localizado no 6º Distrito, remontam ao século XVII, de acordo com o babalorixá Paulo de Ogum, líder espiritual do Ilé Àse Ògún Àlákòrò, terreiro onde também está localizada a sede administrativa do quilombo de Bongaba (Rebelo, 2021), sendo o quilombo mais antigo no território de Magé. Em 1696 ocorreu a formação do quilombo em razão do afluxo de escravizados para a construção da Igreja Nossa Senhora de Inhomirim. Ainda segundo o babalorixá Paulo de Ogum, Bongaba contava com um porto clandestino, processo adotado para permitir a entrada de populações negro-africanas e inseri-las na economia mageense. Há um elemento que o diferencia dos outros territórios quilombolas de Magé: a especulação imobiliária não o atingiu com intensidade. Em conversa com Marize Salles, professora, advogada, pesquisadora e integrante do Axé Bongaba, foram elencadas as estratégias da comunidade quilombola de Bongaba para resistir e manter suas memórias. O quilombo de Bongaba possui um grupo de jongo, um pré-vestibular e vem dando suporte a inúmeras discussões sobre a cultura afrodiáspera na Baixada Fluminense. Em maio de 2023, o deputado estadual Vinicius Cozzolino Abrahão, do União Brasil, propôs o tombamento dos quilombos de Bongaba (Quilombá), do Feital e de Maria Conga, junto ao Inepac, através do Projeto de Lei n. 1.089/2023, Projeto de Lei nº 1.100/23 e Projeto de Lei n. 1.099/23. Os projetos de lei estão articulados às muitas demandas e lutas da população quilombola mageense por visibilidade e reconhecimento de sua existência. No ano de 2017, a deputada Zeidan, do Partido dos Trabalhadores, já havia proposto o tombamento do quilombo de Maria Conga, através do Projeto de Lei n. 3.241/2017. O projeto continua tramitando na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, sem parecer favorável até hoje. Em 21 de março de 2024, o Ilé

Àse Ògún Àlákòrò, realizou doações de objetos sagrados de matriz africana para o Museu Nacional do Rio de Janeiro (Casa, 2024).

Quilombos

Para saber mais sobre a temática dos quilombos e lutas quilombolas, ver:

Saberes da terra: quilombos, vídeo com o historiador Flávio dos Santos Gomes (<https://www.youtube.com/watch?v=9xhO54IAIX0>).

Considerações finais

O município de Magé tem um território atravessado por diferentes períodos e memórias. O que buscamos aqui foi recuperar alguns aspectos desse processo e atores históricos. É indubitável a centralidade do processo de instalação do complexo fabril em Andorinhas, Santo Aleixo e Pau Grande, tanto para o desenvolvimento industrial e econômico da região fluminense como para a formação da sociedade mageense. As lutas fundiárias que ocorreram em Magé produziram inúmeras transformações no plano local e nacional. As territorialidades quilombolas gestadas ao longo do período colonial e imperial trazem importantes reflexões sobre as memórias da diáspora africana e da escravidão na Baixada Fluminense. Apesar das violências e das desigualdades, a população mageense permanece construindo projetos de futuro e de luta.

Referências

ABREU, Maurício de. *Geografia histórica do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio: Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, 2010, 2 Vols.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALONSO, José Inaldo. *Notas para a história de Magé*. Niterói: Edição do Autor, 2000.

ANDRADE, Luciana. “Até as mulheres pegaram em armas”: uma análise a respeito das mulheres presentes nas disputas agrárias em Pedra Lisa, Magé, Xerém entre 1948 e 1964. 2018. 85 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica - RJ, 2018.

ANDRADE, P. S.; LIRA, T. S. V. A assistência à infância no Brasil de 1964: uma leitura histórica. In: X JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 2021. Disponível em: https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_888_888612d1b6b21fab.pdf. Acesso em: 10 dez. 2023.

ANDRADE, Valéria Alves dos Santos de; CARMO, Flavia Lima do; OLIVEIRA, Danilo Ribeiro de. Knowing and Valuing the Suruí Flour: Perspectives for the Local Productive Arrangements and Geographical Indication. *Revista INGI-Indicação Geográfica e Inovação*, v. 6, n. 1, p. 1533-1555, 2022.

ARAÚJO, Ângela. Estado e trabalhadores: A montagem da estrutura sindical corporativista no Brasil. In: ARAÚJO, A. *Do corporativismo ao neoliberalismo: Estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2002.

ARAUJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *Memórias históricas do Rio de Janeiro*, v. 3. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

BELCHIOR, Elycio de Oliveira. *Conquistadores e povoadores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria Brasiliiana Editora, 1965.

BEZERRA, Nielson. *Mosaicos de escravidão: identidades africanas e conexões atlânticas do recôncavo da Guanabara (1780-1840)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, Tese de Doutorado, 2010.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

BRAGA, Natália. Seminário aborda luta das comunidades quilombolas fluminenses.

Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, 2024. Disponível em:
<https://defensoria.rj.def.br/noticia/detalhes/29630-Seminario-aborda-luta-das-comunidades-quilombolas-fluminense>.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Decreto n. 13.631, de 22 de outubro de 1943.

Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-13631-22-outubro-1943-468140-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 fev. 2023.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Decreto nº 22.068, de 16 de Novembro de 1946. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-22068-16-novembro-1946-341347-publicacaooriginal-1-pe.html>.

Acesso em : 10 fev 2023.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Decreto de 12 de junho de 1964. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret_sn/1960-1969/decreto-36457-12-junho-1964-547997-publicacaooriginal-62938-pe.html. Acesso em: 5 fev. 2024.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Decreto n. 55.140, de 4 de dezembro de 1964.

Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-55140-4-dezembro-1964-395706-norma-pe.html>. Acesso em: 10 fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Decisão n. 135, de 14 de Agosto de 1894. Coleção Leis do Brasil. Disponível em: https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CRV_LeisBR&Pesq=%22%20Mag%c3%a9%22&id=12560174206&pagfis=332884. Acesso em: 2 de fev. 2024.

BRASIL. *Synopse do recenseamento de 31 de dezembro de 1900*. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1905. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25474.pdf> . Acesso em: 2 fev. 2024.

BRETTAS, Marcos Luiz; ROSEMBERG, André. A história da polícia no Brasil: balanço e perspectivas. *Topoi* [online], Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, p. 162-173, 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2237-101X014026011>>. ISSN 2237-101X. <https://doi.org/10.1590/2237-101X014026011>. Acesso em: 3 mar. 2024.

BRITO, N. A. de. La Dansarina: a Gripe Espanhola e o cotidiano na cidade do Rio de Janeiro. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 4, n. 1, p. 11-30, mar. 1997.

CALIL, Gilberto. Os integralistas e o golpe de 1964. *História e luta de classes*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 55-76, 2005.

CALIL, Gilberto. Os integralistas frente ao Estado Novo: euforia, deceção e subordinação. *Locus de fora*, v. 16, p. 65-86, 2010.

CARDOSO, L. R. Infância e direitos humanos na ditadura civil-militar brasileira. 4TAS JORNADAS DE ESTÚDIOS SOBRE LA INFANCIA, Buenos Aires, Argentina, 2015. Disponível em: <https://www.aacademica.org/4jornadasinfancia/47.pdf>. Acesso em: 20 de mar. de 2024.

CARVALHO, Camila Abreu de. *Quilombo de Maria Conga em Magé*: memória, identidade e ensino de história. Mestrado Profissional de Ensino de História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), 2016.

CARVALHO, Silvia Scoralich de; TREVISAN, Rosina. O edificado enquanto documento vivo: antiga Fazenda Magepe-Mirim, Magé/RJ.. In: *Anais do 5º Seminário Ibero-americano Arquitetura e Documentação*. Belo Horizonte (MG), UFMG, 2018. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/arqdoc/69167-0-EDIFICADO-ENQUANTO-DOCUMENTO-VIVO--ANTIGA-FAZENDA-MAGEPE-MIRIM-MAGERJ>. Acesso em: 11 de dez. de 2023.

CARVALHO, Omar dos Santos. *Moluscos hospedeiros intermediários de Schistosoma mansoni do Brasil*. Belo Horizonte: Instituto Rene Rachou / Fundação Oswaldo Cruz, 2020.

CASA de matriz africana de Magé apoia colecionamento do Museu Nacional, *O Dia*, Rio de Janeiro, 21 de março de 2024. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/mage/2024/03/6814166-casas-de-matriz-africana-de-mage-vao-doar-acervo-para-o-museu-nacional.html>. Acesso em: 27/7/2024.

CASSELLA, Carly. Archaeologists Found 2,000-Year-Old Lesson on Sea Level Changes Destroying Societies. *Science Alert*, 25 dez. 2023. Disponível em:

<https://www.sciencealert.com/archaeologists-found-2000-year-old-lesson-on-sea-level-changes-destroying-societies>. Acesso em: 23 de jan. de 2024.

COUTINHO, C. E. Doenças no pós-abolição: o impacto das doenças em pretos e pardos na região metropolitana do Rio de Janeiro (1888- 1940). *Revista Maracanã*, 33, p. 212-230, maio-ago. 2023. Disponível em: file:///C:/Users/drand/Downloads/Dialnet-DoencasNoPosabolicao-9151440%20(2).pdf. Acesso em: 5 out. 2023.

CRISTO, Mirian Cristina Siqueira de. Cholera Morbus no curato de Nossa Senhora Imaculada Conceição do Porto das Caixas: a epidemia relatada nos periódicos. *Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura*, v. 26, n. 1, p. 67-80, 2018.

DEMÉTRIO, Denise. Família escrava em Jacutinga, 1686-1721. In: SOARES, Mariza de Carvalho; BEZERRA, Nielson Rosa. *Escravidão africana no Recôncavo da Guanabara (séculos XIII-XIX)*. Niterói: Editora da UFF, 2011.

DIRECTORIA Geral de Estatística. *Synopse do recenseamento de 31 de dezembro de 1900*. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1905. Disponível em. <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25474.pdf>. Acesso em: 10 dez 2023.

ESTADO do Rio de Janeiro. Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, PDUI/RMRJ, Produto 18, Tomos I, 2018. Disponível em: <https://www.modelarametropole.com.br>. Acessado em: 10 abr. 2024.

FADEL, Simone. *Meio ambiente, saneamento e engenharia no período do Império a Primeira República*: Fábio Hostílio de Moraes Rego e a Comissão Federal de Saneamento da Baixada Fluminense. 2006. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. doi:10.11606/T.8.2006.tde-16072007-123431. Acesso em: 27/7/2024.

FAUSTO, Carlos. Fragmentos de história e cultura tupinambá. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes. 2000.

FERREIRA, Tatiana de Sá Freire et al. Espacialização das comunidades remanescentes de quilombos no estado do Rio de Janeiro em 2021. *Espaço Aberto*, v. 13, n. 1, p. 73-90, 2023.

FIGUEIREDO, Joana Lima. *Fábrica de Santo Aleixo: Magé, arte e patrimônio da industrialização (1847-1979)*. Dissertação (Mestrado em Ciência da Arte) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2008. Disponível em: http://www.artes.uff.br/dissertacoes/2008_joana_lima_fig_ueiredo.pdf. Acesso em: 27/7/2024.

FLORENTINO, Giselle; PEREIRA, Raysa. Balanço de 7 meses de proibição das operações policiais. O que mudou na Baixada Fluminense? *Iniciativa Direto à Memória e Justiça Racial*, 2021. Disponível em: <https://dmjracial.com/2021/01/11/7-meses-de-proibicao-de-operacoes-policiais>. Acesso em: 27/7/2024.

FORTES, A. O Estado Novo e os trabalhadores: a construção de um corporativismo latino-americano. *Locus: Revista de História*, [S. l.], v. 13, n. 2, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20165>. Acesso em: 23 mar. 2024.

GAWRYSZEWSKI, A. Carnaval e festas comunistas no Rio de Janeiro (1945-1958). *Textos Escolhidos de Cultura e Arte Populares*, v. 8, p. 239-257, 2011. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/tecap/article/view/10440>. Acesso em: 15 fev. 2024.

GASPAR, Maria Dulce; BIANCHINI, Gina Faraco; BERREDO, Ana Luiza; LOPES, Mariana Samor. A ocupação sambaquieira no entorno da baía de Guanabara. *Revista de Arqueologia*, [S. l.], v. 32, n. 2, p. 36-60, 2019. DOI: 10.24885/sab.v32i2.695. Disponível em: <https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/695>. Acesso em: 26 dez. 2023.

GASPOROTTO, A.; TELÓ, F. *Histórias da luta pela terra no Brasil (1960-1980)*. São Leopoldo: Oikos, 2021.

GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

- GOMES, A. S. T.; MATOS, A. S. de M. C. O estado de exceção no Brasil republicano. *Revista Direito e Práxis*, v. 8, n. 3, p. 1760–1787, jul. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/GW9B5NMtjfxqzxXqZWVZfP/#> Acesso em: 20 jan. 2024.
- GRYNSZPAN, Mario. *Mobilização camponesa e competição política no Estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*. Rio de Janeiro: dissertação em Antropologia Social, UFRJ, 1987.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Documentação do Censo 2022*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2022/universo-populacao-por-idade-e-sexo> . Acesso em: 27/7/2024
- JEFFERSON, William. Terra e tradição: os desafios enfrentados pelos quilombolas em Magé. Casa Fluminense, 17 de outubro de 2023. Disponível em: <https://casafluminense.org.br/terra-e-tradicao-os-desafios-enfrentados-pelos-quilombolas-em-mage/> . Acesso em: 12 de setembro de 2023.
- KODAMA, Kaori. Os impactos da epidemia de cólera no Rio de Janeiro (1855-56) na população escrava: considerações sobre a mortalidade através dos registros da Santa Casa de Misericórdia. *Anais do 5º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, maio de 2011. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos5/kodama%20kaori.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2024.
- MAGALHÃES, M. P. Território cultural e a transformação da floresta em artefato social. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 8, n. 2, p. 381-400, maio 2013.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. Mortalidade e morbidade da cidade do Rio de Janeiro Imperial. *Revista de História da USP*, n. 127-128, 1993. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/viewFile/18689/20752>. Acesso em: 19 mai 2024.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo (coord.). *Conflitos por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988)*. Relatório Final, CPDA / UFRRJ, 2015.
- MELLO, Juçara da Silva Barbosa de. Interfaces da História: industriais, trabalhadores e Estado. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho 2011.

Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548856590_34d92018ac8fd106b9c11be3f406f417.pdf. Acesso em: 10 jul. 2023.

MELLO, J. da S. B. de. Trabalhadores em festa: associativismo recreativo e construção de identidades. *História*, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 310-333, jul. 2015.

MENDONÇA, Teresa Cristina de Miranda et al. Mapa de significados, elementos socioespaciais e políticos do Turismo de Base Comunitária no estado do Rio de Janeiro. *Caderno Virtual de Turismo*, v. 1, n. 1, p. 126-148, 2024.

MORAES, Edilaine Albertino de et al. Turismo de base comunitária em unidades de conservação de uso sustentável no Brasil: para pensar práticas de gestão. *Turismo: Visão e Ação*, v. 26, p. e19133-e19133, 2024.

MORAIS, Josiel Francisco de. *Quilombo Maria Conga: memória, identidade e preservação cultural. Nova Iguaçu: Instituto Multidisciplinar. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Patrimônio, Cultura e Sociedade*. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2024.

NOVAES, Adriano. Os caminhos antigos no território fluminense. *Inventário das fazendas do Vale do Paraíba Fluminense, 2008*. Instituto Cultural Cidade Viva. Disponível em: http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wpcontent/uploads/2008/03/textoau_toral_adriano_novaes.pdf. Acesso em: 10 mai. 2024.

NOVICKI, Victor. *O Estado e a luta pela terra no Rio de Janeiro: primeiro Governo Brizola (1983-1987)*. Dissertação apresentada à UFRRJ, 1992.

OLIVEIRA, R. R.. Fruto da terra e do trabalho humano: paleoterritórios e diversidade da Mata Atlântica no Sudeste brasileiro. *Revista de História Regional*, v. 20, p. 277-299, 2015.

PEDROZA, Manoela. Lavradores radicais: táticas da luta nos sertões cariocas (1950-68). *Trajetos: Revista de História UFC*, Fortaleza, v. 2, n. 4, p. 113-126, 2003.

PORTELLA, Eduardo. *A varíola em Magé*: memória apresentada à Inspectoría Geral de Hygiene do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typografia Aurora, 1913. Disponível em: <https://rima.ufrrj.br/jspui/handle/20.500.14407/92>. Acesso em: 24 fev. 2023.

PRADO, Walter. *História social da Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: Ecomuseu Fluminense, 2000.

QUEIROZ, Antônio. Mané Garrincha, o craque de sangue fulni-ô. *Revista Porantim*, Brasília-DF, v. XVII, n. 179, out. de 1995. Disponível em: <https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=HemeroIndio&Pesq=garrincha&id=3374005604059&pagfis=2482>. Acesso em: 13 dez. 2023.

REBELO, Pedro. *Relatório comunidades quilombolas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Koinonia / Acquilerj, 2021. Disponível em: https://kn.org.br/wp-content/uploads/2021/10/Relatorio_Quilombos-RJ-1.pdf. Acesso em: 10 jan 2024.

REIS, José de Oliveira. *O Rio de Janeiro e seus prefeitos: projetos de alinhamento*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1977.

RIBEIRO, F. A. dos S. Luta pela terra ao longo do caminho: a construção da Estrada Santo Aleixo-Piabetá e as mobilizações dos trabalhadores rurais no município de Magé/RJ. *Tempos Históricos*, [S. l.], v. 22, n. 2, p. 256-295, 2019. DOI: 10.36449/rth.v22i2.20703. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/20703>. Acesso em: 26 mar. 2024.

RIBEIRO, F. A. dos S. *Memória de Moscouzinho: os tecelões de Santo Aleixo e a liderança de Astério dos Santos*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

RIBEIRO, F. A. dos S. *A foice, o martelo e outras ferramentas de ação política: os trabalhadores rurais e têxteis de Magé/RJ (1956-1973)*. Rio de Janeiro: tese de doutorado em História, Política e Bens Culturais, CPDOC/FGV, 2015.

RIBEIRO, F. A. dos S. Pronta para ajudar os operários que a elegeram": vereadora Ilza Gouvêa e a militância das tecelãs de Magé/RJ. *Revista Tempo e Argumento*, v. 3, n. 1, p.199-209, 2011.

RODRIGUES, André Luiz Teodoro. A dinâmica da política-eleitoral na Baixada Fluminense e a atuação dos clãs familiares. XV ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUANDOS EM GEOGRAFIA. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/enanpege/2023/TRABALHO_COMPLETO_EV187_MD6_ID2978_TB931_26112023234350.pdf. Acesso em: 8 mai. 2024.

RODRIGUES, M.; GOULART, F.; FLORENTINO, G.. *Herança quilombola: Maria Conga em Magé – Baixada Fluminense*. Iniciativa Direito à Memória e Justiça Social, março de 2020. Disponível em: <https://dmjracial.com/2020/05/30/heranca-quilombola-maria-conga-em-mage-baixada-fluminense>. Acesso: 27/7/2024.

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Magé na crise do escravismo: sistema agrário e evolução econômica na produção de alimentos (1850-1888)*. Niterói: Dissertação de Mestrado apresentada à Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF), 1994.

SANTOS, Leonardo Soares dos. A construção da rede sindical rural entre os PCs de Itália e Brasil (1955-1965). *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [online], publicado em 10 outubro 2016. Acesso em: 20 abril 2024. URL: <http://journals.openedition.org/nuevomundo/69678>; DOI: <https://doi.org/10.4000/nuevomundo.69678>. Acesso em: 27/7/2024.

SANTOS, M. P. O sensível acesso ao passado: a memória e o esquecimento. In: XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2009, Fortaleza. *Anais...* Fortaleza: Anpuh Ceará, 2009, v. único. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772005_50cb47363e0bdd578d691fa2bf4497cf.pdf.

Acesso em: 10 de março de 2024.

SANTOS, Renato Peixoto dos. *Magé: A terra do Dedo de Deus*. Magé: Edição do Autor, 1957.

SANTOS, Renato Peixoto dos. *A saga dos Ullmann*. Petrópolis: Edição do Autor, 1988.

SCHATZMAYR; Herman G; CABRAL, Maoulori C. *A virologia no Estado do Rio de Janeiro: uma visão global*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012. Disponível em: https://www.fiocruz.br/ioc/media/Livro_Virologia_nova_edicao.pdf. Acesso em: 10 fev. 2023.

SCHEEL-YBERT, Rita; WESOLOWSKI, Veronica; GASPAR, MaDu; DEBLASIS, Paulo; BOYADJIAN, Célia; KLOKLER, Daniela; DIGIUSTO, Marina. Duas décadas depois das “Novas perspectivas na reconstituição do modo de vida dos sambaquieiros: uma abordagem multidisciplinar”. *Revista de Arqueologia*, [S. l.], v. 36, n. 2, p. 40-63, 2023. DOI: 10.24885/sab.v36i2.1105. Disponível em: <https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/1105>. Acesso em: 1 jun. 2024.

SILVA, C. A. de Souza e. O lugar de Tenório Cavalcanti na política do Rio de Janeiro: uma análise sobre o ano de 1954. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v. 16, n. 1, p. 256-274, 2011. DOI: 10.5433/2176-6665.2011v16n1p256. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/6875>. Acesso em: 20 abr. 2024.

SILVA, José Antônio Seixas. Família Cozzolino: parentesco, instituições e poder no município de Magé (RJ). *Revista da ASBRAP*, v. 30, p. 377-415, 2023.

SILVA, José Antônio Seixas. A devoção a Nossa Senhora da Piedade no recôncavo da Guanabara: as imagens de Nossa Senhora do Monte da Piedade de Magepe, de Nossa Senhora da Piedade de Anhum-Mirim e de Nossa Senhora da Piedade do Orago de Iguassú (Rio de Janeiro, séculos XVII a XVIII). *Rocalha*, v. 3, n. 3, p. 72-94, dez. 2022.

SILVA, José Antônio Seixas. A família Castro Abreu de Magalhães: uma análise das estratégias de mobilidade social do imigrante português na província do Rio de Janeiro (1836-1898). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Salgado de Oliveira, 2018.

SILVA, José Antônio Seixas. Algumas famílias da freguesia de São Nicolau de Suruí, no município de Magé, nos séculos XVIII ao XX. *Revista da ASBRAP*, v. 28, p. 73-122, 2021.

SILVA, Lúcia. Epidemias na Baixada Fluminense: Surto de Varíola em Magé em 1913. *Revista da Associação de Docentes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 15 maio 2020. Disponível em : : : <https://www.adur-rj.org.br/portal/epidemias-na-baixada-fluminense-surto-de-variola-em-mage-em-1913/> Acesso em: 25 jan. 2024.

SILVA, Rafael. *O Rio antes do Rio*. Rio de Janeiro: Babilônia Cultura Editorial, 2015.

SOUTO, Adriana Branco Correia. As comissões federais de saneamento da Baixada Fluminense (1910/1933). 2016. [135 f.]. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica-RJ . Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/12067>.Acesso em: 11 dez. 2023.

SOUTO, Adriana Branco Correia. Nilo Peçanha e a Primeira Comissão Federal da Baixada Fluminense: Política e Saneamento nos anos 10. In: XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE

HISTÓRIA, 2015, Florianópolis. Anais Eletrônico, 2015. Disponível em: https://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434399304_ARQUIVO_AdrianaBranco.pdf. Acesso em: 12 fev. 2023.

TEIXEIRA, Marcos. Tempo da ditadura: conflitos por terra e repressão política contra trabalhadores rurais em Magé. In: MEDEIROS, Leonilde Servolo (coord.). *Conflitos por Terra e Repressão no Campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988)*. Relatório Final. CPDA / UFRRJ, 2015. p.174-27.

TEIXEIRA, Marcos. *Conflitos por terra em diferentes configurações: um estudo de caso em Magé*. RJ. 2011. 162 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica. Disponível em: <https://rima.ufrrj.br/jspui/handle/20.500.14407/11568>. Acesso em: 10 fev. 2023

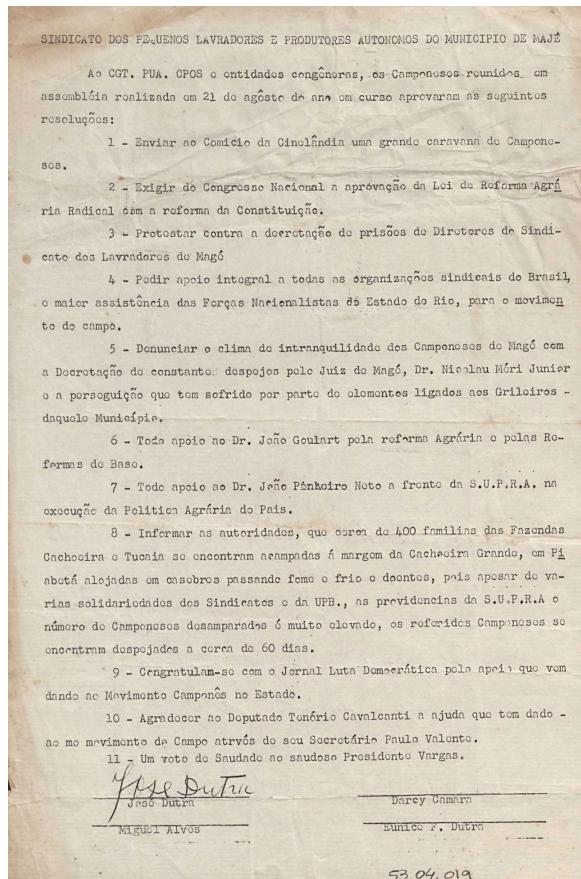
TORRES, Gênesis. As vias de comunicação e os relatos dos viajantes sobre a Baixada Fluminense. In: TORRES, Gênesis (org.). *Baixada Fluminense: a construção de uma história*. Rio de Janeiro: Inepac, 2008.

VILLA de Magé. Reprodução de imagem. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], [1845-1846]. Acesso em: 3 Mar. 2024. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1424740/icon1424740.html. Acesso em: 3 Mar. 2024.

Anexos

Anexo A

Ata de assembleia do Sindicato dos Pequenos Lavradores e Produtores Autônomos do Município de Magé (1953)



Dutra, José. Resoluções da Assembleia do Sindicato dirigidas ao CGT, PUA, CPOS e outras entidades. Manuscritos. Biblioteca Nacional. 53.04.019 Disponível em:

https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss_comodato009/mss_comodato09.jpg

Anexo B**Reprodução de matéria sobre o craque mageense Garrincha**

Página 16 **DORANTIM** Outubro de 1995

Mané Garrincha, o craque de sangue Fulni-ô



Quem diria, os bisavós de Mané Garrincha eram índios Fulní-ô, que a cidade estaria no limite da "terra incógnita". O jornalista Ruy Castro acaba de publicar na Companhia das Letras, *José (ou Xisé, na língua indí�)*, avô do jogador, deve ter nascido entre 1865 a 1875, segundo apurou Ruy Castro. Era filho da prima que leva de Fulní-ô capturados na serra da Barriga, Alagoas, para trabalhar nas fábricas e fazendas de um lugar que mais tarde seria a cidade de Quebrangulo, Alagoas, a avô de Garrincha, era filha de um negro escravo com uma índia.

Costa Ruy Castro que os Fulní-ô viviam desde o século XVIII num reágio de Águas Belas, no topo do morro, setor baixo de Pernambuco, que é a terra de origem da tribo de José. Eravam os últimos grupos indígenas da região. Segundo o jornalista, "salvou-os o fato de que, além de escapar dos arzaceus dos primeiros brancos, eles conseguiram ficar a salvo também dos jesuítas".

Nova volta de 1860, havia uns 700 índios em Águas Belas. Naquele ano, iniciou-se a invasão dos escravos para servir a escravidão das autoridades. Em 1865, cerca de cem Fulní-ô foram recrutados para lutar na Guerra do Paraguai. "Os primeiros ainda foram voluntários da pátria. Mas os demais tiveram de ser arrastados a ferro e fogo", narra Ruy Castro.

Em 1870, o aldeamento indígena foi extinto. Daqueles 700, apenas 200 sobraram no final. Os demais 500 tinham sido forçados a emigrar.

Os bisavós de Garrincha, especula Ruy Castro, provavelmente estavam entre os primeiros índios que saíram de Águas Belas por volta de 1865, quando o general Joaquim José da Cunha e o general Ipanema tentaram fixar-se na Serra do Ipoemba, já em Alagoas. Chegaram a formar uma nova aldeia mas, talvez por causa de uma outra dispersão, dirigiram-se para as proximidades de União dos Palmeiras, na serra da Barriga. Ali foram finalmente capturados e levados para os engenhos de São Luís, Maranhão e Ceará. Um deles que o Fulní-ô chamou Lai-Erla, cujo significado aproximado é "quebra e erguelo". Foi como eles entendiam o nome que os brancos deram ao lugar: Quebrangulo.

Não se conhece o registro de nascimento do avô de Garrincha ou como ele chegou ao país. Mas, segundo Ruy Castro, sabe-se que este se chamava como o predecessor o nome do caçador que o capturou, Francisco dos Santos.

José Francisco dos Santos, o avô de Garrincha, casou-se com Antônia pernambucana de 1893. Tiveram o primeiro filho em 1894, Manoel. Em 1897, quando o menino Manoel tinha 4 anos, seu segundo nascido, Manoel José, Izel e João. "Nenhum deles se diria um fulní-ô ou mesmo um índio. Sua própria mãe já era caçula, e elas também. Na verdade, eram apenas brasileiros de pele escura, num tempo e lugar áspero e, como tal, candidatos ao estigma de negros", explica Ruy Castro.

Até que, Manoel, o filho mais velho e esperto, resolveu, aos 15 anos, encantar a cidade de Quebrangulo. Manoel aprendeu a ler, a falar contas e a cultivar boas amizades. Uma delas, com o pernambucano José Peixoto da Silveira, desembocou de holandeses, "que tinha fama de poeta e jornalista" e sua filha, Adelaida, que se casou com ele. Por volta de 1915 e 1916, conta Ruy Castro, Peixoto e sua filha mudaram-se para o Rio de Janeiro, levando Manoel com eles, na condição de agregado.

Manoel engrácia-se com Adelaida, casa-se com ela às escondidas e ambos são expulsos da casa de Peixoto. Manoel vai tentar a sorte, então, na região de Magé, Estado do Rio, onde os ingleses estavam montando fábricas de tecidos. Manoel revela-se uma grande liderança. Arregimenta turmas de trabalhadores para a América Fabril, uma gigantesca fábrica que os ingleses cons-

tem em Pau Grande, uma cidade que cresceria em volta da fábrica. Próximo, Manoel manda bocatas seios fimbrais para trabalhar com ele em Pau Grande, logo depois da morte de seu pai.

Amaro, que era sapateiro, havia se mudado para Olinda. Casou-se em 1924 com a pernambucana Maria Carolina. No final desse ano, Amaro partiu num vapor para o Rio de Janeiro, onde se instalou, inicialmente, em Raiz da Serra, o nome nordestino da cambucaria, passarinho marrom, listrado de preto nas costas.

Era o seu Mané, o craque que anos depois empolgaria o Brasil e o mundo com os seus dribles impossíveis.

Antônio Carlos Queiroz

Fonte: Periódicos\Porantim\1995\XVII nº 179 – Outubro-95 (1) Disponível em:

[https://www.docvirt.com/doctreader.net/DocReader.aspx?bib=HemeroIndio&pesq=garrinha&hf=armazemmemoria.com.br&pagfis=2482.](https://www.docvirt.com/doctreader.net/DocReader.aspx?bib=HemeroIndio&pesq=garrinha&hf=armazemmemoria.com.br&pagfis=2482)

2

GUAPIMIRIM

Silene Orlando Ribeiro

Foto 10 – Guapimirim



Atribuição: By Filipo tardim - Own work, CC BY-SA 4.0,
<https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=123471121>

Apresentação

Este texto foi pensado para subsidiar as suas aulas de história sobre o município de Guapimirim. Os processos e atores históricos aqui elencados fazem parte de escolhas em um amplo repertório de temáticas e abordagens. O que orientou esse repertório? Primeiramente, estabelecer uma narrativa histórica acessível, em que grupos sociais silenciados ou apagados nos manuais escolares e narrativas tradicionais sobre Guapimirim pudessem ser contemplados. Em segundo lugar, refletir sobre as dissonâncias e rupturas e as permanências.

Na primeira parte do texto, traremos dados gerais sobre o município de Guapimirim de cunho estatístico-geográfico, visando tanto enriquecer futuras aulas como pontuar as especificidades de Guapimirim no contexto da região metropolitana do Rio de Janeiro. Optei por um recorte de longa duração, iniciando com a história indígena profunda e os paleoterritórios de Guapimirim, o sambaquieiro e o tupinambá. Há uma profusão de sambaquis no território, e é importante refletir sobre os significados desses sítios arqueológicos.

Em seguida, analiso os processos que produziram o espaço de Guapimirim desde os contatos luso-indígenas que deram origem ao processo de ocupação da região a partir do século XVI. Traço um panorama do processo de formação da sociedade guapimiricense até o século XIX, analisando o sistema escravista e aspectos econômicos naquela sociedade.

Na seção seguinte do texto, discuto o processo de emancipação, apresentando aspectos relevantes da sociedade mageense e que impulsionaram o movimento emancipacionista, como a crise da saúde na década de 1980.

Recuperamos as narrativas sobre os processos históricos de criação da Área de Proteção Ambiental (APA) de Guapimirim e demais áreas de conservação com o intuito de provocar uma reflexão sobre as disputas de ocupação da região de Guapimirim durante o regime militar, tanto para propiciar reflexões sobre a formação fundiária daquele território como também para pontuar a importância dos movimentos sociais e das lutas de diferentes atores sociais contra os projetos hegemônicos durante o governo do general João Figueiredo. As lutas dos pescadores e catadores de caranguejo são fundamentais para o entendimento sobre o mundo do trabalho e os desafios dos trabalhadores e trabalhadoras artesanais no contexto de áreas de

conversão e preservação de biomas. Na última parte do texto, abordo o papel da agricultura familiar e das festividades religiosas para as sociabilidades operárias em Guapimirim.

O município de Guapimirim integra a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro. Localizado em um vale entre a serra dos Órgãos e o recôncavo da Guanabara, na porção norte, Guapimirim tem como áreas limítrofes os municípios de Petrópolis e Teresópolis. Na porção sul, seu limite é o município de Itaboraí, enquanto Magé é o município vizinho a oeste e Cachoeiras de Macacu a leste. Possui área territorial de 358,443 km², ocupando cerca de 7,7% da área total do estado do Rio de Janeiro. Sua densidade populacional corresponde a 144,22 hab/km², sendo o 37º município mais populoso do estado do Rio de Janeiro. Seu Produto Interno Bruto per capita (PIB) é de R\$21.920,68 (2021), conferindo a Guapimirim a posição de 92^a economia no ranking estadual.

De acordo com dados do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), Guapimirim tem uma população de 51.696 habitantes. Desse quantitativo, 26.561 são indivíduos do sexo feminino e 25.135 do sexo masculino, indicando que a população guapimiricense é majoritariamente feminina. Quanto à formação étnico-racial, no município, 18.859 pessoas se consideram brancas, 8.955 se declaram pretas, 23.788 são pardas, 51 se declararam amarelas e 43 indígenas.

Em contrapartida, os dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) demonstram que o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) que mapeia longevidade, educação e renda (Atlas, do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013), situam Guapimirim na 1969^a posição, conferindo-lhe a 6^a posição no conjunto de municípios da Baixada Fluminense. Ou seja, apesar do crescimento existem problemas sociais que são desafios para o poder municipal.

Um desses problemas está relacionado ao percentual de habitantes que dispõem de esgotamento sanitário adequado. No município de Guapimirim, 68,5 % dos habitantes têm acesso a saneamento básico.

Há o registro de 28 pessoas quilombolas. De acordo com pesquisa realizada pelo Fórum Grita Baixada, o percentual da população negra em Guapimirim é de 60,56%. (Boletim, 2021, p. 4).

Entre 2020 e 2021, observou-se na Baixada Fluminense o aumento da letalidade policial. Em 6 de junho de 2020, durante a pandemia de covid-19 o Ministro do Supremo Tribunal Federal Edson Fachin decretou a completa proibição de operações policiais nas favelas e periferias no Rio de Janeiro. No entanto, de acordo com os dados obtidos pela Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial, ocorreram no estado do Rio de Janeiro, entre junho e julho de 2020, 34 operações policiais por batalhão. Deste total, 26 operações policiais ocorreram na Baixada Fluminense, com o 34º Batalhão, sediado em Magé, realizando duas operações em Guapimirim.

Até o final da década de 1980, Guapimirim foi o 3º distrito do município de Magé. Seu território está dividido em três distritos, Guapimirim, Vale das Pedrinhas e Citrolândia, que abarcam 29 bairros: Bananal, Barreira, Caneca Fina, Centro, Cotia, Garrafão, Iconha, Jardim, Guapimirim, Limoeiro, Monte Olivete, Orindi, Paiol, Parque Freixal, Parque Silvestre, Parada Ideal, Parada Modelo, Paraíso, Parque Santa Eugênia, Quinta Mariana, Corujas, Segredo, Vale do Jequitibá, Granja Cadetes Fabres, Parque Nossa Senhora d'Ajuda, Vale das Pedrinhas, Várzea Alegre, Vila Olímpia, Jardim Janaína e Citrolândia.

Antes de Guapimirim: da ocupação ancestral da região oeste do recôncavo da Guanabara até o século XX

Diferentes atores históricos em diferentes épocas actuaram no processo de construção do território que veio a se transformar no município de Guapimirim. Se recuarmos no tempo cerca de 8.000 e 5.000 anos, de acordo com as pesquisas arqueológicas, a região ocupada hoje pelo município de Guapimirim era habitada por populações sambaquieiras. De acordo com estudos acadêmicos recentes, os povos dos sambaquis foram responsáveis pela produção de uma cultura marítima, saberes náuticos, botânicos, geográficos e geológicos que constroem a paisagem, a memória, a história e o patrimônio cultural daquele território (Rizzi, 2011).

A ocupação das populações sambaquieiras do que virou atual território de Guapimirim pode ser identificada pela presença de um conjunto de cerca de 20 sítios arqueológicos, dos quais 14 já foram escavados e analisados. Localizado entre o rio Guapimirim e o canal Magé-Mirim, encontra-se o sambaqui Sernambetiba, na propriedade pertencente ao Grupo Sendas, do lado direito da BR-493 sentido Niterói, cerca de 3 km da entrada do município de Magé e 5 km da baía de Guanabara.

O sambaqui Seu Jorge localiza-se a 14 km de baía de Guanabara. O sambaqui da Rua 13 foi descoberto sob uma casa. Ao redor dessa construção, há conchas e líticos, e ela pode ser acessada através da rua Oito, no Vale das Pedrinhas. Também no Vale das Pedrinhas foi identificado o sambaqui Rio das Pedrinhas, medindo cerca de 4,20 m de altura e 1.200 m², a cerca de 500 m de distância do KM 32 da BR-493. Nas imediações do rio Caceribu encontra-se o sambaqui Meia -Noite, onde foram encontrados ostras e berbigões (*Cerastoderma edule*). Entre os rios

Magé e Guapimirim, encontra-se o sambaqui Menezes, ocupando uma área de 2.000 m² por 1,2 m de altura, cerca de dois lotes na região do Vale das Pedrinhas, próximo da rua 31.

O sambaqui Guaraí-Mirim localiza-se entre a margem direita do rio Macacu e o rio Guaraí, próximo à vala de Sernambetiba, numa área de 48 x 18 m, medindo cerca de 5 metros de altura, perto da antiga estrada de ferro. Há também o sambaqui Guapi, o sambaqui Cordovil, situado a 200 metros noroeste do sambaqui Fernando, que fica entre os rios Magé e Guapimirim. O sambaqui Bulcão I fica a 9 km da baía de Guanabara, localizado na estrada Itambi-Visconde, em uma propriedade particular. Também em uma propriedade particular e na mesma estrada está o sambaqui Bulcão II. O sambaqui Arapuan, que apresenta enterramentos humanos, localiza-se entre o rio Guapi e o canal Caioba, no Vale das Pedrinhas, no lado norte da BR-393. O sambaqui Amourins, também com sepultamentos humanos, está às margens do Rio Guapimirim e um canal de drenagem ativo, na faixa de território que corresponde à bacia do Macacu. De acordo com as pesquisas realizadas nos sambaquis da região de Guapimirim (Gaspar, 2004; Pinto, 2009; Almeida, 2011), alguns revelaram ocupação ininterrupta por cerca de 1.000 anos, evidenciando populações sedentárias e consumidoras de uma dieta à base de marisco, principalmente, pescado e vegetais. O seja, entre 7.000 e 5.000 anos antes do presente, populações paleoindígenas viveram no paleoterritório de Guapimirim (Gaspar, 2019). De acordo com Rita Scheel-Ybert (2023), há fortes indícios de que os sambaquieiros foram responsáveis pelo protocultivo de diversas espécies vegetais, manejo de várias árvores e palmeiras da Mata Atlântica, replantio dos tubérculos que eram a base da dieta alimentar, a domesticação de plantas e o desenvolvimento de atividades pesqueiras. Ou seja, atuaram

intensamente sobre aquele paleoecossistema. Duque de Caxias, Guapimirim, Magé, Niterói e São Gonçalo compartilham essa condição de terem surgido sobre extensa área de ocupação sambaquieira.

As migrações dos grupos tupis, ocorridas há cerca de 2000 anos, mudaram o panorama populacional do litoral da baía da Guanabara. As narrativas tradicionais e de memorialistas sobre o processo de formação do território de Guapimirim citam a presença dos povos timbiras, na região do vale das Pedrinhas, como populações originárias naquela localidade. São designados timbiras os povos do tronco macrojê, como os apinayés, canelas-apanyekrás, canelas-ramkokamekrás, gaviões-parkatejês, gaviões-pykopjês, krahôs e krinkatís, localizados nas regiões do sul do Maranhão, leste do Pará e norte do Tocantins. Não há registros para o território de Guapimirim da presença desses povos ou de processos de dispersão envolvendo os timbiras. A literatura antropológica e as pesquisas históricas evidenciaram a presença de populações indígenas do tronco tupi, os denominados tupinambás no entorno da baía de Guanabara e no território ancestral de Guapimirim. De acordo com Rafael Silva (2019), em 1579, as cartas de sesmaria indicam a existência na bacia do rio Guapimirim da aldeia Jagarapó, possivelmente uma aldeia temiminó. Por volta do século XVI existiam entre 80.000 e 100.000 indígenas no litoral do Rio de Janeiro e de São Paulo. No caso do recôncavo da Guanabara, havia uma forte presença dos grupos tupinambás.

O termo “Guapimirim”, que nomeia aquela municipalidade, é uma marca da presença dos indígenas tupinambás no território. Para Pedro Guedes Alcoforado (1950), Guapimirim tem origem na palavra *Guatupi*, que significa “nascente de rio”. De acordo com Moacyr Carvalho, o termo *aguapé*, em tupi antigo, designa uma “planta aquática da família das pontederiáceas, gênero *Eichhornia*” (1987, p. 9). Eduardo Navarro

identifica o substantivo *ii* como água (2016). Já o adjetivo *miri* ou *mirim* quer dizer “muitas coisas miúdas ou pequenas” (1987, p.176). Rafael Silva (2015) considera o nome “Guapimirim”, composto das palavras *agûapé-y-mirim* significando “o rio pequeno dos aguapés”. A *Eichhornia crassipes* é conhecida popularmente por vários nomes: aguapé, baronesa, camalote, jacinto-d’água, murumuru, mururé, pareci, pavoã e rainha-dos-lagos. Além de servir como filtro e purificadora das águas, essa planta apresenta funções fitoterápicas como diurético, depurativo e fungicida. Também pode servir de alimento para os seres humanos desde que bem cozida, sendo apontada por Silva (2015) no recôncavo da Guanabara e adjacências. Quem hoje circula pelo território de Guapimirim ainda encontra uma profusão de aguapés pelas lagoas, rios e mangues.

O rio Guapimirim integra hoje a sub-bacia hidrográfica Guapi-Macacu; nas suas margens e áreas adjacentes localizavam-se as aldeias tupinambás. O pesquisador Walter Prado menciona em seu livro *História social da Baixada Fluminense* (2000) que os primeiros contatos dos portugueses com a região de Guapimirim ocorreram quando a expedição chefiada por Martim Afonso de Souza, realizada em 1º de janeiro de 1531, rumou para a serra dos Órgãos após o processo de reconhecimento da baía de Guanabara.

Após o processo de pacificação do Rio de Janeiro, por volta de 1566, a distribuição de sesmarias no fundo da baía de Guanabara fomentou a ocupação. No século XVIII, a freguesia de Nossa da Ajuda de Guapimirim, fundada em 1674, pertencente à vila de Magé, contava com 356 fogos e 1.936 habitantes; desse total, 970 indivíduos formavam a população de escravizados, 4 engenhos e 4 irmandades (Fridman, 2009). A produção de gêneros agrícolas, como açúcar, frutas, a criação de

animais, a produção de farinha de mandioca e a extração de madeiras dinamizaram a economia local nesta etapa.

No século XVIII, com a construção do Caminho de Inhomirim — uma alternativa ao Caminho Novo do Pilar para acesso à região mineradora — realizada pelo sargento-mor Bernardo Soares Proença, filho da família Soares Proença, proprietária de terras, escravizados e produtora de gêneros agrícolas em Santo Antônio de Suruí, a região abarcada pela freguesia de Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim prosperou com o recebimento de tropeiros e como local de passagem dos viajantes em direção ao distrito das Minas Gerais. A existência de uma igreja colada, de Nossa Senhora da Ajuda, e de três capelas filiais, Nossa Senhora da Cabeça, Nossa Senhora da Conceição e Santana são também indicativos do crescimento populacional que a freguesia de Guapimirim alcançou ao longo dos séculos XVII e XVIII.

Imagen 1 - Igreja de Nossa Senhora da Conceição do Soberbo, século XVIII



Foto: Silene Orlando Ribeiro

No início do século XIX, a região já havia se consolidado como área escravista e produtora de gêneros agrícolas. O bioma Mata Atlântica atraiu naturalistas como Karl Friedrich von Martius e Johann Baptist von Spix. Na viagem científica que realizaram ao Brasil, entre 1817 e 1820, ficaram hospedados na fazenda Conceição, onde atualmente

funciona a Casa Museu Von Martius, localizada no Parque Nacional da Serra dos Órgãos. No século XIX, por volta de 1844, na região da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim começaram as obras de construção de uma nova estrada por terra, a Magé-Sapucaia, passando pela área do Frechal (Bananal), Barreira, Garrafão e Alto da Boa Vista (Soberbo). Ficou a cargo de Guilherme Pinto de Magalhães a construção da via. Os problemas para concretização da empreitada levaram a criação de um pedágio para manutenção da rota.

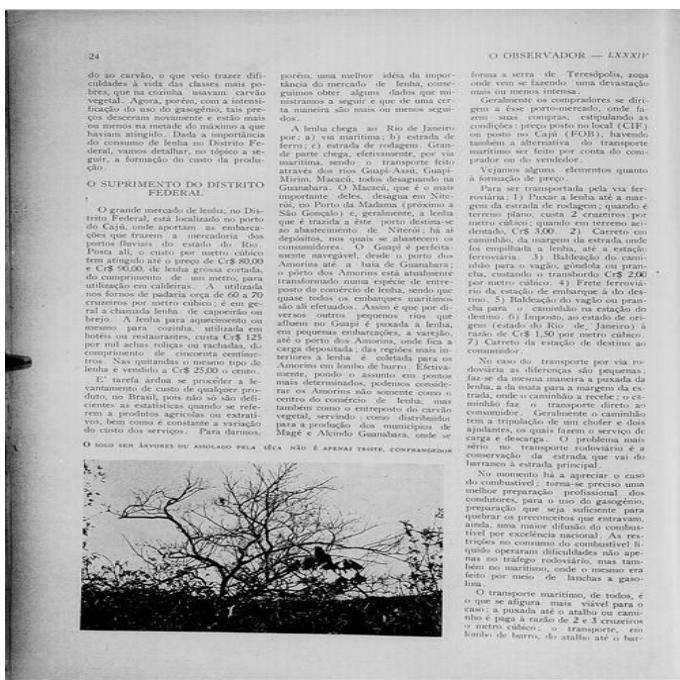
Em 1896, a inauguração da estrada ferroviária ligando Piedade e Guapimirim, cujo trajeto durava três horas, foi um fator de profunda transformação para o deslocamento de pessoas e mercadorias na região. Nas duas primeiras décadas do século XX, trechos de linhas ferroviárias foram sendo ampliados até que a estação ferroviária de Raiz da Serra (Guapimirim) foi inaugurada no ano de 1926, sendo um marco para a região. O projeto da rodovia Rio-Teresópolis já existia desde 1933. No entanto, inúmeras questões só tornaram possível a sua execução a partir de 1947.

Imagen 2: Marco da Estrada de Ferro Teresópolis encoberto pela vegetação



Foto: Silene Orlando Ribeiro

O Observador Econômico e Financeiro (RJ).



O Observador Econômico e Financeiro (RJ). Ano 1943\Edição 00084 (1).

Fonte: Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional.

De acordo com Rocha et al. (2012), 7.026 habitantes formavam a população de Guapimirim por volta da década de 1950. Ferroviários e agricultores constituíam a maior parte desse contingente populacional. Por muito tempo a extração de madeiras integrou a economia das famílias daquela localidade. Datado de 1943, o documento a seguir revela uma intensa atividade madeireira envolvendo o Rio de Janeiro, Magé e Guapimirim.

A emancipação de Guapimirim

O processo de redemocratização da sociedade brasileira trouxe novas questões e lutas políticas para a Baixada Fluminense a partir da década de 1970. A organização e atuação dos movimentos sociais, o

surgimento de grupos políticos e o surgimento de novas elites políticas acirraram disputas por poder e pelo controle dos territórios. É nesse cenário que ocorreu o processo de emancipação de Guapimirim de Magé. Em entrevista, ex-vereador de Guapimirim e participante do movimento emancipacionista Oswaldo Vivas informa que os moradores do 3º Distrito de Magé estavam às voltas com inúmeras calamidades, ausência de equipamentos básicos de saneamento, segurança etc. E desejavam se libertar daquela escassez

Em uma reportagem de 5 de junho de 1989, o jornal *O Fluminense* anunciaava um ato público em 1º de junho de 1989, para o qual eram esperadas cerca de cinco mil pessoas. Adib Maluf, um dos emancipacionistas, expressou uma das motivações do “Guapi Agora”, nome dado ao movimento pró-emancipação de Guapimirim: “Entendemos que a única maneira de o distrito conseguir as obras de que necessita é ter um governo próprio.”

No dia 25 de novembro de 1990, compareceram às urnas para votar em plebiscito 9.420 eleitores. Desse total, 9.080 votaram a favor da emancipação, 189 votaram contra, 80 votos foram nulos e 71 votaram em branco. Em 7 de dezembro de 1990, o processo nº 450/89 – Classe X/53 era publicado no *Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro* com o parecer favorável à emancipação de Guapimirim. A Lei Estadual nº 1.772, de 21 de dezembro de 1990, garantiu a emancipação do município.

A malha municipal fluminense mudou de configuração entre 1985 e 1993, com o surgimento de 22 novos municípios. De acordo com estudo de Breamaker (1993), os processos de emancipação teriam motivações relacionadas à extensão territorial do município, as deficiências da administração, o crescimento populacional e a presença de intensas atividades econômicas na área municipal.

Para Rudolf Noronha (1993), que estudou os processos de emancipação fluminenses, motivações “administrativas”, “econômicas por estagnação”, “econômicas por crescimento” e “políticas” estiveram presentes nos processos emancipatórios de Japeri, Belford Roxo, Queimados e Guapimirim. Segundo esse pesquisador, todas as emancipações tiveram conotação política. No entanto, é em Japeri que essa motivação adquire maior significado. No caso de Queimados, Belford Roxo e Guapimirim, as motivações “econômicas por crescimento”, guardadas as diferenças e as especificidades, teriam adquirido maior peso. Em Belford Roxo, a existência de uma unidade da Bayer, importante indústria química; em Queimados, a presença de um complexo industrial; e em Guapimirim, a existência de duas potentes fábricas. Três fatos que corroboram esses argumentos.

De acordo com Roberto Féo (2012), entre 1979 e 1988 já podiam ser observados movimentos em prol da emancipação de Guapimirim. A redemocratização da sociedade brasileira trouxe novo fôlego para iniciativas populares e a possibilidade de construção de projetos políticos de setores alijados durante a ditadura civil-militar.

A participação das elites políticas de Teresópolis e Magé na emancipação político-administrativa de Guapimirim é algo que deve ser considerado. Políticos ligados ao Partido Democrático Social, como Roberto Pereira Pinto, o Robertão, atuante em Teresópolis; Adib Farah Maluf, presidente da Câmara dos Vereadores e vereador por Magé; e Nelson Costa Mello, o Nelson do Posto, também vereador mageense, actuaram no sentido de capitalizar politicamente as demandas populares.

Em 1872, a população de Guapimirim contava com 2.597 habitantes.¹⁰ Nos idos da década de 1980, período em que o movimento

¹⁰ Recenseamento Geral do Brasil, 1872. Arquivo do IBGE citado por Rocha (2012, p. 38).

pró-emancipação toma corpo, a população contabilizava 23.188 habitantes, cuja maioria vivia na área urbana.¹¹ Ou seja, o crescimento populacional significativo implicava o oferecimento de equipamentos de saneamento básico, saúde, educação e políticas públicas.

É interessante pontuar que as redes de telefones só foram expandidas no distrito de Guapimirim a partir de 1981. Um editorial do jornal *O Fluminense*, datado de 15 de janeiro de 1983, chama a atenção para o descaso do prefeito de Magé, Hiram Menezes Monteiro (substituto do prefeito Olívio de Matos por conta do falecimento), em relação ao distrito de Guapimirim. Interessante é a chamada para a matéria, onde lê-se a palavra “ABANDONO” em caixa-alta.

Os problemas com iluminação pública, abastecimento de água, transportes coletivos e segurança pública são as principais demandas citadas no editorial. Um outro aspecto importante é a menção aos vereadores de Magé, que, apesar de serem moradores de Guapimirim, nunca fizeram nada pelo distrito. São citados os nomes de Gastão Eduardo Brust Garcia, Nazir José Antunes, João da Costa, Moacir Ribeiro Costa, Heitor Goulart Pacheco e Adib Farah Maluf, apontado como aliado político e candidato que Hiram Monteiro “tentou impingir ao eleitorado” e, mesmo assim, não realizou um mandato que atendesse às demandas populares.

Nas eleições de 1982, o PDS de Magé lançou três nomes para concorrer à prefeitura: Renato Cozzolino, Adib Farah Maluf e Magid Repani, ex-assessor da Secretaria Estadual de Agricultura e ligado a Chagas Freitas. Venceu Renato Cozzolino, que, de acordo com a imprensa, era considerado pelos adversários como “inimigo ferrenho de Brizola e das associações de moradores”. Adib Maluf recebeu a

¹¹ Ibidem.

Secretaria de Turismo e um parente de Magid, Fernando Repani, assumiu a pasta dos Transportes. Apesar das críticas contundentes, Repani e Maluf continuaram atuando no cenário político de Magé.

Dois anos antes, em novembro de 1980, durante uma reunião na Câmara Municipal de Magé, membros do diretório regional do PDS Magé apresentaram a candidatura do então prefeito de Niterói, Moreira Franco, ao governo do estado do Rio e Janeiro nas eleições diretas de 1982. Magid Repani, em gesto simbólico, assinou a ficha de filiação partidária ao PDS na presença do senador Amaral Peixoto e do vice-governador Hamilton Xavier. Também participaram da cerimônia o deputado federal Saramago Pinheiro, o deputado estadual Flávio Palmier da Veiga e o prefeito de Magé, Olívio Matos, eleito pelo Movimento Democrático Brasileiro, que aproveitou a ocasião e também ingressou no PDS.

Alguns meses após a criação do Partido Democrático Social (PDS), em 1980, Amaral Peixoto ameaçou abandonar o PDS do Rio de Janeiro por conta do “descuido” da direção partidária com as regiões do interior e a Baixada Fluminense. As transformações oriundas do processo de abertura política e a extinção do bipartidarismo, em 29 de novembro de 1979, traziam para o campo político novos atores que deveriam ser considerados. A aproximação dos políticos do PDS com o processo emancipatório de Guapimirim não parece ter sido mera coincidência, mas uma tentativa de manutenção do amaralismo naquele território. Nas eleições de 1982, o PDS elegeu oito vereadores em Magé, o Partido Democrático Trabalhista fez quatro vereadores, o Partido Trabalhista Brasileiro elegeu quatro e o PMBD elegeu três parlamentares. O Partido dos Trabalhadores não elegeu nenhum vereador no município.

Ao longo da década de 1980, o crescimento populacional e econômico do distrito de Guapimirim foi considerável. Este aspecto foi crucial para o desenvolvimento do processo emancipatório. As mídias

locais, como o jornal *Guapi News* e o *Jornal de Guapi*, abraçaram o projeto emancipacionista com bastante força. Gilberto Duarte e Tassélio Pereira, entre outros jornalistas, produziram editoriais conclamando a população para aderir à luta por emancipação.

De acordo com Walter Prado (2000), o movimento pró-emancipação se desenhou quando, em 10 de maio de 1989, ocorreu o envio de um abaixo-assinado com 153 assinaturas de moradores do distrito de Guapimirim pelo deputado Roberto Pinto, o Robertão, ao deputado Gilberto Rodrigues, presidente da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro.

O movimento foi denominado “Guapi Agora: Movimento Pró-Emancipação de Guapimirim” (Rocha, 2012). A primeira reunião para discutir a emancipação de Guapimirim aconteceu no Esporte Clube Central, realizada em 27 de abril de 1989, com a participação de trabalhadores, docentes, políticos e membros das associações de moradores. Nessa mesma reunião foi formada por voto uma comissão que ficaria responsável por obter as assinaturas para dar continuidade ao processo emancipatório.

Em 12 de junho de 1989, após passar pela Comissão de Constituição e Justiça, tendo como relator o deputado Luiz Barbosa, o pedido recebeu provimento. Em 14 de julho de 1989, o deputado Mesquita Bráulio, presidente em exercido da Alerj, encaminhou ofício ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, para analisar as questões da extensão territorial e das fronteiras do potencial município. O passo seguinte foi acionar o TRE para contabilizar o total de eleitores e a Secretaria de Estado da Fazenda. O distrito de Guapimirim contava com 14.232 eleitores.

Muitas foram as disputas, confrontos e estratégias para dissipar o movimento autonomista. Afinal, de acordo com as observações do deputado Roberto Pinto, o Robertão, do Partido da Frente Liberal, o

distrito de Guapimirim representava metade da arrecadação de Magé. Entre setembro e novembro de 1989, o prefeito de Magé, à época, Renato Cozzolino Sobrinho (PMBD), tentou criar o 7º Distrito, Vale das Pedrinhas, dividindo Guapimirim para sustar o processo de autonomia em curso (Autonomista, 1989). No entanto, questões internas, como os embates gerados pela produção de dois projetos de lei similares para embasar o ato do Executivo e dividir o 3º Distrito, propostos por Eloy Franco Gulão, vereador eleito pelo Partido Democrático Cristão, e por Arlindo Bittencourt Motta, vereador pelo Partido Liberal, geraram acusações e discussões acaloradas durante a sessão de votação do projeto..

Nas primeiras eleições realizadas no município em 1992, Nelson Costa Mello, ex-vereador por Magé, foi eleito prefeito, tendo como vice-prefeito Ailton Vivas. Ambos foram apoiadores da autonomia do 3º distrito desde o surgimento das primeiras propostas, repudiadas pelo prefeito de Magé, Renato Cozzolino. Guapimirim alcançou sua condição oficial e municipalidade em 1º de janeiro de 1993 (Lobo; Santos, 2022).

Guapimirim: da emancipação até o tempo presente

No ano de 1996, três anos após a emancipação, as desigualdades sociais, as irregularidades sanitárias e os problemas de saúde pública em Guapimirim prosseguiam de forma aguda. Nesse período, a ocorrência do parasita *Schistosoma mansoni*, causador da esquistossomose, no sistema hídrico de Guapimirim revelou a ausência de saneamento básico naquele território (Soares, 1998). Uma outra questão foi o envolvimento do município, em 1996, em denúncias de que as bolsas de sangue usadas para transfusão não recebiam testagem para doenças como hepatite, sífilis e aids. Segundo dados da Fundação Oswaldo Cruz/Ministério da Saúde, o Brasil contabilizava 22 mil casos

de HIV em 1996. A aids ampliou sua contaminação em mulheres, pessoas com quadros de vulnerabilidade social e pauperização. Outro fenômeno pontuado pela Fiocruz foi o da escalada de contágio nas áreas do interior do Brasil e periferias.¹² Em 1994, 257 pessoas foram contaminadas no estado do Rio de Janeiro após receberem transfusões de sangue sem testagem. De acordo com os dados da Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, a chamada CPI do Sangue, e do jornal *Folha de S. Paulo*,¹³ o estado do Rio de Janeiro realizava cerca de 34.650 transfusões de sangue sem as testagens laboratoriais sorológicas dos doadores para hepatite, sífilis e aids em Mangaratiba, Magé, Guapimirim, Itaboraí, Parati, Engenheiro Paulo de Frontin, Miguel Pereira, Trajano de Moraes, Itaguaí, Miracema, Santo Antônio de Pádua, Cambuci Itaocara e São Fidélis.

Em 18 de junho de 1996, o deputado estadual Carlos Minc (PT) encaminhou à Defesa da Cidadania da Procuradoria do Estado do Rio de Janeiro um documento sobre os bancos de sangue evidenciando como a população estava exposta à contaminação por hemoderivados.

No Brasil, o Programa Nacional de Sangue e Hemoderivados (Pró-Sangue) foi criado em 1980 através da Portaria Interministerial nº 7 (Ministério da Saúde/Ministério da Previdência e Assistência Social) (Carrazzone; Brito; Gomes, 2004). A Constituição Federal de 1988 estabeleceu uma política pública de hemoterapia através dos artigos 197 e 199 que asseguravam controle, fiscalização e regulamentação do sangue e dos hemoderivados e também proibindo a sua comercialização. O Decreto n. 95.721/1988, que regulamenta a Lei n. 7.649/1988, tornou obrigatórios o cadastro de doadores e a testagem laboratorial sorológica para assegurar

¹² FIOCRUZ. O vírus da aids 20 anos depois. <https://www.ioc.fiocruz.br/aids20anos/linhadotempo.html>

¹³ <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/5/24/cotidiano/2.html>

a qualidade do sangue e coibir a propagação de doenças. Ou seja, quando estourou o escândalo do sangue no Rio de Janeiro, já havia uma legislação sobre os hemoderivados ignorada pelos gestores da Prefeitura de Guapimirim e outros 14 municípios do estado do Rio de Janeiro.

O impacto da notícia de que as bolsas de sangue utilizadas nos 15 municípios do Rio de Janeiro para transfusões não eram testadas foi grande entre setores da sociedade civil e autoridades sanitárias gerando debates e a produção de legislação que assegurasse maior controle e a qualidade dos hemoderivados. A criação do Programa Nacional de Controle de Qualidade Externo em Sorologia (PNCQES) se deu através da Portaria n. 1.840/setembro de 1996, do Ministério da Saúde (Carrazzone; Brito; Gomes, 2004) e surgiu como medida para assegurar que as transfusões de sangue ocorressem sem os riscos de contágio de hepatite, sífilis e aids. De acordo o Departamento de HIV/Aids, Tuberculose, Hepatites Virais e Infecções Sexualmente Transmissíveis do Ministério da Saúde (MS, 2022), entre 1980 e 2010, cerca de 106 pessoas eram soropositivas no município de Guapimirim, sendo 61 homens e 45 mulheres.

É importante pontuar que não há dados disponíveis sobre sífilis, hepatite para o período anterior a 2010, período concomitante ao escândalo do sangue. No tempo presente, Guapimirim conta com um único hospital para atendimento da população, o Hospital Municipal José Rabello de Mello, credenciado no Cadastro de Estabelecimentos de Saúde (CNES) desde 16 de fevereiro de 2009. A Clínica de Assistência Especializada, voltada para o tratamento de DST, HIV e Aids consta no CNES desde 17 de dezembro de 2013.

Durante a pandemia de covid-19, ficaram mais evidentes as desigualdades sociais e econômicas, a precariedade de saneamento básico e a ausência de equipamentos de saúde na Baixada Fluminense

(Rocha, 2021). As questões de classe, gênero e raça ganharam mais força com o quadro pandêmico (Harvey, 2021). Também as questões do poder e as redes de corrupção adquiriram outros significados nas chamadas periferias imediatas e nas periferias estendidas, como o município de Guapimirim.

Em 2020, em meio às questões sanitárias e de saúde coletiva da pandemia de covid-19, o secretário de Saúde de Guapimirim, Roberto Petto Gomes, foi exonerado pelo prefeito Jocelito Pereira de Oliveira, por recomendação do Ministério Público do Rio de Janeiro, e perdeu os direitos políticos por oito anos. O processo por improbidade administrativa n. 0000351-73.2011.4.02.5115¹⁴ fazia referência à época que Petto Gomes era prefeito de Teresópolis, entre os anos de 2003 e 2008.

Naquela ocasião, acumulava o cargo de chefia na Fundação Educacional Serra dos Órgãos e o de prefeito, sendo ao mesmo tempo fiscal de convênios com a prefeitura naquela instituição e o proponente de convênios via Prefeitura de Teresópolis na referida fundação. Com a condenação, teve de devolver aos cofres públicos a quantia de R\$800,000,00 (Schmidt, 2020).

As inúmeras solicitações do MPRJ só foram acatadas após denúncias de superfaturamento nos contratos para compra de material hospitalar para enfrentamento da covid-19 pelo ex-secretário Roberto Petto com a empresa Primer Comercial & Distribuição. Tais contratos foram fechados por R\$723.333,00, montante muito alto e feito em um processo sem licitação. Esse episódio tanto reforçou as dinâmicas territorial-eleitorais (Santos, 2019), que articulam a presença da elite política de Teresópolis desde a emancipação de Guapimirim naquele

¹⁴ MPRJ obtém a exoneração do secretário municipal de Saúde de Guapimirim. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

território, quanto evidenciou como a dominação territorial, a corrupção e a construção de redes são faces da política guapimiriense. Após o processo de exoneração de Roberto Petto, o próprio prefeito, Zelito Tringuelê, foi cassado, perdendo os direitos políticos por três anos, o direito de estabelecer contrato com o serviço público e condenado a pagar multa de R\$50.000,00 por danos porque, ao longo da sua gestão (2017-2020), não publicou dados sobre os contratos licitatórios, folhas de pagamentos de funcionários e pessoal da prefeitura (França, 2021). Zelito Tringuelê tinha sido denunciado pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, em 2019, por descumprimento Lei da Transparência (Lei Complementar n. 131/2009) e da Lei de Acesso à Informação (Lei n. 12.527/2011).

Superfaturamento de materiais para o enfrentamento da covid-19 e nepotismo foram outras questões que contribuíram para a cassação. Sob um conjunto de representações institucionais que aludem ao “exuberante e paradisíaco”, a população de Guapimirim tem enfrentado inúmeros desafios para lidar com as múltiplas desigualdades que atravessam aquele território.

Em 8 de junho de 2021, durante uma sessão solene na Câmara Municipal de Guapimirim, foram rejeitados projetos para a criação de um hemocentro neonatal, um programa de habitação para famílias de baixa renda e estratégias para a recuperação de nascentes. Os vereadores Claudio Vicente Vilar (Magal), Rosalvo de Vasconcellos Domingos (Rosalvo Filho), Halter Pitter dos Santos da Silva (Pitter), Augusto Márcio Ramos de Souza (Guto do Depósito) e Alex Rodrigues Gonçalves (Leleco) foram os responsáveis pela exclusão das propostas de projetos (Vereadores, 2021). No tempo presente, projetos políticos ancorados em particularismos, nepotismos, corrupção e ausência de compromisso com a população do território guapimiriense tem

acentuado as desigualdades sociais. Hogemann et al. (2022) pontuaram como os dados sobre Guapimirim estão desatualizados desde 2018, efeito da gestão do prefeito Zelito Tringuelê, desastrosa para aquela coletividade e para o fornecimento de dados que consubstanciem pesquisas acadêmicas e/ou institucionais.

Os catadores de caranguejos e pescadores artesanais em Guapimirim

A indústria do petróleo é a maior inimiga da pesca no Estado do Rio.

José Maria Pugas

No território de Guapimirim, vivem comunidades extrativistas, definidas como aquelas que “têm seu modo de vida e práticas produtivas associadas à extração de recursos naturais” (Silva; Coelho, 2010). Tais comunidades são formadas por pescadores e catadores de caranguejos, revelando a complexidade das atividades profissionais e econômicas e a coexistência de dinâmicas socioprodutivas de base industrial e tradicional no mesmo território. Lobo e Santos (2022) identificaram 26 pescadores e 400 famílias vivendo na APA de Guapimirim, último remanescente de manguezal primário na baía de Guanabara. Já Yana Moysés e Rodrigo Viégas (2023) registraram cerca de 2 mil habitantes vivendo no interior da referida área de proteção ambiental. Os pesquisadores concordam que essa população desenvolve atividades de pesca artesanal e a cata de caranguejos. Mas qual o significado da APA de Guapimirim nesse contexto?

A discussão que deu origem à Área de Proteção Ambiental de Guapimirim começou nos anos 1970, época de debate sobre o nível de destruição e poluição na baía de Guanabara. Em 1978, em um seminário organizado pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), as biólogas Norma Crud e Dorothy Araújo, funcionárias da

Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (Feema), apresentaram um estudo sobre os manguezais do fundo da baía de Guanabara, os últimos remanescentes desse ecossistema. O pesquisador Elmo da Silva Amador, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, propôs a criação de uma unidade de preservação para aquele ecossistema. A SBPC, a Feema, a UFRJ, a comunidade científica, a imprensa e a sociedade civil tiveram uma importante atuação para que o projeto da unidade de conservação fosse aprovado. Até porque o regime empresarial-militar tinha outros planos para o recôncavo da Guanabara.

Momento de abertura política, o governo do general João Figueiredo pretendia fortalecer sua base política junto às camadas populares, implementando medidas que dialogavam com aquelas demandas e construindo o eleitorado do então ministro Mario Andreazza, responsável pela pasta do Interior, para as próximas eleições (Silva, 2006). Em junho de 1979, Andreazza lançou o Projeto Rio, semelhante ao proposto pelo governador Chagas Freitas.

O Departamento de Nacional de Obras de Saneamento aterraria o trecho desde a Ponta do Caju até os rios Meriti e Sarapuí, em Duque de Caxias, totalizando cerca de 27 quilômetros. De acordo com Claire Jones (2017), os territórios aterrados alcançariam mais de 2.300 hectares, destinados a abrigar 1,2 milhão de pessoas pobres, que, naquele momento, representavam um quarto da população do Rio de Janeiro.

Nesse contexto, a realização das obras, a cargo do Banco Nacional de Habitação, dependia da remoção da favela da Maré (Silva, 2006) e demais comunidades que ocupavam a orla, gerando também intervenções em sete municípios localizados no recôncavo da Guanabara e adjacências. Além de remover as pessoas pobres de suas casas, o Projeto Rio alteraria todo o ecossistema da orla do fundo da baía

da Guanabara. Os moradores da Maré protagonizaram uma luta árdua e incessante contra a destruição das suas casas, desterritorialização de suas vidas, processo que reverberou no chamamento da sociedade civil para aquele debate e também para a preservação e dos ecossistemas da baía da Guanabara. O processo de implantação da APA de Guapimirim foi resultado da luta de diversos atores históricos. Sobre esse processo, disse Elmo Amador, um dos estudiosos responsáveis pela criação daquela unidade de conservação:

Os manguezais que se constituem no ecossistema mais característico da baía de Guanabara em 1500 orlavam quase todo o litoral e ocupavam uma extensão de cerca de 270 km². Os 80 km² remanescentes estão quase todos concentrados na APA de Guapi-Mirim, que abriga os derradeiros manguezais da Guanabara. É a maior extensão de manguezais do Estado do Rio de Janeiro. A APA de Guapi-Mirim ou dos Manguezais da baía de Guanabara foi produto de uma luta demorada e árdua entre duas concepções de ocupação da área. De um lado, o todo-poderoso DNOS (Departamento Nacional de Obras de Saneamento) que visava à drenagem da região com a erradicação “dos pestilentes mangues” para produção de terrenos, de outro, uma visão ambientalista de defesa dos manguezais e de suas importantes funções. A luta permitiu a popularização da importância do ecossistema. Foi a primeira unidade de conservação de manguezal do Brasil e também a primeira conduzida pela ação da cidadania (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade/ ICMBio).

A “luta demorada e árdua entre as duas concepções de ocupação da área” a que Elmo Amador se referiu era justamente a disputa entre o Projeto Rio, da ditadura militar — espécie de legado de João Figueiredo para garantir capital político para Andrezza — e o projeto dos pescadores, dos moradores das favelas, da comunidade científica e de lideranças populares para a criação da Área de Proteção Ambiental de Guapimirim e a manutenção das moradias daquelas pessoas.

A formalização da Área de Proteção Ambiental de Guapimirim veio através do Decreto n. 90.225, de 25 de setembro de 1984. Medindo 14,3

mil hectares de manguezal, incorporou parte dos municípios de Magé, Guapimirim, Itaboraí e São Gonçalo. Após a criação do Ibama, em 1989, a administração da APA de Guapimirim ficou a cargo desse órgão, sendo o dr. Radamés Marzullo seu primeiro gestor. Em 1993, o grupo Sendas doou terras para construção da sede da APA.

Em 2001, foi instalado o Conselho Gestor da APA e, em 2004, seu plano de manejo foi aprovado. Em 2006, foi implantada a Estação Ecológica da Guanabara (Esec Guanabara) (Proteção Integral) dentro da APA de Guapimirim. Desde 2007, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) é responsável pela gestão da unidade de conservação.

É importante mencionar que a questão preservacionista, ecológica, científica e a manutenção de biomas e espécies é uma vocação forte em Guapimirim. Grande parte do seu território se constitui de diferentes tipos de unidade de proteção, pesquisa e conservação ambiental.

A Estação Ecológica de Paraíso (1987) ocupa 1.072,01 hectares do território de Guapimirim e abriga o Centro de Primatologia do Estado do Rio de Janeiro. Criado em 9 de novembro de 1979, o centro é a primeira instituição brasileira voltada para a pesquisa e preservação do patrimônio primatológico (Inea, 2015). Parte do Parque Estadual dos Três Picos, criado em 2002 e regulamentado pelo Decreto n. 41.990, de 12 de agosto de 2009, também atravessa, com seus 1.953,48 hectares, o território de Guapimirim. Cerca de 3.200 hectares do Parque Nacional da Serra dos Órgãos, criado em 1939, por Getúlio Vargas, também estão em Guapimirim.

A APA de Petrópolis, de gestão federal, criada em 1982 com 5.748,23 hectares; a já citada Estação Ecológica da Guanabara (1.008,06 hectares), também de gestão federal (2006); e a APA Guapi-Guapiaçu, de gestão municipal (15.714,6 hectares), criada pelo Decreto Municipal nº 620, de

22 de dezembro de 2004, são outras unidades de conservação encontradas em solo guapimiriense. A presença dessas áreas de conservação se dá pela necessidade de integrar a área de manguezal com a floresta serrana, concebidas como um “contínuo biogeográfico” (Coelho, 2017).

No entanto, essa estrutura voltada para preservação e a ecologia também é alvo de inúmeras disputas e conflitos.

A pesca artesanal e a cata de caranguejos são atividades econômicas e produtivas que fazem parte do cotidiano de inúmeras famílias. Ambas as práticas estão relacionadas às populações ameríndias que há milênios desenvolveram a atividade piscatória, marisqueira e a coleta de caranguejos naquela localidade. No tempo presente, as comunidades tradicionais, pescadores artesanais e catadores de caranguejos enfrentam inúmeros desafios, como o impacto dos processos de urbanização, a crescente poluição decorrente de despejo de detritos químicos, lixo, resíduos sanitários e inúmeros conflitos no território marinho.

Yana Moysés e Rodrigo Viégas (2023) pontuam que a baía de Guanabara possui uma dimensão conflitiva, que envolve disputas e contendas. Eles estabeleceram uma tipologia dos três principais conflitos que atingem aquele território marinho e os trabalhadores da pesca que lá atuam: a) conflitos entre pescadores, b) conflitos entre pescadores e empreendimentos; c) conflitos entre pescadores e o Estado.

No primeiro tipo, encontram-se os conflitos envolvendo pescadores artesanais e/ou pescadores industriais por recursos pesqueiros, espaço marítimo etc. O segundo grupo de conflitos envolve os pescadores artesanais *versus* a indústria de óleo e gás, a atividade portuária, o transporte naval, a indústria petroquímica etc. A construção desses empreendimentos tem sido impactante tanto para a

vida marinha como para aqueles e aquelas que atuam na pesca artesanal. No terceiro e último tipo de conflito, ocorrem litígios com os trabalhadores da pesca e instituições como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), o Instituto Chico Mendes (ICMBio) e o Instituto Estadual do Ambiente (Inea) (Moysés; Viégas, 2023) por causa da necessidade de manter a área remanescente de manguezal na baía de Guanabara e seu ecossistema.

Em setembro de 2005, foram contabilizados 600 conflitos pela água, envolvendo a APA de Guapimirim e a Colônia Z8, localizada em Niterói (Canuto; Luz; Afonso, 2006). Esses conflitos pela água expressam os desafios da preservação de áreas de manguezais e a manutenção da pesca e/ou coleta de caranguejos e garantia da sobrevivência das populações de pescadores e ribeirinhos na região fluminense. Entre 2010 e 2015, Yana Moysés e Rodrigo Viégas identificaram cerca de 59 registros de conflito entre pescadores e a APA de Guapimirim/Esec Guanabara (2023). Esses processos podem estar relacionados às novas formas de gestão das unidades de conservação e das novas formas de essas instituições se relacionarem com os pescadores e os catadores de caranguejo, compreendendo as dinâmicas de subsistência dessas populações.

No tempo presente, os pescadores e os catadores de caranguejo têm desempenhado um papel importante na manutenção das unidades de conservação presentes no território de Guapimirim. Em 2011, em reportagem para *O Globo Ecologia*, Breno Herrera, chefe da APA, pontuava a importância dos pesadores no processo de fiscalização no manguezal de Guapimirim. Entre 1º de outubro e 31 de dezembro, época do defeso, período em que a pesca/cata de caranguejos é proibida, os pescadores têm atuado intensamente na limpeza e replantio dos manguezais. A ONG Guardiões do Mar realiza um trabalho com os pescadores do recôncavo da Guanabara que atuam em Guapimirim,

Magé, São Gonçalo e adjacências (Fiscalização, 2011). Em 2018, no processo de limpeza da APA pelos pescadores, foram retiradas 22 toneladas de lixo (Brasil, 2018).

No dia 3 de abril de 2024, o despejo de tolueno, um derivado do petróleo bastante tóxico, levou à interrupção da captação de água no Sistema Imunana-Laranjal deixando moradores de Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, parte de Maricá (Inoã e Itaipuaçu) e da ilha de Paquetá sem água. O derrame aconteceu no trecho do rio Guapiaçu, em Guapimirim.

De acordo com o geógrafo Marcos Pędłowski (2024), os pescadores vêm denunciando que o derrame de substâncias tóxicas na baía de Guanabara é um processo vivenciado há muitas décadas. No caso do tolueno, eles têm feito um monitoramento acirrado e fortes cobranças do Instituto Estadual Ambiental (Inea) que responsabilize as empresas responsáveis pelos dutos que contaminaram o rio Guapiaçu, impedindo que a captação de água no Sistema Inuma-Laranjal, ali localizado, abastecesse a população. Esse e outros dados apresentados ao longo desta parte do texto corroboram a ideia de que os pescadores e pescadoras que atuam na APA de Guapimirim têm uma importância enorme na manutenção daquele ecossistema.

Imagen 3: Estrada do Parque Nacional da Serra dos Órgãos



Foto: Silene Orlando Ribeiro

Ressignificações do território de Guapimirim: a agricultura familiar

O processo de emancipação de Guapimirim ressignificou o território em múltiplos aspectos. A questão da ambivalência de Guapimirim já foi apontada nas pesquisas de André Rocha (2009) como uma dinâmica de inserção e/ou inclusão na Baixada Fluminense, ora na Serra Verde Imperial, processo atrelado à construção de certas representações do município de Guapimirim em virtude da turistificação da localidade. As lutas dos trabalhadores rurais também foram transformadas ou silenciadas nesse processo. Sendo assim, é importante recuperar essas narrativas.

Entre as décadas de 1960 e 1980, trabalhadores rurais foram protagonistas de lutas fundiárias e processos de expulsão por parte de grileiros no distrito de Guapimirim na Fazenda Jacu, no Fojo, na Fazenda Bonfim e na Fazenda Santa Constança. Na Fazenda Jacu, no Fojo, os trabalhadores rurais foram ameaçados de expulsão por grileiros que tinham apoio policial. As três fazendas foram alvo de conflitos fundiários. Em 1976, os posseiros da Fazenda Fojo foram convocados pelas autoridades policiais para prestar depoimento sobre as violências em decorrência das ações dos grileiros (Medeiros, 2015). Grande parte dessas propriedades foi inserida em novas dinâmicas fundiárias, turísticas e produtivas nas décadas seguintes. No entanto, as populações da região do Fojo e adjacências continuaram a vivenciar a pobreza, a vulnerabilidade e a insegurança alimentar.

Segundo Fabrício Walter (2012), ao longo das décadas de 1980 e 1990, pequenos agricultores e trabalhadores rurais de Guapimirim enfrentaram problemas relacionados a precariedade e ao desemprego em virtude dos processos de urbanização e da industrialização. Uma nova forma de ocupação se desenha no território de Guapimirim, em

função de suas características ecológicas: a atividade voltada para o turismo e o entretenimento. É a metamorfose da área de Mata Atlântica em clubes, espaços de veraneio e pousadas. Muitos trabalhadores rurais iniciaram experiências de trabalho em outras áreas. No entanto, as dificuldades econômicas culminaram na formação de redes de apoio e na adoção de sistemas agroflorestais como forma de sobrevivência e resistência dessas comunidades. Processos de empobrecimento e de vulnerabilidade social fazem parte dessa dinâmica de mudança de atuação no mercado de trabalho e de mudança de profissão.

Quando ocorreu a emancipação de Guapimirim, um coletivo de agricultores apresentou para o poder municipal reivindicações para a garantia do aumento da produção e mecanismos para escoamento dos gêneros agrícolas (Meyer; Petrus, 2020). Atuaram por alguns anos sem formalizar o coletivo. A Associação de Produtores Rurais, Artesãos e Amigos da Microbacia do Fojo – Afojo, localizada no parque Santo Antônio, Guapimirim, surgiu em 1997, na bacia do rio Fojo, no mesmo município, e obteve a sua formalização em 2006. A agricultura familiar desenvolvida pela Afojo está baseada na construção de sistemas agroflorestais de espécies como banana, pupunha, citros, jaca, manga, goiaba, o café conilon, entre outras (Raslan,2018).

De acordo com Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, os sistemas agroflorestais (SAFs) “são modelos de produção que associam árvores com culturas agrícolas e, às vezes, também com animais, de maneira simultânea ou sequencial”. A produção em sistemas agroflorestais aproxima-se das técnicas de plantio de populações tradicionais, indígenas e quilombolas. Os SAFs são responsáveis pela mitigação da mudança climática, tornam os solos mais férteis pelo aumento de nutrientes e pela produção de carbono no solo. Também atraem polinizadores, evitam o aumento das

temperaturas e contribuem para a manutenção da cobertura vegetal natural. Além disso, garantem desenvolvimento social, a diminuição da migração rural, e geram renda para mulheres e famílias (Garcia, 2023).

A Mata Atlântica é um dos biomas que mais sofreram degradação ambiental no Brasil, sendo o ecossistema que caracteriza Guapimirim. A adoção de sistemas agroflorestais é a possibilidade de articular a produção de gêneros e a recuperação da cobertura florestal e da fauna. No caso da produção cafeeira na Afojo, os agricultores controlam todo o processo de produção do café, do plantio até a embalagem do produto e sua comercialização. O manejo sustentável do solo, a produção de orgânicos e o plantio de espécies nativas, como o ingazeiro, a embaúba e o pau-jacaré, têm sido importantes para a proteção dos mananciais da microbacia do rio Fojo e também atuam como zonas-tampão para proteger as unidades de conservação de Guapimirim..

A existência da Afojo permitiu que muitos dos seus associados deixassem a construção civil, o trabalho doméstico, a informalidade, para viver apenas da agricultura. Como já mencionamos, formalizada em 2006, a Afojo vem expandindo suas parcerias com instituições como a UFRJ para garantir a certificação, formação e circulação de informações. Além disso, a cooperativa vem participando de circuitos como a Feira Orgânica de Teresópolis, a Feira Orgânica da UFRJ e a Feira Orgânica de Guapimirim, além de abastecer mercados no Rio e Grande Rio.

A experiência da Afojo é muito importante para produzir novas formas de relação com o território, favorecer as lutas dos pequenos agricultores no tempo presente e promover a importância dos sistemas agroflorestais na preservação do bioma Mata Atlântica.

Monica Carneiro (2020) estudou como a alimentação das famílias agricultoras e sua parentela também adquire importância e se consolida como forma de resistência ao capitalismo e às homogeneizações da

globalização. Ou seja, o que se planta, como se planta e o que se come são também formas de luta contra o agronegócio e os modos predatórios capitalistas e neoliberais de produção agrícola. Em sua pesquisa sobre a Afojo, Fabiano Walter pontua como conflitos de classe, de gênero e processos de pauperização que atingem a população de Guapimirim foram mitigados com a organização do coletivo de agricultores e agricultoras. A Afojo também se constitui em rede de apoio e inspiração para outros produtores agroecológicos que, mesmo não associados, adotaram essa forma de produção agrícola. As localidades de Fojo, vale das Pedrinhas e Sucavão são importantes para o desenvolvimento da agricultura familiar e da agroecologia em Guapimirim.

A parceria estabelecida entre a Associação de Produtores Rurais, Artesãos e Amigos da Microbacia do Fojo – Afojo e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) foi fundamental para a expansão das atividades. Desde 2014, a Feira Orgânica de Guapimirim vem funcionando na praça da Emancipação garantindo renda, sustentabilidade e a segurança alimentar no território

As festas de nossa senhora da ajuda e de São Jorge

A devoção a Nossa da Ajuda em Guapimirim remonta ao processo de ocupação da região no século XVII. Em 1647, Estêvão Gago e Pedro Gago, proprietários de um engenho na região, membros de uma rica e influente família atuante em Irajá e Guapimirim (Fridman, 2009), construíram uma capela sob a invocação de Nossa Senhora da Ajuda na proximidade das margens do rio Sernambetiba. De acordo com Pizarro, a freguesia criada antes do ano de 1697 chamou-se Nossa Senhora da Ajuda de Sernambetiba, sendo posteriormente renomeada, no ano de 1726, Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim.

Após o processo de deterioração do prédio, a capela foi demolida e a devoção a Nossa Senhora da Ajuda transferida para a capela de Nossa Senhora da Conceição, edificada pelo padre Antônio Vaz no ano de 1713. Após a doação feita por Antônio Pacheco Barreto do ousetro de Grumixamas, foi construída a Matriz de Nossa Senhora da Ajuda naquele local, nas proximidades do rio Guapimirim, no vale das Pedrinhas. O alvará de 15 de janeiro de 1755 criou a freguesia de Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim. No século XIX, a Lei Provincial n. 1.309, de 29 de dezembro de 1865, oficializou a transferência da sede paroquial para a capela de Sant'Anna do Bananal, às margens da Estrada Magé-Sapucaia (Seixas, 2022). No tempo presente, após sofrer reformas ao longo da década de 1950, a matriz de Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim ainda permanece no sítio para onde foi transferida em 1726 (Rocha et al., 2012; Ribeiro, 2012).

Esse catolicismo institucional, legado administrativo e civilizacional da colonização portuguesa, ganhou contornos complexos e plurais. De elemento de controle social (Bastide, 1989) a importante mantenedor do vínculo, associativismo e resistência dos grupos sociais diante das agruras do cotidiano, as festas religiosas de tradição católica são atravessadas por tradições africanas, indígenas, judaicas e articulam elementos sagrados e profanos. No caso de Guapimirim, as festividades da padroeira, Nossa Senhora da Ajuda, têm seu ápice em 15 de agosto, feriado instituído pela municipalidade, quando diversas atividades atraem a população local e visitantes que celebram sua fé. Em 15 de agosto de 2021, as festividades tiveram início às 6h30 da manhã com o Terço da Divina Providência pelos desempregados (Terço dos Homens) (Em Guapimirim, 2021), demonstrando a consonância da paróquia de Nossa da Ajuda com os problemas sociopolíticos, as exclusões e dificuldades que atravessam aquela territorialidade e atingem os seus habitantes.

A festa de são Jorge, comemorada em 23 de abril, feriado estadual no Rio de Janeiro, é uma expressão da fé, da cultura e das identidades da população em Guapimirim. De acordo com o pesquisador Bartolomeu Medeiros (2007), mesmo com a inexistência de registros históricos fidedignos sobre a vida de são Jorge, existiu um culto ao santo no norte da África e no Oriente Médio, antes das invasões muçumanas. São Jorge é o padroeiro da Etiópia. Para o historiador Édison Hüttner (Cordeiro, 2023), as narrativas sobre são Jorge não são mitos. Ele nasceu em 275 d. C, na região da Capadócia, servindo ao exército romano na região da Turquia, sob o governo do imperador Diocleciano, tendo sido martirizado em 23 de abril de 303 d. C.

No Brasil, a devoção a são Jorge remonta ao período colonial, uma tradição incorporada pelos portugueses (Medeiros, 2007). Em seu estudo sobre as corporações de ofício no Rio de Janeiro no século XIX, Mônica Martins demonstrou como os grupos socioprofissionais formados pelos ferreiros e serralheiros, latoeiros, funileiros, seleiros e outros estavam organizados na Irmandade de São Jorge (Martins, 2008).. Ou seja, já havia uma tradição de grupos de trabalhadores atuarem sob a proteção do santo, organizando suas festividades e mantendo laços de sociabilidade a partir do universo religioso católico. A importância da devoção a são Jorge entre os trabalhadores ferroviários de Guapimirim era tão grande que esses profissionais edificaram, em 1935, uma igreja para o santo com recursos próprios (Santos, 1957; Rocha et al., 2012; Lobo; Santos, 2002).

É importante pontuar que, em 1935, Guapimirim e Magé sofreram com surtos de febre amarela em um momento marcado por lutas operárias em decorrência das greves deflagradas no Rio de Janeiro (Vieira, 1992; Abreu, 2023). Ou seja, o período em que ocorreu a edificação da capela pelos trabalhadores ferroviários foi marcado por inúmeros desafios, lutas políticas, perigos de doenças ou mortes, instabilidades e

incertezas, e provavelmente aquela coletividade recorreu a são Jorge para suportar as cargas que faziam parte do cotidiano operário.

Em uma manchete de 1º. de maio de 1951, o jornal *A Manhã* trouxe informações sobre a visita de Roberto Silveira (PTB), na época de secretário de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, à fábrica de Pau Grande, Magé, em 29 de abril de 1951, para participar dos festejos de são Jorge, que aconteciam no município. O almoço festivo e o encontro com os operários aconteceram nas dependências da fábrica após a celebração de uma missa solene seguida de procissão. As demais festividades ocorreram na cidade. Ou seja, os operários têxteis de Magé também cultuavam são Jorge, tal como os da fábrica Brasil Industrial, de Paracambi.

Em 24 de abril de 1960, o Grêmio Recreativo Guapimirim realizou festejos em louvor a são Jorge. O *Jornal do Brasil*, periódico de expressiva importância no contexto estadual, noticiou a festividade por intermédio do vereador Alberto Ferreira Fares, que esteve na redação do jornal para registrar as homenagens ao Santo. Deve ter sido uma grande festividade, reunindo inúmeros fiéis de tradições religiosas diversas, mostrando uma outra dimensão da festividade, a sua articulação com o campo político-partidário.

Em entrevista concedida pelo senhor Flávio Sacilotti Lemos, dirigente do Terreiro de Umbanda Caboclo Sete Flechas, localizado em Guapimirim, obtivemos a informação que seu bisavô, o senhor Eduardo, atuou como ferroviário e ajudou na construção da capela dedicada a são Jorge. Segundo o senhor Flávio, seu bisavô era de Ogum Beira-mar e sua bisavô tinha como guia espiritual o caboclo Arruda. Na época, ambos frequentavam um centro de umbanda bastante antigo em Guapimirim, dirigido pelo senhor Chico Neves. Ainda de acordo com o líder umbandista, outros trabalhadores ferroviários que participaram da

edificação da capela também frequentavam o mesmo templo religioso (Lemos, 2023).

Tais dados evidenciam a complexidade das tradições religiosas envolvidas no culto e nas festividades de São Jorge em Guapimirim. Diferentes segmentos religiosos compartilhavam e compartilham a devoção e tomam parte nos ritos religiosos e festividades, saudando o santo protetor daqueles que trabalham, lutam e guerreiam em seus cotidianos. Em entrevista com o sr. André Luiz Almeida Souza, diretor espiritual de um barracão da Nação de Amburaxó, o Nzo Ria Lemba Dilê ni Kissimbi, localizado em Belford Roxo, com vivência de 50 anos na umbanda, no território de São João de Meriti, pudemos apurar que há uma relação sincrética entre Ogum e São Jorge no culto umbandista.

Segundo o senhor André Souza:

Ogum é o chefe de uma das sete linhas da umbanda. Os umbandistas sempre recorrem a ele para resolução de grandes causas. Ogum é o santo guerreiro. Protege as pessoas nos caminhos e é chamado de vencedor de demanda. Na umbanda, existe uma cantiga que diz: “A coroa de Ogum é feita de guiné. Você troque a sua guia, mas não torque a sua fé.” A fé é muito importante para suportar as dificuldades. Observa-se a ligação direta entre Ogum e São Jorge na cantiga: “Ô quem vem de lá? Ô quem vem de lá? Salve o capacete de São Jorge e o seu cavalo corredor. Ô ô ô Beira-mar, auê Beira-mar.” Ogum é patrono de todos os trabalhadores que trabalham em estradas e dos trabalhadores que manipulam o ferro, seja na forma de minério ou de transformação do ferro, como os serralheiros, ferreiros, torneiros e os maquinistas. Na África e no candomblé da Nação Amburaxó, quando passa um trem cargueiro nos gritamos “Ogum ê!” (Souza, 2024).

A presença de adeptos da umbanda entre os operários da Estação Ferroviária de Guapimirim e construtores só reforça um outro aspecto da sociedade guapimiricense sobre o qual é importante refletir: a diversidade étnico-racial e religiosa da população como legados das culturas de matriz africana no território

Na cultura operária fluminense, também existiu entre os operários têxteis da Companhia Fabril Brasil Industrial, localizada em Paracambi, a devoção a são Jorge. Enquanto o patronato estabeleceu uma capela dedicada a Nossa Senhora da Conceição, a primeira na localidade, com atividades religiosas regulares, os operários realizavam no dia 1º de maio uma procissão seguida de festividades, sorteios de prêmios em louvor ao Santo Guerreiro (Keller, 2006). O pesquisador Paulo Keller argumenta que ainda que os operários tenham construído e ajudado nas obras da capela dedicada a Nossa Senhora da Conceição, de forma protagonista e autônoma estabeleceram são Jorge como padroeiro e protetor.

No caso de Guapimirim, o associativismo, as sociabilidades construídas no mundo do trabalho e a partilha de uma cultura operária sincrética podem ter mobilizado a edificação de um espaço específico para a devoção a são Jorge. O interessante, em ambos os processos, foi a busca por estratégias que fugiam aos padrões de culto já estabelecidos pela patronagem, no caso de Paracambi, ou pela sociedade envolvente, no caso de Guapimirim.

No tempo presente, a festa de são Jorge e a festa de Nossa Senhora da Ajuda atraem inúmeros devotos ao município nos meses de abril e agosto, demonstrando que a cultura popular guapimiriense é passada pela fé, pela resistência e pela diversidade étnica, cultural e religiosa.

Considerações finais

O patrimônio material de Guapimirim, representado pelo Dedo de Deus, está estampado na bandeira do estado do Rio de Janeiro, convertendo-se em um dos símbolos fluminenses. A história de Guapimirim é atravessada pela Magé em muitos aspectos. No entanto,

desde antes da sua emancipação, a população guapimiriense vem buscando ser protagonista. Ainda que no território de Guapimirim existam várias unidades de preservação e conservação ambiental, as contradições e dissonâncias marcam esse aspecto. Os últimos episódios da crise de abastecimento de água por conta da contaminação por tolueno mostraram as fragilidades dos equipamentos institucionais de fiscalização ambiental. Mesmo com essas problemáticas, a população segue criando estratégias para lidar com as desigualdades sociais e econômicas. Em Fojo, Sucavão e vale das Pedrinhas, os trabalhadores e trabalhadoras, literalmente, plantam e colhem um futuro melhor.

Referências

AUTONOMISTA leva movimento à praça. *O Fluminense*, Niterói, 5 de junho de 1989.

ABREU, Alzira Alves de. *Aliança Nacional Libertadora (ANL)*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2023.

ALCOFORADO, Pedro Guedes. *O tupi na geografia fluminense*. Niterói: Edição do Autor, 1950.

BRASIL, Cristina Índio do. Agência Brasil. Pescadores ajudam a preservar meio ambiente durante período de defeso, 14 de julho de 2019. <https://agenciaabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-07/pescadores-ajudam-preservar-meio-ambiente-durante-periodo-de-defeso>. Acesso em: 28 mai., 2024.

BREMAEKER, François. E. J. de. *Evolução do quadro municipal brasileiro no período entre 1980 e 2001*. Rio de Janeiro: IBAM / APMC / NAPI / IBAMCO, 2001.

BREMAEKER, François. E. J. de. Os novos municípios: surgimento, problemas e soluções. *Revista de Administração Municipal*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 206, p. 88-99, jan./mar,1993.

EM GUAPIMIRIM, a tradição de São Cosme e São Damião resiste ao tempo. *O Dia*, Rio de Janeiro, 1 de out. 2023. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/guapimirim/2023/>

10/6716953-em-guapimirim-a-tradicao-de-sao-cosme-e-sao-damiao-resiste-ao-tempo.html. Acesso em: 10 mai. 2024.

CALAZANS, G.; FACCHINI, R. "Mas a categoria de exposição também tem que respeitar a identidade": HSH, classificações e disputas na política de aids. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 27, n. 10, p. 3913-3922, out. 2022.

CANUTO, Antônio; LUZ, Cássia Regina; AFONSO, José (coordenação). *Conflitos no Campo Brasil 2005*. Goiânia: CPT Nacional, 2006.

CARRAZZONE, C. F. V.; BRITO, A. M. de; GOMES, Y. M.. Importância da avaliação sorológica pré-transfusional em receptores de sangue. *Revista Brasileira de Hematologia e Hemoterapia*, v. 26, n. 2, p. 93-98, 2004.

COELHO, Breno Herrera. *Potencialidades e limites de conselhos de unidades de conservação: considerações sobre a implantação do Comperj na região do Mosaico Central Fluminense*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017. Tese de Doutorado.

CORDEIRO, Julio. Dia de São Jorge: a origem e a história do santo guerreiro que acumula devotos pelo mundo. *Gaúcha Zero Hora*. 22 de abril 2023. Disponível em : <https://gauchazh.clicrbs.com.br/comportamento/noticia/2023/04/dia-de-sao-jorge-a-origem-e-a-historia-do-santo-guerreiro-que-acumula-devotos-pelo-mundo-clgsir7wx003g0177zivxqgtu.html> Acesso em: 12 abr. 2024.

EMBRAPA. Sistemas Agroflorestais <https://www.embrapa.br/agrobiologia/fazendinha-agroecologica/sistemas-agroflorestais#:~:text=Sistemas%20agroflorestais%20-%20ou%20SAFs%20-%20s%C3%A3o,de%20maneira%20simult%C3%A2nea%20ou%20separada.>
Acesso em: 26 mai.2024.

FARIAS, Heitor Soares; SOUSA, Gustavo Mota de; ROCHA, André Santos da; OLIVEIRA, Leandro Dias de. O impacto da covid-19 nas periferias: uma análise espacial a partir dos casos e óbitos no Rio de Janeiro. *Confins* [Online], n. 52, 2021 Publicado no dia 18 novembro 2021. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/40727>. Acesso em: 12 set. 2023.

FIOCRUZ. O vírus da aids 20 anos depois. Disponível em: <https://www.ioc.fiocruz.br/aids20anos/linhadotempo.html>. Acesso em: 29 jan. 2024

FISCALIZAÇÃO do manguezal de Guapimirim tem apoio de pescadores. *Globo Ecologia*, 29 de outubro de 2011. Disponível em: <https://redeglobo.globo.com/globo/ecologia/noticia/2011/10/fiscalizacao-do-manguezal-de-guapimirim-tem-apoio-de-pescadores.html>. Acesso em: 27/7/2024.

FRANÇA, Izaias. Justiça decreta dupla cassação dos direitos políticos do ex-prefeito de Guapimirim Zelito Tringuelê. *O Dia*, Rio de Janeiro, 23 de julho de 2021. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/guapimirim/2021/07/6196437-justica-decreta-dupla-cassacao-dos-direitos-politicos-do-ex-prefeito-de-guapimirim-zelito-tringuele.html>. Acesso em: 05 jul. 2023

GARCIA, Edenise. O potencial e as vantagens dos sistemas agroflorestais na luta contra as mudanças climáticas. *The Nature Conservancy Brasil*, 2 de outubro de 2023. Disponível em: <https://www.tnc.org.br/conecte-se/comunicacao/artigos-e-estudos/o-potencial-e-as-vantagens-dos-sistemas-agroflorestais-na-luta-contra-as-mudancas-climaticas/#:~:text=Para%20al%C3%A9m%20de%20seu%20grande,de%20sistemas%20de%20produ%C3%A7%C3%A3o%20de>. Acesso em: 3 jul. 2023

Guapimirim tem memória. Direção: Raoni Ozolins. 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LtR35rgydJY>.

Instituto Estadual do Ambiente. Centro de Primatologia do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Inea, 2015.

KELLER, Paulo Fernandes. Cotidiano operário & complexo fabril: fábrica com vila operária em Paracambi – RJ. *Revista Eletrônica Enfoques*. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: https://d1wqxts1xzle7.cloudfront.net/20579797/Cotidiano_Operario_ENFOQUES_com_fotos_2006-libre.pdf?1390866637=&response-content-dispositi Acesso em: 22 mai. 2024

MAGALHÃES, João Carlos. Emancipação político-administrativa de municípios no Brasil. In: XAVIER YAWATA, Alexandre; ALBUQUERQUE, Carlos Wagner; MOTA, José Aroudo; PIANCASTELLI, Marcelo (orgs.). *Dinâmica dos municípios*. Rio de Janeiro: Ipea, 2007. p. 13-52

MARCÍLIO, M. L. Mortalidade e morbidade da cidade do Rio de Janeiro imperial. *Revista de História*, [S. l.], n. 127-128, p. 53-68, 1993. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.v0i127-

128p53-68. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18689>. Acesso em: 29 jul. 2023.

MARTINS, Mônica de Souza N. *Entre a Cruz e o Capital: as corporações de ofícios após a chegada da família real (1808-1824)*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

MEDEIROS, B. T. F. São Jorge do Rio: o culto, os significados, as representações. *Revista AntHropológicas*, v. 18, n. 2, p. 75-104, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaanthropologicas/article/view/23702/0>. Acesso em 27/7/2024.

MEYER, Manuel; PETRUS, Fernanda. Cooperação e estratégias coletivas na agricultura familiar em Guapimirim-RJ: a experiência da Afojo. In: LAGO, Luciana Corrêa do; PETRUS, Fernanda. *Da cooperação na cidade à cidade cooperativa*. Marília: Lutas Anticapital, 2020. p. 23-50.

MOREIRA, Rodrigo Machado... [et al.]. Legislação de produção orgânica no Brasil: projeto de fortalecimento da agroecologia e da produção orgânica nos SPG e OCS brasileiros. Pouso Alegre: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, 2016.

MOYSÉS, Yana; VIÉGAS, Rodrigo. Conflitos ambientais envolvendo comunidades pesqueiras na APA de Guapimirim /ESEC da Guanabara. *Baía da Guanabara. Escola de. Guerra Naval*. Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 1-38, janeiro/abril 2023.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. MS. Painéis de indicadores e dados básicos. Brasília: Ministério da Saúde. Departamento de HIV, AIDS, Tuberculose, Hepatites Virais e Infecções Sexualmente Transmissíveis, 4 de maio de 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/aids/pt-br/indicadores-epidemiologicos/paineis-de-indicadores-e-dados-basicos>. Acesso em: 27/7/2024.

OLIVEIRA, Marlus. Diagnóstico do estado da baía de Guanabara. Convênio de Cooperação Técnica: ATN/OC-14223-BR SDP No: SQC No 17/2015. Rio de Janeiro: KCI Technologies, 2016. 497 pp.

PEDLowski, Marcos. Pescadores denunciam que o derrame de tolueno continua ameaçando a integridade ambiental da baía da Guanabara. 24 de abril de 2024. Disponível em: <https://blogdopedlowski.com/2024/04/26/pescadores-denunciam->

que-o-derrame-de-tolueno-continua-ameacando-a-integridade-ambiental-da-baia-da-guanabara/. Acesso em: 28 mai. 2024

ROCHA, André Santos da et al. A expansão da covid-19 na Baixada Fluminense – RJ: seus caminhos e efeitos sociais na periferia. *Geo UERJ*, Rio de Janeiro, n. 38, p. e51431, mar. 2021. ISSN 1981-9021. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/51431>>. Acesso em: 10 set. 2023.

RASLAN, Mahmoud Abbas. Sistemas agroflorestais como estratégia de ocupação agrícola em zonas de amortecimento: um estudo de caso no município de Guapimirim-RJ. 2018. 54 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Agricultura Orgânica) - Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2018.

RIZZI CALIPPO, F. Sociedade sambaquieira, comunidades marítimas. *Revista de Arqueologia*, [S. l.], v. 24, n. 1, p. 82-101, 2011. DOI: 10.24885/sab.v24i1.316. Disponível em: <https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/316>. Acesso em: 23 jul. 2023.

SANTOS, Bernardo. Geografia eleitoral: as articulações e relações das tramas territoriais, redes e fluxos no território fluminense. *Espaço e Economia* [online], 16, 2019. Disponível em:. URL: <http://journals.openedition.org/espacoeconomia/9780> Acesso em: 10 fev. 2023.

SCHMIDT, Larissa. Secretário de Saúde de Guapimirim, RJ, é exonerado por suspeita de superfaturamento em contratos. *Jornal G1*, 7 de julho de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/07/07/secretario-de-saude-de-guapimirim-rj-e-exonerado-por-suspeita-de-superfaturamento-em-contratos.ghtml> Acesso em: 10 set. 2023.

SILVA, Cláudia Rose Ribeiro da. *Maré: A invenção de um bairro*. Tese de Mestrado. Fundação Getúlio Vargas: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2006.

SILVA, Rafael. *O Rio Antes do Rio*. Rio de Janeiro: Editora Relicário, 2019.

SOARES, M. DA S. et al.. Solução de problemas em saúde e ambiente: ciência pós-normal e comunidade ampliada de pares em um município brasileiro de pequeno porte. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 3, n. 2, p. 115-123, 1998.

TINOCO, Dandara. Jovens de religiões afro-brasileiras dão continuidade à tradição ancestral. *O Globo*, Rio de Janeiro, 12 de Ago.2014. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/jovens-de-religioes-afro-brasileiras-dao-continuidade-tradicao-ancestral-13568893>. Acesso em: 4 jul. 2023.

VEREADORES de Guapimirim vetam projetos em prol da população. *O Dia*, Rio de Janeiro, 10 de junho de 2021. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/guapimirim/2021/06/6164510-vereadores-de-guapimirim-vetam-projetos-em-prol-da-populacao.html>. Acesso em: 1 set. 2023.

VIEIRA, Benedito Queiroz. Entrevista com Benedito Queiroz Vieira. Rio de Janeiro; UFRRJ. Grupo Centenário. Acervo Ademir Calixto, 1992.

3

ITAGUAÍ

Roberta de Souza Campos

Foto 11 – Itaguaí



Farmácia do posto de profilaxia rural de Itaguaí, 1918-1922. Foto: Autor desconhecido,
Fundo Belisário Penna, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz Disponível em:
<https://brasiliiana.fotografica.bn.gov.br/brasiliiana/handle/20.500.12156.1/6484>

Apresentação

A cidade de Itaguaí está localizada no extremo oeste metropolitano e é banhada pela baía de Sepetiba. O território já foi classificado como parte da Baixada de Sepetiba, mas, pelas similaridades geográficas, históricas e econômicas, hoje é enquadrado por especialistas como parte da Baixada Fluminense. Além disso, é considerada também parte da chamada “Costa Verde”. Itaguaí se limita, em sentido horário, com os municípios de Paracambi, Seropédica, Rio de Janeiro, Mangaratiba, Rio Claro e Piraí. O relevo é composto por planícies fluviomarinhas e por

diversas serras ao norte e a oeste: serra do Caçador, da Guarda Grande, de Itaguaí, do Mar, do Matoso, de Mazomba e de Pouso Frio. Seu território também é composto de diversas ilhas e ilhotas: ilha das Cabras, do Gado, da Madeira (hoje está ligada ao continente em razão de sedimentação e ação humana), dos Martins, das Ostras, parte da ilha de Itacuruçá e parte da restinga da Marambaia. A altitude média é de 15 metros, 8 metros na planície costeira e seu ponto culminante possui 1.136 metros de altitude. O clima é tropical-úmido, com verão chuvoso e inverno seco. O bioma original é a Mata Atlântica e a vegetação é composta por afloramentos rochosos e vegetação de mangue. Na baía de Sepetiba possui característica de semiconfinamento pela restinga da Marambaia. A extensão territorial é de 282,606 km² e a distância da Capital do estado do Rio de Janeiro é de aproximadamente 70 km. É composta por um distrito-sede, o distrito de Ibituporanga (zona de preservação ambiental) e 41 bairros. O gentílico é “itaguaiense” (IBGE; Câmara Municipal de Itaguaí).

O Censo de 2022 mostra que a população do município é composta por 116.841 pessoas, com 57.005 homens e 59.836 mulheres, com maioria do sexo feminino, acompanhando a tendência nacional. Por cor/raça/etnia, a população é composta por maioria preta/parda, seguindo também a tendência nacional. Branca: 40.814; preta: 17.474; parda: 57.950; indígena: 171; amarela: 428 indivíduos (IBGE, 2022).

O Produto Interno Bruto (PIB) de Itaguaí em 2021 foi de R\$10.502.749,094, ocupando a 15^a posição no estado. O PIB per capita seria R\$76.916,73. Em 2010, o dado do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) foi de 0,715, considerado alto, na posição nacional 1.454º. (IBGE). A renda foi de 0,703. A longevidade 0,814. A educação 0,638 (PNUD/2010). O IDH aponta melhores resultados quanto mais próximo de 1,00. No entanto, esses dados não consideram as desigualdades sociais,

portanto, vamos avaliar o “Mapa da Desigualdade: Região metropolitana do Rio de Janeiro”, elaborado pela Casa Fluminense em 2023 (disponível em: <https://casafluminense.org.br>). Itaguaí apresentou um crescimento populacional de 7,1% em comparação a 2021. O rendimento médio mensal da maioria da população está entre R\$660,00 e R\$1.320,00. Itaguaí não possui linha de ônibus municipal. Foram registrados 24 tiroteios ou chacinas em 2022. A saúde, na cobertura da atenção básica pelo SUS, chega apenas a 36,8% da população. O abandono do Ensino Médio chegou a 6,6% em 2022.

Os dados levantados por essa pesquisa também são importantes dentro das “séries”, como “Justiça Racial”, que aponta: 73% da população negra em domicílios que não são destinados à habitação. A diferença salarial entre brancos e negros é de R\$416,00. O percentual de homicídios de pessoas negras decorrentes de intervenção policial, em 2022, foi de 87%. A expectativa de vida da população negra é menor em 8 anos. Cerca de 80% da população em situação de rua em Itaguaí é negra. Na série “Justiça de Gênero”, a diferença salarial entre homens e mulheres é de R\$893,00. Os registros de violência contra a mulher foi de 16,5 para cada mil mulheres, maior série histórica em Itaguaí. Nos registros de saúde, 37,5% das mulheres tiveram pré-natal insuficiente. No percentual de 0-3 anos, apenas 23,7% das crianças estavam matriculadas em creches. Na área da cultura, a diferença salarial entre homens e mulheres é de R\$1.151,00. Considerando os dados raciais e de gênero, em pobreza e extrema pobreza, 71,9% das mulheres são negras. A conclusão da pesquisa é que Itaguaí apresentou aumento nas desigualdades de gênero, entre 2018 e 2021. Por fim, mas fundamental ainda, temos a série “Justiça Climática”. Os chamados “empregos verdes”, com potencial de preservação e restauração, foram 372, muito aquém dos desafios da cidade. A quantidade de veículos na rua foi de 441,3 por mil habitantes. Foram registradas as

denúncias de 29 crimes ambientais, via Lei de Acesso à informação. Há apenas 6 unidades de conservação. Itaguaí não apresenta informações para a qualidade de rios e baías, número de pessoas afetadas pela chuva e nem dados do custo das destruições de infraestruturas relacionadas a eventos climáticos como fortes chuvas. Há um verdadeiro “apagão” no quesito justiça climática, portanto.

Em 2021, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) na escola pública para os anos iniciais do Ensino Fundamental foi de 4,6. Nos anos finais do Ensino Fundamental foi de 5,2 (IBGE). Os índices de Educação estão abaixo da média municipal (6,0) para os anos iniciais e finais. A respeito da rede de água e esgoto, 80,8% dos domicílios são abastecidos pela rede geral de água e 82,9% dos domicílios estão conectados à rede de esgoto (IBGE).

Ultrapassando os marcos da história oficial, não começamos a história de Itaguaí a partir de 1500 ou pelos jesuítas, mas milhares de anos antes, a partir da ocupação dos povos sambaquianos ou sambaquieiros, utilizando evidências da geologia e da arqueologia. Em seguida, vamos abordar a história indígena de Itaguaí, tendo em vista que o território foi ocupado por povos originários desde o século XV. Na sequência, vamos abordar o caso exemplar da Fazenda de Santa Cruz, a propriedade mais importante dos jesuítas no Brasil e a maior propriedade escravista do Rio de Janeiro. Itaguaí fazia parte dela. Depois, analisaremos ascensão e crise da vila de Itaguaí (1818) no Oitocentos. As transformações ocorridas no século XX serão abordadas a partir das políticas de intervenção do Estado: questão sanitária, saneamento, colonização japonesa e loteamentos. Traçamos ainda alguns elementos da política institucional de Itaguaí a partir da ditadura militar e, por fim, vamos debater aspectos contemporâneos da industrialização e da questão ambiental em Itaguaí. O foco dessa análise é o atual território da cidade de Itaguaí, sendo

recomendado ao leitor que, para o aprofundamento do tema, recorra à história de Paracambi e Seropédica.

Sambaquis e tupinambás na pré-história de Itaguaí

“Sambaqui”, do tupi-guarani, significa *tamba + ki* ou “amontoado de conchas”. Os sambaquis são considerados a mais antiga prova de ocupação humana no território de Itaguaí, datada de aproximadamente 4.500 anos AP (antes do presente). Podemos caracterizar os sambaquis como depósitos de conchas, ossos de animais marinhos, peixes e ostras (mas não apenas), resultados do consumo humano, como locais de sepultamento e moradia dos povos sambaquianos ou sambaquieiros. São encontrados em alguns sambaquis os zoólitos, figuras de animais esculpidas em pedra. Os sambaquis estão distribuídos por praticamente toda a costa brasileira, localizando-se comumente em baías, mangues e afloramentos rochosos. Além dos sambaquis marinhos, há sambaquis fluviais e acampamentos litorâneos (Melatti, 2007). Os sambaquis são importantes achados para a arqueologia, mas também para a paleontologia, funcionando como indicadores da biodiversidade local ao longo de milhares de anos.

A baía de Sepetiba se mostra um dos lugares privilegiados para compreendermos a história da ocupação do território de Itaguaí ao longo dos tempos. Vamos nos referir a ela em diversos momentos, estando Itaguaí cravado no coração da baía de Sepetiba. Evidências geológicas apontam que as águas da baía de Sepetiba passaram por transgressão e regressão em diferentes períodos geológicos, isto é, o posicionamento da linha de sua costa alterou-se, estando atualmente recuado o nível do mar em cinco metros abaixo do que era há 7.000 anos AP, ou seja, o mar regrediu. Essa constatação é feita pela observação de diversos processos sedimentares, apontados pela geologia, entre eles a formação da restinga da Marambaia e a aderência da ilha da Madeira ao

continente. O acúmulo de detritos na baía provocou o alargamento do território costeiro e o recrudescimento do nível do mar. Essas mudanças do relevo podem ser observadas pela análise cartográfica do século XVIII em comparação com o mapa atual, mas também em campo, pela existência de conchas amontoadas muito longe do mar.¹⁵

Portanto, com o rebaixamento do nível do mar, os locais contendo materiais de povos sambaquieiros foram localizados a 3,5 metros. A intempérie e a ação do mar moldaram a costa, depositando detritos e conchas na baía de Sepetiba ao longo de milhares de anos. Segundo estudos geológicos recentes da UFRRJ, a sedimentação marinha revelou rastros e vestígios humanos, e foram encontrados na baía pedra de amolar, machado e fragmentos de ossos (Carelli, 2009). A ocorrência de acumulações conchíferas com restos de grupos pré-históricos é identificada em diferentes locais em Itaguaí. No Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (Iphan), há o registro de dois sítios: o “Sambaqui da Estrada de Ferro” e o “Sambaqui de Santa Cruz”.

O sambaqui mais documentado da baía de Sepetiba é o Zé Espinho em Guaratiba, onde foram encontrados mais de 20 fósseis humanos em 1980. Os povos sambaquieiros, além de possuírem um sítio central, podiam ocupar com grupos volantes sítios satélites ou acampamentos temporários, dedicados à tarefa de fornecimento de energia: pesca e caça (Dias, 1998). Apenas pesquisas arqueológicas podem revelar se os indícios encontrados em Itaguaí são sítios principais ou acampamentos dos sambaquieiros de Guaratiba. A seguir, o sambaquieiro “Ernesto”, reconstituído em 3D pelo Museu Nacional em 2018, a partir de fóssil humano encontrado no Sambaqui Zé Espinho em Guaratiba, RJ.

¹⁵ Carelli, 2021; Geocultura on-line. Geologia, história e cultura da baía de Sepetiba-RJ. YouTube, 20/5/21. Acesso em: 4/1/2024. Disponível em: <https://igc.usp.br/blog/2021/05/15/geologia-historia-e-cultura-da-baia-de-sepetiba-rj/>

Imagen 1 – Reconstituição de “Ernesto”

Fonte: Divulgação/Museu Nacional/UFRJ. In: BAIMA, Cesar. Cientistas reconstituem rosto de homem que viveu no Rio há 2 mil anos. *O Globo*, Rio de Janeiro, 22/3/2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/historia/cientistas-reconstituem-rosto-de-homem-que-viveu-no-rio-ha-2-mil-anos-22514066>, acesso em 14/5/2024.

Quando falamos do período anterior à chegada dos povos europeus nas Américas, surgem incógnitas e falta avançarmos no conhecimento arqueológico dos povos sambaquieiros e indígenas em geral. Estima-se que os sambaquieiros tenham ocupado as baías do Rio de Janeiro de 5.000 a 3.000 anos AP, no chamado período Arcaico (Melatti, 2007). Em comunidades com aproximadamente 50 indivíduos, com uma economia sobretudo coletor-pescadora, esses povos usavam conchas e ossos como recursos do seu cotidiano alimentar e doméstico.

A compreensão dos sambaquieiros, que ocuparam Itaguaí há milhares de anos, pode ser feita por meio da conservação dos sambaquis como patrimônio material de Itaguaí. O tombamento em sítio contribui para o patrimônio cultural da cidade, incentivando pesquisas arqueológicas, paleontológicas, educação ambiental, turismo científico e ecoturismo, cabendo aos poderes públicos cumprirem a Lei Federal n. 3.924/61, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-

históricos e de acordo com os artigos da Constituição de 1988, que tratam dos sítios arqueológicos em território brasileiro.

O modelo predatório de exploração e o descaso ambiental estão destruindo as provas da existência dos sambaquis, já que a extração de areia e cal é a maior ameaça aos sambaquis no Brasil. Responsáveis pela dilapidação do patrimônio arqueológico, a ignorância, a especulação imobiliária e a negligência estão extinguindo nosso conhecimento possível sobre a humanidade. O direito ao patrimônio histórico-arqueológico abre caminhos para a educação ambiental e compreensão crítica do nosso território.

Outro elemento fundamental a respeito do patrimônio arqueológico de Itaguaí veio à tona após as obras do Arco Metropolitano, em 2009, quando o Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB) mapeou dezenas de sítios arqueológicos de Itaguaí a Duque de Caxias. Há materiais que remontam ao século XV, urnas funerárias e cerâmicas *tupi-guaranis*¹⁶ (Dias; Neto, 2017), possivelmente tupinambás, afinal toda cartografia do século XVI aponta a presença majoritária de tupinambás no Rio de Janeiro, sobretudo nas regiões costeiras. Acredita-se que esses sítios pertenceram aos povos originários que lidaram com a conquista europeia (Dias, 1998).

A cultura material exumada pela arqueologia mostrou a existência de ao menos quatro aldeias indígenas na região do Arco Metropolitano em Itaguaí e Seropédica. Vamos usar aqui as nomenclaturas dadas pela arqueologia, titulando os sítios arqueológicos: Aldeia Japeri, Aldeia

¹⁶ “Tupi-guarani” é o nome do tronco-lingüístico e não da etnia, portanto existem vários povos indígenas de origem tupi-guarani. A antropologia brasileira possui um sistema de nomenclatura próprio para as etnias indígenas. O nome dos povos é grafado no singular e em letra maiúscula (Carijó, Guarani-kaiowá, Tupinambá etc.), mesmo quando é necessário o plural. Como o texto é destinado ao público leigo, fizemos a concordância, usando o plural e a letra minúscula (como referência às “nações”). Historicamente, os portugueses usavam o termo “tupis” para se referirem à povos indígenas aliados e “tapuias” para povos considerados inimigos, o movimento indígena identifica as duas palavras, “tupi” e “tapuia”, como designações colonialistas. Já a cerâmica *tupiguarani* é grafada como letra minúscula, sem hífen e em itálico.

Itaguaçu, Aldeia das Igaçabas e Aldeia Amundaba. Além desses sítios, há ainda mais 14 sítios arqueológicos em que apareceu material *tupi-guarani*, porém os limites das escavações não permitiram avaliar com precisão, restando dúvidas se alguns sítios são aldeias amplas ou pequenos acampamentos temporários. Como nômades e seminômades, os tupinambás espalhavam suas ocupações num mesmo território. As escavações do IAB se concentraram no tracejado da via expressa e nos seus arredores imediatos, o que aponta para o alto potencial arqueológico da Baixada Fluminense, sobretudo a respeito dos povos indígenas em período remoto. (Dias; Neto, 2017). A arqueologia afirma que houve ocupações indígenas, de povos tupi-guaranis, nas cercanias da Guanabara a partir do início da Era Cristã e no vale do rio Guandu a partir do século XV, podendo esta última datação recuar, a depender de novas evidências arqueológicas para além da linha do Arco Metropolitano (Dias, 1998).

No período da conquista, nos arredores da baía de Sepetiba havia algumas aldeias originárias: Guaratiba, Sepetiba, Gerussaba, Genipaíba e Sapéagoera (Abreu, 2010; Silva, 2015). Os povos tupinambás que habitavam essas aldeias viviam uma “economia comunal” (Dias, 1998) ou no “modo de produção doméstico” (Maestri, 1995, p. 44), isto é, as comunidades eram autossuficientes, o acesso à terra era livre e a agricultura era de subsistência, com foco na produção de tubérculos (aipim e batata-doce) e do milho — um dos principais ingredientes do cauin, bebida muito apreciada pelos tupinambás. Existia uma divisão social do trabalho, mas era etária e sexual, as mulheres das sociedades de origem tupi-guarani eram exímias ceramistas e agricultoras (agricultura de plantação-enxertia), já os homens completavam as reservas alimentares com a caça, a pesca e a coleta de frutos.

Do ponto de vista arqueológico, nas escavações do Arco Metropolitano foram encontradas evidências de cerâmica *tupi-guarani* no sítio arqueológico denominado Mato dos Índios IV, localizado próximo à serra de Itaguaí, região banhada pelo rio Mazomba. Esse sítio e mais quatro sítios vizinhos receberam a nomenclatura “Mato dos Índios” por estarem em terras desapropriadas de uma fazenda com esse nome (Dias; Neto, 2017).

Para quem estuda a história colonial do Rio de Janeiro, é incontornável o nome do monsenhor Pizarro (1753-1830), pelos seus volumes das *Memórias históricas do Rio de Janeiro* e pela *Relação das sesmarias da capitania do Rio de Janeiro (1565 a 1796)*, pois o autor teve acesso às cartas das sesmarias originais,¹⁷ distribuídas na capitania, que posteriormente arderam num incêndio no Arquivo da Câmara Municipal do Rio de Janeiro em 1790. Porém, os elementos compilados por Pizarro são sucintos, sem as petições de sesmarias que poderiam, por exemplo, revelar informações sobre as “bandeiras” no Rio de Janeiro (Abreu, 2010). Ao tratar do caso de Itaguaí, Pizarro menciona que havia grupos originários vivendo na ilha Jaguámenon (atual Jaguanum). Os indígenas da ilha de Jaguanum foram incorporados à sociedade colonial, como veremos (Pizarro, 1820).

Parte dos territórios banhados pela baía da Ilha Grande e pela baía de Sepetiba foi distribuída em sesmarias primeiro pela capitania de São Vicente (São Paulo) e não pela capitania do Rio de Janeiro. Em um dos livros do tombo do Colégio dos Jesuítas do Rio de Janeiro há uma carta das autoridades de São Vicente em resposta à petição da sesmaria original de

¹⁷ Chamamos de “sesmaria original” a primeira doação em sesmarias de um território, realizada pelas autoridades coloniais, visto que as sesmarias poderiam ser passadas e trocadas por seus beneficiários ou retiradas e doadas novamente pela própria Coroa, caso o beneficiário não cumprisse com as cláusulas de colonização do território.

Itaguaí, de 1567. O peticionário, isto é, aquele que pleiteava a doação em sesmarias, era Cristóvão Monteiro, conquistador de São Vicente e do Rio de Janeiro, membro da primeira elite colonial. Nessa carta fica expresso que existiu uma povoação indígena na região de nome “Çupya Yguoera”¹⁸ e que Monteiro desejava fazer guerra aos “contrários” para controlar esse território, notadamente os povos originários.

[...] lhe dê de sesmaria as terras conteúdas nesta confrontação que estão ainda por ganhar aos contrários nossos inimigos que ele sup.te quer ajudar a guerrear, convém a saber, desde “Çupya Yguoera”, aldeia que foi dos índios, até Goaratiba, que são quoatro légoas boas ao longo da costa do mar e estarão 8 léguas boas da boca do Rio de Janeiro pera qua pera contra Angra dos Reis, a quoal terra que ele sopricante me pede tem hum rio d’água dosse quaize no meio o qual se chama na lingoa dos índios “Nhunda”, me pedia lhe desse a dita terra conforme as ditas confrontações declaradas em esta pitisão em nome do dito Snor G.dor dela, no que lhe faria mercê. [...] E a sesmaria se entenderá dispois que a terra estiver passífica por ora estar em guerra e lha dou como dada tenho por saber passar na verdade que o sup.te diz nesta sua [...] petição, as quoais terras que lhe dou e águas conteúdas em sua pitisão em nome do Snor G.dor, digo, do dito Snor G.dor nelas será obrigado ho supricante dito dispois da terra passífica a aproveitar dentro em symquo anos primeiros seguintes, as quoais lhe deu pera ele e todos seus erdeiros ascendentes e descendentes [...].¹⁹

Nesse sentido, de acordo com as evidências arqueológicas e historiográficas, podemos afirmar que existiu ocupação de povos originários nas localidades de Mazomba, na ilha de Jaguanum e nas margens do chamado rio “Nhunda”, que não sabemos precisar qual rio é. Assim, podemos concluir pela existência de “múltiplas ocupações indígenas” em Itaguaí nos séculos XV e XVI. Nesse sentido, a atual cidade

¹⁸ Com outras formas de escrita: “Sapéagoera”, “Copiaguera” e “Sapuagoera”. Do tupi-guarani *sapé* + *yguara*: “habitante do mato grosso” (Abreu, 2010), provavelmente relacionada à aldeia de Sepetiba, indicando parentesco (Silva, 2015).

¹⁹ “Trellado da carta conteúda na pitisão atrás que hé o seguinte.” In: Livro de Tombo do Colégio de Jesus do Rio de Janeiro. Documento 81. *Anais da Biblioteca Nacional*, Divisão de Publicações e Divulgação, v. 82, p. 152-154, 1962.

de Itaguaí se apresenta como um *locus fundamental* da história indígena na Baixada Fluminense, pelo que foi relatado até aqui e pelo período histórico, após a invasão europeia, como veremos. Tanto os sambaquieiros como os tupinambás de Itaguaí carecem de maiores estudos arqueológicos e historiográficos, entretanto, as “pedras fundamentais” estão colocadas.

O aldeamento colonial de São Francisco Xavier de Itaguaí

A história indígena no Brasil tem avançado nas últimas décadas mesmo diante de um problema inescapável: a escassez de fontes escritas por indígenas. Tal limitação vem sendo driblada pelos esforços de pesquisadores que a partir de uma análise crítica da documentação de origem colonial e imperial (cronistas, jesuítas, autoridades coloniais, viajantes europeus etc.) recompõem as possibilidades de agência indígena, ou seja, a atuação indígena no controle do seu próprio destino. Portanto, as fontes coloniais são tratadas a partir do contexto de produção, permitindo construir uma “história do contato” ou a chamada “etno-história”. Por convenção, usamos “aldeias” ao nos referirmos aos povos originários e “aldeamentos coloniais” para os espaços indígenas criados pelos portugueses e jesuítas, com intuito de “civilizar” as populações originárias por meio da religião católica e do trabalho. O projeto dos aldeamentos coloniais recebeu uma legislação colonial própria, o “Regimento das Missões” de 1686.

A famosa família Correa de Sá travou batalhas contra os franceses na baía de Guanabara e a partir da sua vitória fundaram a cidade do Rio de Janeiro, em 1567, num processo que contou com a participação dos povos indígenas como aliados ou como inimigos, visto que os povos originários faziam escolhas em seu próprio benefício, porém sob condições sempre

desvantajosas, na capitulação de sua liberdade a longo prazo, como veremos. No início do século XVII, os Correa de Sá travaram outras lutas pela conquista, mas dessa vez na baía de Sepetiba. A ilha da Marambaia foi dominada por franceses em 1605 e pelos holandeses em 1608, sob a batuta do almirante Joris von Spielbergen. Martim Correa de Sá (1575-1632) foi o responsável por fazê-los bater em debandada (Breves, 1966). A ilha Grande, inclusive, tornou-se o ancoradouro dessa família (Knivet, 1978).

Os conquistadores portugueses vitoriosos nas batalhas quinhentistas e seiscentistas tornaram-se a chamada “nobreza da terra”, afinal as suas vitórias significaram títulos de nobreza. A Coroa retribuía com cargos coloniais e sesmarias, “mercês” ou “benesses” em nome do rei e da cruz. Foi exatamente esse o caso da família Correa de Sá, que recebeu sesmarias do Rio de Janeiro a São Paulo, além de cargos militares e de governança, comandando praticamente todo o Sul da Colônia. Além de combaterem esquadras inimigas, corsários e piratas, os Correa de Sá eram responsáveis pela busca das sonhadas minas de ouro, prata e diamante. Nesse ínterim, sobretudo no século XVI e início do XVII, praticavam o resgate,²⁰ os descimentos²¹ e até o bandeirantismo; com o passar dos anos, entretanto, apoiaram o projeto jesuítico de missão no Rio de Janeiro, abandonando o “modelo paulista” de apresamento (Boxer, 1978).

A família Correa de Sá desenvolveu diversas relações com as populações indígenas, da aliança à escravidão, segundo as crônicas e relatos do pirata inglês Anthony Knivet (1560-1649). Alguns membros da

²⁰ As lutas endógenas dos povos tupinambás não produziam escravos, mas prisioneiros reservados aos rituais antropofágicos. Os portugueses “resgatavam” esses prisioneiros por meio do escambo e por “clemência” escravizava-os.

²¹ De 1587 ao século XVIII, os portugueses promoveram os chamados “descimentos”; em expedições aos sertões (florestas) traziam populações inteiras para próximo dos núcleos coloniais, com intuito de explorar o trabalho indígena. Importante ressaltar que esse movimento ocorria na medida em que a população tupinambá era extermínada ou fragmentada no Rio de Janeiro.

família eram bandeirantes, outros consumaram casamento com filhas de chefes indígenas; foi registrada a presença indígena em seus engenhos, em Jacarepaguá e na Barra da Tijuca, e há indícios de que os descimentos realizados por essa família retornavam à capitania do Rio de Janeiro, distribuindo indígenas pelos diversos aldeamentos coloniais fundados (Knivet, 1978). Grupos indígenas formavam os chamados “bandos”, exércitos flecheiros como apoio militar aos Correa de Sá em diversos conflitos coloniais, como na expulsão dos holandeses e na Revolta da Cachaça (1660-1661). O grupamento indígena de Itaguaí pode ter cumprido essa tarefa militar, sobretudo considerando o contexto de seu aldeamento: proteger a baía de Sepetiba. Desse contexto surge o Aldeamento Colonial de São Francisco Xavier de Itinga.

Existem algumas versões para a fundação do aldeamento colonial de Itinga, inicialmente teria sido fixado nas ilhas da baía de Sepetiba: Jaguanum, Marambaia e Itacuruçá ou Piaçavera (Souza e Silva, 1854). Do tupi-guarani *y + tinga*, “água branca” ou “água clara”. Eis a origem do nome “Itinga”. Monsenhor Pizarro afirma que Martim de Sá “atraiu” indígenas de Jaguanum, instalando-os no continente, em “Y-Tinga”, entre os rios Tinguçu e Itaguaí (Pizarro, 1820). Os Correa de Sá instalaram grupos tupiniquins em Itinga também, pois foram seus aliados na conquista da baía de Guanabara. Além disso, da lagoa dos Patos (Santa Catarina), considerada um “viveiro” indígena para os conquistadores, vieram 400 carijós, descendidos pelos jesuítas até Itaguaí e Mangaratiba.

A instalação dos povos indígenas nos aldeamentos coloniais, também chamados de “missões”, “reduções” ou “aldeias d’El Rey”, era feita com o argumento de que ali estariam protegidos das bandeiras e da escravização, praticadas pelos paulistas. No “acordo”, eles receberiam a doação de terras em sesmarias e, em contrapartida, seriam convertidos e emprestariam mão de obra ao Estado e a particulares em

troca de salário ou jornal, prometido pelos colonizadores. Entretanto, descimentos eram realizados indiscriminadamente, pelo convencimento, pela ameaça e pela força.

Um dos pilares da conquista portuguesa no Brasil foi a chamada “guerra justa”. Utilizada originalmente contra muçulmanos na Reconquista, a guerra justa foi “adaptada” pela Coroa portuguesa no Brasil a partir de 1570 (Abreu, 2010). A guerra justa era permitida contra grupos indígenas que recusassem a conversão, impedissem a propagação da fé cristã e cometessem hostilidades contra vassalos ou aliados dos portugueses (Perrone-Moisés, 2001). Num determinado momento, a antropofagia também foi considerada motivo para a guerra justa, tornando o resgate obsoleto. Os grupos indígenas não eram vistos como “infiéis”, forma como classificavam os muçulmanos, mas sim como “gentios”, ou seja, passíveis de ser catequizados.²² Porém, na recusa da conversão, o tratamento era o mesmo destinado aos ditos infiéis: a guerra justa. Apenas o rei ou o governador-geral poderiam declarar a guerra justa, porém os paulistas, bandeirantes ou sertanistas rogavam a si o poder de cometê-las e os sobreviventes eram tomados como escravizados (administração particular), chamados de “negros da terra”. A escravidão indígena era “costume da terra” das vilas paulistas (Monteiro, 2003). Enquanto outras localidades são alvo de pesquisas historiográficas para a compreensão desse assunto, no Rio de Janeiro tudo indica que os aldeamentos coloniais coibiram a administração particular como ocorreu em São Paulo (Almeida, 2003).

²² O conceito de “infiel” está atrelado à concepção de “Velho Mundo”, àqueles que conheciam o cristianismo, mas não o professavam. Enquanto os “gentios”, devido ao isolamento, na condição de “Novo Mundo”, não tinham a possibilidade de conhecer a fé cristã. Essa diferenciação foi fundamental no que tange à escravização dos povos indígenas, africanos e de outras origens pela cristandade moderna. Assim, a partir desse argumento de diferenciação, a Igreja Católica condenou oficialmente a escravidão indígena.

O estabelecimento do aldeamento de Itinga provavelmente ocorreu nas décadas de 1610 e 1620 em terras que então já pertenciam aos jesuítas, pois a família de Cristóvão Monteiro doou uma parte das terras aos jesuítas e fez uma permuta na outra parte com eles, após a morte do patriarca (Amantino; Engemann, 2013). Na sequência, houve uma mudança de localização e refundação do aldeamento colonial em questão, desta vez um pouco mais perto da sede da fazenda jesuítica de Santa Cruz, entre os rios Itaguaí e Guandu, sob o título de “Aldeia de São Francisco Xavier de Itaguaí”, antes de 1718 (Pizarro, 1820). A Igreja foi construída na década de 1720 e elevada à condição de paróquia em 1759. Do tupi-guarani *ita + guay*, “lago entre pedras”, *tagoa + hy* ou *taguá + y*, “água amarela”, *itá + kûá + y*, “rio da enseada da pedra”. É importante observarmos que a aldeia foi rebatizada e colocada mais contígua aos jesuítas, mas a etimologia indígena foi apenas trocada por outra de origem tupi-guarani. Sobre as relações sociais travadas por indígenas, jesuítas e particulares no interior dos aldeamentos, cada caso precisa ser investigado individualmente, porém a compreensão geral que temos é de um espaço dúbio, indígena e colonial ao mesmo tempo (Almeida, 2003).

Imagen 2 – Igreja de São Francisco Xavier de Itaguaí com o cemitério homônimo ao lado, patrimônio tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac)



Fonte: Fotografia anônima, s/d. Comemoração dos 200 anos de Itaguaí. Disponível em: <https://itaguai.rj.gov.br/200anos/>, acesso em: 9/3/2024.

Os espaços coloniais dos aldeamentos tinham muitos significados: indígena, colonial, jesuítico etc., configurando-se como espaços possíveis de sobrevivência física e social para os povos indígenas. Contudo, não estavam isentos de obrigações coloniais, ao contrário, eram progressivamente vistos como súditos do rei, aos quais se impunha a exploração do trabalho sob diversos aspectos. A colonização foi destrutiva para os povos indígenas, disso não há dúvidas: guerras de conquista, bandeiras, guerra justa, escravidão, doenças e, por fim, os aldeamentos coloniais, o “confinamento”. A historiografia descreve esse processo e, além disso, aponta as diferentes formas de resistência e agência indígenas, ou seja, a busca por autonomia e os interesses políticos indígenas, compreendendo de forma complexa a reelaboração da cultura (Almeida, 2003). A população indígena de Itaguaí foi captada

pela historiografia se autodeclarando como “indígena” nos registros paroquiais de terra na década de 1870 (Ferreira, 2016), sinal de permanência da identidade étnica e da memória dos aldeamentos coloniais indígenas.

No que se refere à exploração do trabalho indígena, os grupos aldeados em Itaguaí exerceram atividades do interesse da colonização. Afinal, este era um dos objetivos dos aldeamentos coloniais: transformar povos originários em “súditos úteis”. Destacar o processo de coerção da mão de obra indígena, seja nos aldeamentos, seja derivada da escravidão indígena, revela que a exploração do trabalho no Rio de Janeiro se inicia com a mão de obra indígena, fato inconteste, aos quais se somou o trabalho dos povos africanos e afrodescendentes. A reprodução da mão de obra indígena no Rio de Janeiro e em São Paulo nos primeiros séculos da colonização era “endógena”, exemplo ímpar de uma área de produção periférica, que inibia o desenvolvimento da escravidão atlântica. A área central, nesse sentido, seria o Nordeste dos engenhos de açúcar, onde já aportavam inúmeros navios negreiros na mesma época (Almeida, 2003).

Na Fazenda de Santa Cruz e cercanias, no interior dos sertões que ligavam Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, os indígenas aldeados em Itaguaí foram responsáveis por inúmeras atividades, envolvendo construções, comunicações e patrulhamento dos sertões. As fontes históricas mencionam os seguintes serviços exercidos, prestados aos jesuítas, às elites coloniais e à Coroa: Construção, limpeza e segurança de fortalezas; abertura, calçamento, construção de pontes e manutenção dos caminhos e estradas; abertura de valas e construção de diques; abastecimento, escoamento, guias, tocadores (auxiliares de tropeiros), carregadores, barqueiros e estafetas (correios); peões, boiadeiros e agricultores; diligências contra desertores e extravio do ouro; capitães

do mato; pesca, inclusive de baleias; remadores e marinheiros; flecheiros, soldados e membros da Guarda Nacional; artesãs e fiadeiras, na fábrica Santo Agostinho (Campos, 2015).

No geral, podemos perceber que o trabalho dos indígenas de Itaguaí era extensivo, isto é, suas atividades percorriam longas distâncias, por serem eles considerados condescendentes natos dos sertões. Descortinar a Mata Atlântica poderia ter inúmeros significados para os povos indígenas, sobretudo a possibilidade de viverem sob seus próprios termos. No colonialismo, a liberdade foi forjada cotidianamente na prática social e histórica de populações indígenas, africanas e seus descendentes, entre os séculos XVI e XIX no Brasil, e mesmo nos dias de hoje.

A arregimentação do trabalho indígena nos aldeamentos coloniais era feita primeiro pelo chamado “capitão-mor” do aldeamento, uma espécie de “mediador” entre o mundo colonial e o indígena. Depois, no período pombalino, surgiu a controversa figura do “diretor de índios” em alguns aldeamentos. Importante salientar que o sucesso do capitão-mor ou do diretor em suas designações coloniais era diretamente proporcional à sua aceitação pelos indígenas. Porém muitos só eram respeitados pelo aldeamento se fossem também indígenas, às vezes nem mestiços.

Para o caso de Itaguaí, nesse sentido, temos um emblemático capitão-mor, o indígena José Pires Tavares (17??-1805). “Apadrinhado” por Ignacio de Andrade Souto Maior Rendon (1733-1815), que era membro da elite senhorial de Marapicu, comandante do Registro de Itaguaí e chefe das Milícias de Guaratiba, Tavares foi retirado ainda criança do aldeamento de Itaguaí e levado para Marapicu, já na fase adulta, sendo depois nomeado capitão-mor de Itaguaí. Sua trajetória é marcada por diversos episódios que geraram documentações coloniais importantes sobre a história do aldeamento de Itaguaí. Um exemplo é sua viagem à corte, em Lisboa, na década de 1780, em que buscou manter

funcionando o Aldeamento Colonial de Itaguaí, ameaçado de remoção pela Fazenda Real de Santa Cruz, que não pertencia mais aos jesuítas desde sua expulsão do Brasil, em 1759. O capitão-mor foi a Portugal defender pessoalmente a permanência da comunidade indígena, apelando para que a própria rainha d. Maria I intercedesse no caso, no que foi atendido (Souza e Silva, 1854).

Em 1805, em uma de suas cartas, em comunicação com o vice-rei, José Pires Tavares comentou a respeito da insubordinação indígena na sua comunidade, para não realizarem o Serviço Real da Pesca das Baleias:

Prontamente mandei notificá-los pelos inferiores do meu comando, deram-me conta de os não ter achado por suas casas, e perguntando a suas mulheres e filhas, disseram tinhama ganhar seus jornais [nas fazendas de particulares]. Chegando os princípios de maio, logo principiam a subir para cima a refugiarem-se das ordens de sua alteza real, e alguns que vão para a dita pesca sendo solteiros não tornam a voltar, assim como aconteceu aos do ano passado, que só vieram os casados. Nus, sem trazerem com que cobrir as necessidades de suas mulheres e filhos.²³

A pesca das baleias Em determinando era conhecida por seu caráter altamente perigoso e letal; nessa carta fica expresso que o trabalho indígena no aldeamento de Itaguaí era exercido, mas não sem protestos e insubmissões, ainda que o capitão-mor fosse de origem indígena. Após a morte de José Pires Tavares, o aldeamento passou por outra ameaça de extinção. Em 1806, dois engenhos da Fazenda Real de Santa Cruz (que passou à mão dos vice-reis, em 1759) foram postos à venda em hasta pública pela Coroa. O Engenho de Itaguaí (Engenho do Facão), considerado o mais moderno da época, e o Engenho de Piaí, que ficava em Sepetiba, que foram arrematados por uma associação de negociantes

²³ Carta do capitão-mor da aldeia de Itaguaí José Pires Tavares ao vice-rei. In: Souza e Silva, 1854, p. 373.

de grosso trato²⁴ da praça mercantil do Rio de Janeiro, destacando-se os irmãos portugueses Gomes Barroso, que terminaram em posse dos engenhos. Ao final de sua vida, o comendador²⁵ Antônio Gomes Barroso era o maior acionista do Banco do Brasil e sua fortuna só não era maior do que o Tesouro Real. Em determinado período, foi o homem mais rico da elite colonial, portanto. Ao comprar o engenho de Itaguaí, uma das cláusulas do contrato era a remoção do aldeamento de Itaguaí.

Entretanto, apenas em 1818 o aldeamento de Itaguaí foi extinto institucionalmente por d. João VI e a vila de Itaguaí foi erigida. A extinção na letra da lei significou a tentativa de apagamento étnico e aniquilamento das instituições coletivas indígenas que existiam (terras coletivas, patrimônio dos comuns), por ameaças de gente poderosa, mas sobretudo pela Coroa. A prática institucional de extinção de povoados indígenas, de antigo contato com o mundo colonial, colocava em prática uma política liberal em relação aos povos indígenas, isto é, com o intuito de misturá-los à massa geral da população, retirando-lhes a categoria jurídica de “índios aldeadados” [sic], com deveres e direitos específicos que vigoravam no mundo colonial de antigo regime (Moreira, 2010). A desamortização, despossessão ou despojamento de bens e terras ocupadas coletivamente por séculos pelos povos indígenas significava espalhá-los com o intuito de que adotassem a propriedade individual e perdessem suas especificidades étnicas e culturais de grupo, a extinção comunitária, portanto.

²⁴ Os chamados “homens de grosso trato” eram a “hata” da elite escravista, a elite colonial que mais cresceu com o tráfico negreiro e o comércio atlântico; eles reinvestiam seu capital em engenhos, edifícios urbanos, apólices de seguros, investimentos bancários e políticas de crédito. São investigados por muitos autores, mas sobretudo por João Fragoso, Manolo Florentino e Antônio Carlos Jucá Sampaio.

²⁵ “Comendador” era um título dado a indivíduos por seus serviços prestados à Coroa ou à Igreja. Recebiam junto com a comenda terras, renda, jurisdição ou benefício a ser administrado.

No entanto, evidências apontam a permanência indígena em Itaguaí nas décadas de 1850 e 1870, após a promulgação da Lei de Terras, que visava à implantação da propriedade privada no Brasil e o fim completo do sistema sesmarial. Segundo essa lei, aqueles que faziam usufruto de terras deveriam regularizar num prazo estipulado sua situação junto ao Estado. Nesse sentido, há registros paroquiais de terras (RPT) em nome de indígenas no lugar do nome “Mato dos Índios” em Itaguaí. Os registros estão no nome dos indígenas Januário Ferreira, Dionizia Delfina Roza, Maria Francisca de Oliveira, Francisco Xavier e Maria Faustina de Santa Rita. Nos registros alguns se declaravam como “índios aldeados [sic]” (Ferreira, 2016, 2022).

Nos relatos dos viajantes estrangeiros também podemos recolher informações sobre a permanência indígena em Itaguaí. Passaram por Itaguaí o naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire, em 1822, e a pintora britânica Maria Graham, em 1823. No diário de Graham (1990) vemos a manutenção do Aldeamento Indígena de Itaguaí, enquanto Saint-Hilaire destaca: “Era antigamente uma aldeia de índios.” (Saint-Hilaire, 1938, p. 214) Na cartografia do século XIX também podemos achar menção aos indígenas de Itaguaí, espalhados pelo território da vila de Itaguaí e de suas freguesias. No mapa de Vandermaelen de 1827: “Itaguahy dos Indios”. No mapa de Shlicht de 1830: “Aldea de Taguaí dos Índios”. No mapa de Niemeyer de 1848: “Terrenos dos Índios”. Nesse sentido, mesmo após a extinção institucional do aldeamento, em 1818, a identidade étnica era reconhecida inclusive na cartografia (Vandermaelen, 1827; Shlicht, 1830; Niemeyer et al., 1848).

No entanto, a partir de finais do século XIX, a classificação étnica dos grupos indígenas oriundos de aldeamentos coloniais tende a sumir dos registros históricos (batismos, casamentos, óbitos etc.), aparecendo outros termos de cunho étnico-racial, como “mestiço”, “caboclo” ou

“pardo”. É importante ressaltar que a pseudociência racista da eugenio e do darwinismo social começam a se difundir nesse período e adentram pelo século XX (Schwarcz, 2008), o que certamente contribui para esse “sumiço” da classificação indígena em regiões de antigo contato. Afinal, não mencionar a “indianidade” significava o próprio “sucesso” da colonização e do branqueamento.

A função e o propósito dos aldeamentos coloniais era a “civilização” das comunidades indígenas, a redução do “outro” ao “eu” e o seu enquadramento na cultura eurocêntrica. Entretanto, não conseguiram lográ-lo por completo. A história indígena de Itaguaí revela que “aculturação” é mais uma prática colonial do que uma realidade histórica e social vivida pelos grupos indígenas, o censo de 2022 registrou 171 indígenas.

Caminhos para Minas Gerais e São Paulo

Chamamos de “hinterlândia” os caminhos fluviais, marítimos e terrestres que servem de conexão entre os territórios. Os povos indígenas desenvolveram extensa rede de caminhos (veredas) e estradas (peabirus) desde tempos imemoráveis que chegavam a alcançar os povos andinos. Porém a viagem por meio aquaviário era a mais utilizada. A hinterlândia, portanto, são as raízes de comunicação e movimentação da humanidade, por meios naturais ou não. Em nossa região, apenas os rios Guandu e Itaguaí eram navegáveis por meio de pequenas embarcações (canoas, botes e saveiros).

O processo de dominação colonial dos chamados sertões foi intenso, durante os séculos XVII e XVIII, pelo bandeirantismo e pela incansável busca pelos metais preciosos, como vimos. Mediante as notícias do ouro em Minas Gerais, a partir da década de 1680, a intensificação da

colonização na região Sudeste é registrada. Importante salientar que enquanto para os colonos a corrida do ouro significava aventura e possibilidade de ascensão social, para os povos indígenas, dos “sertões fluminenses”, dos “sertões paulistas” e dos “sertões do Leste” (Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás), significava sua própria desventura (Amantino, 2008). Como vimos, os caminhos coloniais da Fazenda de Santa Cruz e de Itaguaí foram permeados e construídos pelos indígenas de Itaguaí, que abriam, vigiavam e faziam a manutenção desses espaços.

Se observarmos o famoso mapa turístico da Estrada Real, veremos que a região da Fazenda Jesuítica de Santa Cruz está justamente nos interstícios dos chamados Caminho Velho (lado esquerdo) e Caminho Novo (lado direito). Entretanto, isso não significa que ela não tenha sido entrecortada. O chamado “Caminho Novo da Piedade” cortou a propriedade dos inacianos até alcançar São João Marcos, abrindo caminho pelo Sul Fluminense e pelo Oeste Paulista, no vale do Paraíba, região que seria explorada pela produção de café no século XIX (Toledo, 2010). Além disso, a história local menciona outro caminho na região, o “Caminho das Minas do Guandu”, associado ao desvio do ouro por meio de picadas, sendo desconhecidas as fontes documentais (Freitas, 1985).

O Caminho Velho, o primeiro a ser aberto, era um caminho misto, por terra e por mar: (1) do Rio de Janeiro até Sepetiba pelo “Caminho dos Jesuítas”; (2) de Sepetiba até Parati numa rota por mar; (3) de Parati até São Paulo pela serra da Bocaina; (4) de São Paulo até Minas Gerais pelo “Caminho dos Guaianás” (Bezerra et al., 2007). O trajeto por mar era suscetível a ataques de corsários e piratas, por isso a busca por rotas terrestres alternativas. Nesse bojo, surge o Caminho Novo de Garcia Paes. Terminado em 1707, acessado pelo interior da baía de Guanabara, foi o mais utilizado no Setecentos para escoar o ouro até o Rio de Janeiro. Já o trajeto do Caminho Novo da Piedade mantinha boa parte do

percurso do Caminho Velho, mas evitando o caminho marítimo, abrindo passagem por terra, da Fazenda de Santa Cruz até São Paulo. No entanto, o Caminho da Piedade ficou por longas décadas inacabado, iniciado em 1725 e concluído apenas em 1778. Acredita-se que a “morosidade” e a suspensão da abertura desse caminho tenham ocorrido por diversos impedimentos: oposição das elites das vilas de Parati e Angra dos Reis; disputas de poder entre os paulistas e a Coroa; preocupação das autoridades com os descaminhos do ouro; e por rejeição dos próprios jesuítas. Embora tenha sido concluído num período já de escassez das minas, o Caminho da Piedade chegou a transportar os quintos do ouro de Mato Grosso e Goiás (Toledo, 2010; Freitas, 1985).

A abertura dos caminhos da mineração pelos sertões tinha diferentes significados. Para os povos indígenas do interior do Rio de Janeiro (puris, coroados, coropós, goitacás e paraíbas), significava a guerra de conquista sobre eles (Bessa-Freire et al., 2009). Para a sociedade colonial, significava a sua expansão e a consequente estruturação de um conjunto de atividades econômicas: exploração, escoamento e abastecimento desencadearam várias situações, que nos ajudam a entender a história social desses caminhos. São exemplos: a arregimentação para o corte e derrubada da floresta; a construção das estradas com aterros, leitos e pontes; a instalação de registros, para arrecadação de tributos, pedágios ou taxas; as diligências contra o extravio do ouro; as paradas prontas para remeter ordens e cartas; o fornecimento de víveres e provisões para os viandantes; os gêneros de subsistência e o negócio do gado, a carne verde; a instalação de fazendas, ranchos, albergues e (mais raras) estalagens para pouso de viajantes, tropeiros e mascates; a existência de locais para alimentação e comércio, isto é, choupanas, tabernas e vivendas; aluguel de escravizados que faziam todo o carregamento; aluguel de embarcações e mulas para o transporte (Bezerra et al., 2007). Essas atividades eram feitas a expensas de

senhores, mas não oferecidas gratuitamente, afinal, sob a lógica de antigo regime, exigiam e pleiteavam o reconhecimento da Coroa pelos serviços prestados. Portanto, a distribuição de novas sesmarias, o crescimento de cargos coloniais e até títulos de nobreza, além da fundação de capelas, paróquias e arraiais significavam o poderio das elites coloniais ampliado.

Nesse sentido, o Caminho da Piedade, além de fazer o escoamento de metais preciosos em período aurífero tardio, serviu ao crescimento colonial local, guardadas as devidas proporções em relação ao Caminho Novo de Garcia Paes. Além disso, o Caminho da Piedade é considerado um “modelo de transição” pelo fato de ter servido tanto à cultura da mineração quanto à cultura cafeeira posteriormente, no século XIX (Toledo, 2010). Nesse sentido, embora tenha importância regional, não podemos exagerar o papel dessa estrada periférica nos caminhos do ouro. Exemplos disso são os relatos de viajantes no início do século XIX, apontando para um verdadeiro “atoleiro”, sem manutenção e provimento (Toledo, 2010). A constatação de Spix e Martius, que viajaram pela estrada em 1817, é a seguinte:

A estrada, cuidadosamente aplanada, segue quase em linha reta a sudoeste até uma ponte onde está instalado um Registro Real para o controle dos viajantes entre Rio de Janeiro e São Paulo, mas especialmente para impedir o contrabando do pó de ouro do interior para a costa. [...] A noite de 12 para 13 de dezembro, passamo-la em Taguaí, uma grande fábrica de açúcar, cujos arredores ostentam incrível variedade de vegetação. Uma pequena igreja na colina domina o vale. [...] Por felicidade, pouco ali nos demoramos e em breve alcançamos as nossas mulas, que se achavam em completa desordem num terreno argiloso, profundamente esburacado. A maioria tinha-se libertado das cargas ou se tinha atolado nos lameiros. Foi preciso fazer sem demora faxinas para entulhar os atoleiros e dar apoio firme aos pés dos animais. Após ingentes esforços, alcançou-se finalmente o topo da montanha, onde o panorama amplo da planície de Santa Cruz nos fez esquecer as canseiras (Spix; Martius, 2017, p. 140 e 141).

Independente do estado de abandono em que se achava o Caminho Novo da Piedade, variante do Caminho Novo de Garcia Paes, a função aglutinadora e as experiências sociais que ele mobilizou são motivos suficientes para figurar como Estrada Real que cingiu Itaguaí. Esse caminho também é conhecido como “Estrada Geral para São Paulo” ou “Estrada da Independência”, por ter sido percorrido por d. Pedro I rumo a São Paulo em busca de apoio político, em 1822 (Marquese et al., 2015).

Ascensão e crise de Itaguaí no século XIX

A colonização do território de Itaguaí foi feita *com e contra* os povos indígenas, mas também africanos e seus descendentes, como podemos perceber. Assim, quando apresentamos o tema da estrutura econômica de Itaguaí, como se beneficiaram as elites coloniais (jesuítas, administradores, donos de sesmarias, senhores de engenho, fazendeiros, traficantes, Família Real), é importante que não percamos de vista quem abria as valas e diques, quem lavrava a terra, quem levava o gado para pastar e quem remava nas embarcações, sem negar a existência de relações de poder e as lutas sociais.

Assim, não serão expostas aqui as querelas municipais entre a elite oitocentista de Itaguaí, basta sabermos que, mesmo antes da Independência os magistrados já haviam manifestado seu apoio a d. Pedro I (Moreira et al., 2010). Além disso, durante as chamadas “reação conservadora” (1837 e 1840) e “conciliação” (1853-1868), os fazendeiros influentes da região compuseram o Partido Conservador, principalmente a família Cardoso, da qual vários membros exerceram cargo de deputado na Assembleia Provincial do Rio de Janeiro durante o Império (Moreira et al., 2010). Além disso, Francisco José Cardoso Júnior foi deputado da Assembleia Geral da Corte e detrator da Lei do Ventre Livre, em 1871

(Moreira et al., 2010). É apenas a partir de 1878 que os liberais começam a exercer certa força política em Itaguaí. Conservadores e liberais frequentavam os mesmos espaços sociais como membros da elite: Casas de Caridade, Guarda Nacional e Irmandades. Em Itaguaí existia a Irmandade de Santo Inácio, por exemplo. Ambos, conservadores e liberais, se beneficiavam da escravidão e constituíam casamentos entre si, em relações clientelistas. Fundamental é que tenhamos em mente a produção de uma nova classe senhorial na região Sudeste, pautada pelo fortalecimento do sistema escravista (Costa, 1999).

O chamado “Renascimento Agrícola”, do final do século XVIII ao início do século XIX (Schwarcz, 2008), ocorreu também em Itaguaí, momento em que as elites retomaram o projeto agrário, após o declínio do ouro. Parati, Angra dos Reis, Mangaratiba, Itaguaí e Guaratiba foram os maiores produtores de açúcar e aguardente do Rio de Janeiro, em 1778, segundo relatório produzido para o marquês de Lavradio (RIHGB, 1913). Em 1795, Itaguaí é elevada à condição de paróquia, expressando interesse no seu crescimento. Em 1796, os engenhos de açúcar foram construídos na Fazenda de Santa Cruz, os Engenhos de Itaguaí e do Piaí, como mencionado. O crescimento da produção açucareira se deu também pelo impacto da Revolução Haitiana, acabando a concorrência francesa no mercado internacional e, também vale destacar, a chegada da Corte ao Rio de Janeiro, em 1808, que levou à reforma da sede da Fazenda de Santa Cruz, que foi transformada em paço real.

Em 1806, os engenhos são vendidos em hasta pública a negociantes de grosso trato, como vimos, que passaram a controlar todo o processo do comércio escravista, dos canaviais de Itaguaí ao tráfico em Angola. O Engenho de Itaguaí era movido à moenda de água, considerado o mais moderno do Brasil, nesse momento. A venda desse engenho é permeada por diversas questões; o que podemos reter aqui é que o traficante

português Antônio Gomes Barroso terminou em posse do engenho numa transação com valor abaixo do mercado. Os negociantes de grosso trato da praça do Rio de Janeiro eram credores da Fazenda Real naquele período, o que explica em parte esse desfecho. Os irmãos Gomes Barroso possuíam lanchas que transportavam os produtos dos seus engenhos e faziam o comércio de cabotagem, do porto de Itaguaí para o porto do Rio de Janeiro (Moreira et al., 2010). A baía de Sepetiba era rica em ancoradouros naturais e dois portos locais escoavam a produção de Itaguaí, o porto do Trapiche e o porto do Casaca).

Imagen 3 – Engenho de Itaguaí ou Engenho do Facão



Fonte: Fotografia anônima, 1906. Comemoração dos 200 anos de Itaguaí. Disponível em: <https://itaguai.rj.gov.br/200anos/>, acesso em: 9/3/2024.

A fundação da Vila de Itaguaí, em 1818, passou a compor três freguesias: a de São Pedro e São Paulo do Ribeirão das Lajes (Paracambi), a de Nossa Senhora da Conceição do Bananal (Seropédica) e a de Mangaratiba (até 1831). As duas primeiras freguesias eram compostas por foreiros da Fazenda de Santa Cruz, enquanto a vila foi estabelecida com terrenos da Igreja e do aldeamento indígena esbulhado. O negociante escravagista Antônio Gomes Barroso, que mais tarde se

tornaria comendador, não queria a instalação da vila, mas d. João VI mandou assim mesmo proceder à fundação.

Vale frisar ainda que as terras da Fazenda de Santa Cruz foram fundamentais no processo de montagem do vale do Paraíba. Desde o início do século XIX, as sesmarias doadas no entorno do Caminho Novo da Piedade deram início à produção extensiva de café em São João Marcos, Piraí e depois no vale do Paraíba (Valença, Vassouras etc.) (Marques et al., 2016). Acredita-se que parte do escoamento fosse pelo porto de Itaguaí, que fazia a cabotagem para o Rio de Janeiro. Em 1830, foi projetado o Imperial Porto da Vila de Itaguaí, responsável pelo comércio e pela cabotagem do café pela vila de Itaguaí. Em 1838, foi dada a concessão de construção e uso de um novo canal em Itaguaí, o Canal de São Pedro de Alcântara, para o também comendador Francisco José Cardoso (1804-1882), que mais tarde transformaria os negócios do porto em monopólio de família. (Moreira, 2010). Em 1839, a exportação de café no porto de Itaguaí alcançou aproximadamente 500 mil sacas (Moreira et al., 2010). Na década de 1850, começava a funcionar a “Companhia Itaguahyense de Navegação”, que, com dois vapores, transportava passageiros de Itaguaí para o Rio de Janeiro, sem dúvida marco do período “áureo” da vila de Itaguaí no Oitocentos.

Tem destaque também o tráfico negreiro nas baías de Sepetiba e de Ilha Grande, em Itaguaí e Mangaratiba, após 1831. Em 1830, o comércio negreiro foi equiparado à pirataria, mas, após a sua proibição, o tráfico atlântico se manteve até a década de 1850. O que se supõe é que de 1831 a 1856 foram 2.400 viagens de navios negreiros, um incremento, se comparado com 3.500 viagens desde o século XVI! (Gomes et al., 2022). A historiografia vem apontando que propriedades litorâneas/praias participaram amplamente do tráfico com destino ao vale do Paraíba, na chamada “lógica traficante”. (Pessoa; Pereira, 2019). Acredita-se que

os desembarques eram feitos em Coroa Grande, em Maromba. Em correspondências epistolares, foi possível perceber que os traficantes possuíam conhecimento do litoral fluminense local e suas praias: Saí, Coroa Grande, Ilha da Madeira e Porto do Estrela. Os tumbeiros (navios que faziam tráfico de escravizados) vinham sobretudo da costa oriental africana (Pessoa, 2018), e a maior parte dos desembarques nesse período foi de homens adultos, entre 15 e 40 anos (Gomes et al., 2022). O número mínimo de entrada de africanos em Itaguaí no período do tráfico negreiro foi de 3.552 indivíduos, pelos dados do projeto Voyages, mas há tumbeiros não mapeados pelo projeto (Pessoa, 2018).

A família Souza Breves, que possuía extensas propriedades no vale do Paraíba, e o “negreiro” Manuel Vieira de Aguiar, além da firma João Rodrigues Ulrich e Cia., casa comissária que tinha negócios do porto de Ambriz ao vale do Café, montavam o sistema ilegal nas praias de Itaguaí. Além da firma Guimarães & Irmão, de Antônio da Cunha Barbosa Guimarães e seu irmão José Joaquim Guimarães, que controlavam o tráfico negreiro na Ilha Grande. Conforme o tráfico se intensificava, à parte dos embates entre liberais e conservadores e a despeito da pressão inglesa, as praias e ilhas desertas locais tornaram-se ancoradouros de navios negreiros (Pessoa, 2018). Outros participavam desse negócio ilícito, que incluía ainda o suborno de autoridades. A chegada ao poder dos conservadores, em 1840, encobertou a ação do tráfico, tratando-se de benefício próprio dos barões do café que dominavam o Estado imperial.

Seria importante mencionarmos ainda que, em 1850, duas leis foram sancionadas em bloco, permitindo à elite senhorial perder os anéis, mas não os dedos: a Lei Eusébio de Queirós e a Lei de Terras. A primeira abolia finalmente o tráfico transatlântico e a segunda instituía a propriedade privada no Brasil, obrigando a regularização. Esse movimento do Estado imperial significou a necessidade de definir as

áreas não ocupadas, as “terras devolutas” que seriam colocadas à venda (Silva, 2008). As consequências da Lei de Terras foram catastróficas para indígenas, libertos e camponeses que faziam usufruto da terra, culminando na sua expropriação, já que a partir de então os grandes senhores passaram a registrar as terras que queriam em cartório. Além disso, nenhuma das duas leis previam mecanismos de assentamento para os recém-libertos. Ao contrário, tornou-se política das províncias a “importação” de imigrantes, em sistemas de colonato ou parceria. A leitura é de que o sistema latifundiário se fortaleceu no Brasil com a aplicação dessas reformas liberais. Poderíamos decompor essa análise ainda, acrescentando que a implantação da propriedade privada no Brasil teve cor, conformando um contingente de trabalhadores rurais à margem da propriedade, em substituição à escravidão (Silva, 1990).

A característica básica de Itaguaí e região no contexto do escravismo do século XIX é o de entreposto comercial e desembarque negreiro, portanto. Todavia, com a predominância da produção de café no vale do Paraíba, as áreas periféricas, com solo menos favorável, apresentam decrescimento, como foi o caso de Itaguaí, suas freguesias e mesmo as vilas vizinhas. O que as pesquisas têm mostrado é que entre 1850 e 1888 a região da Baixada Fluminense, Itaguaí incluso, enfrentou um período de crise econômica e decrescimento da população escravizada. Pela análise histórico-social, locais como Parati, Angra dos Reis, Mangaratiba, Itaguaí e Nova Iguaçu encolheram em face do vale do Paraíba (Ruiz, 2015).

Nesse período, então, a policultura (mandioca, arroz, milho, amendoim, legumes, frutas, compotas etc.) era a produção nos sítios e chácaras de Itaguaí, pequenas e médias propriedades escravistas, que se estabeleceram arrendadas da Fazenda de Santa Cruz, é o que apontam pesquisas baseadas nas décadas de 1860 e 1870 com inventários *post mortem*, na Freguesia de Nossa Senhora do Bananal, que pertencia a

Itaguaí, por exemplo (Oliveira, 2015). Além disso, acredita-se que nesse mesmo período a Fazenda de Santa Cruz tenha amplificado o sistema de aluguel dos escravizados por temporada. (Souza, 2021). Nesse sentido, as pesquisas recentes vêm afirmando que por suas freguesias, sobretudo Bananal, Itaguaí possuía uma menor concentração fundiária em comparação a outras localidades na segunda metade do século XIX, notadamente o vale do Paraíba, caracterizando uma elite de fazendeiros foreiros da Fazenda de Santa Cruz, que foram amortizando suas dívidas com a venda dos cativos.

Na demografia da população de Itaguaí entre 1840 e 1872, houve diminuição da população escravizada e aumento da população livre. Entre a população escravizada aumentaram as famílias matrifocais, com mãe e filhos, quando no vale do Paraíba observou-se o aumento populacional de escravizados enquanto famílias conjugais, pai, mãe e filhos (Ruiz, 2015). Em Itaguaí, a população escravizada em 1840 era de 10.113 indivíduos; em 1850 caiu para 8.672; e em 1872 caiu novamente, agora para 4.803 indivíduos. Ao longo de 30 anos a redução foi de aproximadamente 44%. Enquanto a população livre apresentou crescimento, nos mesmos anos, respectivamente: 7.226, 7.331 e 9.072 (Ruiz, 2015). Esses números representam na realidade a venda, a retirada da população escravizada do território de Itaguaí em benefício de regiões mais lucrativas para o escravismo, no interior da província do Rio de Janeiro, no vale do Paraíba (Ruiz, 2015).

Com a progressiva proibição do tráfico negreiro, ocorreu ainda o chamado “impulso modernizante”, porque os capitais do tráfico negreiro foram também liberados para outras áreas (Silva, 2008). A ferrovia e o telégrafo chegaram ao Brasil na década de 1850. O desenvolvimento da infraestrutura, com a construção das linhas férreas e telegráficas que ligavam as regiões cafeeiras aos portos, ao mar, foi a

nova paisagem do século XIX na região Sudeste, levando o comércio fluvial à bancarrota. A progressiva alteração da paisagem com a chegada do trem a vapor e do telégrafo, entretanto, não deve nos enganar: o trem a vapor era sinônimo de modernidade e o anúncio de novos tempos, porém era construído para transportar café produzido em regime de escravidão, o telégrafo era utilizado, segundo se supõe, para comunicar a presença de navios negreiros (Silva, 2011). Com a inauguração da Estrada de Ferro D. Pedro II, em 1858, que ligava o Rio de Janeiro a Queimados, o comércio de cabotagem pelo porto de Itaguaí entraria em queda, pois a produção do vale do Paraíba seria agora escoada pelo trem a vapor. Itaguaí teria suas linhas férreas instaladas tardiamente apenas na década de 1910, pelo ramal de Mangaratiba (Moreira et al., 2010).

A geografia de Itaguaí, suas condições hidrográficas, apontam para uma localidade com abundância de águas, daí a prática de redirecionar o curso dos rios, com valas, diques e taipas construídos da Colônia ao Império. Na região existe ainda o aquífero Piranema. Nas águas dos rios Itaguaí, Guandu e Macacos transportavam-se produtos em pequenas embarcações, o escoamento do açúcar, café etc., os quilombolas ocupavam as cabeceiras dos rios²⁶ e pelas praias o tráfico negreiro perpetuava a escravidão. Por essas mesmas águas de travessias chegariam também as doenças, com vacinação escassa, muitos surtos se alastrariam por Itaguaí no século XIX e no início do século XX.

Causada pelo vírus da família Poxviridae e transmitida por fluidos e secreções corporais, a varíola teve ápice de infecções em Itaguaí entre 1870 e 1880, sendo os casos verificados tratados em Vassouras. A malária, chamada na época de “impaludismo”, causada por protozoário e transmitida pela picada do mosquito *Anopheles*, também se disseminou.

²⁶ Para mais informações sobre quilombolas em Itaguaí, ver Seropédica.

Em 1873, o governo da província abriu edital para obras de aterro e “secamento de pântanos”, pelo mal das “febres palustres” em Itaguaí. Em 1879, as moléstias eram tratadas no “hospital dos bexinguentos”, dirigido pelo médico Filipe Basílio Cardoso Pires (Moreira et al., 2010).

O conto “O alienista”, de Machado de Assis, publicado originalmente na revista *A Estação* e incorporado ao volume *Papéis avulsos* (1882), faz uma sátira de Itaguaí e da sociedade imperial tardia, pela figura do médico eugenista Simão Bacamarte, a saga de um personagem manicomial:

[...] começou um estudo aturado e contínuo; analisava os hábitos de cada louco, as horas de acesso, as aversões, as simpatias, as palavras, os gestos, as tendências; inquiria da vida dos enfermos, profissão, costumes, circunstâncias da revelação mórbida, acidentes da infância e da mocidade, doenças de outra espécie, antecedentes na família, uma devassa, enfim, como a não faria o mais atilado corregedor (Assis, 2014, p. 23).

Machado de Assis captou em suas obras as contradições sociais de uma época, Itaguaí era de fato uma “Vila de Barões”, com a população acometida pela proliferação de doenças, de forma que ao doente era associada a própria doença: “bexinguentos”. As doenças oriundas da ausência de saneamento básico e políticas públicas de saúde permaneceriam ainda por muitas décadas em Itaguaí.

Para as elites, o fim da escravidão seria o seu próprio colapso, podemos ver isso nos debates da Assembleia Geral da Corte ao longo de todo o século XIX. O resultado foi um processo de prolongamento da escravidão que perdurou décadas, pois se deu de forma gradual, lenta e paulatina, a contragosto dos barões do café, que queriam ver a escravidão perpetuada. Numa guerra diplomática e chegando-se às vias de fato, com o afundamento de navios negreiros, a Inglaterra trabalhou para incluir o Brasil na Pax Britânica, na ascensão do seu capitalismo

industrial.²⁷ A escravidão no Brasil foi mantida até onde as elites conseguiram forçar, sendo o Brasil o último país do Ocidente a abolir a escravidão (1888), depois da luta maior dos quilombolas e abolicionistas.

As elites construíram seus propósitos agrários para Itaguaí, assentadas na vergonha e na herança da escravidão. Com o pós-abolição, entretanto, não se confirmaram as previsões dos fazendeiros do vale do Paraíba de que a abolição significaria migração em massa dessas terras; na verdade, o que aconteceu foi a migração dos filhos e netos, as duas gerações posteriores à abolição. Estudos de demografia histórica e micro-histórica apontam que os descendentes migraram para a região metropolitana do Rio de Janeiro, sobretudo para a Baixada Fluminense, a partir da década de 1920 (Costa, 2020).

Moléstias, saneamento, colonização japonesa e loteamentos

Com a Proclamação da República, as elites imperiais de Itaguaí logo se tornaram republicanas, de modo que mudou o regime, mas não mudou a ordem de coisas, com a política itagaiense sendo comandada pelas mesmas famílias (Moreira et al., 2010). Em 1889, uma petição da Câmara Municipal pedia a retirada de um posto de pedágio da povoação, porque se encontrava ela mesma em completa “penúria”, a Câmara devia salários a professores, empregados, ao carcereiro e ao conservador de ruas (Moreira et al, 2010).

Os terrenos da Baixada de Itaguaí, Bananal, Belém, São Pedro e São Paulo das Lages, pertencentes à Fazenda de Santa Cruz, entraram em

²⁷ A abolição da escravidão já era negociada pelos ingleses desde a chegada de d. João VI ao Brasil. Episódios importantes concorreram orquestrando a tal “pressão inglesa”. Em 1826, a Inglaterra condicionou reconhecer a Independência apenas mediante esforços para a abolição do tráfico. Em 1831, a Lei Feijó abolia a escravidão, seria essa a lei “para inglês ver”, pois não se efetivou em curto prazo. Em 1850, com a Lei Eusébio de Queirós, o tráfico atlântico é proibido, sob pena dos navios ingleses. O que de fato ocorre, como dissemos, é que os ingleses fiscalizaram, interceptaram e afundaram diversos navios negreiros que vinham para o Brasil, até 1856, quando coibiram finalmente.

estado de abandono, devido à “desvalorização da propriedade rural e à consequente falta de mão de obra” (Fridman, 2001, p. 328). Já na República, a FSC possuía mais de 1.300 concessões de terra, entre foreiros e arrendatários. Com a constituição da Fazenda Nacional de Santa Cruz, houve o interesse em regularizar as dívidas, ocorreu o anulamento de contratos de arrendamento, a transformação de alguns acordos em enfiteuse e novos títulos de aforamento foram emitidos. Ainda assim a fazenda continuou a acumular dívidas (Fridman, 2001). A Lei 360, de 1895, transformou arrendamentos em aforamentos, o que significou o chamado “jubileu do grileiro” na Primeira República (Fridman, 2001), com a transferência das terras devolutas (públicas) para domínio privado, tendo como consequência a reconcentração fundiária.

A malária grassava na região, sobretudo pela má conservação dos rios inutilizados, após a chegada do trem a vapor. Com o espriamento ou assoreamento provocado pelas chuvas, o alagamento de várzeas e constantes enchentes eram comuns. Para piorar, a febre amarela, chamada de “febre palustre”, causada por um vírus da família *Flaviviridae* e transmitida por mosquitos *Aedes aegypti* e *Haemagogus*, também já era endêmica na região. A insalubridade era atestada desde 1883 e 1889, quando comissões de saneamento foram destacadas para a Baixada Fluminense, mas somente a partir de 1894 os estudos topográficos da região são feitos, apontando para a necessidade de obras de engenharia sanitária, dragagem, regularização de cursos dos rios e preservação de matas ciliares. Entretanto, a comissão foi desfeita sem os investimentos terem sido aplicados de forma efetiva no território (Fadel, 2006).

É preciso considerar que o território em questão foi depenado por séculos de exploração agrária (à exceção as obras de engenharia hidráulica promovidas pelos jesuítas, que costumam ser elogiadas pelas autoridades imperiais e republicanas). A agricultura e a pecuária

extensiva, o desmatamento da Mata Atlântica, os usos dados aos rios, canais e portos, e a ausência completa de rede de esgoto e água encanada chegaram a um limite em Itaguaí, deflagrando surtos e epidemias, porém ainda não compulsadas devidamente pela historiografia para a região em questão.

O recenseamento da população de Itaguaí mostra a seguinte situação: estagnação seguida de decrescimento e depois crescimento. Em 1872, a população era de 13.875 indivíduos; em 1890 um pequeno decréscimo, indo para 13.569 indivíduos; em 1900 o número registrado foi de 11.170 indivíduos; e em 1920 o censo registrou 15.771 indivíduos.²⁸ Podemos concluir, portanto, que o período de maior decrescimento populacional em Itaguaí durante a Primeira República se deu no início dela, na década de 1890. Já nos primeiros anos do século XX, o crescimento populacional volta a ocorrer. Os especialistas corroboram a ideia do “vazio demográfico” nesse período, geralmente associado às más condições de saneamento básico e proliferação de doenças. Porém a ausência de pesquisas sobre as migrações no pós-abolição e sobre os números da mortandade provocada pela varíola, malária e febre amarela são verdadeiros “buracos” para o olhar historiográfico e sociológico que se debruça sobre Itaguaí na virada do século XIX para o XX (Silva, 2017).

No governo de Quintino Bocaiúva como presidente da província do Rio de Janeiro (1900-1903), a questão do saneamento é associada à do povoamento (Fadel, 2006), indicando o interesse pela imigração para os territórios da Baixada Fluminense. Nesse aspecto, como política agrária, fazer a reforma sanitária da Baixada significava a permanência da vocação agrícola desse território. Nascido em Itaguaí, Quintino

²⁸ Censos demográficos de 1872, 1890, 1900 e 1920. Disponíveis na rede.

Bocaiúva foi um dos jornalistas e políticos liberais que defenderam a Proclamação da República.

A implantação da ferrovia em Itaguaí tem características diferentes das verificadas no processo de instalação de ferrovias no restante da Baixada Fluminense, quando a Estrada de Ferro D. Pedro II foi inaugurada na década de 1850, sendo depois rebatizada como Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB) na República. No século XIX, as elites itaguaienses fizeram oposição à implantação da ferrovia, visto que controlavam o comércio local de tropeiros e as atividades portuárias. No entanto, já no contexto da República, foi no governo de Nilo Peçanha (1909-1910) como presidente da República que a EFCB finalmente instalou a linha férrea na região, com ramais que percorriam Itaguaí, Itacuruçá, Mangaratiba e Angra dos Reis, além da reforma de pontes no território. Contudo, mesmo com a linha férrea, Itaguaí manteve sua economia agropecuária, com comércio restrito a armazéns de “secos e molhados” (Moreira et al., 2010). Em 1911, a estação de Itaguaí foi inaugurada, com o trem que passava por lá sendo popularmente conhecido como “macaquinho”.

MACAQUINHO: Designação popular do trem, movido a vapor e depois a óleo, que, até cerca de 1980, ligava Santa Cruz ao município de Itaguaí. O nome viria, segundo algumas versões, da circunstância de os vagões serem de madeira, em cor escura, e pularem muito no sacolejo da viagem (Lopes, 2012, p. 220).

Registraramos ainda outras explicações para o apelido, como a de que o transporte da produção de bananas pelo trem atraía macaquinhas para o interior dos vagões. Além dessa explicação, há outra: a linha

férrea cortava bananais na altura de Itaguaí, o que possibilitava a coleta das frutas pelos passageiros.²⁹

A composição para Itaguaí nunca foi eletrificada, circulava com locomotivas a vapor ou diesel. Os trens de Itaguaí pararam de circular em 1989; atualmente os trilhos são utilizados para o transporte de minério de ferro pela empresa MRS Logística e a antiga Estação abriga a Casa de Cultura de Itaguaí e a Biblioteca Municipal Machado de Assis.

Também no governo de Nilo Peçanha começaram as “Comissões Federais de Saneamento da Baixada Fluminense”. As obras propostas foram apresentadas como “saneamento ambiental” (Fadel, 2006), com o engenheiro politécnico Fábio Hostílio de Moraes Rego ficando responsável pela primeira delas (1910-1916). Rego emitiu relatórios sobre a situação encontrada que são reveladores dessa história ambiental no período em questão:

O despovoamento gradativo da zona, como consequência das más condições de salubridade, foi agravando cada vez mais a situação anterior. Os pântanos e alagadiços invadiram os terrenos entregues à agricultura: novos e mais vastos focos maláricos se produziram, afugentando a população rural e levando à ruína onde antes dominava a prosperidade (Rego apud Fadel, 2006, p. 112).

Entretanto, ao que parece, Itaguaí não foi contemplada por essas obras nesse primeiro momento. Os estudos de infraestrutura para essa região foram feitos apenas entre 1925 e 1928, enquanto as obras começaram pela drenagem do canal Itá e do rio Guandu em 1928, para evitar as inundações da lagoa Feia e dos campos de Santa Cruz (Souto, 2016, p. 97).

²⁹ Trem Macaquinho. In. Facebook, Verdejando, Trinus Ecologia. Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=1040718629643053>, acesso em: 22/2/2022.

É apenas com o Serviço de Profilaxia Rural (1918-1923), encabeçado por Belisário Penna (1868-1939), membro da equipe médica de Oswaldo Cruz, em parceria com a Fundação Rockefeller, que Itaguaí tem acesso a políticas públicas de saúde. Na Liga Pró-Saneamento, Penna defendeu a educação sanitária da população e a criação de uma agência pública que coordenasse as ações de saúde em nível federal, destacando-se como médico sanitarista. (Lima et al., 1996). Porém, mais tarde, adepto da eugenio, Penna ingressou na Ação Integralista Brasileira (AIB) em 1935 (Carvalho, 2019). Na fotografia podemos ver uma farmácia em Itaguaí no início da década de 1920, iniciativa de saúde e medicalização em Itaguaí após anos de negligência.

Imagen 4 – Farmácia em Itaguaí, 1920-1923



Fonte: Brasiliana Fotográfica, Fundo Belisário Penna, Coleção Fiocruz, Biblioteca Nacional.
Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/6484>, acesso em: 15/5/2024.

O saneamento e a dragagem dos rios de Itaguaí foram feitos apenas nos governos de Getúlio Vargas, entendendo-se então a região como “Baixada de Sepetiba”. A partir de uma nova Comissão Federal de Saneamento da Baixada Fluminense, coordenada pelo engenheiro Francisco Saturnino Braga, ocorre o saneamento na bacia do rio Guandu

em 1933 (Fadel, 2006). Já o saneamento da Baixada de Sepetiba (1935) foi desenvolvido pelo engenheiro Hildebrando de Araújo Góes.

O engenheiro observa a respeito:

Tratava-se de recuperar, para a riqueza e progresso do país, vasta região pantanosa, com uma área de quase 18.000 km², em cujos mangues e paludes se afogava o futuro econômico de um grande Estado da Federação brasileira. [...] Desde 1891, que se cogita de sanear a Baixada. [...] [Fazer] simultaneamente, o dessecamento das terras encharcadas e a colonização das áreas conquistadas (Góes, 1942, p. 367).

O Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS) concluiu os trabalhos nessa região em 1942. Segundo o estudo realizado por Góes, a chamada Baixada de Sepetiba possui dois vales, o do rio Guandu-Açu e o do rio Itaguaí. O espraiamento do Guandu forma os brejais na região, a sua bacia é composta pelos afluentes: ribeirão das Lages, rio São Pedro, rio dos Poços e Guandu-Mirim. A bacia do rio Itaguaí tem os afluentes: Quilombo, vala do Piloto, valão dos Burros, valão dos Bois, Valinha, vala da Ponte Preta e vala do Trapiche. Nota-se que o rio Itaguaí sofreu ação humana com antecedência, todas as valas e valões mencionados são canais artificiais abertos no período colonial ou imperial. Há ainda na região outros rios menores ou que se formavam em período das cheias: Portinho, Cabuçu (Piraquê), Caçao, Timirim, Tinguaçu, Botafogo, Muxicongo, Catumbi, Muriqui, Saí e rio do Saco. Para Góes, as pequenas obras feitas anteriormente na região falharam por não possuírem uma “visão de conjunto”, não compreenderem o “regime dos cursos d’água naturais” e nem fazerem “observações pluviométricas” (Góes, 1942, p. 65). O trabalho técnico feito pela equipe de Góes foi o de limpeza, desobstrução, estudos topográficos, levantamento aerofotogramétrico, instalação de pluviômetros e escalas hidrométricas, para por fim dar início às obras

(Góes, 1942). O engenheiro relata que, após a desobstrução do Guandu-Açu, houve uma descarga de água e grande enchente ocorreu na região em 1936 (Góes, 1942). Mais especificamente sobre Itaguaí, Góes salienta que apenas as aberturas da Valinha, da vala do Trapiche e da vala do Piloto haviam sido feitas anteriormente, sem mais nenhuma intervenção de saneamento: “A extensa planura [...] formava enorme brejal, onde, raramente, repontavam pequenas elevações. A cidade de Itaguaí, único centro populoso da bacia, era aos poucos dizimada pela malária.” (Góes, 1942, p. 56) Nessas obras também foram inauguradas as pontes de concreto armado sobre o canal do Itá, o rio Guandu, o canal do São Francisco e o rio Itaguaí. Na ocasião, foi construído o canal de Arapucaia, a fim de escoar as águas do rio Mazomba e do rio Teixeira, que se formam na serra (Góes, 1942). Consideramos importante fazer essa “pequena história social dos rios e das águas” com as intervenções sanitárias realizadas, dado que as chamadas “mudanças climáticas” são um assunto incontornável no século XXI, para lembrar que o regime e o curso natural dos rios devem ser respeitados por qualquer política de planejamento urbano consequente.

Os engenheiros envolvidos nessas empreitadas dos anos 1930 costumavam chamar suas construções de “obras de arte”; no geral eles tinham a concepção de que as obras de infraestrutura e saneamento representavam um modelo de intervenção e “civilização”, que no período Vargas era política de Estado. Os diversos responsáveis e engenheiros que assumiram essas obras, em diferentes momentos e em diferentes trechos, partilhavam uma visão sobre a Baixada Fluminense: o estado de abandono e ruína, pelo fim da escravidão, opiniões que vinham diretamente do século XIX (Silva, 2019, p. 111), mostrando que, embora eles promovessem “melhoramentos” através da política pública de saneamento, eram conservadores em sua análise política. Reflexo de

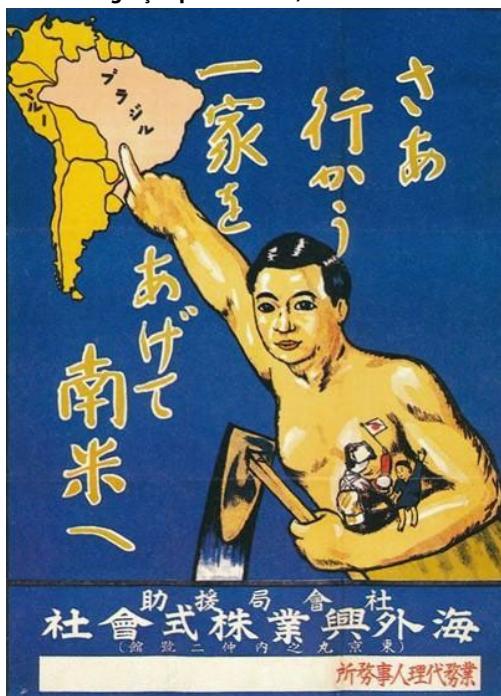
que as práticas sanitárias, o higienismo e a eugenia relacionavam-se ainda muito bem no avançar da década de 1940, sobretudo entre a elite técnica ilustrada ligada ao governo Vargas.

Pelo avançar dessa história, podemos tratar agora do plano de colonização e imigração para Itaguaí. Em 1948, o jornal *O Observador Econômico* sintetizava os dados do censo de 1940, assinalando que a maior parte dos imigrantes no Brasil era “peso morto”, pois a população estava na faixa etária de 30 a 59 anos. Além disso, o jornal acusa como algo “negativo” os japoneses insistirem no uso do idioma pátrio. Assinala que a população de origem japonesa era de 52.818 homens e 51.537 mulheres no Brasil.³⁰

A imigração nipônica no Brasil tem como marco o chamado *Kasato Maru*, nome do navio que trouxe 781 imigrantes japoneses para o Brasil em 1908, a maioria de Okinawa, servindo também para designar o fluxo migratório que aí se iniciou. Mas a verdade é que houve imigrações pré-*Kasato Maru*, ainda no século XIX, e após a Primeira Guerra Mundial (Carlos Neto, 2015). Hoje, o Brasil é considerado o país com a maior comunidade japonesa fora do Japão. As principais cidades de desembarque foram São Paulo e Rio de Janeiro, embora uma parcela dos migrantes tenha abandonado as fazendas paulistas, seja pelas condições do contrato de colonato desvantajosas, seja pela falta de estrutura adequada para o desenvolvimento das colônias. Uma parte dessa comunidade veio da Cooperativa Agrícola de Cotia com destino ao Rio de Janeiro.

³⁰ Jornal OOE, edição 00151 (1), p. 41-2, 1948.

Imagen 5 – Publicidade de empresa japonesa incentivando a emigração para o Brasil, década de 1920



Fonte: Agência de Cooperação Internacional do Japão. Musée Historique de l'Immigration Japonaise. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Emigra%C3%A7%C3%A3o>, acesso em: 15/5/2024.

Itaguaí foi a localidade que contou com a maior presença nipônica no estado do Rio de Janeiro, boa parte dela permanecendo até hoje no município, embora também tenha ocorrido o retorno de descendentes ao Japão também (Inoue, 2023). Vindos de Minas Gerais, já estavam vivendo em Itaguaí as famílias: Hoshina, Kawaguchi, Kozaki, Okazaki e Wada (Carlos Neto, 2015). As famílias que se instalaram em Itaguaí emigram em busca de melhores condições de vida e trabalho. Primeiro, foram instaladas no Núcleo Colonial Santa Cruz, em 1939, com uma seção na reta de Piranema. Depois, em 1940, outras foram para Mazomba, para o Núcleo Colonial Santa Alice. Inicialmente, a lida foi exclusivamente na

agricultura; em condições adversas, essas famílias desenvolveram a cultura de arroz, verduras, tomate, quiabo, banana, goiaba e mais recentemente o coco. Inclusive, as colônias japonesas de Santa Cruz e Itaguaí foram responsáveis pela elaboração de novas espécies de tomate e quiabo, que são consumidas massivamente até hoje. Na década de 1950, alguns japoneses em Itaguaí tornaram-se comerciantes, administrando uma fatia do comércio lojista de Itaguaí: “lojas de material de construção, cinemas, bancos, peixarias e quitandas” (Shikada, 2008, p. 168).

O contexto da Segunda Guerra Mundial reforçou a xenofobia e o discurso do “perigo amarelo”; com isso, ocorreu a proibição da imigração japonesa e o fechamento da embaixada do Japão no Brasil, em 1941. Em 1942, a Colônia Nipônica de São Bento, em Duque de Caxias, foi removida à força para a Colônia Santa Alice de Itaguaí. O ensino do idioma de origem nas escolas era uma das demandas nas colônias de Santa Cruz e Itaguaí, dada a importância do ensino do japonês para manterem tradições e coesão. A partir de 1948, recomeçam as discussões entre as comunidades para a reabertura dos espaços de língua japonesa e de sociabilidade, como o Kaikan (1952) e o Bunka Club (1952), ambos em Piranema. O clube é famoso por seu time de beisebol, o Itaguaí Bunka Club. Além disso, os japoneses fundaram o primeiro cinema de Itaguaí, o Cine Inoue, em que ocorriam apresentações de cinema mudo e teatro de bonecos (Shikada, 2008). A cultura japonesa é marcada pelo interesse por momentos de sociabilidade e lazer coletivo. Assim, o chamado “undokai” pode ser caracterizado como evento poliesportivo, com jogos, atividades lúdicas e culturais organizadas com antecedência e periodicidade para a reunião familiar e comunitária. Não foi diferente em Itaguaí, pois diversos encontros desse gênero foram realizados pela comunidade japonesa (Inoue, 2023).

Imagen 6 – Cine Inoue

Fonte: Fotografia anônima, s/d. Comemoração dos 200 anos de Itaguaí. Disponível em: <https://itaguai.rj.gov.br/200anos/>, acesso em: 9/3/2024.

O sistema de trabalho dentro dos Núcleos Coloniais era regulado por um acordo assinado com o Ministério da Agricultura, que estabelecia o direito à posse da terra adquirido em suaves prestações, a criação de cooperativas, a concessão de crédito, a assistência com interesse na produção de hortifrutigranjeiros, o fornecimento de sementes e bovinos de raça. O objetivo dessa política era criar um “cinturão verde”, com uma produção agrícola que abastecesse a metrópole carioca. Em pequenos lotes, a instalação de cooperativas faria ressurgir a lavoura (Silva, 2017). No Rio de Janeiro, foi instalado um total de nove Núcleos Coloniais: Santa Cruz, Santa Alice (Itaguaí), Seção Cacaria, Seção Piranema, Tinguá, São Bento, Duque de Caxias, Papucaia e Macaé. Apenas as terras públicas federais, as terras devolutas, eram transformadas em colônias e pequenas propriedades, permanecendo o latifúndio concentrado (Silva, 1990). Em 1930, o governo Vargas, por meio de um decreto (19.482/1930), pretendia instalar nos Núcleos Coloniais desempregados da cidade, com a obrigação de que 2/3 das contratações fossem de “nacionais”, “brasileiros pobres”. Entretanto, esse último dispositivo foi revogado, (Ribeiro, 2018), o que culminou na imigração de japoneses para Santa Cruz e Itaguaí,

transformando-se em núcleos mistos, de japoneses e brasileiros. O assentamento de brasileiros nos núcleos agrícolas da região ocorreu antes, a partir de 1930 (Sobral, 2017).

Durante o Estado Novo, Vargas deu ênfase aos Núcleos Coloniais devido ao poderio das elites agrárias, que não autorizaram a expansão dos direitos trabalhistas para o campo, muito menos a reforma agrária. Apenas no final do Estado Novo, a sindicalização rural é proposta. A total desproteção do trabalhador rural levou a uma enxurrada de cartas do campesinato ao presidente Vargas, na forma de denúncias dos conflitos rurais, que eram respondidas pela burocracia e algumas até judicializadas, mas sem soluções efetivas (Ribeiro, 2018).

Em 1943, camponeses brasileiros e japoneses, da Seção Piranema, do Núcleo Colonial Santa Cruz, fizeram denúncias e abaixo-assinado, que saíram no jornal *Correio da Manhã*, mencionando uma situação precária, com falta de maquinário para o trabalho agrícola e a ausência de cercas que impedissem a invasão do gado. Havia impasses nos Núcleos Coloniais, que iam desde as limitações de acesso às cooperativas até a falta de instrumentos e insumos necessários. Em 1955, os colonos do NCSC fundaram o Movimento Nacional Popular Trabalhista, em que exigiam o título definitivo da terra e não apenas o termo de posse.

De acordo com o jornal *O Observador Econômico*, em 1941 a Baixada Fluminense se transformava no “Celeiro da Capital Federal”, devido à instalação dos Núcleos Coloniais.³¹ Nesse sentido, podemos ver que Itaguaí na primeira metade do século XX, na sua extensão à Baixada Fluminense e à Santa Cruz, foi afetado pela malária e outras doenças no imediato pós-abolição, tendo passado por obras de drenagem e saneamento que possibilitaram à região ressurgir como núcleo agrícola

³¹ Edição 00063 (1), 1941.

na Era Vargas. Na paisagem, os brejos, os rios, as valas, o trem e as roças, mas também a possível saída de uma parcela da população negra no pós-abolição e a chegada de japoneses, conformando em conjunto uma classe de trabalhadores campesinos, com pequenas exceções.

Do ponto de vista demográfico, a cidade de Itaguaí no ano de 1940 abrigava uma população de 6.021 habitantes, já a década de 1950 apresenta um crescimento populacional associado à política de loteamentos, sendo vendida a proximidade com praias, montanhas e cachoeiras. Anunciavam sítios de 700 e 600 m², em 60 prestações, sem entrada e sem juros. Por Cr\$170,00 mensais. O jornal *Imprensa Popular* veiculava propagandas de terrenos à venda em Jardim América, Coroa Grande e Vila Geni, “entre Itaguaí e Coroa Grande”. Itaguaí é “próximo do Rio e próximo da Praia”. Num anúncio em 30 de julho de 1952: “NÃO FIQUE PARADO VOCÊ ESTÁ PERDENDO TERRENO!” Da mesma maneira, ainda que timidamente, o aumento de olarias, indústria de construção e negócios imobiliários começam a surgir.

Imagens 6 e 7 – Anúncios no jornal *Imprensa Popular* (1951-1952)



terrenos entre
Itaguaí
e Coroa Grande

RAMAL DE MANGARATIBA

- pratas
- montanhas
- matas
- e cachoeiras

lotes planos,
de 600 m²
a partir de
cr\$ 170,00
mensais

Sítios de 5.000 m²
a Cr\$ 10,00 o m²

Loteamento registrado de número com o decreto nº 58, sob os números 9, 10, 11, 12, e 14 no Registro de Imóveis de Itaguaí

60 prestações
sem entrada e sem juros.
posse imediata

ORGANIZAÇÃO *cal* IMOBILIARIA

Rua México n.º 74 sala 608 - tel. 32-6920

Fonte: Jornal *Imprensa Popular*. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=108081&PagFis=1>, acesso em: 15/5/2024.

O jornal *Imprensa Popular* era vinculado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), que se encontrava novamente na ilegalidade. Seu

editor era Pedro Motta Lima, jornalista e militante do PCB. Nas suas páginas foi possível captar diversas denúncias e investigações jornalísticas sobre Itaguaí: conflitos envolvendo jogo do bicho, distribuição de cargos em cartórios para esposas de políticos locais influentes no governo estadual de Amaral Peixoto, como Elvira Cicarino, esposa do prefeito de Itaguaí, Vicente Cicarino, que passou a administrar o cartório de Itaguaí em 1954. Enchentes do rio Mazomba e Cação que destruíram loteamentos e casebres, descargas produzindo enchente pela empresa estadunidense Light, ao abrir as comportas em Piraí, no ribeirão das Lages, segundo noticiado em 18 de maio de 1854, a empresa se negou a indenizar os moradores. Em janeiro de 1955, houve outra enchente derivada da mesma situação. Apoio popular a Juscelino Kubitschek e João Goulart no Núcleo Colonial Santa Cruz, Reta de Piranema, na criação de um “Comitê J-J” contra o golpismo, em favor da “legalidade”, posição tomada pelo general Henrique Teixeira Lott e por Leonel de Moura Brizola em 1955. Essas notícias dividiam as páginas com notícias internacionais sobre o governo de Josef Stálin na URSS (*Imprensa Popular*, disponível na BN Digital).

A urbanização da cidade de Itaguaí começou em meados do século XX, mesmo assim se concentrou na região central do município, sendo registradas nos jornais as dificuldades daqueles que precisavam percorrer estradas enlameadas para escoar a produção agrícola, realizada ainda por tração animal.

Imagens 8 e 9 – Centro de Itaguaí

Itaguaí — Rua Gal. Bocaiuva



Itaguaí — R. Dr. Cavalcante



Fonte: Fotografias anônimas, s/d. Comemoração dos 200 anos de Itaguaí. Disponível em: <https://itaguai.rj.gov.br/200anos/>, acesso em: 9/3/2024.

Até hoje as ruas General Bocaiúva e Dr. Curvelo Cavalcanti são o centro político, administrativo e comercial de Itaguaí, além da rua Paulo de Frontin, que guarda o calçadão. Podemos notar nas fotografias o desenvolvimento da urbanização, porém o chão de terra batida indica que não havia asfaltamento, e, conforme nos afastarmos do centro, seu caráter essencialmente rural será revelado, provavelmente entre as

décadas de 1940 e 1960. A onda loteadora que tomou conta de Itaguaí e várias localidades da Baixada Fluminense elevou a demografia, entretanto não foi acompanhada da infraestrutura necessária, portanto, é correto falarmos na “autoconstrução de loteamentos populares” (Simões, 2011). A infraestrutura para a moradia nos loteamentos foi realizada, nesse sentido, muito mais pela iniciativa dos trabalhadores do que como planejamento urbano e como política pública. Como veremos a seguir, os governos da prefeitura de Itaguaí dificilmente garantiam direitos básicos à população.³²

Ditadura militar, ações cívico-sociais e industrialização

A política institucional será considerada mediante o golpe militar de 1964. Por meio do uso de jornais, é possível observar em Itaguaí a reprodução de elementos já analisados pela historiografia que se debruça sobre os “anos de chumbo”. Apresentamos a exemplaridade de Itaguaí e sua imersão no quadro social da ditadura militar, portanto. Algumas reportagens dos jornais *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, *Diário Carioca* e *Folha de S. Paulo* são as fontes que nos embasam, além de audiovisual produzido pela Agência Nacional. Pelos limites e pelas singularidades, optamos pela alusão aos seguintes ex-prefeitos de Itaguaí: Sebastião Conceição; Isoldakson Cruz Brito; e Wilson Pedro Francisco. Além disso, vamos discutir o papel das chamadas “Ações Cívico-Sociais” (Acisos) em Itaguaí, projeto encampado pela ditadura militar com apoio financeiro estadunidense por meio do programa “Aliança para o Progresso”. Por último, vamos apresentar elementos a respeito do processo de industrialização em Itaguaí.

³² Para mais informações a respeito das origens da UFRRJ e da questão agrária em Itaguaí, ver os capítulos sobre Seropédica e Paracambi.

A ditadura militar foi implantada no contexto da bipolarização mundial, o Brasil cingido pela guerra fria viveu anos difíceis sob o governo de uma “coalizão civil-militar, conservadora e antirreformista”. A vitória da Revolução Cubana em 1959, questionando a hegemonia estadunidense nas Américas, elevou a América Latina a um dos focos de tensão internacional. Em 1964 havia concepções de país inconciliáveis e em disputa, de um lado a agenda reformista de João Goulart, pautada por uma perspectiva progressista de cidadania e de democratização da propriedade, caracterizadas pela reforma agrária, o nacionalismo econômico, a extensão dos direitos políticos aos analfabetos e a legalização do PCB; do outro a permanência dos privilégios de classe numa sociedade excludente, a manutenção e o aprofundamento do capitalismo periférico, caracterizado pela tradição liberal-oligárquica, pelo autoritarismo, pelo golpismo histórico e pelo imperialismo (Napolitano, 2014).

O trabalhismo social-democrata de viés nacionalista de Jango foi derrotado em 1º de abril de 1964. O Ato Institucional nº 1, publicado no mesmo mês, dava a prerrogativa da cassação de mandatos, demissão, aposentadoria compulsória e suspensão de direitos políticos por 10 anos daqueles que os militares consideravam atentar contra a segurança do país, a democracia (sic) e a probidade na administração pública. Assim, aqueles vistos como aliados do governo Jango ou contrários ao golpe foram sumária e progressivamente retirados da política institucional, e o que se seguiu foram “expurgos” no serviço público e nas fileiras militares. Os governos municipais também foram atingidos, sobretudo das principais capitais do país, logo não assusta termos verificado o mesmo movimento em Itaguaí, tanto na prefeitura da cidade como na antiga Universidade Rural do Brasil (URB), atual UFRRJ. Mediante acusações de corrupção, o prefeito Sebastião Conceição (PST) e o reitor

Ydérssio Luís Vianna foram afastados de seus respectivos cargos nas primeiras semanas da ditadura, levantando a hipótese da perseguição política.

Os chamados expurgos foram qualificados pelos militares e pela grande imprensa como “operação limpeza”, elegendo o combate ao comunismo e à corrupção como seus alvos preferenciais, o “inimigo duplo”, inclusive associando-os um ao outro. Importante salientar que os principais jornais em circulação no país, a grande mídia em geral atuou como porta-voz dos militares, incentivando os expurgos e influenciando a opinião pública. Independente da possibilidade de contravenções, visto que o papel do historiador não deve ser confundido com o papel da justiça, cabe dizer, entretanto, que o regime militar não permitia o direito à defesa, e as denúncias midiáticas significavam o próprio veredito, dispensando os trâmites legais, tornando o suposto combate à corrupção mais um dos instrumentos de exceção da ditadura, também pelo seu caráter seletivo, atingindo apenas inimigos políticos do regime (Motta, 2016). Verificamos, portanto, a chamada “moralização da política”, isto é, o discurso do combate à corrupção mobilizado para o senso comum, funcionando como um artifício de detração que *a posteriori* pode se revelar hipócrita, oportunista e despolitizante.

O Partido Social Trabalhista (PST), originalmente Partido Proletário do Brasil (PPB), foi criado em 1947 por dissidências do Partido Social Democrata (PSD), o primeiro partido criado por Vargas após a reabertura do regime. O PST pode ser caracterizado como partido de centro, que orbitava o trabalhismo e oscilava mediante crises ocorridas em outros partidos. No Rio de Janeiro, o PST aliou-se ao Partido Trabalhista Nacional (PTN), apoiando Tenório Cavalcanti ao governo do estado em 1962. Na Baixada Fluminense, a sigla do PST chegou a eleger

comunistas do PCB que estavam na clandestinidade.³³ O principal nome desse partido foi Miguel Arraes, governador de Pernambuco cassado e preso pela ditadura após o AI-1. O PST foi extinto em 1965 pelo AI-2, que instaurou o bipartidarismo (Ferreira, s/d).

NITERÓI — Nada menos de cinco prefeitos, cinco deputados estaduais, 10 vereadores e um suplente, além de cinco deputados federais e um suplente, tiveram seus mandatos cassados pelas autoridades do Alto Comando Revolucionário, e outros estão, ainda, sob séria ameaça, no **saneamento político** ora em andamento no Estado do Rio. [...] No âmbito municipal o saneamento, como no estadual, foi totalmente de **iniciativa extra-revolucionária**, cabendo aos legislativos estadual e municipal a execução da medida. Assim é que foram afastados os prefeitos: Eracides de Lima (PSP) de Nilópolis; José Barbosa Porto (PTB) de Magé; Ubirajara Moniz (PTB) do Cachoeira de Macacú e **Sebastião Conceição (PST) de Itaguaí** (Diário Carioca, 19/4/1964, grifos nossos).

No início de 1962, nas páginas do jornal *O Globo*, Sebastião Conceição é mencionado ainda como vereador e presidente da Câmara Municipal de Itaguaí, pela ocasião do assassinato “brutal” de seu filho de apenas 11 anos, com o corpo sendo encontrado nas proximidades da praça 5 de julho (*O Globo*, 27/2/62). Em junho, o mesmo jornal anunciava: “Prisão Preventiva para o Monstro de Itaguaí”, a polícia havia chegado ao desfecho do caso, considerando um inimigo político de Conceição como responsável pelo crime (*O Globo*, 4/6/1962). Já como prefeito, Conceição é acusado como mandante de agressão contra um vereador da cidade, que havia entrado com recurso contra a diplomação do prefeito, com “base nos seus péssimos antecedentes no Exército”. O prefeito teve direito de resposta: “[...] disse que jamais teve coragem de mandar matar ou agredir alguém e que a sua expulsão do Exército não foi devida à falta de idoneidade moral e sim por não cumprimento da

³³ Para mais detalhes, ver o capítulo sobre Queimados.

ordem de um superior, que considerava injusta". (*O Globo*, 1/12/62). Na sequência, no ano de 1963, é aberta uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar irregularidades no orçamento da União destinado à Itaguaí, acerca de duas instituições fantasmas que supostamente funcionavam no município: o Liceu D. Pedro II e o Hospital de Coroa Grande, que, segundo as denúncias, recebiam verbas desde 1954 (*O Globo*, 14/3/1963). Mais à frente, Conceição aparece novamente nas páginas dos jornais; dessa vez um processo policial havia sido instaurado para apurar o envolvimento do prefeito com "o caso da invasão de terras na fazenda Santa Alice" (*O Globo*, 11/4/1964). As notícias esparsas de *O Globo* são insuficientes para conclusões a respeito do governo de Sebastião Conceição, porém são indícios de conflitos latentes.

Em 1964, as aparições do prefeito Sebastião Conceição nos jornais apontam para o seu impeachment, realizado pela Câmara Municipal de Itaguaí após a instauração do regime militar. O jornal *O Globo* tachava-o de "comunista", em 11/4/1964. Enquanto o jornal *Correio da Manhã* mencionava "atinho" em Itaguaí: "[...] a Câmara de Vereadores daquele município, [segundo o juiz responsável] 'elaborou, ela própria, espécie de atinho institucional de âmbito restrito e para uso interno'. O prefeito afastado teve ainda cassados, pela Câmara, seus direitos políticos no prazo de cinco anos [...] à Câmara Municipal de Itaguaí interessava o afastamento do prefeito Sebastião Conceição do cargo para que fora eleito e daí ter realizado um matrimônio de dispositivos apanhados ao acaso, da Lei Federal nº 3.528, de janeiro de 1959, com o artigo 7º do Ato Institucional" (*Correio da Manhã*, 22/4/1964). A Lei de 1959 era ampla e versava sobre crimes de responsabilidade do poder municipal, ao negar, obstar ou impedir o cumprimento de leis federais e o livre exercício da Câmara Municipal.

Imagen 10 – Fragmento de *O Globo*, em 11/4/1964

Prefeito Comunista

Os irmãos Tupinambás, proprietários da Fazenda São Sebastião, informaram a *O GLOBO* que desde de 1961 Itaguaí foi transformada em reduto comunista, com o Prefeito Sebastião Conceição liderando o movimento subversivo. No dia 2 do corrente, em plena revolução, o prefeito reuniu em sua casa elementos reconhecidamente subversivos, que gritavam "Morra Lacerda, Viva Jango". Como a situação mudou, o prefeito foi o primeiro a pedir reforço ao Exército e apontou inocentes pais de famílias como agitadores, passando, assim, por bom elemento.

Fonte: EXECUTADA a ordem de despejo de invasores de terras em Itaguaí. *O Globo*, Rio de Janeiro, 11 abril 1964, p. 12. Acervo Digital *O Globo*, acesso em 15/5/2024.

No jornal *O Globo*, Sebastião Conceição era acusado “pelas suas ligações com o PC” (*O Globo*, 18/4/64); ele foi “afastado por motivos administrativos”, “pertencia ao Grupo dos Onze e era ligado a elementos subversivos” (*O Globo*, 20/5/1964). Nessa mesma matéria, o jornal relata que Sebastião Conceição e o vice-prefeito, Isoldackson Cruz de Brito, já em exercício, haviam sido retidos no Batalhão de Material Bélico do Exército, em Paracambi, porque houve acusações e agressões físicas entre os dois, “que resultaram em ameaça de depredação da Prefeitura pelo povo e manifestações de desagrado aos edis.” Em 10 de junho de 1964, *O Globo* anunciava o impeachment de Sebastião Conceição. Segundo a nota do jornal, o prefeito era acusado de “malbaratamento de 30 milhões de cruzeiros dos cofres da Prefeitura”, além disso foi apontado como responsável “pelas agitações comunistas ocorridas no

município”. O jornal noticiou ainda que o ex-prefeito havia fugido da cidade e que a prisão preventiva era “esperada, ainda esta semana” (*O Globo*, 10/6/64). No entanto, dois dias depois Sebastião Conceição compareceu à redação de *O Globo* “para retificar as notícias”, informando que não tinha fugido e que não havia decisão judicial para a prisão preventiva. (*O Globo*, 12/6/1964). Por último, pelo jornal *Correio da Manhã*, temos a informação que Conceição buscou articulações políticas para se manter no cargo, inclusive junto à Castelo Branco, Costa e Silva, Milton Campos e Carlos Lacerda (*Correio da Manhã*, 22/4/64) exigindo, segundo o próprio, “vigorosa sindicância em sua vida e na de todos os políticos de Itaguaí, cuja maioria está seriamente comprometida com o Governo deposto” (*Correio da Manhã*, 14/8/64).

Os “Grupos dos Onze” podem ser caracterizados como movimento de apoio às reformas de base do governo Jango; eram uma proposta nacional de Leonel Brizola através da Rádio Mayrinck Veiga com o objetivo de fazer agitação e propaganda para a efetivação das referidas reformas. Segundo documentos da repressão, existiu um Grupo dos Onze em Itaguaí, composto por moradores, funcionários, professores e estudantes da URB (UFRRJ). Ao interpretarmos as notícias, é inegável que o impeachment foi movido por necessidades políticas para as quais foram encontradas justificativas *a posteriori*. Vemos, portanto, para o caso de Itaguaí, a invocação do “duplo inimigo”, isto é, o anticomunismo e a anticorrupção serem acionados como forma de desqualificação política, inclusive de figuras políticas controversas. Com efeito, naquela conjuntura os inimigos políticos do prefeito souberam atacar qualquer “verniz progressista” que Sebastião Conceição tenha mobilizado ou qualquer “letargia” para combater o “inimigo interno”.

A ditadura militar defendeu que o golpe de 1964 foi “preventivo” contra a “ameaça comunista”, o chamado “perigo vermelho”. Entre 1945

e 1964, os principais partidos do cenário político nacional tinham orientação anticomunista: UDN, PSD e PTB. No Brasil, o anticomunismo teve seu auge no governo Jango e permaneceu ativo durante toda a ditadura militar. As forças políticas brasileiras polarizadas, com um campo progressista e um conservador, eram heterogêneas e contraditórias em seu respectivo interior, entretanto, o campo “conservador-direitista” se unificava rapidamente em bloco a partir da síntese anticomunista (Netto, 2014). Nesse sentido, o “fantasma do comunismo” ou a “histeria anticomunista” teve o papel de aglutinar e mobilizar setores antipopulares, manipulando os temores da classe média e exagerando a força política do campo revolucionário (Motta, 1999). É interessante notar ainda que a pecha de “subversivo” foi dirigida ao campo “progressista-esquerdista” em geral, termos como “filocomunista” ou “criptocomunista” eram utilizados pelos militares e pela mídia hegemônica para se referirem a setores social-democratas. Assim, observando o caso brasileiro, é correto afirmar que o anticomunismo serviu à antidemocracia (Netto, 2014) funcionando como mecanismo de controle social.

A construção da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) durante a ditadura militar estava baseada no anticomunismo de origem macarthista, mas também na perspectiva da chamada “contrainsurgência” da doutrina francesa de guerra moderna ou “contrarrevolucionária”, com influência das táticas de ação militar-policial desenvolvidas pela França no Vietnã e na Argélia. Através de métodos “não convencionais”, caracterizados por sistema de informação, tortura como arma de guerra, terrorismo de Estado, emboscadas e execuções, as forças militares brasileiras foram treinadas no intuito de prever e antecipar os possíveis focos de resistência da oposição à ditadura (Lippold, 2023).

Contudo, a doutrina da guerra “contrassubversiva” ia além do aparato de coerção, caracterizando-se também pela busca do consenso. Foi nesse âmbito que, através de programas de desenvolvimento assinados com os EUA, a ditadura militar buscou atuar na linha de frente do assistencialismo. Assim, eventos e atividades pontuais eram realizados pelas forças armadas com o objetivo de ganhar a confiança da população local: obras de infraestrutura (engenharia, fornecimento de água e saneamento), atendimentos de saúde (odontológico e vacinação), palestras de orientação agrícola e veterinária, constituição de conselhos comunitários e mutirões, apoio a festividades locais e recreação, como exibição de filmes com conteúdo de higiene, entretenimento e doutrinação ideológica, distribuição de alimentos, roupas e medicamentos etc. Os conceitos de “*nation-building*” e “*civic actions*”, que colocavam os militares em atendimento direto às populações civis, entravam na ordem do dia como instrumentos preventivos contra o “marxismo-leninismo”. Itaguaí sediou diversas atividades militares do programa de ação cívica, nitidamente as Ações Cívico-Sociais (Acisos) (Guimarães, 2014). Nesse sentido, a Baixada Fluminense foi vista como terreno fértil, dadas as condições sociais precárias vividas pela sua população. Logo, as ações de contrainsurgência teriam seu destaque aqui, para a neutralização da ação política revolucionária das esquerdas.

As chamadas Ações Cívico-Sociais (Acisos) foram realizadas pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) em Itaguaí. Encontramos nos jornais a divulgação da realização delas, revelando duas coisas: (1) Os limites de atuação do Estado na garantia dos direitos sociais para a população; (2) A atuação dos militares no sentido de substituir o próprio papel do Estado como garantidor de políticas públicas. Em 1967, a “Operação Bonança” convocava a população de Itaguaí para exames radiográficos que seriam realizados pelo Serviço Nacional de

Tuberculose. Nessa ação, constatou-se que 90% da população de Itaguaí estava subalimentada (*Jornal do Brasil*, 4/6/1967) (Guimarães, 2014).

Em 1968 ocorreu a comemoração dos 150 anos da cidade de Itaguaí com desfile cívico, inaugurações de aparelhos públicos, partida de futebol no Atlético Clube de Itaguaí e a Festa do Chopp no Coroa Grande Palace Club. Com a presença do governador Jeremias Fontes, o prefeito Wilson Pedro Francisco (Arena) assinou um convênio para abastecimento de água e esgoto. É o que revela o vídeo *Itaguaí: um século e meio de existência*, realizado pela Agência Nacional. Segundo o vídeo:

Itaguaí é o maior produtor de quiabo do Brasil. Os mercados da Guanabara, de São Paulo e de Montevidéu, no Uruguai, se abastecem de quiabo de Itaguaí. O pimentão é outro produto cultivado em larga escala, a lavoura de Itaguaí adota a mais moderna irrigação. A banana é grande fonte de riqueza do município, o lombo de burro ainda é o transporte mais adequado para as estradas de escoamento desse produto, mas há um serviço de recuperação rápido das estradas pra não prejudicar o tráfego da banana (*Itaguaí: um século e meio de existência*, 10'55", Agência Nacional, 1967, Acervo Audiovisual do Arquivo Nacional).

Os “festejos”, além da instalação da “Feira da Produção”, incluíram vários desfiles (cívico-escolar, de tratores agrícolas, de “carros alegóricos” e cavalgadas), comemorações com churrasco e “bolo de corte”. Um dos carros alegóricos homenageava a rainha Elisabeth, da Inglaterra, em agradecimento por “ter enviado auxílios ao município por ocasião das enchentes”. Outro carro alegórico representava uma moradia simples de taipa, intitulado: “Assim era a nossa agricultura”. Cortam a fita inaugurando o calçamento da rua Amélia Louzada e a iluminação que chegava a uma única rua. A sessão solene da Câmara se deu no Cine Inoue. Destoam em absoluto estas últimas duas fontes sobre a cidade de Itaguaí durante a ditadura militar: uma denuncia a alarmante situação de desnutrição e a outra é de cunho propagandístico.

Nos anos 1970, encontramos mais ações cívico-sociais em Itaguaí. As Acisos eram práticas assistencialistas com o objetivo de granjeiar a simpatia da população civil pelas forças armadas, enquanto as políticas públicas seguiam sem investimentos reais das instâncias governamentais. Em 1971, mais especificamente em Seropédica, dessa vez caracterizada também pela antiguerilha:

ACISO socorreu necessitados. Complementando as operações militares de adestramento e exercício de campanha e de combate antiguerilha rural, de larga envergadura, que o Exército realizou em extensa área vizinha à Universidade Rural, na margem da antiga Rio-São Paulo, a Ação Cívico-Social da Divisão Blindada prestou amplo atendimento médico-odontológico à população local (*O Globo*, 23/3/1971).

[...] o 1º Batalhão Logístico da 5ª Brigada de Cavalaria Blindada de Itaguaí começou ontem a Ação Cívico-Social, através da qual [...] serão distribuídos medicamentos e material escolar à população local, além de atendimento médico-odontológico. [...] A Aciso está ainda aplicando vacinação em cães (*O Globo*, 3/6/1976).

Entre 1970 e 1980, a população de Itaguaí saltou de 29.237 para 90.131 habitantes, um crescimento de 208%, sobretudo no seu 2º Distrito à época, Seropédica. A eletrificação da linha-tronco da Estrada de Ferro Central do Brasil em 1938, a inauguração da avenida Brasil em 1940 e da rodovia Presidente Dutra em 1951 facilitaram o processo de “suburbanização de áreas rurais”, periféricas à cidade do Rio de Janeiro (Soares, 1962). No caso de Itaguaí, esse processo provavelmente se intensificou com a inauguração da Rio-Santos em 1970, registrando esse extraordinário aumento populacional. O vídeo da Agência Nacional de 1968 apresenta uma Itaguaí bucólica e rural, contudo, na mesma década, esse perfil começa a mudar, sobretudo a partir da instalação da Cia. Mercantil e Industrial Ingá em 1962, indústria de transformação do zinco, instalada na ilha da Madeira, responsável por um dos maiores crimes ambientais do século XX no Brasil.

O processo de industrialização de Itaguaí está ligado também ao crescimento do distrito industrial de Santa Cruz e de sua própria zona portuária (Sepetiba/Itaguaí), com impactos ambientais profundos na baía de Sepetiba, além de ataques à economia local da pesca artesanal e do turismo ecológico.³⁴ O projeto do capital industrial começou a ser gestado, portanto, ainda na ditadura militar, a partir década de 1960. Com centenas de fábricas e empreendimentos instalados nos anos 2000, Itaguaí (Santa Cruz) se tornou um dos maiores complexos industriais com infraestrutura logística do Estado, considerada como território de megaempreendimentos e porto concentrador de cargas (*hub port*). As consequências socioambientais desse processo são sentidas desde a ditadura militar e se prolongam até o momento. Pesquisadores e ambientalistas avaliam que os efeitos imediatos e a longo prazo transformam a baía de Sepetiba em “zona de sacrifício” e “lixeira industrial”, com prejuízos inestimáveis para a saúde e qualidade de vida da população.

A Cia. Mercantil e Industrial Ingá operou entre 1962 e 1998, quando veio à falência, deixando um dos maiores passivos ambientais³⁵ da história brasileira: acúmulo de rejeitos a céu aberto e estimativa de 10 milhões de toneladas de zinco e cádmio despejados na baía de Sepetiba. A Ingá produzia lingotes de zinco de alta pureza; o processamento desse minério gera rejeitos, metais pesados e resíduos altamente tóxicos, como óxidos de arsênio, cádmio, chumbo, ferro, magnésio, zinco e outros venenos. A poluição pela Ingá ocorreu de duas formas: (1) a poluição rotineira devido aos efluentes líquidos mal represados e rejeitos

³⁴ Território de Sacrifício ao Deus do Capital: o caso da Ilha da Madeira, 20'33", EPSJV – Fiocruz. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=J9F4J3z3Qc4>, acesso em: 26/1/2024.

³⁵ Os passivos ambientais são danos ambientais de responsabilidade da instituição ou entidade causadora. A legislação ambiental brasileira obriga responsáveis por degradação e poluição a recuperarem ou mitigarem os danos causados através de medidas compensatórias.

armazenados de forma inadequada no pátio da indústria; e (2) a poluição accidental, ocasionada em diversos episódios pelo rompimento da contenção mediante intensas chuvas (Delmonte, 2010). Em 1996, quando a Ingá era responsável por 30% do mercado brasileiro de zinco, houve o rompimento do dique de contenção de resíduos e ocorreu um dos maiores vazamentos, episódio conhecido como “maré vermelha”. Nessa ocasião, segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, o responsável pela empresa adotou postura negacionista: “O presidente da Ingá, Flávio Barreto, nega que o vazamento ocorrido no último dia 13, após forte temporal, seja tóxico e que haja prejuízo para o meio ambiente.” (*Folha de S. Paulo*, 27/2/96) Após esse acidente, foram constatados índices de zinco e cádmio 60 vezes maior à quantidade permitida em mariscos (Delmonte, 2010). Com a falência, em 1998, o espólio permaneceu sem destino por anos; em 2003, entretanto, houve ação civil pública pela descontaminação. Para desespero das comunidades da baía, com as enxurradas ocorria transbordamento do dique, então o governo do estado realizou obras de contenção entre 2003 e 2004, após determinação do Ministério Público. Os ex-diretores da Ingá receberam a condenação por crime ambiental em 2005. A Usiminas adquiriu a massa falida da Ingá em 2008, ficou responsável pela recuperação e passivos ambientais entre 2010 e 2013, interessada na possibilidade de escoamento de derivados de minério de ferro pelo porto de Itaguaí e pelo porto Sudeste (iniciativa privada).

As primeiras denúncias contra a Ingá foram registradas já em 1965, entretanto o capital industrial continuou avançando sobre a baía de Sepetiba. A partir de 1971, foi instalada em Santa Cruz a Companhia Siderúrgica da Guanabara (Cosigua), fábrica de aços longos, vergalhões e laminação, que foi adquirida pelo Grupo Gerdau no mesmo ano. A Cosigua foi a primeira estatal siderúrgica a ser privatizada no Brasil. Em 1979 a empresa era responsável por cerca de 10% da produção nacional.

Com a crise econômica nos anos 1980, a Gerdau realizou diversas emissões públicas de ações e a Cosigua passou a ter 60 mil novos acionistas em 1984 (Julian, 2018).

Em 1975 ocorreu a instalação da Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. (Nuclep) em Itaguaí, encampada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, subordinada à Comissão Nacional de Energia Nuclear e em associação com a República Federativa Alemã (RFA). A Nuclebrás surgiu com o objetivo de desenvolver o programa nuclear brasileiro para a geração de energia durante o governo de Ernesto Geisel, no contexto da crise do Petróleo. Em 1972 foi construída pela Eletrobrás a Usina Nuclear de Angra I, já a Nuclep ficou com a responsabilidade de fabricar os equipamentos para as usinas nucleares, reatores, geradores de vapor e outros componentes pesados. Entre 1978 e 1983, entretanto, uma CPI foi aberta para apurar irregularidades na construção de Angra II e Angra III. Ao término da ditadura militar, o programa nuclear estava em situação de fragilidade, o enriquecimento do urânio pela técnica alemã não funcionou como esperado, a Nuclep ficou ociosa e das nove centrais nucleares planejadas apenas Angra I foi concluída (Brandi, s/d). A Nuclep atualmente participa do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub), em parceria com o governo francês, a Odebrecht e a Marinha do Brasil. Nesse programa, a Nuclep atua no Estaleiro de Base Naval (EBN) para a fabricação de 5 submarinos, um deles movido a energia nuclear.

Dada a instalação das três indústrias de grande porte mencionadas, Ingá, Cosigua e Nuclep, o porto de Sepetiba começa a tomar forma entre 1976 e 1982. Construído e administrado pela empresa Docas S. A., foi rebatizado nos anos 2000 para porto de Itaguaí. Um dos elementos importantes que hoje impulsionam o porto de Itaguaí é o fato de ele estar na rota do gás e do pré-sal brasileiro. O porto Sudeste, de iniciativa privada, do Grupo EBX e da Vale S. A., também foi construído na baía de

Sepetiba e entrou em funcionamento em 2015, com objetivo de exportar minério de ferro. Nesse porto foi feita ainda a perfuração de um túnel de 1,8 km, 11 m de altura e 20 m de largura, ligando o píer ao pátio de estocagem. O *hub port*, porém, vem acompanhando de consequências ambientais extremas, afinal o desmatamento de zonas de manguezais gera perda da biodiversidade, prejuízos à pesca, liberação de carbono armazenado, risco de inundações e má qualidade das águas, já que os mangues oferecem “serviços ecossistêmicos”. Outro fator catastrófico é a movimentação de navios e drenagens no fundo da baía de Sepetiba para a instalação de píeres e plataformas, que revolvem os metais pesados que ficaram depositados no fundo da baía desde as ações criminosas da Ingá, culminando recorrentemente na mortandade de peixes. Vale destacar que os metais pesados têm efeitos bioacumulativos sobre os organismos, representando riscos para a saúde humana com a quantidade de metal ingerido, podendo gerar doenças agudas e crônicas.

Imagem 11 – Porto de Itaguaí à esquerda e porto Sudeste à direita



Fonte: Ministério da Infraestrutura, Agência Brasil, 2010. Disponível em:
<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-09/marinha-faz-desinfeccao-de-porto-de-itaguaí-no-rio>, acesso em 15/5/2024.

O complexo industrial de Santa Cruz e, por extensão, de Itaguaí contava no seu nascedouro, na década de 1970, com o investimento público para a sua instalação, entretanto ao longo dos anos a iniciativa privada foi pouco a pouco angariando os empreendimentos, mesmo à custa do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES). Ocorreu, assim, um processo de privatização duplo: do meio ambiente e do próprio complexo industrial-portuário, privatizando-se os lucros e socializando-se os prejuízos ambientais. Em matéria do jornal *O Globo*, de 1979, intitulada: “Indústria transforma economia de Itaguaí”, podemos observar projetos político-econômicos que se frustraram com o tempo, em benefício de empresas privadas: (1) Em Santa Cruz, “a desapropriação de uma área de 14 milhões de metros quadrados pela CSN – Companhia Siderúrgica Nacional – para implantação do projeto de construção de sua Usina II.” (2) Políticos locais defendiam um “ABC fluminense”: “Itaguaí, Santa Cruz e Campo Grande poderão vir a constituir-se em corredor industrial com potencialidade superior à do ABC paulista [...].” Porém o projeto de expansão da CSN em Itaguaí estava “definitivamente adiado devido às limitações de recursos.” (*O Globo*, 26/6/1979). Cabe comentar que o dito “milagre econômico” já estava em declínio desde o governo Geisel (Netto, 2014).

Em 2006, a grande área que havia sido desapropriada na zona industrial de Santa Cruz teve seu destino selado com a instalação da Companhia Siderúrgica do Atlântico Sul (CSA), considerada a maior siderúrgica da América Latina, produzindo 17 milhões de toneladas de aço por ano. Sua implantação foi realizada pela Vale S.A., pela empresa alemã ThyssenKrupp Steel, com investimentos do BNDES e isenções fiscais. Em 2017, a CSA foi vendida para a empresa ítalo-argentina Techint/Ternium, passando a se chamar “Ternium Brasil”, por 1,5 bilhão de euros e uma dívida de 300 milhões de euros com o BNDES. Desde o funcionamento inicial do alto-forno em 2010, a CSA vem proporcionando altos índices de

poluição atmosférica, aumentando em 76% a emissão de dióxido de carbono (CO₂) na cidade do Rio de Janeiro, além da fuligem chamada de “chuva de prata”, que é cotidiana para o funcionamento da indústria e atinge as comunidades do entorno, gerando problemas oftalmológicos, respiratórios, dermatológicos e gastrointestinais. A chamada TKCSA operou de 2010 a 2016 sem licença ambiental.

As denúncias ao funcionamento da TKCSA tiveram projeção nos anos 2010. A campanha “Pare TKCSA” foi encampada pela sociedade civil, pescadores, movimentos sociais e ONGs nacionais e internacionais, gerando materiais de comunicação comunitária³⁶ e educação popular.³⁷ Foi elaborado inclusive um “Relatório de violações de direitos humanos na siderurgia nacional: o caso TKCSA”, em 2017. Entre as violações da TKCSA mencionadas nesse documento: “Descumprimento da legislação ambiental; Violações de direitos individuais e coletivos de pescadores/as artesanais; Violações de direitos civis e políticos de pessoas e coletivos resistentes ao empreendimento; Violação de direitos difusos da população do estado do Rio de Janeiro; Impactos sobre a rede de agricultura e pesca; Violações às leis brasileiras de regulamentação do licenciamento ambiental; Cerceamento de atividade pesqueira artesanal em área da baía de Sepetiba; ‘Chuva de prata’ nos arredores da Reta João XXIII; e Cooptação, criminalização e constrangimento de coletivos e indivíduos

³⁶ Desenvolvimento a ferro e fogo na Zona Oeste do Rio de Janeiro, 7'44", Ibase. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5--nTG9q0A4>; TKCSA - sem licença para operar, com permissão para poluir, 6'47", Instituto Pacs. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eB15oUOpayU>; A baía pede Socorro, 6'54". Comitê a Baía de Sepetiba pede socorro, Instituto Pacs, 2010. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=li-ZOHHNqyE>, acessos em 27/01/2024.

³⁷ "Vidas atingidas: histórias coletivas de luta na baía de Sepetiba." Instituto Pacs, s/d; "Baía de Sepetiba: fronteira do desenvolvimentismo e os limites para a construção de alternativas." Rio de Janeiro: Instituto Pacs, 2015; "A vida acima do lucro! Resistir para não deixar a baía de Sepetiba se transformar numa lixeira industrial." Instituto Pacs, s/d; "Uma andorinha só não faz verão." Instituto Pacs, s/d. Disponíveis em: <https://pacsc.org.br/>

resistentes.”³⁸ As campanhas da sociedade civil contra as consequências ambientais foram diversas e permanentes, a campanha “SOS Baía de Sepetiba”, desde os anos 1990, e a campanha “Pare TKCSA” (hoje “Pare Ternium”) são exemplos de luta dos movimentos sociais e populares.

Imagens 12 e 13 – Campanha SOS Baía de Sepetiba (1994)



Fonte: Facebook, SOS Baía de Sepetiba, Disponível em:

https://www.facebook.com/sosbaidesepetiba/photos_by, acesso em 7/3/2024.

³⁸ “Relatório de violações de direitos humanos na siderurgia nacional: caso TKCSA.” Rio de Janeiro: Pacs e Justiça Global, 2017.

O último grande investimento no complexo siderúrgico-portuário de Itaguaí foi a inauguração do Arco Metropolitano, em 2014. A obra contou com investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do Banco Mundial, que injetaram quase R\$2 bilhões na construção da via, que passa ao largo da região metropolitana, evitando a circulação de cargas pesadas. O Arco Metropolitano liga o Polo Petroquímico de Itaboraí (Comperj) ao porto de Itaguaí, escoando a produção industrial na sua ligação com outras vias importantes.

Nesse sentido, podemos ver que o projeto político-econômico desenvolvido para Itaguaí, dos anos 1960 aos dias de hoje, pode ser classificado como “indústria de base mineral” e “indústria de transformação”, isto é, produtos siderúrgicos e exportação de *commodities* minerais, à exceção da participação no projeto nuclear para geração de energia e mais recentemente submarinos. A posição geográfica de Itaguaí e Santa Cruz, notadamente devido à baía de Sepetiba, favoreceu a escolha desse programa desenvolvimentista do capitalismo periférico. A “revolução industrial” de Itaguaí, entretanto, apresenta-se com todos os problemas sociais gerados pela magnitude desse processo: remoções, desmantelamento da economia tradicional, impactos ambientais críticos, saneamento básico diminuto, ausência de políticas habitacionais, concentração da propriedade privada e especulação imobiliária. O crescimento demográfico inevitável não foi acompanhado pela cobertura de serviços públicos de qualidade (saúde, educação, cultura e lazer). Um dos maiores PIBs do estado do Rio de Janeiro, impulsionado pelas atividades industriais e portuárias, entretanto, não tem sido capaz de garantir direitos sociais e sustentabilidade para a maioria da sua população.

O chamado “milagre econômico”, criado pela ditadura militar, é um termo impróprio, mas faremos uso dele aqui para analisarmos

criticamente. Foi a pedra de toque do processo industrial de Itaguaí, mas dentro de suas contradições inerentes. O modelo econômico da ditadura teve agentes e beneficiários específicos, o desenvolvimento das forças produtivas veio acompanhado da agudização das desigualdades sociais, endividamento da classe média, arrocho salarial e inflação, observados durante todo o período sob a ditadura militar. As desigualdades sociais tornaram-se, portanto, um “subproduto do crescimento” (Netto, 2014). Garantiu-se a baía de Sepetiba como área de expansão e acumulação do Capital, às custas da desnacionalização da economia e mediante prejuízos ambientais extremos. Os limites do “milagre econômico”, entretanto, já eram patentes na estagnação dos anos 1980. Contudo, os governos posteriores à ditadura militar não alteraram significativamente esse modelo econômico; o neoliberalismo operou o entreguismo e o chamado “novo desenvolvimentismo” ignora o esgotamento do modelo do capital e sua consequente crise do Estado de bem-estar social.

A antiga Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (Feema) e o atual Instituto Estadual do Ambiente (Inea) atuaram ao longo dessas décadas na fiscalização dos crimes ambientais citados, mas sem transparência e constantemente inócuas diante aos interesses do capital. Processos de remoção, indenizações e políticas compensatórias junto às comunidades pesqueiras (caíçaras) adotados até os dias de hoje, não sem conflitos, querem relegar a pesca artesanal ao ostracismo e à obsolescência. Itaguaí permanece invisibilizando aqueles que não se enquadram em seu projeto hegemônico de desenvolvimento (industrial e portuário). Fosse no início do século XX com o apagamento da matriz indígena, seja com as agressões à comunidade da pesca artesanal na história recente. O avanço da vida industrial e dita moderna, sob a égide do capitalismo, desmantela a economia tradicional, sem oferecer desenvolvimento territorial sustentável concreto.

Todavia, a luta por direitos e justiça ambiental das comunidades tradicionais, locais e da sociedade civil continua imprescindível, exigindo o devido respeito ao ecossistema da baía de Sepetiba, denunciando a privatização de bens comuns e na perspectiva da garantia da qualidade de vida, para que Itaguaí e a baía de Sepetiba não se tornem de vez um “paraíso perdido”. Nesta análise histórico-crítica, não podemos deixar de fazer a caracterização da instalação industrial-portuária de Itaguaí como prática de “racismo ambiental”, afinal a poluição desencadeada pelas siderúrgicas não seriam permitidas e chanceladas pelo poder público em lugares mais abastados, muito menos nos países centrais do capitalismo.³⁹

Bibliografia

- ABREU, Maurício de Almeida. *Geografia histórica do Rio de Janeiro*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, 2010.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Metamorfoses indígenas. Rio de Janeiro: Prêmio do Arquivo Nacional, 2003.
- AMANTINO, Márcia. *O mundo das feras: os moradores do Sertão Oeste de Minas Gerais, século XVIII*. São Paulo: Annablume, 2008.
- AMANTINO, Márcia; ENGEMANN, Carlos (orgs.). *Santa Cruz: de legado dos jesuítas a pérola da Coroa*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.
- ASSIS, Machado de. *O alienista*. São Paulo: Penguin, 2014,
- BESSA FREIRE, José Ribamar; MALHEIROS, Márcia. *Aldeamentos indígenas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

³⁹ O conceito de *racismo ambiental* foi desenvolvido no contexto do movimento negro e de direitos civis nos EUA a partir dos anos 1950. Ele define um processo que ocorre nos marcos de desenvolvimento do capitalismo, evidenciando que a degradação ambiental não atinge a todos igualmente, ao contrário, é mais incisiva sobre territórios de maioria negra e pobre.

- BEZERRA, Nielson; SANTOS, Marlúcia; CORDEIRO, Jeane. Os Caminhos do Ouro na Baixada Fluminense. *Revista Pilares da História*, Duque de Caxias, ano 6, n. 7, 2007.
- BOXER, Charles R. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola (1602-1686)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.
- BRANDI, Paulo. NUCLEBRÁS (Empresas Nucleares Brasileiras S.A.). Verbete, in: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, FGV, s/d.
- BREVES, Armando de Moraes. *O Reino da Marambaia*. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editora, 1966.
- CAMPOS, Roberta. *A questão indígena no Império: o (o)caso do Aldeamento de São Francisco Xavier de Itaguaí*. UFRRJ, Monografia de Graduação, 2011.
- CAMPOS, Roberta. *Os índios do Sudeste Fluminense e a grande transformação: territorialização, trabalho e conflitos territoriais (1770-1830)*. UFRRJ, Dissertação de Mestrado, 2015.
- CARDOSO, Ciro Flamarión S. A brecha camponesa no sistema escravista. In: CARDO, Ciro Flamarión S. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979. p. 133-154
- CARELLI, Soraya et al. Evolução holocênica da planície costeira de Itaguaí, baía de Sepetiba/RJ, baseado em evidências geológicas, geocronológicas e geofísicas. In: SANTOS, Sônia; RODRIGUES, Maria Antonieta; PEREIRA, Silvia. *Baía de Sepetiba: estado da arte*. Rio de Janeiro: Corbã, 2012.
- CARELLI, Soraya; RONCARATI, Hélio. Considerações sobre o estado da arte dos processos geológicos cenozoicos atuantes na Baía de Sepetiba. In: SANTOS, Sônia; RODRIGUES, Maria Antonieta; PEREIRA, Silvia. *Baía de Sepetiba: estado da arte*. Rio de Janeiro: Corbã, 2012. p. 13-36.
- CARLOS NETO, Marcionilo. A imigração japonesa no estado do Rio de Janeiro: história, colonização e o ensino de japonês. VI SEMINÁRIO DOS ALUNOS DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DO INSTITUTO DE LETRAS DA UFF - ESTUDOS DE LINGUAGEM UFF. *Anais*, 2015.

CARVALHO, Leonardo Dallacqua de. *O saneador do Brasil: saúde pública, política e integralismo na trajetória de Belisário Penna (1868-1939)*. Fiocruz, Tese de Doutorado, 2019.

COSTA, Carlos Eduardo Coutinho. *Faltam braços nos campos e sobram pernas na cidade?: Famílias, migrações e sociabilidades negras no pós-abolição do Rio de Janeiro (1888-1940)*. Curitiba: Editora Appris, 2020.

COSTA, Emilia Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

DIAS, Ondemar. O índio e o Recôncavo da Guanabara. *RIHGB*, ano 159, n. 400, 1998.

DIAS, Ondemar; NETO, Jandira. *A pré-história e a história da Baixada Fluminense: a ocupação humana da Bacia do Guandu*. Belford Roxo: Editora IAB, 2017.

DELMONTE, Branca A. *Caracterização geoambiental da Cia Mercantil e Industrial Ingá: elaboração de um modelo conceitual*. PUC-Rio, Dissertação de Mestrado, 2010.

ENGELS, Friedrich. Prefácio à primeira edição (1884). In: ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

ENGEMANN, Carlos. *De laços e de nós*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

FADEL, Simone. *Meio ambiente, saneamento e energia no período do Império a Primeira República: Fábio Hostílio de Moraes Rego e a Comissão Federal de Saneamento da Baixada Fluminense*. São Paulo: USP, Tese de doutorado, 2006.

FERREIRA, Ana Cláudia. *Caminhos, mudanças, alianças e resistências indígenas: identidade e territorialidade dos índios da Aldeia de Itaguaí – século XIX*. UFRRJ, Dissertação de Mestrado, 2016.

FERREIRA, Ana Cláudia. Fontes para conhecer a história dos indígenas em Itaguaí e Seropédica no Rio de Janeiro. In: RIBEIRO, Silene Orlando (org.). *Ensino de História: contribuições e reflexões na pesquisa histórica para os desafios da docência na educação básica*. Maringá: Uniedusul, 2022. [Livro eletrônico.]

FERREIRA, Marieta de Moraes. Partido Social Trabalhista (PST, 1947-1965). Verbete, In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, FGV, s/d.

- FREITAS, Benedicto. *Santa Cruz: Fazenda Jesuítica, Real, Imperial*. Volume 1. Rio de Janeiro: [s. n.], 1985.
- FRIDMAN, Fania. Do chão religioso a terra privada: o caso da Fazenda de Santa Cruz. *Cadernos Ippur*, ano XV, n. 2, 2001 / ano XVI, n. 1, 2002.
- FRIDMAN, Fania. *Donos do Rio em nome do rei*. Rio de Janeiro: JZ & Garamond, 1999.
- GOES, Hildebrando de A. *A Baixada de Sepetiba*. Rio de Janeiro: DNOS, 1942.
- GOMES, Flávio; PIMENTA, Tânia. “Espantosa mortandade”: desembarques, demografias e enfermidades africanas. *Ciência & Saúde Coletiva*, 2022.
- GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil*. São Paulo: EdUSP/Itatiaia, 1990.
- GUIMARÃES, Plínio. *Outras formas de enfrentar a ameaça comunista: os programas assistenciais do Exército brasileiro como estratégia de combate à guerra revolucionária (1964-1974)*. UFMG, Tese de doutorado, 2014.
- INOUE, Mariléia. Imigração Japonesa no estado do RJ. Entrevista ao Podcast Atual. YouTube, 16/11/2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=unpVcwkLsUM> Acesso em: 5/1/2024.
- ITAGUAÍ: um século e meio de existência. Agência Nacional; Acervo do Arquivo Nacional, 1967. (10'55") Fundo BR_RJANRIO_EH_0_FIL_DCT_0113_0001. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=E6GHqxHy-Q4>
- JULIAN, Erica Ambiel. *Vão-se os anéis, ficam os dedos: reconfiguração da elite empresarial brasileira pós-financeirização econômica*. UFSCar, Tese de doutorado, 2018.
- KNIVET, Anthony. Notável viagem que, no ano de 1591 e seguintes, fez Anthony Knivet, da Inglaterra ao mar do sul, em companhia de Thomas Cavendish. *RJHGB*, 1878, tomo XLI.
- LIMA, Nísia T.; HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitário da Primeira República. In: MAIO, M. C.; SANTOS, R. V. (orgs.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1996.
- LIPPOLD, Walter. A influência do colonialismo francês na Doutrina de Segurança Nacional. *Revista Wirapuru*, 7, año 4, 2023.

- LOPES, Nei. *Dicionário da hinterlândia carioca*. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.
- MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo. A cartografia do poder senhorial: cafeicultura, escravidão e formação do Estado nacional brasileiro, 1822-1848. In: MUAZE, Mariana; SALLES, Ricardo. *O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da segunda escravidão*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2015.
- MELATTI, Julio Cesar. *Índios do Brasil*. São Paulo: EdUSP, 2007.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Os expurgos de 1964 e o discurso anticorrupção na caricatura da grande imprensa. *Revista Tempo e Argumento*, v. 8, n. 18, 2016.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Anticomunismo. In: SILVA, Francisco C. Teixeira da; MEDEIROS, Sabrina E.; VIANNA, Alexander M. (orgs.). *Dicionário Crítico do Pensamento da Direita: ideias, instituições e personagens*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 1999.
- MOREIRA, Gustavo; SANTOS, Maria de Fátima; ASSIS, Taís. *Itaguaí: a cidade do porto*. Itaguaí: SMEC, 2010.
- MOREIRA, Vânia Losada. De índio a guarda nacional: cidadania e direitos indígenas no Império (Vila de Itaguaí, 1822-1836). *Topoi*, v. 11, n. 21, 2010.
- NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.
- NETTO, José Paulo. *Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)*. São Paulo: Cortez, 2014.
- NIEMEYER, Conrado Jacob de; BELEGARDE, Henrique Luiz de Niemeyer; LOBO, Gama. Planta corographica de uma parte da província do Rio de Janeiro na qual se inclue a Imperial Fazenda de Santa Cruz. *Cartográfico, 1848*. Acervo da BN Digital do Brasil.
- OLIVEIRA, Max. *Do café à policultura: fazendeiros, lavradores foreiros e as transformações na estrutura fundiária de São Francisco Xavier de Itaguaí (1850-1900)*. UFRRJ, Dissertação de Mestrado, 2015.
- PESSOA, Thiago. A “Delação Alcoforado” e o comércio ilegal de africanos no Vale do Café: notas de pesquisa. In: SILVA, Helen Osório; XAVIER, Regina Célia (orgs.). *Do tráfico ao pós-abolição: trabalho compulsório e livre e a luta por direitos sociais no Brasil*. São Leopoldo: Oikos, 2018.

- PESSOA, Thiago; PEREIRA, Walter. Silêncios atlânticos: sujeitos e lugares praieiros no tráfico ilegal de africanos para o Sudeste brasileiro (c.1830 – c.1860). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 66, 2019.
- PIZARRO E ARAÚJO, José de Souza Azevedo. *Memórias Históricas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1820. Tomo V.
- RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. Os trabalhadores rurais na era Vargas. In: GRIMBERG, Lúcia; RIBEIRO, Vanderlei. *História dos movimentos sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2018.
- RUIZ, Ricardo Muniz de. *A família escrava no império do café*: Itaguahy, Rio de Janeiro (1820-1872). UFF, Tese de doutorado, 2015.
- SAINT-HILAIRE, August de. *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Geraes e a São Paulo (1822)*. 2ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938,
- SCHWARCZ, Lília. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- SHIKADA, Akiyoshi et al. *Cem anos da imigração japonesa no estado do Rio de Janeiro 1908-2008*. São Paulo: Nippak Graphics, 2008.
- SHLICHT, Rudolph. Planta da província do Rio de Janeiro. *Cartográfico, 1830*. Acervo da BN Digital do Brasil.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Conquista e colonização da América portuguesa. In: LINHARES, Maria Yedda. *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- SILVA, Henrique Sobral. *Nas tramas da colonização: Uma História Social dos colonos e da colonização agrícola em Santa Cruz (Estado do Rio de Janeiro /1930-1968)*. UFRRJ, Dissertação de Mestrado, 2017.
- SILVA, Lígia Osório. *Terras devolutas e latifúndios: efeitos da Lei de 1850*. Campinas, SP: Ed Unicamp, 2008.
- SILVA, Lúcia Helena. Baixada Fluminense como vazio demográfico?: População e território no antigo município de Iguacu (1890/1910). *R. bras. Est. Pop*, Belo Horizonte, v. 34, n. 2, maio/ago. 2017.

- SILVA, Lúcia Helena. Hildebrando de Goes e sua leitura sobre História da Baixada Fluminense. *Revista de História e Geografia Ágora*, UNISC, 2019.
- SILVA, Mauro Costa. A telegrafia elétrica no Brasil Império: ciência e política na expansão da comunicação. *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, 2011.
- SILVA, Rafael Freitas da. *O Rio antes do Rio*. Rio de Janeiro: Editora Babilônia, 2015.
- SIMÕES, Manoel: *Cidade estilhaçada: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: Entorno, 2011.
- SOARES, Maria Terezinha Segadas. Nova Iguaçu: a absorção de uma célula urbana pelo Grande Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, IBGE, v. 2 n. 24, 1962.
- SOUTO, Adriana Branco Correia. As *Comissões Federais de Saneamento da Baixada Fluminense (1910/1933)*. UFRRJ, Dissertação de Mestrado, 2016.
- SOUZA, Amanda Camila Esteves de. Alugados a diversos e a si: escravos da Imperial Fazenda de Santa Cruz (1862-1868). In: POPINIGIS, Fabiane et al. *Seropédica em foco: diálogos históricos e historiográficos*. Seropédica: EDUR, 2021.
- SOUZA E SILVA, Joaquim Norberto de. Memória Histórica e Documentada das Aldeias de Índios do Rio de Janeiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. Rio de Janeiro, V. 62, n. 14, 1854.
- SPIX, Johann B.; MARTIUS, Carl F. *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. Brasília: Senado Federal, 2017. 3v.
- STRAFORINI, Rafael. A invenção dos Caminhos Reais do Ouro: formação territorial e as estratégias de apropriação territorial dos eixos de circulação no século XVIII. *Espaço Aberto*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 87-108, 2012..
- TOLEDO, Francisco Sodero. *Estrada Real: Caminho Novo da Piedade*. Campinas: Ed. Alínea, 2010.
- VANDERMMAELEN, Philippe de. Parte du Bresil. América. Merid. 28". Cartográfico, 1827. In: CAMPOS, Roberta. *A questão indígena no Império: o (o)caso do Aldeamento de São Francisco Xavier de Itaguaí*. UFRRJ, Monografia de Graduação, 2011.

Outras fontes

Correio da Manhã, Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Diário Carioca, Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Folha de S. Paulo, Acervo on-line.

Imprensa Popular, Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

O Globo, Acervo on-line.

O Observador Econômico. OOE, Ano 1948\Edição 00151 (1).

RELAÇÃO do Marques de Lavradio, Parte II (1778), acervo RIHGB. 1913 (4).

SCHMIDT, Larissa. Secretário de Saúde de Guapimirim, RJ, é exonerado por suspeita de superfaturamento em contratos. Jornal G1, 7 de julho de 2020, Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/07/07/secretario-de-saude-de-guapimirim-rj-e-exonerado-por-suspeita-de-superfaturamento-em-contratos.ghtml>. Acesso em: 27/7/2024.

TERRITÓRIO de Sacrifício ao Deus do Capital: o caso da Ilha da Madeira. Rio de Janeiro: EPSJV, Fiocruz (20'33"); Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=J9F4J3z3Qc4>, acesso em 26/01/24.

TRELLADO da Carta conteúda na pitisão atrás que hé o seguinte. In. Livro de Tombo do Colégio de Jesus do Rio de Janeiro. Documento 81. Anais da Biblioteca Nacional, Divisão de Publicações e Divulgação, Vol. 82, 1962.

TREM Macaquinho. In. Facebook, Verdejando, Trinus Ecologia, em 22/02/22. Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=1040718629643053>, acesso em: 19/3/2024.

4

SEROPÉDICA

Roberta de Souza Campos

Foto 12 – Seropédica



Atribuição: Prédio Central da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Campus de Seropédica) – Foto: Ana Carolina de Souza Campos.

Apresentação

O município de Seropédica está localizada no Extremo Oeste Metropolitano e foi emancipado da cidade de Itaguaí em 1995. A região de Seropédica e Itaguaí foi englobada em várias classificações ao longo do tempo: Baixada de Sepetiba, Baixada Litorânea Fluminense e mais recentemente Baixada Fluminense. Seropédica faz limite, em sentido horário, com os municípios de Paracambi, Japeri, Queimados, Nova Iguaçu, Rio de Janeiro e Itaguaí. Sua elevação é de 26 metros em relação ao nível do mar; seu relevo é de planície e suavemente ondulado. O clima é tropical subúmido, com déficit hídrico e calor o ano todo. O bioma original

é a Mata Atlântica, mas devido à ação antrópica é considerada uma área de “transição ambiental”, com matas de capoeira e florestas de eucaliptos. A unidade de conservação Floresta Nacional (Flona) Mário Xavier é responsável pela preservação da vegetação nativa de Mata Atlântica, bem como lar de espécies ameaçadas: a rãzinha-de-seropédica (*Physalaemus soaresi*) e o peixe-anual (*Notholebias minimus*). A extensão territorial é de 265,189 km² e a distância da capital do estado do Rio de Janeiro é de aproximadamente 75 km. É composta por um só distrito, o distrito-sede, e 20 bairros. O topônimo é um neologismo entre sérico ou sericeo (latinhas) + paidós ou pais (gregas) = seda + tratar/consertar, ou seja, lugar de tratamento ou fabricação da seda. O gentílico é “seropedicense” (IBGE).

O Censo de 2022 mostra que a população seropedicense é composta por 80.596 pessoas, com 38.865 homens e 41.731 mulheres, acompanhando a tendência nacional de maioria feminina. Por cor/raça/etnia, a população é composta por maioria preta/parda, seguindo também a tendência nacional. Branca: 27.789; Preta: 12.901; Parda: 39.685; Indígena: 96; Amarela: 120 indivíduos (IBGE, 2022).

O Produto Interno Bruto (PIB) de Seropédica em 2021 foi de R\$4.777.037,05, ocupando a 27^a posição no estado. O PIB per capita seria R\$56.977,34. Em 2010, o dado do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) foi 0,713, considerado alto, na posição nacional 1.514 (IBGE). A renda foi de 0,695. A longevidade 0,805. A educação 0,648 (PNUD/2010). O IDH aponta melhores resultados quanto mais próximo de 1,00. Entretanto, esses dados podem ser enganosos, pois não consideram as desigualdades sociais, assim, vamos avaliar o “Mapa da Desigualdade: Região Metropolitana do Rio de Janeiro”, elaborado pela Casa Fluminense em 2023 (disponível em: <https://casafluminense.org.br>). Seropédica apresentou um crescimento populacional de 3% em comparação a 2021. O rendimento médio mensal da maioria da população está entre R\$660,00 e

R\$1.320,00. Seropédica não possui linha de ônibus municipal. Foram registrados 7 tiroteios ou chacinas em 2022. A saúde, na cobertura da atenção básica pelo SUS, chega a 72,3% da população. O abandono do ensino médio chegou a 2,9% em 2022.

A pesquisa levantou dados importantes dentro de “séries”, como “Justiça Racial”, que aponta: 64,9% da população negra em domicílios que não são destinados à habitação. A diferença salarial entre brancos e negros é de R\$749,00. Seropédica não apresentou dados de homicídios de pessoas negras em decorrência de intervenção policial em 2022. A expectativa de vida da população negra é menor em 2 anos. Cerca de 77% da população em situação de rua em Seropédica é negra. Na série “Justiça de Gênero”, a diferença salarial entre homens e mulheres é de R\$69,00. Os registros de violência contra a mulher somam 14,7 para cada mil mulheres. Nos registros de saúde, 41,8% das mulheres tiveram pré-natal insuficiente. No percentual de 0-3 anos, apenas 9,6% das crianças estavam matriculadas em creches. Na área da cultura, a diferença salarial entre homens e mulheres é de R\$112,00. Considerando os dados raciais e de gênero, em pobreza e extrema pobreza, 62,5% das mulheres são negras. Por fim, mas fundamental ainda, temos a série “Justiça Climática”. Os chamados “empregos verdes”, com potencial de preservação e restauração, foram 316, incipiente para os desafios da cidade. A quantidade de veículos na rua foi de 335,36 por mil habitantes. Foram registradas as denúncias de 36 crimes ambientais, via Lei de Acesso à informação. Há apenas 4 unidades de conservação no município. Seropédica não apresenta informações sobre destruições de infraestruturas relacionadas a eventos climáticos como fortes chuvas.

Em 2021, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) na escola pública para os anos iniciais do ensino fundamental foi de 5,5. Nos anos finais do ensino fundamental foi de 5,2 (IBGE). A respeito da rede de

água e esgoto, 96% dos domicílios são abastecidos pela rede geral de água e apenas 73,7% dos domicílios estão conectados à rede de esgoto (IBGE).

Considerando que Seropédica teve sua emancipação recente de Itaguaí, recomenda-se ao leitor que busque mais detalhes na história de Itaguaí. Preocupamo-nos com a história do território, procurando dar enfoque à ocupação humana na localidade que hoje se designa como Seropédica. Nesse sentido, nossa análise se inicia a partir da arqueologia e dos povos tupi-guaranis que ocuparam o vale do rio Guandu a partir do século XV. Na sequência, abordamos com generalizações a invasão colonial, a instalação da Fazenda de Santa Cruz, o aldeamento indígena de Itaguaí, o aquilombamento na hinterlândia local e nossas primeiras impressões sobre a feitoria do Peri-Peri. No século XIX, procuramos compreender as características fundiárias, a economia agroexportadora e de subsistência, bem como alguns detalhes sobre a elite senhorial e a crise do escravismo na freguesia do Bananal de Itaguaí, apresentamos ainda algumas especificidades da Companhia Seropédica, empreendimento agroindustrial que batizou a cidade. No século XX, desenvolvemos, sobretudo, interpretações sobre a questão agrária, compreendendo Seropédica como área rural de Itaguaí, a implantação da UFRRJ, o golpe de 1964, a emancipação, alguns aspectos da história do tempo presente e a caracterização socioeconômica do território na atualidade.

Amundaba, Igaçabas e Japeri

O território de Seropédica, pelo que se sabe, começou a ser ocupado no século XV por grupos tupi-guaranis. Com a conquista e a colonização do território, configurou-se como uma espécie de “área interiorana” do Aldeamento de São Francisco Xavier de Itaguaí, povoação indígena que era anexa à Fazenda Jesuítica de Santa Cruz.

É famosa a afirmação de Francisco Adolfo Varnhagen (1816-1878) de que para os povos indígenas não existe história, apenas etnografia ou antropologia. Varnhagen se consolidou como um historiador anti-indígena dentro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), instituição criada no Segundo Reinado com o objetivo de fundar uma história nacional para o Brasil Imperial (Guimarães, 1998). O IHGB produzia a história oficial das elites, reconhecendo o Império como herdeiro da colonização portuguesa, estabelecendo a ideologia dominante. A historiografia atual propõe análises sobre os povos indígenas que enterram a concepção racista de Varnhagen, mas muitas vezes esquecemos de acrescentar: os povos indígenas, além de história, etnografia e antropologia, tem também arqueologia.

Até agora os trabalhos arqueológicos na Baixada Fluminense apontaram evidências de vestígios tupi-guaranis em Belford Roxo, Queimados, Japeri, Seropédica e Itaguaí; este quadro representa um universo mapeado até o momento. As estimativas e expectativas dos pesquisadores são bem maiores a respeito do patrimônio arqueológico, histórico e cultural disponível sobre os povos tupi-guaranis na Baixada Fluminense.

Na construção da rodovia BR-493/RJ-109, Arco Metropolitano, entre 2008 e 2014, foram localizadas dezenas de sítios pré-históricos e históricos, importantes para a compreensão da ocupação humana na Baixada Fluminense, na bacia do rio Guandu e por consequência no território atual do município de Seropédica. Em período remoto, sendo as evidências mais antigas do século XV, temos três importantes sítios pré-históricos na altura de Seropédica, nomeados como Aldeia Japeri, Aldeia Amundaba e Aldeia das Igaçabas. Os sítios revelaram abundância de cerâmica *tupiguarani*, além de diversas urnas funerárias contendo fósseis humanos, apresentando-se nitidamente aos olhos da arqueologia como

aldeias indígenas principais devido à extensão. Nesse sentido, encontramo-nos com os primeiros ancestrais de Seropédica de que se tem notícia: os povos tupi-guaranis, provavelmente tupinambás.⁴⁰

Em Seropédica há ainda evidências de ocupações secundárias em outros sítios: Fazenda Seropédica III, Santa Rosa e Santa Ângela. A arqueologia acredita que os povos tupi-guaranis ocupavam extensas áreas, alguns espaços de forma permanente e outros de forma ocasional, o que significa mudanças e deslocamentos, isto é, o próprio caráter seminômade e os acampamentos provisórios, com o intuito da coleta, caça, pesca ou por motivo de guerra (Dias, 1998). A análise sobre sítios principais e secundários revelam que a distância média entre as aldeias indígenas era de 6 quilômetros, sendo mais próximas as aldeias em que ocorriam subdivisões internas entre as famílias. Um indivíduo podia viver ao longo de sua vida entre 3 e 4 aldeias, e o período de ocupação destas podia ser de 10 a 15 anos (Dias; Neto, 2017). Fundamental sabermos que essas ocupações indígenas acompanhavam o rio Guandu e seus afluentes, diretamente nas suas margens ou com apenas 1 quilômetro de distância, revelando que as comunidades indígenas eram compostas também pelo próprio rio.

As pesquisas arqueológicas no Arco Metropolitano foram desenvolvidas pelo Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB), que se debruçou exclusivamente sobre o caminho das obras e suas adjacências. Assim, os pesquisadores concluíram que a Baixada Fluminense é eminentemente relevante para a arqueologia, pelo que foi avaliado e

⁴⁰ A arqueologia consegue reconhecer o tronco linguístico e a tradição familiar das populações indígenas a partir das especificidades da cerâmica encontrada. Na análise da cerâmica são observados os componentes tecnológicos e padrões de herança cultural: seleção de ingredientes da pasta, método de manufatura, decoração, espessura das paredes, resistência mecânica, compactação, textura, cor, superfície (alisadas, polidas ou ásperas – raspadas, escovadas, marcadas por digitais ou unhas), tipo de queima, forma, banhos de argila e processo físico-químico da queima (Dias; Neto, 2017). Acredita-se que os povos tupinambás ocupavam toda a região costeira e suas proximidades, de Cabo Frio (RJ) a Bertioga (SP), segundo as cartas do jesuíta José de Anchieta, durante a Confederação Tamoio (1554-1567).

pelo que ainda falta avaliar. Em especial, Seropédica, no que concerne à chamada “pré-história indígena”. A perspectiva dessas escavações é que a região banhada pelo rio Guandu tenha um acervo muito maior, inclusive nesses sítios secundários, em que não foi possível fazer uma escavação intensiva, devido aos limites das obras. A estimativa da arqueologia é de, ao menos, 10 aldeias indígenas de grande porte nessa região (Dias; Neto, 2017).

O aldeamento, a fazenda de Santa Cruz, os quilombos e a feitoria do Peri-Peri

No século XVI, o destino das aldeias indígenas originárias mencionadas é ainda incerto para a historiografia; documentos relacionados à doação de sesmarias na região apontam que Cristóvão Monteiro, o donatário, teria sido responsável pelas bandeiras. Além disso, há informações de conflitos entre portugueses, franceses e holandeses na disputa pela baía de Sepetiba, episódios ainda não esclarecidos pela historiografia também.

Com a conquista e a colonização portuguesa surgiram novos espaços indígenas na Colônia, os chamados “aldeamentos coloniais”, não confundir com as aldeias originárias, que apareceram no tracejado do Arco Metropolitano, por exemplo. Portanto, o “aldeamento” é de ordem colonial e a “aldeia” é de autonomia indígena, utilizamos essa distinção para fins didáticos, pois na documentação o termo “aldeia” aparece indiscriminadamente. Os aldeamentos indígenas foram espaços coloniais e indígenas simultaneamente, eram locais de exploração da mão de obra indígena pelos jesuítas, pelo Estado colonial e pelas elites locais (particulares). Embora fossem arregimentados para a colonização, os aldeamentos apresentavam ação e política indígena próprias, revelando o

caráter complexo, de reelaboração cultural e de resistência possível para os povos indígenas diante do colonialismo (Almeida, 2003).

O Aldeamento Colonial de Itinga foi fundado pela famosa família Correa de Sá e pelos jesuítas no início do século XVII com o intuito defensivo da baía de Sepetiba, em terras que já pertenciam à Fazenda Jesuítica de Santa Cruz desde 1589 (Amantino; Engemann, 2013). A refundação como Aldeamento Colonial de São Francisco Xavier de Itaguaí ocorre a partir do início do século XVIII e sua realocação se dá entre os rios Itaguaí e Guandu. Porém o aldeamento foi extinto pelo governo de d. João VI em 1818. A cartografia e os relatos de viajantes (Saint-Hilaire, 1938; Graham, 1990) mostram, entretanto, que essa extinção foi apenas institucional e jurídica, permanecendo algumas ocupações indígenas espalhadas na região durante o século XIX, acredita-se que uma delas em Seropédica.

Em diversos mapas do século XIX aparecem menções a ocupações indígenas em Itaguaí e Seropédica, inclusive citando a permanência da “aldeia”. Podemos levantar duas hipóteses a respeito disso: (1) o aldeamento de Itaguaí era composto por múltiplas ocupações; (2) após o fim institucional do aldeamento de Itaguaí, em 1818, remanescentes ocuparam novas localidades. Em mapas de 1827, 1830 e 1848 leem-se informações como: “Itaguaí dos índios”, “Aldeia dos índios” e “Terrenos dos índios” (respectivamente (Vandermmaelen, 1827; Shlicht, 1830; Niemeyer et al., 1848).

A Fazenda Jesuítica de Santa Cruz (1589-1759), posteriormente Fazenda Real de Santa Cruz, foi o maior patrimônio dos jesuítas na América e uma das principais propriedades senhoriais do Rio de Janeiro, depois pertencente aos vice-reis e à própria Família Real. Tanto pela sua extensão territorial, da baía de Sepetiba a Vassouras, quanto pela população que vivia nela: arrendatários, grupos indígenas e grupos de

várias procedências africanas (Abreu, 2010; Costa, 2017; Pedroza, 2018).

Em 1759, ano de expulsão dos jesuítas, havia 1.116 escravizados. Em 1818, ano de fundação da vila de Itaguaí, havia 1.641 escravizados (Engemann, 2008). Em 1856 a população escravizada na fazenda já totalizava 2.009 pessoas (Souza, 2023). A demografia da população escravizada na Fazenda de Santa Cruz é considerada uma das maiores da América portuguesa e, posteriormente no período imperial, uma das maiores da província do Rio de Janeiro.

O território da atual cidade de Seropédica foi anexado à Fazenda de Santa Cruz logo nas primeiras décadas de sua constituição, no início do século XVII. Os jesuítas, além de fazerem uma permuta com as sesmarias originais de Cristóvão Monteiro, fizeram outras negociações nas sesmarias originais dos sertões, com Manoel Veloso Espinha, Manoel Correia e Francisco Frazão de Souza, chegando às dimensões gigantescas que a Fazenda possuía.⁴¹

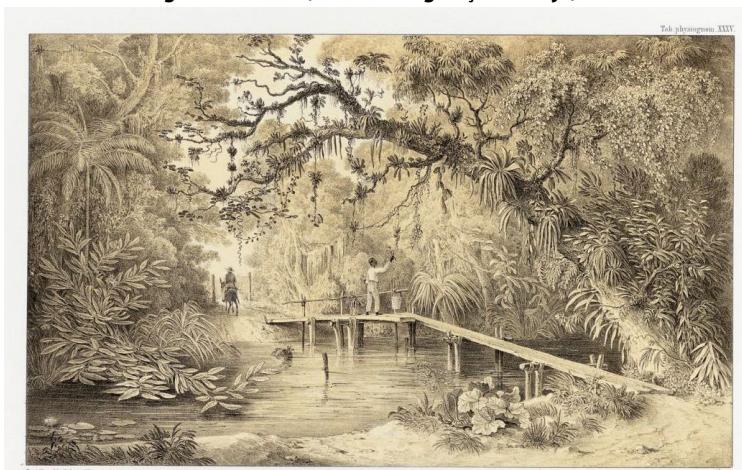
Nesse sentido, as informações sobre o período colonial em Seropédica são atreladas à Fazenda de Santa Cruz e ao Aldeamento Colonial de São Francisco Xavier de Itaguaí, reduto indígena, como vimos, tornando nublado nosso entendimento sobre essas paragens. É possível conjecturar que a região de Seropédica e as outras áreas interioranas da Fazenda de Santa Cruz representassem o sertão grande da fazenda durante a Colônia. Era denominada “sertão” toda região não alcançada pelas malhas da colonização. Nas fontes coloniais, o sertão é descrito em alguns sentidos que não são casuais: (1) como local “selvagem”, a ser

⁴¹ Comportava os atuais municípios de Itaguaí, Piraí, Pinheiral, Rio Claro, Volta Redonda (parte), Barra do Piraí (parte), Vassouras (parte), Mendes, Engenheiro Paulo de Frontin, Paracambi, Japeri, Seropédica e Nova Iguaçu (parte). Além de Santa Cruz, Sepetiba e Guaratiba (parte), bairros atuais da cidade do Rio de Janeiro. A Fazenda de Santa Cruz chegou a abranger 18 municípios atuais do estado do Rio de Janeiro em determinado período, configurando-se como o próprio espaço entre duas capitâncias hereditárias, Rio de Janeiro e São Vicente (Costa, 2017).

domesticado, controlado e civilizado; (2) como lugar de rebeldia, perigoso pela ação de povos indígenas não aldeados e quilombolas; (3) como região “despovoada” e de litígio, que aguçava a cobiça colonizadora; e (4) como “zonas proibidas”, por não terem sido distribuídas em sesmarias pela Coroa. Controlar os sertões significava a própria viabilidade da Colônia, já que o sertão era o lugar dos desejados metais preciosos e das bandeiras contra os povos indígenas (Amantino, 2008).

Parte do território que hoje compõe Seropédica era conhecida como “Brejo dos Padres” e depois como “Brejais de São João Grande” (Penha, 1830). Nesse sentido, é provável que a região de Seropédica e além fosse utilizada para a retirada de madeira, lenha, carvão, caça e para a pastagem do gado da Fazenda de Santa Cruz durante o período jesuítico e mesmo depois. A seguir vemos uma tela da comitiva de Spix e Martius, viajantes que produziram fontes iconográficas importantes para a história do Brasil.

Imagen 1 – Vereda, terreno alagadiço ou brejo, 1851



Fonte: Carl F. P. von Martius. *Perto da propriedade de Jundiquara no distrito de Ubatuba*. c.1851, Instituto Moreira Salles. Disponível em: [https://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/19140/prope-jundicuara-praeendum-in-districtu-ubatuba-prov-rio-de-janeiro](https://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/19140/prope-jundicuara-praeedium-in-districtu-ubatuba-prov-rio-de-janeiro), acesso em: 15/5/2024.

Um processo colonial de controle da família, do trabalho e da terra estabeleceu-se nos chamados “currais dos padres”, a Fazenda de Santa Cruz.⁴² O apelido adivinha de sua principal produção, a “carne verde”, mas havia também a policultura, com que abasteciam os navios aportados na baía de Sepetiba. Em 1791, a fazenda tinha 22 currais e 11.000 cabeças de gado equino, lanígero, caprino e ovino, de forma que o gado pastava nesses brejos da região, caracterizando a pecuária semi-intensiva (Engemann, 2008). Devido ao terreno pantanoso, os jesuítas mandaram fazer grandes obras de drenagem, com a abertura de valas em Itaguaí.

Na Fazenda de Santa Cruz, primeiro os jesuítas, depois os vice-reis e a família Real tinham senzalas divididas em bairros e espalhadas nas amplas terras da fazenda, o que também ocorria nas fazendas arrendadas a terceiros. Eram exemplos desses bairros de senzalas o bairro do Limeira e o bairro da Pacotiba, em Santa Cruz (Engemann, 2008). Os ofícios especializados também eram comuns na Fazenda de Santa Cruz: marceneiros, pedreiros, oleiros, ferreiros, sapateiros, curtidores, tecelões, boticários, aprendizes e fabricantes de farinha, açúcar e aguardente, serviços desempenhados pelas famílias escravizadas na fazenda (Engemann, 2008).

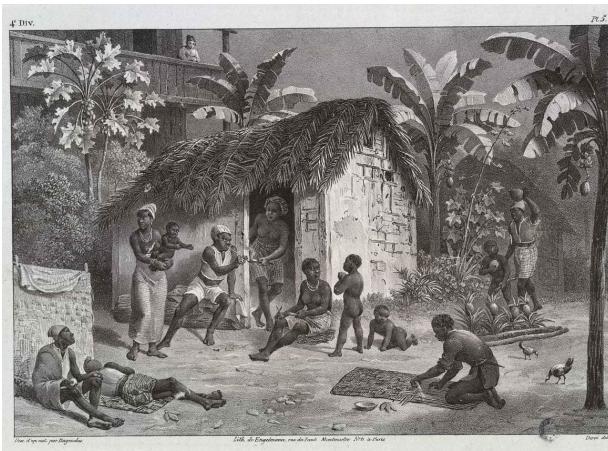
A comunidade cativa vem sendo estudada pela historiografia na perspectiva da complexificação das relações internas, pelos elementos orgânicos que permitiam a sua sobrevivência. As relações de sociabilidade entre escravizados na Fazenda de Santa Cruz aparecem por meio de diversos aspectos, entre eles: as relações de casamento, parentesco, compadrio e as irmandades religiosas, que promoviam

⁴² Do ponto de vista teórico-metodológico, seguimos com F. Engels compreendendo que o projeto colonial na Fazenda de Santa Cruz orientou a formação social brasileira: “De acordo com a concepção materialista, o fator decisivo na história é, em última instância, a produção e a reprodução da vida imediata.” (Engels, 1978, p. 2)

cerimônias, procissões, festas, batizados, casamentos, cuidados aos idosos e enterros. Além disso, existia uma escola de música na fazenda. Acredita-se que a estabilidade da família, os laços de parentesco em Santa Cruz permitiram o transcorrer da vida no interior da escravidão. Para a historiografia, essas dimensões sociais eram o espaço de negociação possível entre senhor e escravo. Assim, a Fazenda de Santa Cruz se apresenta como um experimento colonial escravista, em que a vida não se furtava a acontecer (Engemann, 2008).

Nesse cenário que estamos descrevendo é interessante ainda a análise da arqueologia, pelo conteúdo escavado em sítios da Baixada Fluminense, em terrenos que pertenciam à Fazenda de Santa Cruz. Na arqueologia são feitas “camadas estratigráficas”, cortes em profundidade no solo em que aparecem colorações distintas na terra, contendo cada uma das “faixas” materiais e objetos de diferentes períodos, mas sobrepostos, revelando reocupações do mesmo território ao longo do tempo. Em alguns dos sítios arqueológicos do Arco Metropolitano foram encontrados indícios de fazendas e nas proximidades delas moradias pequenas não concentradas, sem alicerces, sem a presença de telhas, indicando telhamento de palha, provavelmente casas de pau a pique ou taipas. Nessas casas simples não foi encontrada cerâmica *tupiguarani* e sim a chamada cerâmica *neobrasileira*, típica dos períodos colonial e imperial. Além disso, foram encontrados muitos cachimbos com decorações africanas. A reconstituição dessas moradias aponta para a hipótese da “brecha camponesa”⁴³ (Dias; Neto, 2017; Cardoso, 1979).

⁴³ Conceito historiográfico desenvolvido a partir do Haiti e adotado pela historiografia brasileira, com intuito de investigar a situação de um protocampesinato escravizado, vivendo em um modelo paralelo e complementar à *plantation* escravista. Com a permissão do usufruto de um lote e roçado próprio nos dias livres, a brecha camponesa permitia a subsistência e a criação de pequenos animais entre os cativos não domésticos, com eventual comercialização do excedente. Os senhores acreditavam que a brecha camponesa diminuía o interesse nas fugas, as fontes revelam que essa instituição também era alvo de conflitos, sobretudo quando essas “prerrogativas” eram suspensas pelo senhor (Alveal; Guimarães, 2005).

Imagen 2 – Taipa, 1835

Fonte: Johann M. Rugendas. *Habitação de negros*, 1835. Biblioteca Nacional (Brasil). Disponível em: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/424355>, acesso em: 15/5/2024.

Nessa realidade colonial, a dissidência não era um ponto fora da curva, ao contrário, compunha o estado normal de funcionamento dessa ordem. O principal elemento que aponta para o “conflito” entre indígenas e quilombolas no território em questão é o desmantelamento de quilombos, incumbência dada aos “índios aldeados” de Itaguaí ainda no século XVIII. Os mocambos ou quilombos estabeleceram-se na região da Baixada Fluminense provavelmente desde o século XVII (Fridman, 2000). Em 1762, o vice-rei Gomes Freire de Andrade emitiu uma ordem aos “índios aldeados” de Itaguaí para que atacassem os quilombos da cabeceira do rio Guandu: Bacaxá/Palmares, Valão da Areia e Mundéo dos Pretos na serra do Caçador (Fridman, 1999).

O fenômeno dos quilombos na Baixada Fluminense é alvo de estudos da historiografia. Já no século XIX, a chamada “Hidra de Iguaçu” foi famosa por décadas pela sua resistência; vários quilombos são citados nas fontes e acredita-se que constituíam ramificações: quilombo da Barra do Rio Sarapuí, quilombo do Bomba, quilombo da Estrela, quilombo de Iguaçu, quilombo do Gabriel e quilombo do Pillar. Os

quilombolas desenvolveram um verdadeiro “campo negro”, participavam de uma extensa rede de comércio, em que forneciam lenha de mangue, abóbora e mangalô (boldo), compradas a preço baixo ou em troca de farinha e carne, das mãos de taberneiros, comerciantes, lancheiros, remadores, lavradores e escravizados das fazendas ao redor. Acredita-se, inclusive, que eram estes seus principais aliados em avisar com antecedência as investidas militares contra os quilombolas (Gomes, 2012). A imagem que temos é a do vale do rio Guandu ocupado por mocambos, nas margens e mangues dos rios, toda a sua hinterlândia habitada em certa medida por quilombolas, impedindo qualquer investida militar rio adentro. Quilombo significa:

Palavra de origem banto que, durante a escravidão no Brasil, significou ajuntamento de escravos fugidos. [...] Fruto das contradições estruturais do sistema escravista moderno e refletiram, na sua dinâmica, pelo conflito social, a negação desses sistemas por parte dos oprimidos. O quilombo foi a unidade básica de resistência (Moura, 2004, p. 335-9).

O quilombo é um fenômeno histórico de longo alcance temporal e geográfico nas Américas. Em seu caráter histórico, inicialmente era chamado de “mocambo” no Brasil; em outros países eram usados termos como: “maroon”, “cimarrone”, “palenque” e “cumbe”, entre outros, que designavam a mesma experiência: núcleos de negros refugiados, ajuntamento provisório de ex-escravizados ou comunidades de fugitivos. No que tange aos quilombos, portanto, complexas relações se estabeleceram entre indígenas, livres e os insurgentes “calhambolas”, como também eram chamados. Ainda estão em aberto as possibilidades de solidariedade na região de Itaguaí e Seropédica, para além da colonialidade, afinal as relações “base-base” são as mais difíceis de serem captadas pela ausência de documentação, mas não podemos descartá-las em absoluto.

Durante o Século do Ouro, a Fazenda de Santa Cruz teve seu território entrecortado para o escoamento das Minas. Os jesuítas ofereceram resistência, chegando a solicitar a sua abertura nos Brejais de São João Grande. Porém a passagem foi aberta próximo à sede da Fazenda e batizada como “Caminho Novo da Piedade”, também chamada de Estrada de São Paulo. Ao sair de Itaguaí essa Estrada Real ia para São Paulo antes de alcançar as Minas Gerais. Porém é referenciado pela história local a existência de uma outra passagem, o chamado “Caminho das Minas do Guandu”, passando pelo território colonial de Seropédica. Embora pesquisas aprofundadas precisem ser realizadas, acredita-se que esse caminho ligava o Caminho Novo da Piedade ao Caminho Novo de Garcia Paes, que por sua vez foi o caminho mais usado para escoamento e abastecimento das minas durante o século XVIII. Benedicto Freitas, historiador local da Fazenda de Santa Cruz, afirma que esse caminho não era oficial, portanto, suscetível ao contrabando do ouro (Freitas, 1989).

Num mapa de 1825, de Francisco Elizeu Ribeiro, aparece uma feitoria de nome “Perypery” em territórios que hoje fazem parte de Seropédica. As feitorias, segundo o Arquivo Nacional, eram:

De origem mediterrânea e medieval, as feitorias eram armazéns fortificados de que se valeram os portugueses no desenvolvimento das suas atividades comerciais. As primeiras feitorias portuguesas surgiram por ocasião da conquista da costa africana, sendo estes os locais destinados ao comércio com os nativos. Com a descoberta do Brasil e o início da exploração do pau-brasil, as feitorias foram instaladas também aqui, com o mesmo propósito de possibilitar o desenvolvimento da atividade comercial. O fim do período das feitorias no Brasil coincide com o início do seu processo de colonização, marcado pela criação das capitania hereditárias.⁴⁴

⁴⁴ Glossário de história luso-brasileira. Arquivo Nacional, Brasil, acesso em: 21/9/2023.

Vemos, nesse caso, que existia uma Imperial Feitoria no interior da Fazenda de Santa Cruz, em 1825, numa área de proximidade com os sertões, atual Seropédica. A Feitoria de Perypery possivelmente deu origem à localidade que hoje conhecemos como Jardim Maracanã. Quem frequentava a feitoria para comercializar? Quais produtos eram comercializados? Como era a administração da Imperial Feitoria? Perguntas ainda sem resposta, mas pelo mapa podemos colher informações sobre a vizinhança da feitoria, seus nomes e a topografia. Existia o Engenho de Pedro Gomes e os outros estabelecidos eram: Dona Micaela, José da Costa, Bento Pereira, Rocha, 2 viúvas sem identificação, Cafetal pequeno da viúva de Pedro Gomes, Rego, Hygino, Marianna, José Sotero, Andrade, Manoel Custódio e Clemente, possíveis foreiros da Fazenda de Santa Cruz. Além de uma fábrica de farinha. As estradas eram: Caminho do Martins, Caminho Pedro Dias, Caminho do Barro Vermelho, Estrada Geral de Minas e Arrastão ou Caminho da Freguesia de S. Pedro e S. Paulo, com outros caminhos sem nomenclatura. Já os rios mencionados são: o rio Guandu e o córrego da Fábrica, além da Estrada do Porto e da Ponte do Bananal, sob o rio Guandu. A Imperial Feitoria de Perypery, então, aparece em nossa tela, contendo um engenho de farinha e cafezais registrados pela cartografia em 1825 (Ribeiro, 1825). Além disso, a historiografia acredita que grupos indígenas vivessem em Peri-Peri (Fridman, 1999; Ferreira, 2022).

Bananal de Itaguaí: as fazendeiras de café, a sericultura e a policultura

Devido aos terrenos alagadiços, a margem direita do rio Guandu foi a mais ocupada no período colonial em Seropédica, mesmo local de fundação da freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Bananal no século XIX. A ocupação imperial do território de Seropédica começou em

1838, digamos assim, com a construção da capela de Nossa Senhora da Conceição do Bananal. A capela foi elevada a Curato da Paróquia de São Francisco Xavier de Itaguaí em 1846. O povoado foi transformado em distrito em 1851. Já a freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Bananal, pertencente à vila de Itaguaí, existiu entre 1851 e 1919.

As terras do Bananal de Itaguaí pertenciam à Fazenda Real/Imperial de Santa Cruz, os senhores que se estabeleceram nesse território tinham contrato de aforamento com a fazenda. O século XIX é caracterizado pela emergência da propriedade privada, por isso a historiografia analisa os liames das questões fundiárias. Após a expulsão dos jesuítas, em 1759, o número de foreiros na Fazenda de Santa Cruz vai saltar de 27 para 2.400, entre 1808 e 1889 (Pedroza; Sobral, 2013). O título de foreiro era o pagamento de uma “pensão anual”, chamado de “foro” ou “cânone”, imposto geralmente em dinheiro ou em animais. O foro era uma forma de apropriação da terra chamada juridicamente de “enfiteuse”, quando um proprietário transfere o seu “domínio” direto ou útil para outrem (Silva, 2008).

Por envolver relações de aforamento da fazenda, a maior parte das propriedades senhoriais no Bananal de Itaguaí era de “minifúndios”, pequenas e médias propriedades, sítios e chácaras. Em comparação ao vale do Paraíba, no qual a maioria das propriedades tinha entre 400 e 800 hectares, em Bananal de Itaguaí havia de 83 a 114 propriedades entre 1 e 50 ha, considerado baixo nível de concentração fundiária, o que não exclui a presença de latifúndios — cinco propriedades possuíam mais de 400 ha, por exemplo. São os registros paroquiais de terras (RPTs) que revelam a estrutura fundiária no Bananal de Itaguaí, fontes confiáveis em razão dos contratos de aforamento com a Fazenda de Santa Cruz (Oliveira, 2015).

Na primeira metade do século XIX, de forma ascendente, Itaguaí e consequentemente o Bananal ocuparam papel importante na produção e escoamento da produção cafeeira regional. As plantações de café ocupavam os morros, evitando-se os alagadiços, e a produção era escoada por tropas de mulas ou muares. Por fim, o serviço de cabotagem era feito pela Companhia Itaguaiense de Navegação e ia do porto de Itaguaí até o porto do Rio de Janeiro. Na década de 1850, a produção de café no Bananal de Itaguaí chegou ao seu auge e na década de 1860 a freguesia registrou o maior número de fazendeiros declarados: um total de 118, enquanto a vila de Itaguaí registrou 43 e sua outra freguesia, São Pedro e São Paulo do Ribeirão das Lages (Paracambi), registrou 87, segundo os anuários do *Almanak Laemmert*, na categoria “fazendeiros e principais lavradores de café” (Alves, 2022).

Bananal de Itaguaí apresenta grandes fazendeiras no conjunto da sua classe senhorial, na maioria viúvas, administrando diretamente seus patrimônios, num total de 33 mulheres, entre 1850 e 1880. Algumas são listadas repetidamente ao longo dos anos no almanaque supracitado, o que revela estabilidade econômica e manutenção de status. São elas: d. Anna Luzia Lopes, d. Gertrudes Maria da Conceição, d. Maria Angelica da Silva, d. Maria Joaquina da Silva e d. Sabina Felicidade Perpétua. Vale destacar que a presença de viúvas à frente de seus negócios não era algo incomum no Oitocentos, especialmente na província do Rio de Janeiro (Alves, 2022).

Por exemplo, d. Gertrudes Maria da Conceição (1782-1867), que residia na Fazenda Palmital, teve 7 filhos e 30 netos, segundo seu testamento. A fazendeira era proprietária de 9 fazendas e se destacou no Bananal de Itaguaí tanto pela produção cafeeira como pela concessão de empréstimos, afixando os mesmos juros e prazos às transações de crédito intrafamiliares e extrafamiliares. Como era comum ao antigo

regime, as elites adotavam estratégias para perpetuar e ampliar suas fortunas e prestígio social, a instituição do casamento era palco privilegiado para essa ação, mas, no caso de d. Gertrudes, o mercado de crédito local também teve essa função (Alves, 2022).

A análise micro-histórica sobre as viúvas do Bananal de Itaguaí revela que era possível às mulheres da elite senhorial exercerem a administração sobre seus bens, tornando-se “provedoras” na manutenção de suas famílias. As fazendeiras que possuíam os maiores plantéis de escravizados em Bananal de Itaguaí, de acordo com seus inventários, são: Generosa Rosa, que detinha 119 escravizados, e Gertrudes, que possuía 109 cativos (Alves, 2022). Nesse sentido, numa sociedade escravista, havia espaço de poder reservado àquelas que possuíam cativos, arrendavam terras e forneciam empréstimos. Muitas senhoras e donas, inclusive, optavam pela manutenção da viudez, na perspectiva de manterem sua independência econômica.

Em Bananal de Itaguaí também teve desenvolvimento outro projeto agrícola para a região, a instalação da Companhia Seropédica Fluminense (1838-1862), a primeira fábrica de produção da seda no Brasil. Durante o Império, a indústria de transformação desenvolveu o setor de têxteis (vestuário, sapatos, chapéus etc.), o setor de infraestrutura (ferrovias, mineração, gás etc.), além de produtos químicos, velas e cervejas. Diante da hegemonia das elites agroexportadoras, essa “tímida burguesia” recorria ao próprio financiamento do Império e ao sistema financeiro, com a venda de ações no mercado de capitais. Os estabelecimentos fabris oitocentistas são alvo de debates historiográficos, pois as fábricas possuíam arranjos de trabalho que combinavam condições jurídicas distintas, ou seja, utilizavam a mão de obra de trabalhadores escravizados e livres ao mesmo tempo (Brito, 2021).

A Companhia Seropédica Fluminense pode ser classificada como agroindústria, porque cultivava amoreiras para a alimentação do bicho-da-seda. Enquanto o solo não era tão propício à cafeicultura, a amoricultura se mostrava promissora para a indústria setífera ou sérica. No final da década de 1830, a sericultura foi introduzida no Bananal de Itaguaí pelo advogado gaúcho José Pereira Tavares, que foi proprietário de terras, construiu e administrou a fábrica de seda. Tavares estabeleceu uma rede importante, angariando suporte para o seu empreendimento junto a autoridades municipais de Itaguaí, da província do Rio de Janeiro e ainda recebeu apoio de d. Pedro II, que se tornou o primeiro e maior acionista da Companhia Seropédica na década de 1850. A estrutura da fábrica continha as seguintes edificações: um prédio para armazenar os “casuleiros” e as “caniçadas” (varaís), um edifício com “laboratório de fiação”, um viveiro, estufas de incubação, depósito de máquinas, alojamento dos operários, casa do proprietário e plantação de amoreiras, que chegaram a totalizar mais de 80.000 pés (Fróes, 2000). A Companhia Seropédica ainda desenvolveu uma raça própria de bicho-da-seda (*dyochroma*), adaptada às condições climáticas locais. Em 1847 a companhia foi avaliada em 162:758\$413 réis (Alves; Brito, 2021). José Pereira Tavares foi se destacando ao longo das décadas, tornou-se vereador de Itaguaí, juiz de paz da freguesia do Bananal e foi condecorado pelo Império, como oficial da Ordem da Rosa e comendador da Ordem de Cristo (Alves; Brito, 2021),

O Império e a Junta do Comércio promoveram diversos estabelecimentos fabris na região Sudeste, aos quais eram destinados provimentos e concessão de verbas por meio das chamadas “loterias” do Estado. Os empresários eram submetidos a relatórios provinciais e a terça parte do produto líquido deveria retornar para a província. José Pereira Tavares iniciou um negócio inovador, porém às cegas, pois não possuía

mercado e o produto ainda precisava ser aprimorado. Em 1849, Tavares pediu ao governo imperial um empréstimo de 100 mil-réis, mas o pedido foi indeferido. O empresário decidiu fundar uma sociedade anônima (S.A.), com a possibilidade de angariar investimentos por meio dos acionistas. Contudo, o governo imperial colocou vários entraves e criticou o empresário por não oferecer retorno aos cofres imperiais. Em 1853 a S.A. foi instaurada, a fábrica foi hipotecada e incorporada à província do Rio de Janeiro, surgindo a Imperial Companhia Seropédica Fluminense, com José Pereira Tavares se tornando seu administrador interino.

Em 1856, entretanto, houve novas nomeações na direção da empresa e reestruturação, e Francisco José Cardoso se tornou presidente da Companhia Seropédica e a substituição total da mão de obra escravizada pela livre foi determinada, devido à reticência pela proibição do tráfico negreiro e sobretudo pela alegação racista da moralidade branca (Brito, 2021). Importante frisarmos que a família Cardoso deteve os principais negócios de Itaguaí no Oitocentos, controlando, inclusive, o Porto de Itaguaí, além de se caracterizar como importante elite política, ligada aos conservadores (saquaremas). A Imperial Companhia Seropédica Fluminense chegou a explorar a mão de obra de 50 escravizados, além de contingente de imigrantes italianos e portugueses que trabalharam nela por temporadas. Foi constatada a atuação em conjunto desses trabalhadores, na plantação ou na fiação, na qual a maioria era de mulheres, livres e cativas. Ocorreu também o emprego de “menores desvalidos”, o trabalho infantil, portanto. Na Companhia Seropédica não foi registrada a fuga de escravizados, mas sim de imigrantes, o que revela as condições adversas do serviço por jornada em uma sociedade escravista (Brito, 2021).

A historiografia acredita que a instalação da sericultura ajudou a dinamizar economicamente Bananal de Itaguaí, com a progressiva

instalação de comércios e serviços, como padarias, açougue, sapatarias, ferrarias, alfaiatarias e hotéis. No entanto, a Companhia Seropédica veio à falência em 1869. Diversos fatores são considerados para seu declínio e liquidação: (1) ausência de lucro imediato esperado pelos acionistas, o que gerou difamações em jornais da época; (2) ausência de investimentos em maquinário e habilitação dos funcionários que a produção da seda exigia; (3) necessidade de expansão territorial, o que esbarrava nos interesses dos cafeicultores vizinhos; (4) questões políticas, primeiro relacionadas à vinculação de José Pereira Tavares ao Partido Liberal e depois a ascensão de Francisco José Cardoso à presidência da Companhia não surtiu efeito a longo prazo, pois no final da década de 1860 um gabinete liberal assumiria o governo. Tavares e Cardoso, ao contrário do que parece, trabalharam em conjunto para ver o estabelecimento vingar, porém sem sucesso (Brito, 2021; Moreira et al., 2010). O revés da Companhia Seropédica deve ser atrelado ainda ao seu contexto histórico. O capitalismo monopolista internacional modificou progressivamente seu interesse pelo Brasil no século XIX, era esperado que a exportação de mercadorias fosse substituída pela exportação de capitais, fator estrutural que concorreu para a própria crise do escravismo e para o estrangulamento das empresas/indústrias nacionais (Moura, 2019).

Segundo o inventário de d. Gertrudes, aberto em 1867, a fazendeira do Bananal de Itaguaí detinha trabalhadores cativos classificados em sua maioria como “crioulos”, “mulatos” ou “pardos” (nascidos no Brasil), e havia equilíbrio entre os sexos, o que aponta para o incentivo ao desenvolvimento da “família escrava”, isto é, a reprodução endógena. Outros inventários de fazendeiros do Bananal de Itaguaí na mesma época revelaram quadro semelhante: maior índice de pardos e equilíbrio sexual, em 54,16% dos casos (Alves, 2022). A chamada “paz nas

senzalas”⁴⁵ foi, portanto, disseminada localmente pelo próprio êxito dessa prática na Fazenda de Santa Cruz. Entretanto, a partir da Lei Eusébio de Queirós, em 1850 esse quadro começa a se alterar, com o aumento de famílias cativas matrifocais (chefiadas pelas mulheres, sem a presença do pai), desenvolvendo-se a chamada “crise de mão de obra”, isto é, a própria crise do escravismo em territórios periféricos aos centros produtores, mesmo levando em conta o tráfico interprovincial e o tráfico ilegal (Slenes, 2011; Engemann, 2008; Ruiz, 2015).

A região do Bananal de Itaguaí produzia também gêneros alimentícios de primeira necessidade ou de subsistência nas propriedades menores, assim a policultura também se tornou atividade importante na região: laranja, banana, manga, mandioca, milho, feijão, arroz, amendoim, legumes e compotas. Já o açúcar e o café eram produzidos no conjunto, no contexto dessas médias propriedades. Estima-se que a maior parte das propriedades escravistas de 1 a 50 ha tinham uma média de nove escravizados no Bananal de Itaguaí, produzindo principalmente para o abastecimento. As pesquisas com RPTs e com inventários *post mortem* revelam ainda que esses médios proprietários de Itaguaí acumulavam dívidas, que eram pagas leiloando-se escravizados. Contudo, a partir de 1880 a crise do escravismo se tornou patente, transformando a policultura na principal atividade da região (Oliveira, 2015).

⁴⁵ Conceito historiográfico desenvolvido principalmente por Robert Slenes e difundido por extensa bibliografia, com intuito de investigar a família cativa no interior da escravidão, buscando desvendar possibilidades de sobrevivência e resistência por meio da análise do cotidiano da escravidão, das experiências negras, das associações, atividades, parentesco, casamento e compadrio. A partir das pesquisas documentais, foi possível trabalhar com a “estabilidade” da família cativa e a reprodução endógena natural, sobretudo em áreas rurais, complexificando a história social da escravidão. Entende-se que a instabilidade ou a desagregação da “família escrava” era provocada pelo sistema escravista e não pelos escravizados (Reis, 2019).

A amortização de dívidas com a venda dos cativos aumentou o sistema de aluguel dos escravizados por temporadas, que era realizado pela Fazenda de Santa Cruz na região. A maior parte dos escravizados era alugada como “esquadras” ou “turmas”, que desenvolviam os trabalhos nos campos em conjunto. Além disso, uma outra parcela atuava em ofícios especializados e semiespecializados, o que também resultava em contratos de aluguel: ambulantes, barbeiros, pedreiros, oleiros, carpinteiros, cocheiros, capineiros, falquejadores, costureiras, cesteiros, feitores etc. As mulheres eram mais alugadas para os serviços nos campos e os homens para os ofícios. Além disso, a população escravizada alugada era deslocada para trabalhar em fábricas, obras públicas, no Arsenal da Marinha e em outras propriedades da Família Real. A Fazenda Imperial de Santa Cruz, a essa altura, produziu extensa documentação sobre os aluguéis, revelando o controle que exerciam sobre os contratos de aluguéis de escravizados (Souza, 2023).

Assim, a historiografia tem mostrado que no escravismo tardio uma economia escravista de baixa produtividade se estabeleceu na região, em relação ao vale do Paraíba. Mais do que isso, comprehende-se que a escravidão nessas localidades involuiu em números durante o século XIX, sobretudo após 1850, com a abolição do tráfico negreiro, como já mencionamos (Ruiz, 2015). À medida que o vale do Paraíba crescia, alguns senhores da região do Bananal de Itaguaí perdiam em hasta pública escravizados para pagamento de dívidas, sendo reduzido o número de trabalhadores escravizados nessas paragens. Ao mesmo tempo, a Fazenda de Santa Cruz colocava o seu sistema de aluguel à disposição dos senhores (locais). Isso significa dizer que, mesmo com poucos escravizados, os médios e pequenos proprietários tinham no trabalho escravo sua principal forma de apropriação, ainda que o trabalho familiar também fosse empregado (Oliveira, 2015).

Imagen 3 – Fazenda Paraíso da Serrinha ou Fazenda da Olaria, século XIX

Fonte: Fotografia anônima, s/d. Facebook, Fazendas Antigas. Disponível em:
<https://www.facebook.com/photo/?fbid=450647686295979&set=pcb.450647986295949>,
acesso em: 24/3/2024.

Outro elemento que precisa ser levado em conta para a redução da população cativa no Bananal de Itaguaí é a proliferação de doenças tropicais, ocasionadas pela falta de saneamento dos rios que encharcavam os campos e por nascedouros de mosquitos transmissores. Acredita-se que o desuso progressivo do rio Guandu como via de transporte, devido à chegada da locomotiva na Baixada Fluminense em meados do século XIX, tenha concorrido para constantes alagamentos. Devido às más condições de vida, alimentação e higiene, é provável que a população escravizada tenha sido mais afetada pela mortandade. Há indícios de que desde a década de 1860 a freguesia fosse atingida pelo chamado “miasma paludososo” ou “febre intermitente do impaludismo”. “Impaludismo” era o nome popular dado à malária, transmitida por picada de mosquito.

No Bananal de Itaguaí foi instalado ainda o Colégio Pariz para moças (1860-1863), que era voltado para a instrução de primeiras letras e bordados às filhas dos fazendeiros dessa freguesia e vizinhas, como Marapicu e Jacutinga, porém o atendimento escolar estava inviabilizado pelos surtos de malária, mas também pela difamação de sua fundadora e professora, Maria Roza Monteiro Pariz, que teve sua vida exposta em jornais. Embora Pariz tenha resistido e se pronunciado contra as acusações, teve sua moral jogada na lama e foi obrigada a se transferir para outra freguesia, São João do Príncipe (São João Marcos) em 1863. Por pouco a educadora não perdeu sua licença para o magistério, nessa época em que o moralismo das elites locais era maior do que o interesse pela alfabetização das moças (Costa, 2021).

O Bananal de Itaguaí tinha uma produção agrícola local, era importante localidade para o escoamento do café e Itaguaí se caracterizava como um empório devido ao seu porto, sobretudo antes da chegada da ferrovia às proximidades, algumas estradas foram abertas durante o século XIX para a passagem das caravanas de mulas e tropeiros. Tivemos notícia de duas estradas: (1) Estrada do Catumbi, do Presidente ou do Picu, derivada do Caminho Novo da Piedade, que fazia o percurso Itaguaí, Piraí, Barra Mansa, Resende e terminava na serra do Picu (MG). Foi inaugurada em 1846, desaguava a produção do vale do Paraíba em Itaguaí, portanto. (2) Estrada Mineira, que fazia o percurso Pavuna, Maxambomba, Bananal de Itaguaí e São João Marcos. Foi inaugurada em outro contexto socioeconômico, em 1894 (Novaes, S/D; Almeida; Oliveira, 2022; Oliveira, 2004).

Febre Palustre, Padioba, era das rodovias e saneamento do Rio Guandu

Com a abolição da escravidão e a incidência de doenças, ocorreu na Baixada Fluminense o fenômeno social chamado “vazio demográfico”. Em Itaguaí e consequentemente na freguesia do Bananal aparece um declínio populacional na década de 1890.⁴⁶ O perfil fundiário que se desenvolve na região com a crise do café é o das pequenas propriedades, e é possível que a população liberta tenha permanecido à margem delas ou tenha usufruído de pequenos lotes. Ainda que mais pesquisas sobre o pós-abolição precisem ser realizadas, também é possível que essa população tenha sobrevivido da pecuária ou tocando gado, afinal, o Matadouro de Santa Cruz foi instalado na década de 1870 e um bonde ligava o curato de Santa Cruz à vila de Itaguaí (Costa, 2017). Como essas relações de trabalho foram marcadas pelo direito costumeiro e por contratos orais, a historiografia apresenta dificuldade em captá-las. A análise sobre os registros de batismo no Bananal de Itaguaí na virada dos séculos revela que pelo menos metade das crianças batizadas eram registradas como pardas ou pretas, quando se fazia menção a cor (Oliveira, 2021).

De fato, a abolição da escravidão em 1888 deve ser considerada como a maior transformação ocorrida na história brasileira, embora tenha sido carregada de permanências (Mendonça, 2005). No que tange às possibilidades de mobilidade social das famílias negras no pós-abolição, sabe-se das limitações impostas pelo racismo. Contudo, diversas estratégias foram traçadas por indivíduos e famílias negras na busca pelo bem-estar, como o acesso à educação, ao serviço público e à construção de espaços de sociabilidade próprios, de cultura e lazer

⁴⁶ Para a totalidade de Itaguaí, considerando suas duas freguesias (Ribeirão das Lages e Bananal), os censos demográficos realizados para essa quadra histórica apontam: 1872: 13.875; 1890: 13.589; e 1900: 11.170 indivíduos.

(Nascimento, 2005; Costa, 2015). A crise local era tamanha na virada do século XIX para o XX que até mesmo a documentação referente a Itaguaí silencia sobre a freguesia do Bananal, porém foi identificada a imigração de uma família negra nesse período, saindo do Bananal de Itaguaí em direção a Maxambomba (Nova Iguaçu), a família Pereira Belém, pelos seus ilustres fundadores do Clube Filhos de Iguaçu, exemplo de associativismo negro (Oliveira, 2021).

As autoridades da Primeira República lamentavam a realidade de abandono da agricultura e de miséria que assolava a Baixada Fluminense e os governantes deixavam sua opinião evidente: o quadro de anomia social era derivado da abolição da escravidão. Saudostas do passado escravista, as elites republicanas não apresentavam soluções concretas para alavancar a situação. Apenas no governo de Nilo Peçanha (1909-1910) é que se desenvolveu uma Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense (Silva, 2017); ainda assim, a localidade que nos interessa aqui só contou com intervenções amplas de saneamento do rio Guandu no governo de Getúlio Vargas, como veremos.

Os impactos antrópicos sobre a região são observados em todo o seu processo histórico, a destruição da Mata Atlântica para a retirada da madeira, a cultura da cana, do café e a pecuária promoveram o desgaste intermitente do solo. O desmatamento é considerado uma das principais causas para o aumento da proliferação de mosquitos, tanto pela perda de predadores naturais como pela alteração no ciclo das águas, criando locais propícios para a reprodução dos mosquitos: alagadiços e lamaçais. A necessidade em controlar o curso natural do rio Guandu se materializou na canalização de suas águas. Não à toa obras hidráulicas eram realizadas pelos jesuítas desde o século XVIII, mas elas se mostraram malsucedidas no alvorecer do século XX. A erosão fluvial, mas também o assoreamento, são características naturais da correnteza

do rio Guandu; para a ocupação humana nas proximidades, é necessário que ocorra gestão adequada dos recursos hídricos e preservação das matas ciliares para controlar enchentes. Somente na década de 1930 esse trabalho começou a ser realizado e na década de 1950 seria aprimorado com a construção inicial da Estação de Tratamento (ETA) do Rio Guandu, a maior da América Latina.

Bananal de Itaguaí passou por reformas administrativas no início do século XX. Entre 1924 e 1926, o Bananal é renomeado como distrito de Padioba. O topônimo “Seropédica” é determinado para o distrito apenas em 1926, nomenclatura que é chancelada com a emancipação da cidade em 1995 (IBGE).

Na década de 1920 teve início a chamada “Era das Rodovias” no Brasil. Na verdade, o projeto rodoviário era destinado a toda a América; em 1925 o jornal *O Globo* anunciava o I Congresso Pan-Americanico das Estradas de Rodagem, que ocorreria em Buenos Aires, para o qual o jornal mandou delegação, sob a manchete: “O elogio das estradas” (*O Globo*, 7/8/1925). A primeira estrada de rodagem a ser inaugurada no Brasil, com 8 quilômetros de asfalto apenas, foi a Estrada Rio-São Paulo, conhecida hoje como “antiga” ou “velha” Rio-São Paulo, entregue em 1928, durante o governo de Whashington Luís. É conveniente mencionarmos o *slogan* empregado tantas vezes pelo presidente em questão: “Governar é abrir estradas.” A estrada Rio-São Paulo, em seus 508 km de extensão apenas no Rio de Janeiro, cortava o distrito de Seropédica. O tracejado provisório da estrada Rio-São Paulo foi o seguinte: Campo Grande, Campinho-Palmares, contornando a serra de Madureira, São Pedro, Paracambi, Rodeio, Mendes, Barra do Piraí, Barra Mansa até o estado de São Paulo (*O Globo*, 19/8/1926).

A Era das Rodovias causava verdadeira agitação nas elites do eixo Rio-São Paulo, o jornal *O Globo* noticiava os *raids*, livremente traduzido

do inglês como “incursão” ou “ataque surpresa”, quando “excursionistas” subiam em suas caminhonetes, carros ou motos e viajavam, percorrendo quilômetros de estradas ainda que precárias, a aventura da modernidade do início do século XX. “Chegou ao Rio a caravana automobilística” era uma das manchetes da época:

Chegaram ontem à noite, ao Rio de Janeiro, os 35 excursionistas de São Paulo, que fizeram em cinco dias a viagem entre as duas cidades, tripulando cinco caminhões (um Graham Brothers, dois Fords e dois Chevrolets), seis automóveis de turismo (um Essex, dois Dodges, um Chevrolet, um Studebaker e um Oakland) e uma motocyclete Harley Davidson, com sidecar (*O Globo*, 11/9/1925).

Com base no jornal *O Globo* foi possível verificarmos que a instalação da rodovia Rio-São Paulo era saudada pelas elites e a memória da chamada “Estrada Imperial Rio-São Paulo” era acionada: “Ressurge das iniciativas ousadas, desses que, com o mesmo destemor, renovam, nesse pedaço de século, o trabalho anônimo daqueles penetradores do sertão.” A implantação da estrada Rio-São Paulo era comemorada pela Associação das Estradas de Rodagem e pelo Automóvel Club, evidenciando as “preocupações rodoviárias”, ou seja, o interesse no modelo rodoviário de transporte e na abertura de mercado consumidor para os automóveis e combustíveis. Ao defenderem os benefícios da obra, a reconstrução da estrada que ligaria com modernidade o Rio de Janeiro a São Paulo novamente, o jornal menciona a situação sanitária de Itaguaí (Seropédica): “Entre eles merece reparo, por exemplo, o reerguimento econômico de uma região, outrora riquíssima, com uma população hoje condenada às endemias tropicais.” Os adjetivos utilizados pelo jornal para descrever a paisagem local que os jornalistas visitavam são reveladores: “matos garranchentos”, “margens empantanadas” e “charneca lodacenta e alagada”. A descrição

que fazem da paisagem é hostil, enquanto a que fazem dos moradores locais é permeada pelo ideário racista e eugenista da época:

“[...] numa dolorosa penúria, uma família, resto de uma raça cansada. As crianças tristes e enfebreadas, de braços frouxos, olham a gente com uma severa estupidez. São, como disse o cronista, ‘uns vegetais de carne que não frutificam’, opilados e ventrudos, sem darem um sinal de alegria na casa” (*O Globo*, 24/10/1925).

As obras das estradas de rodagem eram chamadas de “melhoramentos”, a estrada Rio-São Paulo foi importante para a logística de transporte sem dúvida, porém na perspectiva de desenvolvimento das localidades seria insuficiente:

As grandes rodovias não têm atraído populações para suas margens com o mesmo vigor demonstrado pelas ferrovias, no passado e, mesmo, nos dias atuais e isso devido ao altíssimo preço da terra, resultado de especulação desenfreada. Sua contribuição para o progresso do espaço urbano tem sido mais indireta, facilitando o transporte de passageiros para áreas situadas entre as vias principais, através de estradas secundárias que a elas vêm ter e à margem das quais se instalaram preferentemente as indústrias. São essas vias secundárias, estaduais ou municipais que, irradiando-se a partir das estações das estradas de ferro, possibilitam a ocupação de ampla área interna (Soares, 1962, p. 171).

Imagen 3 – Cartaz de propaganda e divulgação de horários do “Pássaro Marrom”, Volvo do Brasil, 1939

SÃO PAULO – RIO DE JANEIRO



Antigamente a estrada Rio - S. Paulo era um privilégio dos ricos..

Agora... a Passaro Marron resolveu o problema com carros confortaveis, seguros, fabricados nas **OFFICINAS GRASSI**, líderes da industria no paiz, e **CHASSIS VOLVO**, afamada marca sueca.

Diariamente, a flotilha Passaro Marron estabelece a ligação rodoviaria entre a Cidade Maravilhosa e a Terra de Piratininga.

Tres horarios diarios entre Rio e S. Paulo, ás 6 hs., ás 12 hs. e ás 14 hs. Um horario directo com carros pulmans, fazendo o percurso em 12 hs. e partindo, simultaneamente da Praça Mauá, 73, Phone 23-0790 Rio e de S. Paulo, da Confeitaria Viçosa, Rua Almeida Lima, 1, Phone 3-1258.

PREFIRAM A PASSARO MARRON, EMPRESA DAS GRANDES INICIATIVAS

VOLVO DO BRASIL SIA
MOTORES A OLEO CRU'
Rua 7 de Abril, 77
Phone: 4-1827 - S. PAULO

GRASSI & CIA.
LIDERES EM CARROSERIES
Rua Conselheiro Nebias, 1721
Phone: 5-5559 - S. PAULO

(1114)

Fonte: *Estadão*. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/reclames-do-estadao/passaro-marrom/>, acesso em: 15/5/2024.

A inauguração da rodovia Presidente Dutra, em 1951, tirou a importância regional da antiga Rio-São Paulo, permanecendo esta importante via de acesso local. Para além da revitalização dessa estrada, foi preciso fazer avançar a Comissão de Saneamento sobre o distrito de Seropédica. A Comissão do rio Guandu foi subordinada ao Departamento Nacional de Saúde Pública na década de 1920. O engenheiro Oscar da Cunha Corrêa foi responsável por realizar os estudos de desobstrução do rio Guandu e afluentes, e o engenheiro

Moraes Rego ficou incumbido de fazer “trabalhos de limpeza e pequenas dragagens”, em 1925. A preocupação das autoridades era o alagamento dos “campos de Santa Cruz” (Góes, 1942); importante mencionarmos que as terras públicas da região de Seropédica ainda pertenciam à Fazenda Nacional de Santa Cruz (terras devolutas).

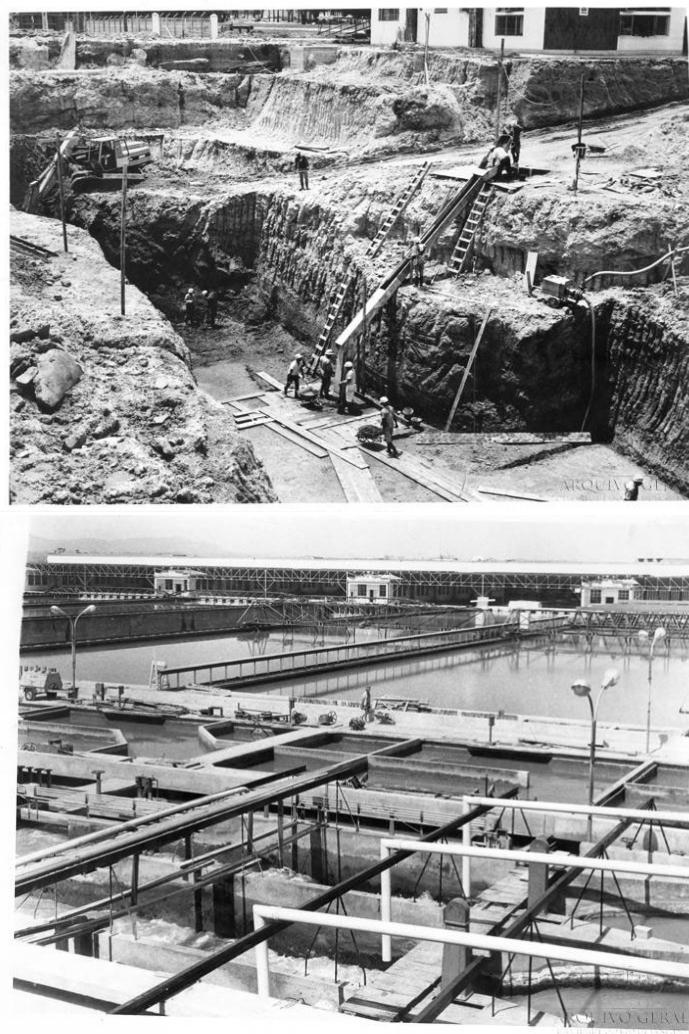
As desobstruções da década de 1920 foram paliativas, a bacia do rio Guandu teve de ser refeita mais tarde, agora sob os auspícios do engenheiro responsável Hildebrando Araújo de Góes, na região que era entendida como “Baixada de Sepetiba”, sob coordenação do Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS), entre 1935 e 1942. O trabalho realizado pelo DNOS foi amplo, contando com levantamento aerofotogramétrico, e incluiu a construção de uma ponte de concreto armado sobre o rio Guandu. O objetivo das obras de saneamento e infraestrutura do rio Guandu tinham um sentido determinado no discurso dos engenheiros envolvidos: recuperar áreas agrícolas, improdutivas desde a abolição da escravidão; fica então expresso no entendimento dessa elite técnica que a “modernidade” de suas obras traria a “civilização” para esses territórios. Vale lembrar que o discurso sanitário e eugenista imperava no governo Vargas. Assim, na década de 1930, foi instalado o Núcleo Colonial Santa Cruz, com seção na Reta de Piranema, projeto de colonização que assentou famílias brasileiras e japonesas, produzindo alimentos para abastecimento da região metropolitana (cinturão verde).

Chegando aos anos 1950, o processo de saneamento e abertura de rodovias na Baixada Fluminense significou a valorização fundiária da região, resultando em “ondas migratórias” vindas do interior do estado do Rio, do Espírito Santo, de Minas Gerais e do Nordeste (Medeiros, 2018). A política de loteamentos teve início em Seropédica tão logo a sanitização permitiu, os jornais divulgavam amplamente a venda de

terrenos. O jornal *Imprensa Popular* fez denúncias, dando destaque a golpes cometidos contra compradores de lotes em Seropédica. Os golpes foram cometidos pela Companhia de Expansão Territorial em terrenos em Parque Campo Lindo (*Imprensa Popular*, 8/10/1953). No entorno da Capital Federal, em geral, essas mudanças acarretaram expropriação, despejos e disputas por terra, como veremos (Medeiros, 2019). Além disso, Itaguaí não foi capaz de ampliar os serviços públicos na mesma medida do crescimento populacional, e um dos argumentos que levaram Seropédica à emancipação na década de 1990 consistia justamente na crítica à situação histórica de abandono do distrito.

Em 1955 foi construída a Estação de Tratamento de Água (ETA) do Rio Guandu na área limítrofe entre os atuais municípios de Seropédica e Nova Iguaçu. Considerada uma das maiores obras de engenharia do século XX, essa estação hoje fornece 80% do abastecimento de água potável da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), atendendo quase 10 milhões de pessoas. Obras de ampliação foram realizadas nas décadas de 1970 e 1980. Em 1975, a ETA foi incorporada pela Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (Cedae), uma das maiores empresas de água do mundo, construída com investimentos públicos e atualmente privatizada.

Imagens 4 e 5 – Obras da Estação de Tratamento de Água (ETA) do rio Guandu, 1973



Fonte: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Coleção Chagas Freitas. Disponível em:
http://wpro.rio.rj.gov.br/arquivovirtual/web/fontes/exibirObjDigital.php?id_objetoDigital=34195 e http://wpro.rio.rj.gov.br/arquivovirtual/web/fontes/exibirObjDigital.php?id_objetoDigital=34191, acessos em: 15/5/2024.

A chegada da ferrovia ao distrito de Seropédica é ainda mais tardia do que foi em Itaguaí; apenas em 1973 ocorre a instalação de um ramal

ferroviário em Seropédica, ligando Japeri a Mangaratiba para a circulação de trens cargueiros, exclusivo para transporte de minério até a baía de Sepetiba (porto da Ilha Guaíba e porto de Itaguaí). O trecho pertencia à antiga Rede Ferroviária Federal S. A. (RFFSA), hoje privatizado e gerido pela MRS.

Da Esamv ao desenvolvimento da Universidade Rural do Brasil (URB)

A Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária (Esamv) foi criada em 1910 pelo Ministério de Agricultura, Indústria e Comércio (Maic) no governo de Nilo Peçanha, por meio de um decreto com 591 artigos, que, instituindo e estabelecendo as regras de funcionamento, definiu a contratação do quadro docente por meio de concurso público. A Esamv foi a primeira instituição desse tipo a ser criada no estado do Rio de Janeiro e sua importância naquele momento era crucial, já que o ensino agropecuário era visto como fator fundamental de desenvolvimento nacional.

O decreto definia que a Esamv se instalaria na Fazenda de Santa Cruz, propriedade federal, entretanto houve reticências, sobretudo pela distância da Capital Federal, fator considerado como um entrave tanto para o externato, como para docentes. Também viam com dificuldade o aproveitamento dos edifícios preexistentes (ditos em ruínas) e do solo, sem a variação necessária que uma fazenda experimental de agronomia exigiria, segundo Heitor Grillo. A partir de 1911, a Esamv foi instalada na rua General Canabarro, em São Cristóvão, no atual bairro Maracanã, sob a direção do agrônomo paranaense Gustavo d'Utra, defensor da instalação do ensino agrícola em grandes centros. D'Utra havia sido enviado aos EUA, Inglaterra, Alemanha, França, Itália e Bélgica para que tivesse contato com os modelos de ensino agronômico desses países.

Nesse período, o Palácio Duque de Saxe, o Paço Leopoldina, se tornou a sede da Esamv. Esse palácio pertenceu à princesa Leopoldina no século XIX, sendo demolido na década de 1930. Localizava-se próximo do Palácio Imperial de São Cristóvão. Já a fazenda experimental recebeu 180 hectares na estação de Deodoro, antiga Sapopemba, ocorrendo a inauguração da Escola Superior em 4 de julho de 1913.

Esse processo de “instalação privilegiada” (Otranto, 2005) do ensino agronômico num palacete da monarquia, próximo ao centro da capital, além da estação Deodoro, demonstra o público-alvo da instituição. Concretizando-se, assim, o caráter elitista, pela exiguidade de ensino público em níveis primários e pela restrição social das mulheres no ambiente das escolas superiores. Com essa escola superior pretendiam pensar e desenvolver o ensino agrícola e de medicina veterinária, mas sem a participação popular. Para os setores envolvidos no estabelecimento da Esamv a qualificação profissional e científica sobre a produção agropecuária não significava o acesso à educação agrícola, menos ainda construir outro modelo de apropriação do solo no Brasil. O surgimento da Esamv, portanto, figurou nos quadros da tecnocracia da Primeira República, com o objetivo de permitir às elites agrárias a maximização da produção no campo e a garantia de seu domínio sobre a propriedade rural no Brasil. A agricultura, ciência milenar de povos tradicionais e, diga-se, praticada sobretudo por mulheres indígenas ancestralmente, transformava-se em monopólio das elites rurais no Brasil.

Como promessa modernizadora para o ensino agrícola no país, a Esamv foi alvo de disputas e teve problemas para se consolidar, em constante itinerância. Em 1915, sofreu corte de verbas e foi temporariamente fechada, acredita-se que devido a conflitos entre o Ministério citado e as oligarquias paulistas, que tinham como referência

própria a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, em Piracicaba (SP). Essa disputa, inclusive, demonstra a presença de “frações agrárias” (Mendonça, 2013) no interior da chamada República Velha e o monopólio para a formação de quadros agrônomos no Brasil. Em 1916, a Esamv foi associada a escolas médias agrícolas da Bahia e de Pinheiral (RJ), suplantando-as, o que garantiu sua sobrevivência. Nesse movimento, entretanto, a Esamv foi considerada uma escola “interiorana” pelas oligarquias e teve reduzido o número de matrículas (Otranto, 2005). Em 1918, outra transferência ocorreria, desta vez para o Horto Botânico do Rio de Janeiro, em Niterói, sendo ampliada com a criação do curso de Química Industrial Agrícola, em 1925. Mais uma vez, porém, nova transferência aconteceria, em 1927, desta vez para a avenida Pasteur, na praia Vermelha, no bairro da Urca, na antiga sede do Ministério da Agricultura.

A consolidação da Esamv só viria a ocorrer de fato no governo Vargas. O desmembramento em Escolas Nacionais: ENA, ENV e ENQ, em 1934, enquanto a reforma educacional Francisco Campos definia como universidades aquelas instituições que tivessem ao menos três cursos dos seguintes: Direito, Medicina, Engenharia, Ciências e Letras. A subordinação da Esamv ao Ministério da Agricultura se deu em 1937. No mesmo ano, foi criada a Universidade do Brasil, que pretendia englobar todas as escolas nacionais, de diversos cursos existentes no Rio de Janeiro, a origem da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Porém, a ENA foi vinculada ao CNEPA – Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, órgão do Ministério da Agricultura, e a ENV era subordinada ao Ministério de Estado, em 1938 (Otranto, 2005).

Finalmente, em 1938, iniciaram-se as obras do campus da Universidade Rural no quilômetro 47 da estrada Rio-São Paulo (hoje BR-465), em terrenos que pertenceram à antiga Fazenda de Santa Cruz, no

distrito de Seropédica, no município de Itaguaí, durante a gestão do ministro da Agricultura Fernando Costa. Acredita-se que a instalação nesse território foi feita com ressalvas, devido ao quadro recente de malária e grilagem⁴⁷ de terras na região (Otranto, 2005).

Em 1943, o Ministério da Agricultura e o CNEPA conseguiram implantar a Universidade Rural, composta pela ENA e a ENV. A ENQ foi incorporada à Universidade do Brasil, a futura UFRJ. A Universidade Rural surgia com uma particularidade nada ocasional, era vinculada à pasta da Agricultura e não à da Educação e Saúde, revelando, assim, os interesses envolvidos, no caso as demandas do patronato rural, entre as quais garantir sua influência na profissionalização. Enfim, no governo de Eurico Gaspar Dutra, em 4 de julho de 1947, o campus da Universidade Rural era inaugurado, sendo entregues 10 edifícios e mais 7 ainda em construção, em estilo colonial. A Universidade Rural se apresentava como *locus* nacional, capaz de receber alunos do Brasil inteiro, após iniciado o regime de internato, com a construção dos alojamentos (Otranto, 2005). Nas fotografias a seguir podemos ver imagens das obras, num projeto arquitetônico de Ângelo Murgel. O campus da Rural em Seropédica é considerado o maior da América Latina e um dos mais bonitos do Brasil.

⁴⁷ A grilagem de terras constitui a apropriação de terras (privadas ou devolutas/públicas) por grupos privados, ato de guardar documentação falsa em gavetas com grilos, a fim de “envelhecer” os papéis; trata-se de falsificação de documentos. O fenômeno da grilagem e a ação dos “grileiros” têm longa duração na história do Brasil: “tem a ver com os esforços dos senhores e possuidores de terras em expandir suas propriedades *ad infinitum*” (Motta, 2005, p. 238).

Imagens 6, 7, 8, 9 e 10 – Visitação do presidente Getúlio Vargas às obras da ENA





Fonte: Escola Nacional de Agronomia, Arquivo Nacional, Banco de Dados Memórias Reveladas, 1951-1954. Disponível em: http://pesquisa.memoriasreveladas.gov.br/mrex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado_SIAN.asp?v_CodReferencia_id=1331151&v_abo=1, acessos em 15/5/2024.

A Rural guarda ainda obras de azulejaria da artista plástica e pintora portuguesa Maria Helena Vieira da Silva (1908-1992), intitulada *Kilomètre 47*. Ainda nos marcos do CNEPA, dirigido por Heitor Grillo, foi encomendado à Vieira da Silva azulejaria que foi instalada no restaurante estudantil à época. A artista viveu no Brasil como refugiada durante a Segunda Guerra Mundial, entre 1939 e 1947, devido à perseguição antisemita sofrida por seu marido, o pintor Árpád Szenes,

mas também pela militância antifascista e comunista de ambos. Szenes também produziu retratos para a universidade. Junto com o conjunto arquitetônico da atual UFRRJ, a obra *Kilomètre 47* foi tombada pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac) e pode ser classificada “como uma homenagem ao trabalho no campo, uma ode à simplicidade, um tributo à mulher, uma deferência às tradições lusitanas” (Herbst, 2021).

Imagen 11 – Azulejaria do antigo Restaurante Universitário, atualmente Sala de Estudos, localizada ao lado dos alojamentos



Fonte: Maria Helena Vieira da Silva, Detalhe de *Kilomètre 47*, de 1943. Portal UFRRJ.
Disponível em: <https://portal.ufrj.br/azulejos-historicos-do-campus-seropedica-sao-tema-de-artigo/>, acesso em: 15/5/2024.

No ano de 1950, o movimento estudantil da Rural se insurgiu contra o Ministério da Agricultura. O Diretório Acadêmico de Veterinária, por exemplo, organizou-se pela autonomia universitária, criticando a estrutura burocrática do CNEPA e a figura do diretor-geral. Os estudantes queriam a criação da Reitoria e do Conselho Universitário (Consu), como nas outras universidades brasileiras, na adoção do Estatuto da Universidade do Brasil. A desvinculação do CNEPA foi feita em 1960 e o nome da instituição mudaria para Universidade Rural do Brasil (URB), em 1963, considerando-se, mais uma vez, sua significância nacional. A remoção para o Ministério de Educação e Cultura (MEC) e a adoção do nome atual, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), só ocorreram em 1967. Todavia, nessa mesma época já havia propostas para a adoção de outros nomes, como “Universidade Federal da Baixada Fluminense” ou “Universidade Federal Rural de Itaguaí”.

O curso de Economia Doméstica, fundado em 1963, foi o primeiro curso com entrada total de mulheres na Rural, significando a questão de gênero implantada pelo próprio Ministério da Agricultura no ensino superior. Num Cinejornal da Agência Pública de 1969, disponível no acervo audiovisual do Arquivo Nacional, a Universidade Rural é mostrada como uma “das instituições básicas do ensino agronômico e pesquisa em todo o Brasil, e surpreende o fato de que as mulheres passam a se interessar pela terra e seu processo racional”,⁴⁸ referindo-se ao ingresso de mulheres no ambiente universitário, no curso de Economia Doméstica, em nível superior. Com a fundação do Colégio Técnico da Universidade Rural (CTUR), em 1973, o curso de Economia Doméstica também passa a ser oferecido em nível médio. Primeiro,

⁴⁸ Trecho de cinejornal produzido pela Agência Nacional sobre a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ. Cinejornal Informativo n. 138 (1969). Arquivo Nacional. Fundo Agência Nacional. BR_RJANRIO_EH_0_FIL_CJI_362 Disponível em: <https://youtu.be/RmNzpPKo1IM>. Acesso em: 27/7/2024.

ressalta aos olhos um processo de exclusão social das ditas minorias sociais e maiorias populacionais, depois de segregação das mulheres na Universidade Rural, do contexto da sua fundação até a ditadura militar, afinal às mulheres era exclusivo o curso de Economia Doméstica. As primeiras alunas, inclusive, viviam fora da universidade, numa residência em frente ao Social Clube, no bairro Ecologia, antes da possibilidade de alojamentos femininos; elas eram chamadas de “Padiobas”, nome da Fazenda em que exerciam atividades de ensino agrícola. O desenvolvimento do curso de Economia Doméstica até os dias de hoje aponta para um currículo interdisciplinar e de relevância social, entretanto é preciso analisarmos criticamente a sua origem e a que propósitos servia.

Entre as “crises de identidade”, transferências e controle das oligarquias rurais, a “Rural”, como é chamada pela comunidade acadêmica até hoje, estabeleceu-se em Seropédica, na periferia, na Baixada. O caráter elitista que marcou desde sua fundação não difere daquele presente nas universidades de todo o país, as quais eram destinadas a formar os quadros das famílias abastadas. As lutas sociais no interior da UFRRJ, ao longo de sua história, entretanto, criaram o sentido democrático da universidade pública. Estudantes, professores, técnicos administrativos e funcionários em sua movimentação política e acadêmica foram capazes de negar o significado original de sua fundação associado às elites agrárias, embora muito falte avançar, sobretudo no que tange ao livre acesso e à permanência. A construção de uma universidade socialmente referenciada, com ensino, pesquisa e extensão de excelência, é luta permanente que diferentes setores universitários não negligenciaram. Nesse sentido, as lutas são contínuas, para que a universidade pública se pinte de povo, tornando-se de fato um instrumento de intervenção e transformação social para

o conjunto da classe trabalhadora. Veremos alguns exemplos de lutas construídas nesse sentido na sequência.

Luta camponesa, reforma agrária radical e a ditadura militar

A fim de compreender os impactos da ditadura militar em Seropédica e na Rural, vamos utilizar as seguintes fontes: notícias de jornais, o livro *Torturas e torturados*, do jornalista Márcio Moreira Alves (1996), e documentos da repressão, que estão disponíveis no projeto Brasil Nunca Mais Digital.⁴⁹ A questão agrária será o fio condutor das reflexões a seguir, dada a compreensão de que a radicalização política das esquerdas na década de 1950 e o golpe militar de 1964 estão intrinsecamente ligados à luta pela reforma agrária. (Dezemone, 2016).

Após a Segunda Guerra Mundial, a luta camponesa pelo direito à terra no Brasil significou a incorporação das massas ao processo político, ou seja, o reconhecimento político do próprio campesinato (Medeiros, 2019). Várias organizações camponesas surgiram no século XX, destacando-se as Ligas Comunistas, as Ligas Camponesas (ambas com atuação no Nordeste), a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil – Ultab (1954) e a Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro – Falerj (1959). Inicialmente, em formato de associações civis, já que a legislação da Era Vargas criou as “associações rurais” com “representação paralela para patrões e empregados” (Medeiros, 2019), na prática coibindo a autonomia e a sindicalização dos trabalhadores rurais.

⁴⁹ A documentação dos órgãos da repressão foi elaborada possivelmente após a extração de informações por meio da tortura, dos próprios militantes políticos ou de pessoas relacionadas a eles. Portanto, a violência tem um papel central na produção dessas fontes. Aqui elas serão contextualizadas e comparadas a partir de uma abordagem crítica. As referidas fontes são: Inquéritos policial-militares (IPMs), Interrogatórios, Investigações, Termos de perguntas a indiciados e Termos de inquirição a testemunhas. Podemos considerar ainda que certas informações foram recolhidas a partir de “testemunhas voluntárias”, ou seja, indivíduos partidários do golpe militar.

Em meados do século, as expulsões e violências no campo radicalizaram posseiros e lavradores, desencadeando ocupações de terra no país inteiro. Os conflitos no campo chegam às vias de fato, os instrumentos de trabalho, foice e enxada, tornam-se armas em potencial no enfrentamento contra jagunços e a polícia. A organização dos camponeses no estado do Rio de Janeiro levou governos estaduais — Roberto da Silveira, Celso Peçanha e Badger da Silveira — a fazerem desapropriações. Já o governo federal criou a Superintendência da Reforma Agrária — Supra (1962) e o Estatuto do Trabalhador Rural (1963), regulamentando a sindicalização rural e estendendo certos direitos trabalhistas ao campo. Essas mudanças são frutos da luta organizada do movimento campesino. É justamente contra essa onda crescente que o golpe militar de 1964 se impõe (Medeiros, 2019; Alentejano et al., 2022).

Em Itaguaí e Seropédica, a questão fundiária é marcada pela violência, incluindo tanto ameaças e assassinatos no campo como perseguição e tortura contra estudantes e camponeses, revelando o objetivo comum das elites políticas (locais): a manutenção irrestrita da propriedade privada e a especulação com a terra. Como vimos, no período Vargas a região da Baixada Fluminense foi definida como um “cinturão verde” que abasteceria o Rio de Janeiro com sua produção agrícola. Por isso fizeram saneamento, drenagem de rios e obras de terraplanagem na região. A consequência desse processo foi a grilagem de terras públicas (devolutas) e a chamada onda loteadora, atravancando a função social e econômica da terra. À margem da propriedade estavam posseiros e lavradores, ameaçados de despejo (Grynszpan, 1987). Nesse sentido, enquanto crescia o processo de expropriação dos trabalhadores rurais, o campesinato recriou formas de luta (Alentejano et al., 2022).

No período que antecedeu ao golpe, foram registradas diversas ocupações de movimentos campesinos em Itaguaí e Seropédica; recorrendo a jornais, mapeamos (re)ocupações na Fazenda Santa Alice, Fazenda Arapucaia-Guaçu, Fazenda Caxias, Fazenda Laís, Fazenda do Moura Costa e Fazenda Floresta (Paracambi) (*O Globo*). Os conflitos no campo em Seropédica, entretanto, remontam à primeira metade do século XX, como é o caso da Santa Alice, o mais emblemático de luta prolongada pela terra no território.⁵⁰

O presidente João Goulart esteve em Itaguaí (Seropédica), junto ao governador do estado, Badger da Silveira, e o presidente da Supra, João Pinheiro Neto, em 15 de dezembro de 1963, para a “cerimônia de entrega simbólica de 2.500 títulos de propriedade de terras desapropriadas pela Supra” (*Diário de Notícias*, 16/12/1963), no Núcleo Colonial Piranema. Em discurso contundente, defendendo as reformas de base, a reforma agrária, a alfabetização e uma nova Constituição, Jango disse: “Aqui estamos, e não se iludam os camponeses, entregando terras que o Governo está comprando de acordo com a atual Constituição, que não mais serve às necessidades atuais do Brasil.” (*O Globo*, 16/12/1963) Nesse sentido, o evento com o presidente buscava fazer a disputa ideológica e pressionar pelo avanço das reformas em curso.

⁵⁰ O Núcleo Colonial Santa Alice foi criado em 1955 (Itaguaí e Piraí) em terras que pertenciam ao antigo Instituto Nacional de Imigração e Colonização (Inic), criado pelo governo Vargas para a colonização espanhola na região (Silva; Medeiros, 2008). Depois, fez parte do Plano de Ação Agrária, em 1958. Porém, em 1961 e 1962, continuavam os conflitos fundiários, porque os terrenos eram divididos em três glebas em litígio judicial, gerando instabilidade. Ocorreu reintegração de posse e despejos, mas a permanência dos conflitos acabou levando a desapropriações. No início de 1962, no episódio em que ocorria a retomada dos camponeses, a polícia metralhou um caminhão que transportava lavradores, 2 camponeses foram feridos e mais de 50 foram presos. A demora do poder público em efetivar as desapropriações favorecia a escalada da violência: “Santa Alice [...] foi declarada de interesse para fins de desapropriação por duas vezes: uma pelo Governo estadual e outra pelo federal.” (Grynszpan, 1987, p. 199) Em Nova Iguaçu, a ocupação de Pedra Lisa prestou solidariedade à Santa Alice. No início dos anos 1960, a liderança mais emblemática que atuou nesses dois processos de ocupação foi Bráulio Rodrigues, que foi militante do PCB e fundador da Falerj. O projeto de colonização da Santa Alice se mostra como referência também pela extensão de sua área: 7.572,00 ha.

A Supra, criada no governo Jango, em 1962, ainda sob regime parlamentarista, tinha “o objetivo de execução da reforma agrária no país” (Silva, 2005). Em 13 de março de 1964, no famoso Comício da Central do Brasil, Jango assinou o decreto da Supra, que desapropriava terras no entorno de açudes públicos, rodovias, ferrovias e terras beneficiadas por obras de saneamento. Os territórios da Baixada Fluminense se enquadravam nesse decreto, principalmente o distrito de Seropédica, e a assinatura de Jango funcionou como rastilho de pólvora na região.

Clichês e versões (Fico, 2004) da Ditadura Militar no Brasil buscam fazer relativizações e revisionismos para produzir negacionismo, mesmo à luz da abertura dos arquivos da Ditadura Militar e da Comissão Nacional da Verdade (CNV), em 2014, faltando avançar a pesquisa historiográfica. Um desses clichês é a opinião de que a violência de Estado só teria se iniciado após o AI-5, em 1968. Em abril de 1964, entretanto, nos primeiros dias da Ditadura Militar, dois estudantes da ENA foram presos no alojamento masculino da URB e levados possivelmente para dependências da Floresta Nacional Mário Xavier, local onde foram torturados e jogados na Estrada Rio-São Paulo, no quilômetro 47, em Seropédica. José Valentim Lorenzetti e Dorremi de Oliveira, militantes ligados ao Diretório Acadêmico de Agronomia, foram levados para o posto médico da Universidade Rural, mas na sequência ficaram detidos em Paracambi. Segundo o jornalista Márcio Moreira Alves:

Em abril de 1965 estive com Dorremi de Oliveira, por ocasião de uma conferência que fiz na Universidade Rural. É um rapaz de vinte anos, mulato, filho de família pobre. Contou-me os detalhes de seu sequestro. Estava, cerca de meia-noite, em seu quarto, tomando um copo de leite em companhia de um colega. Acabara de assistir a um filme sobre as guerras dos Estados Unidos com o México e conversavam sobre o assunto. De

repente, o guarda do alojamento apareceu em companhia de um rapaz alto e louro, que portava uma metralhadora. Logo em seguida, dois outros homens armados surgiram e, dando voz de prisão a Dorremi, explicaram que iam levá-lo a Paracambi para prestar depoimento perante um coronel, que já havia interrogado dezoito outros alunos da Universidade. Apesar do inusitado da hora, Dorremi não estranhou a prisão e pediu apenas licença para vestir uma calça, pois estava de calção. O louro tranquilizou-o:

— Pode vestir à vontade, garotão. E não tenha medo, que não vamos te fazer nada.

No pátio da Universidade encontrou-se com Lorenzetti, militante da Juventude Universitária Católica, que também fora detido. Embarcaram numa camioneta e, mal saídos dos terrenos da Universidade, tiveram os olhos vedados e foram obrigados a se deitar sobre os joelhos dos carcereiros, que lhes encostaram revólveres às têmporas.

A viagem durou alguns minutos. Dorremi desconfia que foi levado para a casa do diretor do Horto Florestal. Sempre vendados, começaram a sofrer o espancamento preliminar. Os carcereiros queriam saber onde estavam os planos da revolução que haviam recebido de Moscou e onde haviam escondido as metralhadoras. Lorenzetti foi levado para outra sala e Dorremi lembra-se apenas de seus gritos lancinantes. Presume que era dor dos choques elétricos que dava voz ao torturado. Com ele, limitaram-se a fazer roleta russa e a esmurrar seu estômago.

Cerca de oito ou nove horas da manhã seguinte, depois de um melancólico episódio de masturbação vivido com um dos carcereiros que era pederasta, Dorremi teve de assinar um papel em branco, onde seria escrita sua “confissão”. Relutou por duas vezes em fazê-lo, mas foi rapidamente convencido por murros e golpes de telefone. Em seguida, foram os dois abandonados na estrada (Alves, 1996, p. 35 e 36).

A maior parte dos clichês disseminados sobre a ditadura militar no Brasil tem função de atenuar ou mitigar o papel dos militares no uso de diferentes formas de violência: perseguição política, repressão, tortura, execução, chacina e desaparecimento. No limite, o objetivo é desresponsabilizar o alto escalão militar pelos crimes cometidos. O projeto repressivo baseado numa operação limpeza violenta estava presente desde os primeiros momentos do golpe e teve longa duração. A perseguição aos apoiadores de Jango, àqueles que defendiam as

reformas de base, sobretudo a reforma agrária, e o anticomunismo direcionaram as ações de setores militares e policiais naquela quadra histórica. Caso analisemos os ocorridos na URB, em abril de 1964, veremos mais uma evidência que desmistifica a ideia de que a violência de Estado só passou a ocorrer após 1968, após a Passeata dos Cem Mil, o Congresso da UNE em Ibiúna e o AI-5.

Os acontecimentos que se desenrolaram na URB, em Seropédica e Itaguaí nos idos de 1964, apontam para a “Operação Expurgo” e para a chamada “Doutrina de Contrainsurgência” (Napolitano, 2014), quando as forças sociais que apoiavam as reformas de base foram não apenas desmobilizadas, mas perseguidas e torturadas, para o caso emblemático da URB. A Universidade Rural do Brasil foi um dos primeiros alvos após o golpe militar pela sua inserção no campo e pelo seu potencial no debate agrário brasileiro.

Os Inquéritos Policial-Militares (IPMs) mostram que o radar da ditadura estava atento a qualquer movimentação em favor da reforma agrária dentro da Universidade desde 1963. Nos IPMs mencionam-se eventos acadêmicos e políticos organizados pelo movimento estudantil, que ocorreram na universidade e que, para eles, eram indícios da “desmoralização” da URB. São citados nos inquéritos a I Convenção Latino-Americana de Estudantes de Agronomia, a Semana de Sindicalização Rural e o I Seminário de Alfabetização e Cultura Popular da URB. Além dos eventos, convidados, palestrantes e oradores aparecem nos inquéritos como agentes da subversão, como o padre Alípio de Freitas,⁵¹

⁵¹ Alípio de Freitas (1929-2017) nasceu em Portugal, ordenou-se padre, mas deixou o sacerdócio. No Brasil, foi cofundador das Ligas Camponesas; na ilegalidade durante a ditadura militar; integrou a luta armada, sendo preso em 1969 e anistiado em 1979. Estava na solenidade promovida por Jango em Itaguaí, em 1963.

Roland Corbisier,⁵² Eloy Dutra,⁵³ Sérgio Murilo Santa Cruz⁵⁴ e Roberto Saturnino Braga.⁵⁵ A crítica dos militares a esses eventos era de que promoviam a “doutrinação camponesa” e “criptocomunista”. Os inquéritos mencionam ainda “semanas dedicadas a países da Cortina de Ferro”. A documentação da repressão revela que a ditadura agiu “preventivamente”, contra uma possível “conjugação campônio-estudantil”, “pois nada mais propício do que a URB para difusão e propaganda vermelha pelo interior do País”. Nos inquéritos, os militares citam ainda uma pichação que foi feita na estátua do ministro Fernando Costa, localizada em frente aos portões principais da Rural, em que se lia: “Reforma Agrária Radical” (IPM-URB).

A pichação fazia referência ao I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, conhecido como Congresso Camponês de Belo Horizonte, ocorrido em 1961, quando as Ligas Camponesas e a Ultab disputaram a linha política na organização dos camponeses. O Rio de Janeiro deu exemplo organizativo enviando 300 delegados ao encontro. A declaração final desse congresso histórico dizia o seguinte:

[...] decisão inabalável de lutar por uma reforma agrária radical. Uma tal reforma nada tem a ver com as medidas paliativas propostas pelas forças retrógradas da Nação, cujo objetivo é adiar por mais algum tempo a liquidação da propriedade latifundiária. A bandeira da reforma agrária radical é a única bandeira capaz de unir e organizar as forças nacionais que

⁵² Roland Corbisier (1914-2005), advogado e filósofo, foi fundador do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) e deputado federal pelo PTB da Guanabara; teve seu mandato cassado pelo AI-1, em 1964.

⁵³ Eloy Dutra (1916-1990), advogado e jornalista, atuou nos jornais *Última Hora*, *Diário de Notícias* e *Gazeta de Notícias*, foi deputado federal pelo PTB e vice-governador da Guanabara; exilado no Uruguai, teve seu mandato cassado pelo AI-1, em 1964.

⁵⁴ Sérgio Murilo Santa Cruz (1931-2010), advogado, foi assessor jurídico do governo de Miguel Arraes em Pernambuco e chefe de gabinete do Ministro da Agricultura, Renato Costa Lima, entre 1963 e 1964. Foi deputado federal pelo MDB de Pernambuco nos anos 1970.

⁵⁵ Roberto Saturnino Braga (1931-), engenheiro, aluno da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), foi deputado federal, senador e prefeito do Rio de Janeiro, com passagem pelos PSB, MDB, PDT e PT, entre 1960 e 2010.

desejam o bem-estar e a felicidade das massas trabalhadoras rurais e o progresso do Brasil (apud Dezemone, 2016, p. 130).

No congresso, inclusive, o líder das Ligas Camponesas, Francisco Julião, teria proferido a frase temida pelo latifúndio: “Reforma Agrária na lei ou na marra, com flores ou com sangue” (apud Dezemone, 2016, p. 140). Já a palavra de ordem “Reforma Agrária Radical” era uma crítica à esquerda à política implementada por Jango e pela Supra, que trabalhavam com a compra das terras improdutivas pelo Estado para fins de reforma agrária e colonização, quando os movimentos campesinos denunciavam inúmeros casos de grilagem de terras.

Fizemos um levantamento dos militantes citados no IPM-URB para mapearmos as organizações às quais pertenciam e o tipo de militância que desenvolviam. A documentação menciona 31 pessoas indiciadas, 5 “revés” (réus) e 43 “testemunhas”. A “caça às bruxas” no imediato ao golpe perpetrhou-se contra a reitoria, professores, estudantes e funcionários da Rural, independentemente da posição política assumida pelos militantes, fossem nacionalistas, sociais-democratas ou comunistas. Os grupos considerados subversivos pelos IPMs durante a ditadura militar em Seropédica eram: estudantes de agronomia, de veterinária, de nível médio, professores da Rural e do Ginásio Fernando Costa, uma funcionária da biblioteca da Rural, um auxiliar de mecanização da Rural, um aposentado da Caixa, camponeses, posseiros, mais tarde funcionários do Ibra (órgão que deu origem ao Incra) e o próprio reitor da Rural: Ydésrio Luís Vianna. O reitor Ydésrio foi punido com a exoneração pelas designações do AI-1, sendo afastado no mesmo documento que exonerou Darcy Ribeiro como antropólogo do Ministério da Agricultura. A perseguição ao reitor foi feita em dois sentidos: primeiro, consideravam-no partidário do governo Jango, acusando-o de disponibilizar transporte oficial para o Comício da Central do Brasil.

Segundo, instauraram uma comissão para averiguar desvios de verbas na URB. As acusações de corrupção serviram como um agravante da conduta do reitor, visto como conivente e participante da subversão.⁵⁶ Processo semelhante foi aberto contra o próprio prefeito de Itaguaí, Sebastião Conceição (PST), que sofreu impeachment pela Câmara Municipal de Itaguaí, em 9 de junho de 1964.⁵⁷

Os acontecimentos em Seropédica (Itaguaí) nos momentos iniciais do golpe são narrados pela documentação da repressão. Lygia Maria Moutinho, funcionária da biblioteca da Rural e professora de geografia do Colégio Fernando Costa, é acusada de estender a bandeira da URSS nos alojamentos e em sua própria residência, em 1º de abril de 1964. Na sequência, a Lygia e outros militantes embarcaram num veículo oficial da URB rumo ao centro de Itaguaí, fazendo uso de alto-falantes contra a quartelada (IPM-URB).

Essas ações políticas dos militantes de Seropédica (Itaguaí) não surgem como um raio em céu azul; as fontes policial-militares revelam que na região havia uma “célula” do “Grupo dos Onze Companheiros”, o “G11”. Em 1963, Leonel de Moura Brizola deu início a um movimento organizado a fim de massificar a luta pelas reformas de base, propôs a criação de núcleos locais que contariam com 11 membros, como no futebol, o Grupo dos 11 ou os Comandos Nacionalistas. Pela Rádio Mayrink Veiga, no programa Rede do Esclarecimento, Brizola anunciava o G11, conclamando o povo a se organizar na luta anti-

⁵⁶ As acusações de corrupção contra o reitor Ydésio Vianna aparecem numa “auditoria” com dados desde 1962; são várias as acusações: aumentar o próprio vencimento, nepotismo, superfaturamento em contratos com empresas de hortifrutigranjeiros, concessão de refeições do Restaurante Universitário ilegalmente, fraude milionária nas contas da universidade, fraude no enquadramento de funcionários etc. A acusação pelo inquérito policial-militar tem nítido caráter persecutório político, não podendo ser considerada dentro dos moldes de processo administrativo e penal, com anexação de provas e amplo direito à defesa.

⁵⁷ Para mais informações, ver o capítulo sobre Itaguaí.

imperialista, por meio de agitação e propaganda em favor das reformas da base. Os setores conservadores das forças armadas, entretanto, classificaram esse movimento como altamente perigoso, alardeando que seria um exército revolucionário que estava se armando. A pesquisa historiográfica sobre o G11, todavia, revela que eram forças políticas locais nacionalistas, trabalhistas e democráticas. Segundo o Dops da Guanabara, no estado do Rio de Janeiro havia 185 células do G11 (Tavares, 2013).

Identificamos na documentação da repressão três militantes do G11 de Seropédica (Itaguaí): José Teixeira, o Teixeirinha, que é mencionado pelos militares como “comandante” do grupo; Waldemar Gertner, que era estudante secundarista e funcionário do Departamento Nacional de Endemias Rurais (DNERu); e Lygia Maria Moutinho que também fazia parte do comando. O G11 atuava por meio da Frente de Mobilização Popular (FMP), que, como frente de massas, podia envolver militantes de várias organizações e partidos, além de militantes independentes. Pelas informações policial-militares, a FMP realizava encontros públicos na residência de Manoel de Almeida Goulart, morador do quilômetro 49. Segundo a repressão, nas reuniões da FMP, o grupo defendia “campanhas de caráter subversivo”, como a reforma agrária, a reforma universitária e a alfabetização de jovens e adultos na região.

As reuniões da FMP agregavam, portanto, outros militantes locais, principalmente alunos de agronomia da URB, militantes do PCB e um do PCdoB: José Leônicio Drumond, que era agrônomo e professor de matemática do Colégio Fernando Costa, colega de Lygia, portanto. São mencionados como “agitadores” em 1º de abril, por meio de alto-falantes: Teixeirinha, Gertner, Lygia, Sebastião Rodrigues Paixão

(estudante de agronomia da URB e militante do PCB) e Benedito Gomes de Abreu (auxiliar de mecanização da URB).

Utilizando o jornal *O Globo* como fonte, no início de 1964, Teixeirinha do G11 é mencionado como apoiador das ocupações de terra citadas anteriormente em Seropédica. Além dele, o jornal cita supostas lideranças dessas “tentativas frustradas” de ocupação: (1) Aníbal Magalhães Mendes, classificado pelos jornais como um “falso padre” e dirigente do “sindicato de lavradores organizado no km 49” (*O Globo*, 1/2/1964); (2) padre Antônio Carvalho, anticomunista, trabalhou no Plano de Ação Agrária do governo Jango e coordenador dos Círculos Operários Cristãos do Rio de Janeiro (Medeiros, 2018); (3) Francisco Lopes Machado, um pastor protestante; e (4) José Molina, preso em 1962 no contexto de reocupação da Fazenda Santa Alice. Segundo o jornal, estudantes da ENA se reuniam com lavradores no “Cineminha” (*O Globo*, 27/1/1964). A atuação das autoridades nesse contexto é discutível: “O subdelegado Thiers organizou um grupo de voluntários, na maioria fazendeiros, todos armados e por ele próprio comandados, para fazer frente às ameaças de invasões” (*O Globo*, 1/2/1964). O papel do jornal *O Globo* em meio aos conflitos também é bastante discutível, na detração das figuras populares como “aproveitadores” e na defesa irrestrita dos supostos proprietários, dada a possibilidade da “grilagem” de terras.

Imagen 12 – Fragmento de *O Globo*, em 8/4/1964

A Escola Nacional de Agronomia Era Centro de Bolchevização

A ESCOLA Nacional de Agronomia, no quilômetro 47 da Rodovia Presidente Dutra, era o maior centro comunista da região de Itaguaí, chefiado por professores e médicos da escola, que distribuíam armas e farto material subversivo para os lavradores locais, declarou a *O GLOBO* o Sr. Júlio Ferreira da Silva, Procurador-Geral da Comarca de Itaguaí.

Disse ainda que foi apreendida, na ENA, uma lista contendo os nomes das autoridades locais que se opunham à bolchevização dos lavradores e que estavam marcadas para morrer, quando o regime comunista fosse implantado no Brasil. Além do nome do Procurador da Comarca, constava da lista o nome das seguintes autoridades: Jorge de Abreu, Tabelião do Cartório do 2.º Distrito; Sebastião Conceição, Prefeito Municipal; Iussif Salim, Juiz de Direito, e Panfilo Freire, Promotor Público.

Tranqüilidade

Informou o Sr. Júlio Ferreira da Silva que a situação entre os lavradores é de perfeita calma e tranqüilidade, além de inteira confiança na atuação dos autênticos democratas na defesa

da sua interesses. Acentuou que esteve reunido, ontem, com todos os lavradores da região, que se mostram prontos a certificar fileiras em torno dos ideais democráticos, círculos de que estavam sendo vítimas e, ao mesmo tempo servindo de instrumento de uma demagogia desenfreada que tentava, no campo, levar o Brasil para a guerra civil.

O Procurador-Geral de Itaguaí apontou, ainda, o médico Nilton Cavalcânti, da ENA como acumpliciado com a campanha subversiva, que, durante longo tempo, agitou a região e que, agora, após a vitória dos democratas, passou a denunciar os seus antigos companheiros de ideologia e subversão.

Fonte: A ESCOLA Nacional de Agronomia era centro de bolchevização. *O Globo*, Rio de Janeiro, 8 abril 1964, p. 11. Acervo Digital O Globo, acesso em: 15/5/2024.

Imagen 13 – Fragmento de *O Globo*, em 9/4/1964

"Recolhidos Armas em Itaguaí e Material Subversivo na ENA"

A PROPOSITO de notícia publicada em *O GLOBO*, dia 6, sob o título acima, o reitor da Universidade Rural do Brasil, Sr. Idézio Luís Viana, prestou a este jornal, em carta, os seguintes esclarecimentos:

"Na rigorosa e minuciosa visita procedida por oficiais do Exército, com a presença sempre do reitor da URB, na Escola Nacional de Agronomia, não foi encontrada uma só arma de fogo. Não houve até agora nenhuma greve parcial nem geral, na URB, desde 12-11-1962, e nos dias 1, 2, 3 e 4 os alunos compareceram, regularmente, às aulas, mantendo-se no mais alto padrão de disciplina. Quanto à pretensa implicação do reitor, a investigação esclarecerá oportunamente. Estão abertas todas as portas da Universidade para a mais ampla devassa. A Reitoria tem criado todas as facilidades e colaborado no sentido do esclarecimento completo, nada ocultando nem obstaculizando, de forma alguma, a ação do Exército."

Fonte. "RECOLHIDOS armas em Itaguaí e material subversivo na ENA". *O Globo*, Rio de Janeiro, 9 abril 1964, p. 9. Acervo Digital *O Globo*, acesso em: 15/5/2024.)

Embora as notícias de jornais alardeassem que estudantes da URB e camponeses em Seropédica começavam a ser armados, tais evidências não apareceram nos inquéritos policial-militares, funcionando mais como um espantalho plantado pelos jornais da grande mídia que justificaria a quartelada junto à opinião pública.⁵⁸ O próprio reitor

⁵⁸ DESCOBERTO o plano de Brizola para provocar revolta no país. *O Estado de São Paulo*, 19 junho 1964; EXÉRCITO revela plano de guerrilhas no RJ. *Correio da Manhã*, 24 julho 1964; *O Globo* e *O Dia*, em 5/4/1964, citados por Otanto (2010, p. 41).

Ydérssio veio a público em *O Globo*, dias depois, exigindo direito de resposta, desmentindo a existência de grupos armados no interior da URB. Já nos inquéritos, afirmam ter encontrado na casa de Manoel de Almeida Goulart “documentos de propaganda subversiva e munições” (IPM-URB). Entretanto, segundo a relatoria dos próprios inquéritos policial-militares, em uma das reuniões da FMP na residência de Manoel Goulart, após o golpe, o anfitrião pedia calma aos presentes, na confiança de que o governo Jango dominaria a situação. As reuniões organizadas pelo G11 eram vigiadas de perto, com a presença de agente policial-militar infiltrado, portanto, já que os relatórios apresentam detalhes das reuniões.

Os jornais mencionam 18, 20, 30 estudantes da URB enviados para o Batalhão de Munições de Paracambi pela Divisão de Ordem Política e Social da Polícia da Guanabara (Dops-GB) nos primeiros dias da ditadura. Foi possível mapear o nome de 22 estudantes da URB perseguidos nos inquéritos policial-militares, entretanto pela própria característica da documentação é difícil afirmar detalhes, quais foram presos e em que condições. Seria necessária uma pesquisa documental mais aprofundada, que permitisse o cruzamento de informações, além de entrevistas. Dos 22 que nos deparamos apenas Antônio Constantino de Campos, ex-estudante de agronomia, concedeu entrevista nos últimos anos, relatando abusos durante a sua prisão (Orranto, 2010). À exceção de Lorenzetti e Dorremi, casos de tortura imediatamente denunciados, em 1964, a história da maioria dos atores sociais atingidos pela repressão no imediato da ditadura militar na URB permanece na obscuridade.

A historiografia acredita que após o AI-5, em 1968, com a suspensão do *habeas corpus* para crimes políticos e conexos, houve inflexão das lutas estudantis, operárias e campesinas na legalidade e o início das lutas na clandestinidade. No caso das lutas camponesas, esse

esgotamento da via pública se dá pelas perseguições, prisões, assassinatos e desaparecimentos forçados. O clandestino Partido Comunista Brasileiro (PCB), mesmo na ilegalidade desde 1947, atuou no movimento campesino: com auxílio financeiro quando seus militantes dirigiam algum sindicato, nas manifestações, ocupações, desapropriações, denúncias em jornais e judicializações. Nesse ínterim, algumas lideranças camponesas do PCB se tornaram referência fundamental na resistência e luta pela terra na Baixada, como: Lyndolpho Silva, José Pureza, Bráulio Rodrigues e Alvino Alves do Santos, o “Diamante Negro” ou “Didi”. No território de Seropédica, em Santa Alice, registramos a atuação direta de Bráulio e Didi. Bráulio Rodrigues foi preso dezenas de vezes ao longo de sua vida, dirigiu principalmente a ocupação pioneira de Pedra Lisa (Japeri), fundou a Falerj e organizou manifestação da entidade em Itaguaí, inclusive. O genro de Didi desapareceu numa manifestação nas primeiras semanas da ditadura e nunca mais apareceu, tendo sua filha procurado pelo marido a vida toda (Arquivo Nacional, acervo Memórias Reveladas. BR DFANBSB AT0.0.0.0353.d0001de0001).

Com o golpe de 1º de abril de 1964, Bráulio relata em suas memórias que o movimento campesino na Baixada Fluminense começava a se organizar para resistir com um “contragolpe” em apoio a Jango, mas, com a saída do presidente para o exílio, desmobilizaram-se em algumas horas rapidamente. Bráulio foge sozinho subindo uma serra em Japeri, chegando a dormir numa caverna por dias. Viveu fugindo de um lado para outro, mas acabou sendo preso e torturado (Silva; Medeiros, 2008).

Bráulio Rodrigues menciona que as desapropriações pela Supra foram revogadas, retornando aos antigos proprietários ou grileiros que exigiam a reintegração: “Com o golpe de [19]64, a desapropriação se tornou sem efeito e aí, já viu, né?” (Silva; Medeiros, 2008, p. 31). Dado

que os conflitos no campo não arrefeceram, apesar da repressão, a ditadura militar elaborou sua própria legislação agrária, visando à desmobilização de posseiros e camponeses na luta aguerrida pela reforma agrária. Instaurou-se o Estatuto da Terra (1964), criaram o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra (1969), a Previdência Social Rural (1971) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa (1972). O caráter de judicialização das questões fundiárias remonta aos governos Vargas, mas ficou mais incisivo no Estatuto da Terra (Dezemone, 2016; Medeiros, 2019). Em resumo, os militares consolidaram o interesse de setores tecnocratas que desejavam a modernização e a intensificação da produtividade no campo (mecanização, incentivos fiscais e formação de quadros técnicos e científicos), isto é, mais a “política agrícola” do que a reforma agrária, do latifúndio à empresa rural (Magalhães, 2015; 2021).

Nesse contexto se estabelece ainda a chamada Lei do Boi (1968), com o objetivo de reservar vagas para candidatos que “comprovassem relação com atividade agrícola” (trabalho, moradia, posse ou propriedade de imóveis rurais) nos cursos técnicos de agropecuária e nas universidades nos cursos de agronomia e medicina veterinária. Na UFRRJ essa política foi analisada através de pesquisa historiográfica, e pouco surpreende a constatação do ingresso de setores abastados da burguesia rural e não de camponeses na instituição (Magalhães, 2015; 2021).

A questão fundiária permaneceu latente em Itaguaí (Seropédica) durante a ditadura militar; em 1972 o Incra instalou na região o Projeto de Colonização Integrada (PIC) Grande Rio, que atendeu 136 famílias numa área de 395 ha. (Alentejano et al., 2022). No entanto, os conflitos retornariam no governo de E. G. Médici (1969-1974), que autorizou o Incra a apresentar um plano regional de reforma agrária para a região

da Costa Verde, vista pelo governo como “zona prioritária de interesse turístico”. Mais uma vez, a especulação imobiliária, a grilagem de terras e as tentativas de expulsão da população rural transformaram o campo num abatedouro a céu aberto, com o assassinato de camponeses. Durante a década de 1970, Itaguaí contabilizou 56 conflitos agrários dos 133 ocorridos no estado do Rio de Janeiro (Gregório, 2021).

É nesse cenário que a Diocese de Itaguaí (Paraty, Angra dos Reis, Mangaratiba, Itaguaí e Seropédica) é criada em 1980 e se dispõe a mediar politicamente os conflitos agrários na região. O bispado de d. Vital Wilderinck foi estabelecido com apoio dos bispos considerados progressistas e ligados à Teologia da Libertação: d. Waldir Calheiros (diocese de Volta Redonda) e d. Adriano Hipólito (diocese de Nova Iguaçu). A população rural, o sindicato rural, as pastorais sociais, as dioceses e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), num avanço organizativo, garantiram o direito à permanência para centenas de camponeses, pescadores, remanescentes quilombolas e indígenas na região da Costa Verde (Gregório, 2021).

A Lei de Anistia (1979), a volta dos exilados e a abertura política nos anos 1980 permitiram o retorno dos movimentos sociais à ativa, inclusive o movimento campesino, dessa vez com apoio significativo de setores progressistas da Igreja Católica, principalmente a CPT, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e posteriormente com a atuação de grupos pentecostais e neopentecostais, já no período de consolidação. Novas ocupações e finalmente assentamentos rurais (projetos de assentamento ou PAs para o Incra) foram realizados em Seropédica: Assentamento Moura Costa (1989), Assentamento Filhos do Sol (1992), Assentamento Sol da Manhã (1992), Assentamento Mutirão Eldorado, Casas Altas (1993) e o Assentamento União, Terra e Trabalho (2014), já no século XXI. A

exemplaridade de Seropédica, a existência de novas ocupações, acampamentos e assentamentos no período da redemocratização, mostra que a questão fundiária é uma ferida aberta no território, inclusive hoje com o processo de urbanização e industrialização dessas áreas rurais.

Cada assentamento pode ser analisado nas suas particularidades, o que não é o caso aqui; cabe reter que esses PAs foram criados na perspectiva da agricultura familiar e da agroecologia, com intuito de abastecer os comércios e feiras locais e regionais, inclusive a Central de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro (Ceasa). Entretanto, foram observados nessas experiências de assentamentos desde ausência de infraestrutura a problemas na produção e comercialização, pela ausência de incentivos e descaso público. Em decorrência desses fatores, foi registrada a dificuldade de permanência e continuidade dos jovens no campo (Castro, 2005). Além disso, os assentamentos podem ser caracterizados como: “área rural de um território marcado por uma contraditória expansão urbana” (Damasceno, 2004, p. 5), visto que os assentados eram obrigados a complementar suas atividades no trabalho informal.

O fim da ditadura militar, entretanto, não significou a abolição de seus métodos, sobretudo na Baixada Fluminense; precedentes foram abertos após décadas de violência no campo, a reedição “do recurso à violência como forma de fazer política” (Alves, 2020, p. 164). O assassinato de José Teixeira, membro do G11 em 1964, assassinado em 1987, é um exemplo dessa continuidade:

Imagen 14 – Fragmento de O Globo, em 15/4/1987

Líder comunitário de 71 anos é assassinado a tiro em Seropédica

O líder comunitário José Teixeira, de 71 anos, conhecido como Vereador e Teixeirinha, foi assassinado na madrugada do entem com um tiro no olho, em sua casa, no Distrito de Seropédica, Município de Itaguaí. A 48ª Delegacia Policial (Seropédica) e a Delegacia de Defesa da Vida, que apuram o assassinato, têm duas hipóteses para as investigações. Teixeirinha teria sido vítima de grileiros de terras, por

participar do movimento dos sem-terra e lutar pela reforma agrária, ou de ladrões que, após assaltá-lo, não queriam ser denunciados.

Dirigente do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) em Seropédica, Teixeirinha era muito amigo do Presidente nacional do partido, Paiva Muniz. Por suas ligações políticas e por estar sempre ajudando as comunidades pobres, ganhou

o apelido de **Vereador**, mas nunca exerceu cargo eleitivo.

Teixeirinha morava sozinho numa casa afastada do centro de Seropédica, na Rua Vereador Jairo Azevedo. Na noite de sábado sua casa foi arrombada por assaltantes, que levaram aparelhos eletrodomésticos e outros objetos. Suas ligações com os moradores teriam facilitado a descoberta dos nomes dos assaltantes e

ele teria ameaçado denunciá-los na 48ª DP, caso não devolvessem os objetos roubados, segundo testemunhas. Para evitar a prisão, os assaltantes teriam decidido matá-lo.

A outra suspeita é a de que grileiros e grandes donos de terras contrataram o assassinato de Teixeirinha por sua insistência na organização do movimento dos sem-terra e sua luta em Itaguaí.

Fonte. LÍDER comunitário de 71 anos é assassinado a tiro em Seropédica. *O Globo*, Rio de Janeiro, 15 abril 1987, p. 15. Acervo Digital *O Globo*, acesso em: 15/5/2024.

A doutrina de contrainsurgência francesa que surgiu nos marcos das lutas de independência da Argélia e Indochina enfrentava o inimigo guerrilheiro a ser combatido por meio de métodos policiais, vigilância, interrogatórios e torturas, com o objetivo de não apenas anular a oposição, mas impedir que ela se desenvolvesse, efetuando cerco às suas bases sociais e geográficas (Napolitano, 2014; Lippold, 2023). A liquidação do dissenso foi operada no nascedouro, no caso particular de Seropédica, o movimento estudantil e o movimento campesino, apresentando uma realidade micro-histórica profundamente marcada pela geopolítica da guerra fria. A história social do golpe militar em Seropédica revela não somente o nítido caráter de classe da ditadura militar que se instaurou em 1964 (Netto, 2014) e permaneceu por 21 anos, mas a vanguarda de posseiros, camponeses, estudantes, professores e trabalhadores na luta pela terra livre.

Emancipação de seropédica e história do tempo presente

Chegando aos anos 1980, através de entrevistas e jornais, é possível acessarmos o estado de calamidade pública do distrito de Seropédica,

devido ao crescimento urbano desordenado. Segundo a percepção dos moradores, Seropédica se encontrava em “verdadeiro estado de abandono” e “esquecimento das autoridades” (Menini, 2010). Pelo que a imprensa divulgava, “só existia uma única rua asfaltada, a antiga estrada Rio-São Paulo, que não estava sob administração do município e sim do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER)” (*O Globo*, 29/7/1990). Um cenário de “faroeste” (*O Globo*, 21/01/1990). Ademais, Seropédica equivalia a quase o dobro do território de Itaguaí e abrigava 50% da população da cidade.

O processo de emancipação de Seropédica remonta à década de 1980, quando comerciantes locais aventaram a possibilidade. No Livro de Atas do Comitê Pro-emancipação de Seropédica está registrado desde 1983:

[A história de Seropédica] é rica, independente e sempre foi dela própria, e por isso mesmo o destino nos impõe essa separação. Os municípios assim como os seres, crescem e se multiplicam. Itaguaí não fugiu à regra. De sua expansão inicial surgiu Paracambi e nesse novo surto de desenvolvimento surgirá o município de Seropédica. [...] O contínuo e rápido crescimento populacional dos bairros que compõem o segundo distrito (Seropédica) tem provocado problemas nos setores de infraestrutura (água e esgoto), ruas, iluminação, saúde, educação e segurança. A população inteira sente que só é possível solucionar esses problemas tão graves implantando a autoridade no local com poderes decisórios emanados da própria população. O povo de Seropédica deseja, quer e vai usar o seu direito de emancipar-se. Estão confiando na lei, juntos, unidos e fortes criaremos o tão sonhado município de Seropédica. Todo habitante é um guerreiro, lutador e como tal lutará pela sua história (apud Silva, 2023, p. 57).

As lideranças partidárias e de associação de moradores, entretanto, estavam divididas. Pouco a pouco uma disputa foi se configurando entre emancipacionistas e não emancipacionistas, também chamados de “prós” e “contras”. Para o entendimento dessa “bola dividida”, vejamos os argumentos dos agentes políticos. As fontes

para realizar essa comparação são os jornais, ou seja, a seleção dos entrevistados foi feita pelos jornais. Uma pesquisa que considere uma amostragem de moradores poderá apresentar outros resultados. A interpretação da emancipação de Seropédica, portanto, está atrelada a um universo particular: vereadores à época, presidentes de associação de moradores e figuras públicas implicadas ou interessadas.

Considerando os não emancipacionistas, os contras:

(1) “O caos e a inabilidade da Prefeitura de Itaguaí estão conduzindo o povo à emancipação. A população acha que o município será um paraíso, sem corrupção e desvio de verbas. No entanto, é possível que só a miséria seja repartida.” Ronaldo Pereira, então presidente da Federação Regional das Associações de Moradores de Itaguaí (Frami), em depoimento para *O Fluminense*, 25/11/1990;

(2) “O distrito vai virar favela. Se é que já não virou, pois não temos iluminação, urbanização nem água encanada.” (*O Globo*, 29/7/1990) “[Seropédica] é grande em extensão, mas a renda é muito pequena e não dá para sobreviver como Município.” (*O Globo*, Rio de Janeiro, 4/11/1990). Depoimentos de José Eloy Martins, então presidente do PT Itaguaí;

(3) “Não adianta separar Seropédica de Itaguaí se a filosofia política da região não mudar. [...] A revolta dos emancipacionistas se justifica pelo abandono de Seropédica, mas ele é reflexo de uma administração municipal falida.” Alcir Martinazzo, então vereador de Itaguaí pelo PDT, em depoimento a *O Globo*, 29/7/1990.

O pró ou emancipacionista:

(4) “Não tenho dúvidas de que o povo dirá Sim, pois só emancipando é que teremos condições de investir em infraestrutura.” (*O Fluminense*, 29/7/1990) “Todo filho, quando cresce, sente vontade de sair de casa e ter liberdade. Com Seropédica acontece o mesmo. Chegou a hora da emancipação. A comunidade carente não é atendida e muitas obras estão paradas.” (*O Globo*, 29/7/1990). Depoimentos de Zealdo, comerciante local e identificado como uma das principais lideranças do movimento de emancipação.

Zealdo foi entrevistado por *O Globo* algumas vezes e teve foto sua na maior parte das matérias. Em suas entrevistas aos jornais, comparava Seropédica ao “Brasil-Colônia”, afirmando que o distrito enviava suas riquezas para Itaguaí. Enquanto o prefeito de Itaguaí Abeilard Goulart⁵⁹ rebatia, afirmando que era preciso retirar divisas do distrito-sede para cobrir despesas de Seropédica (*O Globo*, 29/7/1990). As polêmicas aconteciam mediante a possibilidade de instalação de um polo petroquímico em Itaguaí, o que não veio a ocorrer. O Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) foi instalado em Itaboraí, em 2011. Aqueles que não concordavam com a emancipação argumentavam que Seropédica sairia no prejuízo após a instalação do Comperj (*O Globo*, 29/7/1990).

Os adeptos do “não” pertenciam a dois grupos distintos. (1) Grupos associados à esquerda, ligados ao PDT, PT e PCdoB na época, segundo os próprios jornais. Podemos ver pelos relatos que tomaram uma postura mais cautelosa; (2) A prefeitura de A. Goulart, secretários, cargos de confiança e contratados. Os contrários ligados à prefeitura fizeram uma campanha com adesivos em automóveis: “Quem ama não vota”, usando o boicote como forma de barrar a emancipação (Silva, 2023).

Zealdo representava a “Comissão Pró-Emancipação”, composta por 12 membros, a maioria comerciantes locais (*O Globo*, 29/7/1990). Em suas entrevistas, ele enfatizava o desgoverno do distrito e apelava para aspectos emocionais. Com recursos próprios, a comissão realizou três prévias eleitorais em Seropédica, nas três o “sim” obteve êxito; no km 49 obtiveram 94,6% dos votos. O movimento emancipacionista usava

⁵⁹ Cabe destacar que mais tarde (1991), o prefeito de Itaguaí, Abeilard Goulart, foi assassinado a tiros, após uma onda de assassinatos em Itaguaí e Seropédica (PREFEITO de Itaguaí é assassinado a tiros. *Jornal do Brasil*, 10 junho 1991, p. 5. Acervo Digital *Jornal do Brasil*, acesso em: 15/5/2024; ITAGUAÍ: Prefeito tomou lotes de adversários. *O Globo*, 11 junho 1991, p. 13. Acervo Digital *O Globo*, acesso em: 15/5/2024.

carro de som, percorrendo os bairros de Seropédica, promoveram reuniões com moradores nos bairros e distribuíram *A Folha de Seropédica*, folheto com tiragem de 30 mil exemplares, que se tornou um jornal em 1995 (Silva, 2023).

O plebiscito pela emancipação de Seropédica ocorreu no dia 25 de novembro de 1990 e foi acompanhado por outros territórios que também pleiteavam a emancipação: Barão de Inoã, Guapimirim, Quatis, Queimados e Varre-Sai. No dia do plebiscito, Seropédica não atingiu o quórum mínimo. Os plebiscitos foram marcados para o 2º turno da eleição para governador, entretanto Leonel Brizola foi eleito em 1º turno para o seu segundo mandato como governador, retirando a obrigatoriedade do comparecimento às urnas durante os plebiscitos. Embora os “prós” tenham utilizado carros e caminhonetes para transportar eleitores até o local de votação (*O Globo*, 26/11/1990), prática que constitui crime eleitoral, nesse primeiro plebiscito saiu vitoriosa a abstenção defendida pelos “contras” (Silva, 2023).

O movimento emancipacionista de Seropédica permaneceu organizado e o segundo plebiscito foi marcado para 13 de março de 1994. Nessa campanha, os emancipacionistas tiveram apoio de igrejas. Entretanto, o quórum não foi atingido novamente. O movimento pró-emancipação permaneceu impassível, pedindo a revisão e a redução do quórum, alegando que o TRE não havia dado baixa em 5.000 títulos de eleitores falecidos. Teve início uma força-tarefa para apresentarem atestados de óbito junto ao TRE. O recurso foi aceito, resultando na eliminação de 1.200 títulos de “eleitores fantasmas”, e o quórum do segundo plebiscito foi atingido, a emancipação ocorreu em 1995 e as primeiras eleições em 1997 (Silva, 2023).

A criação do município de Seropédica ocorreu junto a um movimento estadual de novas emancipações após o chamado “hiato”

emancipacionista estabelecido pela ditadura militar (Simões, 2011). A criação de novos municípios são fatos políticos permeados por vários interesses, visto que significa a aplicação de políticas públicas e o desenvolvimento socioeconômico de um território (Silva, 2023). Ao seu modo, o processo de emancipação de Seropédica contribuiu para o desenvolvimento da cultura política local e não garante por si só a superação das questões que levaram a ele, afinal a democracia não pode ser entendida em abstrato.

Para uma história política recente de Seropédica, podemos destacar a “politização pentecostal” formada por “comunidades de fé”, isto é, a ascensão de um movimento político-religioso, que foi favorecido em seu nascedouro pelo governo estadual de Anthony Garotinho. A “expressão política de fé” está mudando o histórico de secularização do Estado e enfrenta desafios para se distinguir de um “novo clientelismo” (Damasceno, 2004).

A infraestrutura do território de Seropédica foi alterada na primeira metade do século XX, como vimos, pela instalação de duas rodovias importantes, a antiga Rio-São Paulo (BR-465) e a Presidente Dutra (BR-116). Seropédica, entretanto, foi um dos territórios menos privilegiados para a instalação fabril na Baixada Fluminense no século XX, caracterizando-se como área de produção agropecuária e cidade-dormitório, sendo recente o desenvolvimento de seu “Parque Industrial”, transformando-se em área “periurbana”. Após a emancipação, esse quadro vem se modificando, principalmente nas proximidades da rodovia Presidente Dutra, onde estão instaladas atualmente em Seropédica: Usina Termelétrica Barbosa Lima Sobrinho (2001), Usina Termelétrica de Seropédica – Petrobrás (2005), Brasilit, P&G, Panco, Brasil Foods – BRF (Sadia e Perdigão), Kreminas, Cargill, fabricantes de embalagens descartáveis e condomínios logísticos,

destacando-se a indústria de processamento de alimentos, mas não apenas. Cabe salientar ainda que a instalação do polo industrial de Seropédica ocorre a partir das décadas de 2000 e 2010, na esteira da “revitalização” do porto de Itaguaí e da abertura do Arco Metropolitano. Outro elemento importante para a caracterização socioeconômica de Seropédica é o impacto do campus da UFRRJ no setor de serviços imobiliários e comércio da cidade.

A mineração de areia e a instalação do aterro sanitário (2010) constituem as duas principais ameaças ao aquífero Piranema, contribuinte da baía de Sepetiba e o terceiro maior do estado. A instalação do Centro de Tratamento de Resíduos (CTR-Rio) foi alvo de críticas e ações da sociedade civil desde o início, sobretudo porque sua abertura é fruto da demanda de lixo da cidade do Rio de Janeiro. Embora os aterros sanitários sejam menos prejudiciais que os lixões, o modelo que causa menos impactos ambientais é o das usinas de reciclagem energéticas. As principais complicações socioambientais geradas pela combinação dessas duas atividades, os areais e o aterro, são: declínio do lençol freático, subsidênci a do solo, contaminação das águas subterrâneas pelos gases tóxicos, riscos de contaminação do solo, prejuízos à saúde pública e a piora geral da qualidade de vida da população, devido à redefinição socioespacial pelo capital e a injustiça (racismo) ambiental (Cotta, 2017).

Bibliografia

- ALENTEJANO, Paulo Roberto; AMARO, Jurandir; SILVA, Lucas Gentil. Luta por terra e reforma agrária no Rio de Janeiro (1950-2018). *GEOgraphia*, Niterói, v. 24, n. 52, 2022.
- ALMEIDA, Soraya; OLIVEIRA, Simone. Origem, evolução e elementos construtivos da Estrada de Mangaratiba, primeira estrada de rodagem do Brasil. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, Nova Série, v. 30, 2022.

ALVEAL, Carmen; GUIMARÃES, Elione. Brecha Camponesa. In: MOTTA, Márcia. (org.). *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

ALVES, Jéssica S. *Dona dos cafezais: a ação social e econômica de uma fazendeira de café em Bananal de Itaguaí 1850-1867*. UFRRJ, Dissertação de Mestrado, 2019.

ALVES, Jéssica; BRITO, Vinícius Kleyton. Entre a cafeicultura e a indústria na década de 1850: a disputa por terras em Itaguaí nos debates da Assembleia Provincial do Rio de Janeiro. In: POPINIGIS, Fabiane et al. *Seropédica em foco: diálogos históricos e historiográficos*. Seropédica: EDUR, 2021.

ALVES, José Cláudio Souza. *Dos barões ao extermínio*. Rio de Janeiro: Consequência, 2022.

CASTRO, Elisa Guaraná de. *Entre ficar e sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural*. UFRJ/Museu Nacional, Tese de Doutorado, 2005.

COSTA, Edite M. Os donos da Fazenda de Santa Cruz: uma breve história fundiária. *Anais do XXIX Simpósio Nacional de História*, ANPUH, 2017.

COSTA, Edite M. *Do boi só não se aproveita o berro! O comércio das carnes verdes e a transformação socioeconômica da Imperial Fazenda de Santa Cruz com a construção do Matadouro Industrial (1870-1890)*. Dissertação de Mestrado, UFRRJ, 2017.

COSTA, Carlos Eduardo. Migrações negras no pós-abolição do sudeste cafeeiro (1888-1940). *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 30, 2015.

COTTA, Tatiana. Política Nacional de Resíduos Sólidos e um caso de injustiça ambiental como seu efeito socioespacial: a construção do aterro sanitário em Seropédica. *Anais do XVII Enanpur*, São Paulo, 2017.

DAMASCENO, Caetana M. Do dom ao voto: *éthos religioso, representação política e poder municipal*. *Anais do XXVIII Encontro da ANPOCS*, 2004.

DEZEMONE, Marcus. A questão agrária, o governo Goulart e o golpe de 1964 meio século depois. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 36, n. 71, 2016.

DIAS, Ondemar. O índio e o Recôncavo da Guanabara. *RIHGB*, ano 159, n. 400, 1998.

DIAS, Ondemar; NETO, Jandira. *A pré-história e a história da Baixada Fluminense: a ocupação humana da bacia do Guandu*. Belford Roxo: Editora IAB, 2017.

FERREIRA, Ana Cláudia. Fontes para conhecer a história dos indígenas em Itaguaí e Seropédica no Rio de Janeiro. In: RIBEIRO, Silene Orlando (org.). *Ensino de História: contribuições e reflexões na pesquisa histórica para os desafios da docência na educação básica*. Maringá: Uniedusul, 2022. [Livro eletrônico.]

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, 2004.

FRÓES, José Nazareth de Souza. *O Brasil na rota da seda: uma contribuição para a recuperação, o enriquecimento e a divulgação da memória de Seropédica, Itaguaí e do estado do Rio de Janeiro*. Seropédica: EdUR, 2000.

GREGÓRIO, Maria do Carmo. *A luta pela terra e a Diocese de Itaguaí no Sul Fluminense (1970-1990)*. UFF, Tese de doutorado, 2018.

GREGÓRIO, Maria do Carmo. Religião e Política, mediações, diálogos e memórias entre as décadas de 1970 e 1990 no litoral sul fluminense. *Anais 31º Simpósio Nacional de História*, Rio de Janeiro, 2021.

GRYNSZPAN, Mario. *Mobilização Camponesa e Competição Política no Estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*. Dissertação de Mestrado. Museu Nacional, UFRJ, 1987.

GUIMARÃES, Manoel L. S. Nação e civilização nos trópicos: O IHGB e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, 1988.

HERBST, Helio. Camadas de tempo e espaço no painel de azulejaria *Kilomètre 47*, de Maria Helena Vieira da Silva. *Revista ARA*, São Paulo, v. 11, n. 11, Grupo Museu/Patrimônio FAU-USP, 2021.

LINHARES, Maria Yeda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Terra Prometida: uma história da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LIPPOLD, Walter. A influência do colonialismo francês na Doutrina de Segurança Nacional. *Revista Wirapuru*, 7, año 4, p. 1-17, 2023.

- MAGALHÃES, Wallace. Estudo para quem tem terra? A Lei do Boi como forma de acesso ao curso de agronomia da UFRRJ (1968-1985). In: POPINIGIS, Fabiane et al. *Seropédica em foco: diálogos históricos e historiográficos*. Seropédica: EDUR, 2021.
- MAGALHÃES, Wallace. A “lei do boi” como estratégia da burguesia rural: o caso da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (1968-1985). UFRRJ, Dissertação de Mestrado, 2015.
- MEDEIROS, Leonilde S. Pesquisando a contrapelo: a memória dos conflitos e das formas de resistência dos trabalhadores no estado do Rio de Janeiro (1946-1988). In: HEREDIA, Beatriz; LOPES, Sérgio Leite (org.). *Trabalhadores urbanos, trabalhadores rurais: história e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2019.
- MEDEIROS, Leonilde S. Transformações nas áreas rurais, disputa por terra e conflitos sociais no estado do Rio de Janeiro (1946-1988). In: MEDEIROS, Leonilde S. (org.). *. Rio de Janeiro: Consequênciia, 2018.*
- MENDONÇA, Sonia Regina de. Políticas agrícolas e patronato agroindustrial no Brasil (1909-1945). *História Econômica & História de Empresas*, v. 16, n. 1, 2013.
- MENINI, Natally Chris da Rocha. Memória, história oral e simbologia: o projeto de emancipação e a construção da identidade citadina de Seropédica. *Anais do XIV Encontro Regional da ANPUH-Rio, Memória e Patrimônio*, Rio de Janeiro, UNIRIO, 2010.
- MOURA, Clóvis. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- MOTTA, Márcia M. Grilagem. In: MOTTA, Márcia (org.). *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- NASCIMENTO, Álvaro. Qual a condição social dos negros no Brasil depois do fim da escravidão? O pós-abolição no ensino de história. In: SALGUEIRO, Maria Aparecida Andrade (org.). *A República e a questão do negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005.
- NAPOLITANO, Marcos. 1964: história do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

NETTO, José Paulo. *Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)*. São Paulo: Cortez, 2014.

NOVAES, Adriano. Os caminhos antigos no território fluminense. In: *Projeto de inventário de bens culturais imóveis, desenvolvimento territorial dos caminhos singulares do estado do Rio de Janeiro, Caminhos do Ouro*. Rio de Janeiro: Sebrae: Unesco: Inepac, 2003.

OLIVEIRA, Rafael. O ouro e o café na região de Iguacu: da abertura de caminhos à implantação da Estrada de Ferro. *Revista Pilares da História*, ano III, n. 4, Duque de Caxias, 2004.

OLIVEIRA, Max. *Do café à policultura: fazendeiros, lavradores foreiros e as transformações na estrutura fundiária de São Francisco Xavier de Itaguaí (1850-1900)*. UFRRJ, Dissertação de Mestrado, 2015.

OLIVEIRA, Max Fabiano Rodrigues de. *Dos filhos de João e Teodora aos Filhos de Iguacu: família, trajetórias, futebol e associativismo negro na Baixada Fluminense (1854-1950)*. UFRRJ, Tese de Doutorado, 2021.

OTRANTO, Célia Regina. Do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio ao Ministério da Educação e Cultura: a trajetória histórica da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. *Educação*, Santa Maria, v. 30, n. 2, 2005.

OTRANTO, Célia Regina. Uma viagem no túnel do tempo: a ditadura militar vista de dentro da universidade. Seropédica: EdUR, 2010.

PEDROZA, Manoela. *Capítulos para uma história social da propriedade da terra na América portuguesa: O caso dos aforamentos na Fazenda de Santa Cruz (Capitania do Rio de Janeiro, 1600-1870)*. UFF, Tese de Doutorado, 2018.

PEDROZA, Manoela; SOBRAL, Henrique D. Algumas possibilidades de acumulação fora do mercado da elite imperial brasileira no século XIX (Fazenda Imperial de Santa Cruz, Rio de Janeiro, 1808-1840). In: X CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 2013, Juiz de Fora. Programação (versão PDF). Juiz de Fora: UFJF, 2013.

REIS, Isabel Cristina Ferreira do. Família escrava. In: SCHWARCZ, Lília; GOMES, Flávio. *Dicionário da escravidão e liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SILVA, Carlos Fried da. Superintendência de Reforma Agrária (SUPRA). In: MOTTA, Márcia (org.). *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SILVA, Grasielle Barbosa da. *Emancipações na década de 90 após a Constituição Federal de 1988: movimento emancipacionista de Seropédica, representações, lideranças, discursos e redes de conexões*. UFRRJ, Dissertação de Mestrado, 2023.

SILVA, Lígia Osório. *Terras devolutas e latifúndios: efeitos da Lei de 1850*. Campinas: EdUnicamp, 2008.

SIMÕES, Manoel. *Cidade estilhaçada: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: Entorno, 2011.

SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor*. Campinas, SP: EdUnicamp, 2011.

SOARES, Maria Terezinha Segadas. Nova Iguaçu: a absorção de uma célula urbana pelo Grande Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, IBGE, v. 2 n. 24, 1962.

TAVARES, Tânia dos Santos. *Grupo dos Onze: a esquerda brizolista (1963-1964)*. Dissertação de Mestrado, UERJ-FFP, 2013.

Fontes

ALVES, Marcio Moreira. *Torturas e torturados*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1996.

IPM-URB. Comissão Geral de Investigações. Investigações sumárias procedidas na URB. 27 abril 1964. *Projeto Brasil Nunca Mais Digital*, 201 a 300, mf. 7976-8006.

Diário de Notícias (RJ), Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Jornal do Brasil, Acervo on-line.

O Estado de S. Paulo (Estadão), Acervo on-line.

O Fluminense, Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

O Globo, Acervo on-line.

GOES, Hildebrando de A. *A Baixada de Sepetiba*. Rio de Janeiro. DNOS, 1942.

NIEMEYER, Conrado Jacob de; BELEGARDE, Henrique Luiz de Niemeyer; LOBO, Gama.

Planta corographica de uma parte da província do Rio de Janeiro na qual se inclue a Imperial Fazenda de Santa Cruz. Acervo da BNDigital do Brasil, 1848.

PENHA, Lauriano J. M. Planta da Província do Rio de Janeiro. *Cartográfico*, Acervo da BNDigital do Brasil, 1830.

RIBEIRO, Francisco Elizeu. Configuração da Feitoria do Perypery. *Cartográfico*, Acervo da BNDigital do Brasil, 1825.

SILVA, Bráulio Rodrigues da; MEDEIROS, Leonilde S. *Memórias da luta pela terra na Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: Mauad X: EdUR, 2008.

SHLICHT, Rudolph. Planta da província do Rio de Janeiro. *Cartográfico*, Acervo da BNDigital do Brasil, 1830.

VANDERMMAELEN, Philippe de. Parte du Bresil. América. Merid. 28", 1827. In: CAMPOS, Roberta de S. *A questão indígena no Império: o (o)caso do aldeamento de São Francisco Xavier de Itaguaí*. Seropédica: Monografia de conclusão de curso, UFRRJ, 2011, pág. 90.

5

PARACAMBI

Adriana Maria Ribeiro

Foto 13 – Paracambi



Atribuição: Fachada do prédio principal da antiga Companhia Têxtil Brazil Industrial, atual Fábrica do Conhecimento. Foto: Adria Ribeiro.

*Paracambi, meu bosque em flor
Um canto vai ecoar, o curiô faz-se ouvir
[...]*

*Terra dominada pelos índios
Local de caça e pesca*

*No rio dos Macacos minha origem nascerá
Na colonização, o jesuíta construindo faz brotar
[...]*

*Fazenda Santa Cruz, o meu pilar
O bravo bandeirante desbrava o meu chão
Em busca de riquezas naturais
A caminho das Minas Gerais
Na força de uma raça, lamento e escravidão*

*O ciclo do café enriquecendo a região
E nesse vai e vem, de lá pra cá
Lá vem o trem pra estação
[...]
Com o progresso da industrial revolução
[...]
Na Companhia Têxtil Brasil Industrial
[...]*

(Arthur Bernardes / Carlinhos da Penha / Edson Carvalho / Junior Duarte
/ Sardinha)

Apresentação

Os versos da epígrafe foram compostos para o enredo “De fio a fio na real, pa-ra-lá, pa-ra-ali – Paracambi”, levado para a Marquês de Sapucaí, em 2007, pela Acadêmicos do Cubango.⁶⁰ Na letra do samba, os autores mencionaram indígenas, africanos escravizados e atores do processo de conquista: jesuítas e bandeirantes. Citaram aspectos da história e da geografia local, como: a fase da cafeicultura; a chegada da ferrovia; o rio dos Macacos, a presença do curió, nome popular de uma espécie de ave abundante na localidade, e a instalação da Companhia Têxtil Brazil Industrial, a qual serviu de inspiração para o enredo.

A letra do samba pode ser usada pelos professores para motivar pesquisas e outras atividades escolares sobre as diferentes fases, eventos e grupos da história local. A exemplo da origem da cidade, a qual remonta ao povoado de Macacos, cujo nome provém do rio e do ramal de trens homônimo. O ramal foi inaugurado em 1861, com o objetivo de favorecer o escoamento da produção cafeeira na região do Sul Fluminense. Em 1906, o ramal de Macacos passou a se chamar Paracambi. A mudança na denominação alterou o nome do lugar.

⁶⁰ O nome oficial da agremiação é Grêmio Recreativo e Escola de Samba Acadêmicos do Cubango. Sua sede fica no bairro do Cubango, em Niterói, RJ.

Paracambi tem aproximadamente 191 km² de área. É vizinho de três municípios que compõem a Baixada Fluminense: Itaguaí, Japeri e Seropédica. Ainda é limítrofe de Mendes, de Miguel Pereira, de Paulo de Frontin e de Piraí, municípios localizados no Sul Fluminense. Formou-se como município em 8 de agosto de 1960, a partir da junção de Tairetá e de Paracambi, que foram respectivamente distritos de Vassouras e de Itaguaí.⁶¹

Sua população é de cerca de 41 mil habitantes, os quais, no último censo, se identificaram da seguinte forma: 39,5% de cor branca, 15,7% de cor preta, 44,6% de cor parda e menos de um décimo de cor amarela (origem asiática) e indígena (IBGE, 2022). Para fins de recenseamento, são considerados pardos os indivíduos que descendem de duas ou mais opções de cor ou raça.

Sua geografia é caracterizada por pequenas serras e vales. Pelo município passam os rios dos Macacos, Santana, Guandu e o ribeirão das Lages. Há várias cachoeiras e cerca de 40% do território é composto por áreas florestais remanescentes da Mata Atlântica, nas quais são realizadas trilhas. As belas paisagens de grandes altitudes, como a pedra do Gavião, atraem adeptos do ecoturismo. As áreas urbanas situam-se na parte plana do território. Por seus aspectos históricos e geográficos, a cidade integra o Circuito Turístico do Vale do Café.⁶²

Quanto à economia, a atividade industrial teve períodos prósperos, porém nem sempre contínuos. Do final do século XIX até meados do século XX, Paracambi abrigou tecelagens, a exemplo da Companhia

⁶¹ Os dois distritos eram separados pelo rio dos Macacos.

⁶² O Vale do Café é uma região turística do Sul Fluminense, cuja denominação deve-se ao fato de a localidade ter sido a principal produtora de café no Brasil durante o Império. Além de Paracambi, fazem parte do Vale do Café as cidades de Barra do Piraí, Barra Mansa, Engenheiro Paulo de Frontin, Mendes, Miguel Pereira, Paraíba do Sul, Paty do Alferes, Pinheiral, Piraí, Rio Claro, Rio das Flores, Valença, Vassouras e Volta Redonda.

Têxtil Brazil Industrial, considerada a maior fábrica de tecidos do Império. Na década de 1950, surgiram metalúrgicas de pequeno e de médio porte. Nas décadas de 1980 e de 1990, houve uma estagnação do setor industrial, o qual voltou a crescer a partir do início dos anos 2000. À época, foram instalados dois condomínios industriais⁶³ na entrada da cidade, onde funcionam mais de dez indústrias.

A instalação dessas indústrias está relacionada principalmente a investimentos realizados pelo Governo Federal para revitalizar e incentivar as atividades do porto de Itaguaí. A partir do golpe de 2016, o qual destituiu a presidenta Dilma Rousseff, as perspectivas de crescimento econômico local foram frustradas, porque os governos que a sucederam interromperam ações e investimentos do Estado na região, o que impactou os empreendimentos industriais e logísticos no porto e adjacências. O resultado foi a desaceleração do crescimento e a estagnação econômica (Oliveira; Oliveira, 2020).

Vale destacar que os condomínios industriais se situam às margens da RJ-127 (rodovia estadual que atravessa o município em direção a Vassouras). Nessa região também está instalado o maior armazém de munições da América Latina, o Depósito Central de Munições do Exército (DCMUN). A RJ-127 inicia-se na BR-116, conhecida como Via Dutra, principal rota de transporte de matérias-primas e de mercadorias das indústrias situadas no eixo Rio-São Paulo. Portanto, a concentração da atividade industrial nessa região é estratégica para facilitar o fluxo de materiais e de produtos.

Mesmo com a presença de fábricas, a configuração espacial de Paracambi não se assemelha à das grandes cidades. Sua organização remete a de uma cidade interiorana, próxima ao modelo encontrado nos

⁶³ Complexos de galpões estrategicamente localizados para atender às demandas das empresas.

municípios do Sul Fluminense. Na maior parte do território, predominam as áreas rurais, onde vivem pouco mais de 10% da população e há pequenas e médias propriedades voltadas para o cultivo de leguminosas, hortaliças e frutas.

Em algumas propriedades produz-se com base na agricultura familiar e/ou nas lavouras agroecológicas.⁶⁴ Estas últimas são adotadas principalmente na produção de alimentos nos assentamentos rurais⁶⁵ surgidos a partir das lutas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Apesar do grande potencial para as atividades agrícolas, o setor tem pouca expressão na economia local e menos de 10% do território é ocupado por lavouras.

Em 2012, foi instalada no Complexo de Lages uma pequena central hidrelétrica (PCH), com capacidade para gerar energia para 120 mil habitantes. Além de atender às demandas do município, a PCH Paracambi abastece as cidades de Itaguaí e de Piraí. As PCHs são classificadas como fontes limpas de energia, porque têm baixo impacto ambiental, uma vez que utilizam como recurso rios de pequeno e de médio porte. O funcionamento da hidrelétrica contribui com a economia local por meio da arrecadação de impostos e da oferta de postos de trabalho.

No que se refere à Educação, na última avaliação para medir o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), a cidade ficou abaixo da meta nacional em todos os segmentos. Nos anos iniciais do Fundamental, obteve nota 5,7, enquanto a meta nacional foi 6; nos anos finais do Fundamental, a nota foi 4,9 e a meta nacional 5,5; e no Ensino Médio, a nota foi 3,7 e a meta nacional 5,2 (Brasil, 2024). Paracambi tem

⁶⁴ Sistema de plantio que utiliza técnicas de produção próximas dos ecossistemas naturais.

⁶⁵ Assentamentos rurais são áreas destinadas, pelo poder público, à reforma agrária.

duas creches de horário integral, 21 escolas municipais e três estaduais. Já a rede particular é formada por dez instituições de ensino (Paracambi, 2022a).

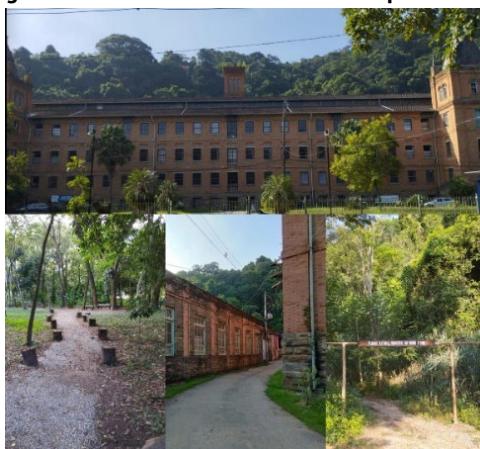
Desde 2017, a Secretaria Municipal de Educação (Semed) promove a Feira Literária de Paracambi (Flipa), na qual ocorrem oficinas, saraus, conversa com autores e distribuição e venda de livros. Os objetivos do evento são incentivar a leitura entre os estudantes e demais habitantes da cidade e divulgar a produção literária de escritores locais.

Com relação ao ensino superior, o município conta com a Faculdade de Educação Tecnológica do Estado do Rio de Janeiro (Faeterj), que oferece graduações em Tecnologia em Gestão Ambiental e Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, e com um campus do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), que possui graduações em Engenharia Mecânica e em licenciatura em Matemática. Além de um polo do Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro (Cederj) da Fundação Cecierj, o qual oferece 12 graduações. São elas: Engenharia de Produção, Administração, Ciências Contábeis, Biblioteconomia, Pedagogia e licenciaturas em Letras, em Ciências Biológicas, em Física, em Matemática, em Química e em Geografia. Essas instituições funcionam nas instalações da antiga tecelagem Brazil Industrial, que em 2002 foi convertida em Fábrica do Conhecimento.

No local, ainda estão a Fundação de Apoio à Escola Técnica (Faetec), que oferece cursos técnicos de nível médio, a Companhia Municipal de Balé, a Companhia de Teatro, o Planetário, o Espaço da Ciência, o Espaço Cinema e Arte, a Brinquedoteca e a Escola de Música Villa-Lobos, que pertence à rede estadual de ensino e oferece os cursos técnicos de nível médio em Formação Musical e Básico em Música.

A Fábrica do Conhecimento fica no bairro do Boqueirão, no final da avenida dos Operários. O acesso até o local se dá através de um bosque. Além do imponente prédio principal, erguido no estilo das fábricas inglesas do século XIX, cuja fachada é de tijolos aparentes e possui duas torres, a fábrica possui outras instalações de menor porte. Ao lado do complexo fabril, há uma pequena ladeira, onde se localiza a entrada do Parque Natural Municipal do Curió, considerado juntamente com o conjunto arquitetônico da fábrica uma das principais atrações turísticas do município. Na Figura 1, está um mosaico de imagens, que mostra a fachada do prédio principal da fábrica, o bosque e a entrada do parque.

Figura 1 – Fábrica do Conhecimento e Parque do Curió



No primeiro quadro, avista-se a fachada do prédio principal da fábrica. Abaixo e à esquerda, o bosque de acesso ao antigo complexo fabril, no meio, a rua lateral do prédio principal, e à direita a entrada do Parque do Curió.

O objetivo deste texto é abordar temáticas da história local, que possam ser desenvolvidas pelos professores da educação básica em sala de aula, a exemplo do primeiro tópico que trata da presença indígena no passado do território. No decorrer do capítulo, são mencionados aspectos ligados às fases da Colônia e do Império, como a divisão do território em

sesmarias, a relação entre a abertura dos chamados Caminhos do Ouro e o surgimento de pequenos povoados e a exploração do trabalho de pessoas escravizadas e as suas lutas contra a escravidão. A instalação das tecelagens e o cotidiano operário-fabril ocupam lugar de destaque no texto. Boa parte do capítulo é dedicada a eventos do século XX, como as questões fundiárias, as lutas pelo acesso à terra, a emancipação política e as relações entre o manicômio e a ditadura militar.

O passado indígena

Conforme disseram os autores do samba-enredo usado como epígrafe deste texto, Paracambi foi: “Terra dominada pelos índios”. **Uma evidência desse fato é a origem do topônimo que nomeia a cidade,** o qual deriva da junção de três palavras do tupi-guarani: “paraá”, “ka’á” e “oby”, que significam respectivamente “água ou rio”, “folhas ou mata”, “verde” (Navarro, 2015). A partir de uma tradução livre para o português, tem-se a expressão “rio da mata verde”.

É importante dizer que as línguas indígenas funcionam como uma espécie de arquivo de informações sobre o ambiente. Isso é verificado, por exemplo, no caso da palavra “paracamby”, a qual descreve a existência de um rio dentro de uma floresta. A origem do nome da cidade pode ser usada para incentivar a aprendizagem de termos e de outros aspectos ligados à história e à cultura dos povos originários.

O termo “tairetá” (nome do antigo distrito vassourense) é outra palavra de origem indígena. Essa costuma ser traduzida para o português como “macaco pequeno”: uma descrição da espécie de primatas de pequeno porte que habitam o local. Porém não se encontraram nos dicionários de tupi-guarani elementos para afirmar

se esse significado está correto. Em alguns sites, à palavra “paracambi” também se atribui o significado de “macaco pequeno”.⁶⁶

Até o momento, não foram descobertos sítios pré-coloniais⁶⁷ na área do município. No **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)**, há nove sítios arqueológicos cadastrados, porém todos são do tipo histórico, ou seja, têm como marco o Período Colonial. Sete foram localizados nas proximidades do ribeirão das Lages e dois no bairro do Coroado. Entre os achados, estão vestígios de habitações do século XIX e pedaços de cerâmicas e de telhas.

No Sul Fluminense, região limítrofe com Paracambi, pesquisadores encontraram indícios da tradição una⁶⁸ e da presença dos coroados. Dada a proximidade geográfica do município com essa região, é provável que tenham existido assentamentos desses grupos onde situasse Paracambi. Ambos chegaram à região principalmente a partir de migrações da serra da Mantiqueira. Os unaís são os mais antigos e seus vestígios são do século IV. Cultivavam hortaliças e fabricavam pequenas peças cerâmicas no formato arredondado (Seda, 2014).

Os coroados, por sua vez, não pertenceram a uma tradição arqueológica ou etnia. O nome foi criado pelos portugueses para se referirem aos indígenas que mantinham um tipo específico de corte de cabelo. Trata-se de grupos indígenas dispersos principalmente por áreas de serras. Em geral, eram agricultores, produziam farinha, pintavam seus corpos com tinturas extraídas do urucum e do jenipapo e usavam cocares de penas coloridas e braceletes de dentes de animais e de sementes (Freire; Malheiros, 2009). Por habitarem regiões de difícil

⁶⁶ Essa tradução consta nos sites do IBGE e da Prefeitura de Paracambi.

⁶⁷ Os sítios pré-coloniais são assim chamados por conterem vestígios dos povos originários do território.

⁶⁸ O termo “tradição” é empregado por arqueólogos para se referirem aos indígenas, com base no tipo de cerâmica produzido por cada grupo.

acesso, tiveram contato com os portugueses somente a partir dos movimentos de entradas para o sertão.⁶⁹

A ORIGEM DO NOME DO BAIRRO DO COROADO

Em Paracambi, há um bairro chamado Coroado, o qual, segundo a memória popular, recebeu essa denominação em razão de indígenas terem vivido no local.

Já os levantamentos arqueológicos nas proximidades da bacia do Guandu indicam que, até o século XVI, houve uma grande densidade demográfica ligada à tradição tupi na região (Dias; Neto, 2017). A descoberta de sítios tupis próximos a grandes cursos d’água, em áreas limítrofes com o município, a exemplo daqueles localizados em Japeri, sugere que também tenham existido assentamentos tupis no território que compreende Paracambi.

Os tupis produziam milho, mandioca, amendoim, abóbora, feijão, entre outros gêneros. Possuíam conhecimentos de astronomia, da fauna e da flora, e dominavam saberes sobre plantas medicinais. Fabricavam instrumentos musicais e um tipo de cerâmica decorada com padrões geométricos nas cores vermelho e preto sobre o branco. Os assentamentos eram geralmente próximos aos rios, possivelmente para facilitar a caça, a pesca e o cultivo de alimentos. Por viverem em áreas litorâneas e fluviais, foram os primeiros grupos a ter contato com os europeus. No Período Colonial, suas terras foram conquistadas pelos portugueses e reutilizadas para atividades agrícolas em grande escala (Dias; Neto, 2017).

⁶⁹ Durante a Colônia, o termo “sertão” foi usado para se referir a áreas distantes do litoral, não adentradas ou pouco exploradas pelos colonizadores.

A prática da agricultura pelos diferentes povos indígenas, séculos antes da chegada dos portugueses ao Brasil, é um dado importante, porque permite propor em sala de aula diferentes abordagens da história agrária brasileira, regional e local. Ou seja: uma alternativa às explicações centradas na implantação das lavouras do Período Colonial.

No último censo, 32 pessoas residentes em Paracambi se autodeclararam como indígenas (IBGE, 2022). Apesar de muito pequeno, esse número não pode ser desconsiderado e pode ser usado nas aulas para contestar uma versão ainda bastante difundida no ensino da história: a do extermínio dos povos originários. Exterminar significa fazer desaparecer completamente (Ferreira, 2010).

Entretanto, se há indivíduos autodeclarados indígenas, é porque esses povos encontraram estratégias de resistência ao processo colonizador. Houve genocídio provocado por diferentes práticas, como as guerras, as disseminações de doenças, a cristianização forçada e a escravização. Porém usar a expressão “extermínio” para se referir ao genocídio pode levar o estudante à compreensão equivocada de que os indígenas desapareceram, o que efetivamente não ocorreu.

Ainda é preciso levar em conta o fato de as pessoas autodeclaradas indígenas não serem descendentes diretas dos povos que habitaram a área do município. Algumas podem ter migrado para a localidade. De qualquer modo, falar da presença indígena, tanto no passado como no presente, pode contribuir para ensejar debates acerca da história local.

O território a partir da chegada dos portugueses

A formação dos latifúndios⁷⁰

Com a divisão da América Portuguesa, em 1534, em Capitanias Hereditárias, as terras onde situa-se Paracambi pertenceram à Capitania de São Vicente, a qual foi desmembrada em sesmarias. Parte de uma sesmaria localizada na cabeceira do rio Guandu foi comprada pelos jesuítas, em meados do século XVII, e integrada à Fazenda de Santa de Cruz.

As origens da fazenda estão nas doações de sesmarias aos jesuítas pela Coroa ou por fidalgos no século XVI. Aos poucos, os religiosos adquiriram outras terras e ampliaram a extensão da propriedade. Em posse de uma vastíssima área,⁷¹ acumularam fortunas com a agropecuária em grande escala, na qual utilizaram milhares de escravizados africanos. Outra fonte de riqueza foram os contratos de aforamento, por meio dos quais concederam o uso da terra a particulares mediante o pagamento do foro (impostos)⁷² (Engemann, 2011).

Em 1759, em decorrência das reformas pombalinas que visaram, entre outros aspectos, sanar as finanças do Império português, os jesuítas tiveram os seus bens confiscados. Após atritos com o governo metropolitano, foram expulsos do Brasil. A Fazenda de Santa Cruz foi incorporada aos bens da Coroa e, em 1769, foi renomeada de Fazenda

⁷⁰ Parte deste tópico foi adaptada do capítulo sobre Japeri, escrito pela mesma autora.

⁷¹ As terras da Fazenda de Santa Cruz compreenderam principalmente o atual bairro de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, e partes dos municípios de Barra do Piraí, Itaguaí, Japeri, Mendes, Nova Iguaçu, Paracambi, Paulo de Frontin, Piraí, Rio Claro, Seropédica, Vassouras e Volta Redonda.

⁷² Os aforamentos surgiram na Idade Média, quando o clero e a nobreza permitiram o uso da terra mediante o pagamento de tributos. Com a concessão do domínio útil, o foreiro recebia do proprietário o direito de usufruir da propriedade, desde que conservasse o domínio direto (o senhorio).

Real de Santa Cruz. A partir de então, os ocupantes das terras pagaram o foro ao Estado (Pedrosa; Silva, 2016).

Apesar da integração do atual território de Paracambi à Fazenda de Santa Cruz, a presença colonial naquelas terras se deu de modo efetivo somente a partir do século XVIII, com a abertura dos Caminhos do Ouro. Em especial o Caminho de Garcia Rodrigues Paes (Caminho Novo) e o Caminho Novo da Piedade: duas importantes estradas reais da fase da mineração. A abertura dessas rotas impulsionou o surgimento de pequenos povoados, sobretudo às margens do ribeirão das Lages. Esses povoados serviram de pouso para quem passou pela região a caminho ou no retorno das Minas de Ouro.

O Caminho de Garcia Rodrigues Paes foi aberto entre 1698 e 1704, pelo bandeirante de mesmo nome. A abertura da via deu-se pela necessidade de uma rota segura para o escoamento da extração aurífera entre Vila Rica (atual Ouro Preto), em Minas Gerais, e o porto do Rio de Janeiro. Rodrigues Paes herdou o ofício de bandeirante de seu pai Fernão Dias Paes, o qual ficou conhecido como o Caçador de Esmeraldas.

Ao adentrarem o interior da Colônia, os bandeirantes se apropriaram de territórios indígenas, destruíram assentamentos, apresaram⁷³ e assassinaram nativos que resistiram ao avanço da colonização (Neto, M. P., 2015). Pelos serviços prestados à Coroa, receberam vastas extensões de terras em várias partes da Colônia, a exemplo de membros da família Paes, agraciados com sesmarias no Sul Fluminense e em áreas próximas à serra do Tinguá, o que ajuda a entender o fato de membros dessa família serem grandes proprietários de terra nessas regiões.

⁷³ Apresamento refere-se à captura de indígenas para fins de escravização.

Quanto ao Caminho da Piedade, este foi projetado para encurtar a distância entre a Capitania de São Paulo e a do Rio de Janeiro. Sua construção iniciou-se em 1725, mas somente em 1778 a obra foi concluída. A estrada partia da freguesia da Piedade (atual Lorena, SP) e estendia-se até a Fazenda de Santa Cruz. Uma das razões para a demora na finalização da obra foi a resistência dos jesuítas à criação da rota, fato que pode ter contribuído para as razões que levaram à expulsão dos religiosos da América Portuguesa, em 1759 (Campos, 2015).

A intenção inicial era criar uma via alternativa ao Caminho de Rodrigues Paes e, ao mesmo tempo, avançar na conquista dos sertões fluminenses. Além de integrar as rotas da mineração, o Caminho da Piedade foi importante para o início da cafeicultura do Vale do Paraíba, porque foi às suas margens que surgiram as primeiras lavouras de café, ainda no Período Colonial.

Para concluir a via e incentivar o surgimento de povoados, a Coroa adotou uma política de doação de terras em áreas próximas ao Caminho da Piedade. O que ajuda a explicar a doação de uma sesmaria ao fidalgo português José Freire Pereira, em 1750, nas proximidades do ribeirão das Lages a caminho de São Paulo (Aragão, 1968). Atualmente, o local corresponde à área da entrada da cidade de Paracambi, onde está o DCMUN, próximo ao limite com Seropédica. Não foram encontradas maiores informações sobre essa sesmaria e o seu proprietário.

Em 1836, foi criada nessa região a freguesia de São Pedro e de São Paulo do Ribeirão das Lages.⁷⁴ A sua origem está ligada à construção, em 1832, de uma capela dedicada aos apóstolos Pedro e Paulo. Até meados do século XIX, as fazendas instaladas na freguesia experimentaram uma

⁷⁴ O termo “freguesia” é uma denominação eclesiástica usada para se referir a unidades espaciais de domínio da Igreja. O aumento no número de habitantes e de fiéis determinava a criação de uma freguesia.

fase próspera devido à expansão da cafeicultura no Sul Fluminense (Natal; Natal, 1987).

Comparado aos processos de ocupação colonial de outras áreas da Baixada Fluminense, iniciados nos séculos XVI e XVII, pode-se dizer que a presença colonial em Paracambi se deu a partir do final do século XVIII. Contudo somente no início do século XIX surgiram povoados permanentes e foram instaladas propriedades para a agricultura em grande escala. Nelas, cultivaram-se cereais, açúcar e principalmente café. O cultivo foi beneficiado pela abundância de recursos hídricos, provenientes do ribeirão das Lages e de seus afluentes, entre eles o rio dos Macacos. Algumas propriedades fabricaram aguardente e possuíram olarias. Toda a produção teve como base a exploração do trabalho de pessoas escravizadas (Natal; Natal, 1987).

Uma dessas propriedades foi a Fazenda do Bom Jardim, instalada em 1813, em terras aforadas da então Fazenda Real de Santa Cruz por Pedro Dias Paes de Macedo Leme, o marquês de Quixeramobim, tetrano do bandeirante Fernão Dias. O nome “Quixeramobim” provém da fazenda homônima pertencente ao marquês na atual Itaguaí.

Latifundiário e escravocrata, Pedro Dias⁷⁵ representou os interesses das elites agrárias fluminenses ao se deslocar do Rio de Janeiro até São Paulo, em dezembro de 1821, para entregar a José Bonifácio um manifesto em apoio à permanência de d. Pedro no Brasil. O movimento articulado pela aristocracia resultou, em janeiro de 1822, no chamado Dia do Fico, evento que selou os acordos políticos entre as elites brasileiras e o príncipe português no processo de emancipação

⁷⁵ Não confundir esse Pedro Dias com o seu parente de mesmo nome, proprietário do Engenho do Belém (atual Japeri).

política do Brasil. Foi amigo do imperador e exerceu influência nas decisões políticas do Primeiro Reinado (Vasconcelos, 1918).

Após a morte do marquês, em 1849, a Fazenda do Bom Jardim foi abandonada e a família deixou de pagar o foro ao Estado. No início do século XX, parte da fazenda foi considerada terra devoluta.⁷⁶ No lugar, surgiram o bairro de mesmo nome da fazenda e o bairro do Cabral.

Outra propriedade destacada foi a Fazenda do Sabugo, localizada no povoado de Macacos, nas proximidades do rio de mesmo nome. Em seu entorno estavam as fazendas do Chaves, do Saudoso Retiro, do Pantaleão Azevedo e do Ribeirão dos Macacos. Em meados do século XIX, o domínio útil das terras da Fazenda do Sabugo foi concedido ao comendador José Antônio Ayrosa.⁷⁷ Figura de prestígio político, Ayrosa liderou o núcleo do Partido Conservador⁷⁸ local, legenda pela qual elegeu-se vereador. Foi capitão da Guarda Nacional e juiz de paz.⁷⁹ Na fazenda, investiu na produção de café, de cana-de-açúcar e na pecuária bovina. Após a sua morte, em 1873, a propriedade foi administrada por seu filho, José Antônio Ayrosa Júnior, que ampliou os negócios da família.

Ayrosa Junior dedicou-se à produção de vinhos, de aguardentes, de queijos, de conservas e de doces. Os itens eram vendidos em casas comerciais da cidade do Rio de Janeiro. Algumas lojas pertenceram ao próprio fazendeiro. O produto mais conhecido foi a Laranjinha Estomacal, uma bebida produzida a partir da casca da laranja e da flor de laranjeira, que prometia efeitos medicinais para os males do

⁷⁶ Terra pública sem destinação pelo poder público e que não integrara o patrimônio de um particular.

⁷⁷ Comendador era o título dado a alguém que, na visão do Estado, contribuía para a prosperidade de uma localidade.

⁷⁸ Partido político do Império, surgido em 1836. Seus membros defenderam, entre outras pautas, a manutenção da monarquia, da escravidão e do direito à propriedade.

⁷⁹ Função ocupada por homens de prestígio político local, para arbitrar em casos ocorridos numa determinada região. Durante o Império, a nomeação de juízes de paz visava diminuir a influência do poder central sobre as elites locais.

estômago. Fabricada na própria fazenda, a bebida foi premiada na Exposição Internacional de Paris de 1889 (*Gazeta de Notícias*, 1895). Após a Proclamação da República, Ayrosa Júnior passou adiante as terras da Fazenda do Sabugo e mudou-se para a capital para exercer o cargo de secretário da Capitania do Porto do Rio de Janeiro.

Na década de 1910, a fazenda foi aforada pelo imigrante italiano Beraldo Sachi, que chegou ao Brasil em meados do século XIX. No início do século XX, Sachi casou-se com Augusta de Assumpção, herdeira de uma rica família do Sul Fluminense. Na propriedade, o casal investiu no cultivo de laranjas e em uma olaria. À época, a citricultura estava em expansão no país e parte dos territórios da Baixada Fluminense foi coberta por laranjais, principalmente o município de Nova Iguaçu.⁸⁰ Na década de 1930, a fazenda mudou de proprietário, o qual prosseguiu com a olaria⁸¹ até os anos 1950 (Natal; Natal, 1987).

Nos anos seguintes, a área sediou algumas fábricas. Em 1986, parte da propriedade foi considerada terra devoluta e destinada à reforma agrária pelo governo federal. No local, foi criado o Assentamento Rural Fazenda do Sabugo, que resultou das lutas pelo acesso à terra encampadas pelo MST. Da antiga fazenda, restam as ruínas do casarão, as quais encontram-se em péssimo estado de conservação, uma vez que o município ainda não conta com ações efetivas de preservação do patrimônio histórico.

De modo semelhante ao que ocorreu em outras localidades, alguns bairros e ruas de Paracambi foram denominados com os nomes das antigas fazendas e de seus proprietários. A exemplo dos bairros do Bom Jardim e do Sabugo, da avenida e da travessa Bom Jardim e da rua

⁸⁰ A fase citricultora foi abordada nos capítulos sobre Belford Roxo, Japeri, Nova Iguaçu e Queimados.

⁸¹ Uma das razões que explica o fato de o novo proprietário não prosseguir com o cultivo de laranjas pode estar ligada ao declínio da citricultura a partir do final dos anos 1930.

Beraldo Sachi. Localizados nas áreas das antigas fazendas, os topônimos guardam na memória local as marcas de um passado caracterizado pela concentração fundiária.

Escravidão versus resistência⁸²

Os escravizados foram explorados nas lavouras, no transporte de mercadorias, na abertura de estradas e nos serviços domésticos. Alguns desempenharam trabalhos especializados, a exemplo dos ferreiros, dos alfaiates e dos sapateiros. Também foram usados na construção das ferrovias, apesar de existir uma legislação específica voltada para a proibição do uso de mão de obra escrava nesse tipo de atividade (Lamounier, 2008). Foram utilizados até mesmo em funções do mundo fabril, nos anos iniciais de funcionamento da Companhia Têxtil Brazil Industrial (Furtado, 2012).

Ao longo de mais de três séculos de escravidão, os cativos criaram diversas maneiras de resistir ao cativeiro. As diferentes etnias africanas teceram alianças e redes de solidariedade entre si, o que contribuiu para a organização de fugas e para a formação de quilombos, por exemplo. Além de africanos, os quilombos abrigaram indígenas e pardos (miscigenados).

Os quilombolas praticaram a agricultura de subsistência, a caça e a pesca. Em alguns casos, arrebataram gado e mantimentos de propriedades próximas aos quilombos, despertando a ira dos latifundiários, que exigiram soluções por parte das autoridades, como a prisão e a morte das lideranças quilombolas (Gomes, 1994). Vale lembrar que a formação de quilombos foi uma das principais estratégias de resistência à escravidão. Até o final do século XIX, surgiram diversos

⁸² Alguns trechos deste tópico foram usados pela autora nos capítulos sobre Belford Roxo e Japeri.

quilombos no território da atual Baixada Fluminense e no Sul Fluminense, em áreas de serras, florestas, pântanos e manguezais. A escolha dessas áreas foi estratégica para dificultar o acesso das tropas investidas contra os quilombados (Bezerra, 2010).

Em Paracambi, próximo ao atual limite com Japeri, por onde passam os rios dos Macacos, Santana e Guandu, formou-se o quilombo de Mundéu dos Pretos; e no limite com Japeri e Seropédica, o quilombo do Valão de Areia. As duas comunidades existiram no século XVIII, porém pouco se sabe sobre elas. Acerca do Valão de Areia existe a informação de que foi criado na área da Feitoria do Peri-Peri. Uma espécie de subsede administrativa da Fazenda de Santa Cruz, cujo nome provém da palavra indígena “peri”, que em português significa “juncos”. Após a expulsão dos jesuítas do Brasil, o quilombo foi destruído (Fridman, 1999).

O BAIRRO DO QUILOMBO

No município, há um bairro denominado Quilombo, sobre o qual especula-se que a atribuição do nome pode estar relacionada à existência de uma comunidade de africanos livres nas imediações.

Com a Lei Áurea, a população preta buscou estratégias para garantir o acesso a direitos e para exercer a cidadania, voltando-se contra as antigas práticas da escravidão. Mas continuou a ser alvo de discursos e de ações racistas, as quais envolveram (e envolvem) investidas policiais e perseguição cultural e religiosa. No município, há diversas manifestações culturais africanas, como os templos de candomblé e de umbanda, e os grupos de capoeira.

Não é possível negar as marcas do passado escravista na cidade. Tampouco o fato de ela possuir uma formação social marcada pela

presença de afrodescendentes, os quais não receberam qualquer compensação econômica ou moral pela diáspora provocada pelo tráfico negreiro (Bezerra, 2012). Ignorar esse dado histórico é contribuir para silenciar as memórias desses grupos e para perpetuar os problemas que os afligem.

Em Paracambi, há lugares de memória⁸³ da escravidão. Um deles é o Caminho dos Escravos até o Lazareto,⁸⁴ localizado no Parque do Curió. O Lazareto era um lugar de isolamento para onde escravizados e pessoas pobres, portadoras de lepra ou de doença mental, foram enviados até o século XIX. O lugar é pouco visitado e não conta com ações para torná-lo parte importante da memória da cidade.

Problematizar em sala de aula as questões ligadas à escravidão, como: o tráfico internacional de africanos e seus impactos na sociedade brasileira, as origens das pessoas escravizadas, os tipos de trabalho, os modos de resistência e as tradições culturais, pode contribuir para repensar a identidade étnica e cultural da cidade e dar visibilidade à população preta na construção do território.

Nas aulas sobre escravidão, é necessário abordar um aspecto ainda pouco explorado por alguns professores: a permanência da mentalidade escravagista no Brasil. Para tratar desse ponto, sugere-se solicitar aos estudantes a realização de pesquisas em sites de notícia sobre a existência do trabalho escravo na atualidade. Ou discutir as denúncias feitas em 2010, ao Ministério Público do Rio de Janeiro, sobre situações de trabalho escravo em diversas cidades do estado, entre elas Paracambi (*Repórter Brasil*, 14/12/2010).

⁸³ De acordo com Pierre Nora, os lugares de memória são compostos por elementos materiais e imateriais que consolidam e/ou protegem a memória de um grupo (Nora, 1993). São exemplos de lugares de memória: monumentos, paisagens, construções, logradouros (ruas, praças) e festividades.

⁸⁴ O nome “Lazareto” deriva do personagem bíblico Lázaro.

A instalação das fábricas e as mudanças no território

A Companhia Têxtil Brazil Industrial e o projeto de modernização do Império

Em 1871, foi inaugurada na Fazenda do Ribeirão dos Macacos a Companhia Têxtil Brazil Industrial. Entre os fatores que contribuíram para a escolha do local, estavam: a existência de um pequeno povoado; recursos naturais abundantes, como os rios e as quedas-d'água necessários para mover os teares; um correio diário e um posto telegráfico;⁸⁵ e um ramal ferroviário. Concluído em 1861, o ramal de Macacos (atual Paracambi) foi projetado para ligar o povoado ao do Belém (atual Japeri), de onde os trens seguiam até a cidade do Rio de Janeiro, por meio da Estrada de Ferro Dom Pedro II.⁸⁶ Ao se criar o ramal, esperava-se facilitar o escoamento da produção cafeeira do Sul Fluminense (Aguilar, 2021).

Considerada, à época, como a maior tecelagem do país, a fábrica entrou em funcionamento com 450 teares. Construído no estilo inglês do século XIX, o prédio principal impressiona por sua gigantesca arquitetura. O empreendimento grandioso contou inicialmente com um investimento de mil contos de réis e reuniu empresários estrangeiros e membros da “elite imperial ligada aos negócios do café” (Furtado, 2012, p. 22).

Não por acaso, a fábrica foi instalada no chamado Vale do Café, região econômica mais importante do Império, marcada pelo predomínio do latifúndio e da escravidão. Durante o Segundo Reinado (1840-1889), a região recebeu volumosos investimentos do Estado para

⁸⁵ O telégrafo foi um meio de comunicação inventado em 1837, pelo qual as mensagens eram enviadas por códigos através de correntes elétricas.

⁸⁶ Construída pela iniciativa particular, a ferrovia passou ao domínio do Estado em 1865.

a implantação de serviços de infraestrutura (transporte e comunicação). Logo, é possível afirmar que a criação da tecelagem foi beneficiada pelas ações do Estado e fez parte do projeto de modernização do Império. Ademais, para alguns membros das elites locais, a participação na sociedade da fábrica representou uma forma de diversificar os investimentos.

Para viabilizar o fluxo de matérias-primas e de produtos, a linha férrea foi estendida até próximo ao edifício da tecelagem. O transporte das máquinas, das ferramentas e de outros materiais foi oferecido gratuitamente pelo governo e foi feito por meio da ferrovia, denotando um incentivo do governo imperial à empreitada industrial. Em 1897, a Fazenda do Ribeirão dos Macacos foi desmembrada da então Fazenda Nacional de Santa Cruz (FNSC) e a posse da terra foi definitivamente repassada aos proprietários da fábrica (Keller, 1997). A transferência da titularidade da propriedade indica que, após a Proclamação da República, o Estado continuou a apoiar a atividade industrial local.

A FÁBRICA DE DINAMITE

Ainda durante o Império, surgiu uma fábrica de dinamites, na área próxima ao atual cemitério da cidade. As poucas informações sobre o investimento são de que foi criado em 1886 por um empresário francês. A fábrica teve cerca de 300 funcionários e encerrou as suas atividades após uma grave explosão, que resultou na morte de um operário.

A coexistência do trabalho escravo com o assalariado e a formação do operariado local

Nos primeiros anos de funcionamento da Brazil Industrial, houve a coexistência do trabalho assalariado com o trabalho de pessoas escravizadas. Estas últimas foram exploradas em várias funções, como na

limpeza das caldeiras e no transporte de materiais. Vale lembrar que o complexo fabril foi instalado em uma região marcada pela existência de fazendas sustentadas à base do trabalho de escravizados. Com base nesse aspecto, é possível pensar que o emprego inicial da mão de obra escrava na fábrica pode ter ocorrido porque, de imediato, os escravizados foram a principal força de trabalho disponível. Ademais, poupou aos proprietários da companhia gastos iniciais com o pagamento de salários.

A fim de atraírem pessoas livres para o trabalho fabril, os proprietários da tecelagem incentivaram a mudança de famílias para o povoado em torno da estação de trem. As casas que existiam na Fazenda do Ribeirão dos Macacos receberam benfeitorias. As mais próximas à fábrica foram destinadas aos trabalhadores especializados e aos do setor administrativo; enquanto as construções mais afastadas foram alugadas para a abertura de pequenos comércios. A maior parte dos operários alojou-se no galpão da fábrica de tijolos, no armazém e nas senzalas. Cerca de 100 crianças exploradas no trabalho fabril passaram a residir em um sobrado (Keller, 1997).

Com a tecelagem, o povoado prosseguiu dentro de um modelo de organização imposto pelos fazendeiros locais, ou seja, com o controle do proprietário sobre as formas de moradia e o cotidiano daqueles que viviam em suas terras. O que indica a continuidade de um forte patriarcalismo na transição do trabalho rural ao trabalho fabril em Paracambi. A diferença entre o tipo de alojamento disponibilizado aos operários e o de moradia dos diretores da tecelagem também é bastante simbólica, porque reflete a permanência da mentalidade escravocrata na região: enquanto os trabalhadores foram acomodados em senzalas, a direção da empresa ocupou o casarão da antiga fazenda (Furtado, 2012).

Para atender às necessidades de mão de obra especializada, os proprietários contrataram temporariamente operários ingleses para

desempenharem funções, como a de mestre tecelão. Antes da Lei Áurea, formou-se a base do operariado local, o qual foi composto por pessoas pobres e livres, oriundas de pequenos povoados nos arredores da atual Paracambi, e por imigrantes, sobretudo alemães, italianos e portugueses (Pereira, 2018).

É importante dizer que a inauguração da fábrica ocorreu em uma conjuntura de incentivo às políticas de imigração. Em especial de indivíduos de nacionalidade europeia, os quais foram interpretados como o tipo de imigrante desejável a um determinado ideal de nação. Isso porque, sob a ótica de um certo discurso científico (de cunho racista), o elemento branco foi apresentado como modelo de civilidade, enquanto indígenas, negros e pardos foram considerados como segmentos sociais inferiores.

Em 1878, a tecelagem contou com 343 trabalhadores livres, dos quais 146 eram homens, 31 mulheres e 166 crianças (132 meninos e 34 meninas). Nota-se que quase metade dos trabalhadores era menor de idade. A maioria era filhos de operários. Cerca de 70 meninos formaram o Corpo de Aprendizes e foram obrigados a frequentar a escola noturna. Na fábrica, havia um rígido controle do tempo de trabalho e os operários eram expostos aos riscos de acidentes e a condições de trabalho insalubres. As crianças de 7 a 12 anos foram as principais vítimas dos acidentes. A maioria dos casos resultou na amputação de membros (Keller, 1997).

A CORPORAÇÃO DE APRENDIZES

A Corporação de Aprendizes era formada por menores de idade, geralmente do sexo masculino, que aprendiam um ofício com um mestre em troca de moradia e comida.

Em 1881, a Brazil Industrial contava com um efetivo de operários necessário para garantir a produção. Mas até 1888, os escravizados foram explorados em algumas atividades da fábrica. Porém em menor quantidade, em comparação aos anos iniciais da companhia. No pós-abolição, a possibilidade de trabalho nas tecelagens atraiu libertos de propriedades próximas às fábricas e também de outras vilas e freguesias situadas nos arredores. No entanto, a preferência para exercer algumas funções, como a operação dos teares, foi por imigrantes europeus e por outros indivíduos de cor branca. Com algumas exceções, os trabalhadores negros desempenharam tarefas como a limpeza da fábrica e o transporte de materiais.

A coexistência do trabalho escravo com o assalariado pode ser mencionada pelos professores para problematizarem com os estudantes a complexidade das relações de trabalho no Brasil do século XIX. Sobretudo quanto ao contexto de transição do regime escravista para o assalariado, o qual foi marcado tanto pelo incentivo do Estado (e das elites agrárias) à imigração como por um processo de abolição da escravatura sem qualquer indenização moral e financeira aos libertos. Em sala de aula, é possível propor ainda comparações entre as condições de vida dos escravizados e as dos trabalhadores livres.

Por fim, sugere-se a exibição do vídeo *O trabalho infantil durante a Revolução Industrial*,⁸⁷ produzido pela editora FTD. O material tem cerca de três minutos e narra, de forma lúdica, o cotidiano fabril no início da industrialização inglesa. O vídeo pode contribuir para reforçar a aprendizagem desse conteúdo e possibilitar aos educandos a formulação de analogias entre a situação do operariado inglês do final do século XVIII e a dos operários de Paracambi do final do século XIX.

⁸⁷ O material está disponível em: <https://youtu.be/SMgaQOK68LI>.

A Fábrica da Cascata

A cerca de 3 km da Brazil Industrial, na subida de uma pequena serra, foi fundada, em 1891, a Companhia Tecelagem Santa Luísa. Voltada para a fabricação de sacos de aniagem, a fábrica teve como um de seus acionistas e primeiro presidente Dominique Level, diretor da Brazil Industrial entre 1889 e 1917. O empresário está presente na memória da cidade por meio de uma rua que recebeu o seu nome.

A crise internacional decorrente da Primeira Guerra Mundial impactou a cafeicultura no início da década de 1920, no Brasil. A queda das exportações fez diminuir a demanda comercial por sacaria, o que levou à redução das atividades na tecelagem Santa Luísa. Em 1924, o estabelecimento foi convertido na S. A. Fábrica de Tecidos Maria Cândida, que funcionou até a década de 1980. Apesar de ser uma tecelagem de pequeno porte, contou com 150 teares. Na cidade, o estabelecimento ficou popularmente conhecido como “a Fábrica da Cascata”, por suas instalações ficarem próximas de uma queda-d’água.

As estratégias de sobrevivência no território e a chegada de novos grupos

Famílias pobres, inclusive formadas por libertos, que não conseguiram trabalho nas fábricas criaram diferentes estratégias de moradia no território, entre as quais estava a ocupação de áreas de matas, em especial próximas aos rios, onde era possível cultivar pequenas lavouras de subsistência e complementar a alimentação com a caça e a pesca (Natal; Natal, 1987).

Nas primeiras décadas do século XX, chegaram ao distrito de Paracambi trabalhadores dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo; além de novos grupos de imigrantes italianos e portugueses. A maioria dos indivíduos conseguiu trabalho nas lavouras ou ingressou

no trabalho fabril. Com o tempo, alguns arrendaram terras ou abriram pequenos comércios. Em meados do século, também se estabeleceram na localidade famílias japonesas, que se encontravam em núcleos coloniais no município de Itaguaí,⁸⁸ ao qual parte do atual território de Paracambi pertenceu (Neto, M. E., 2015).

Trabalho, lar e lazer: as vilas operárias e o cotidiano dos trabalhadores técnicos

As primeiras casas da vila operária da Companhia Brazil Industrial foram construídas na década de 1880. A superlotação dos antigos dormitórios e a necessidade de atrair mão de obra estiveram entre as razões para a construção das habitações próximas à fábrica. A distância da vila até o prédio principal da tecelagem era em torno de 500 metros. Em uma elevação próxima ao portão da fábrica, estavam a capela dedicada à Nossa Senhora da Conceição e as casas dos administradores. Estas últimas possuíam uma vista privilegiada, que permitia observar todos os que entravam ou saíam da fábrica.

No largo situado em frente ao portão fábrica, foi construído o Cassino Clube União Operária, voltado para o entretenimento do operariado e da direção da fábrica. Nesse mesmo largo, foi instalada a escola operária, um armário, um armazém, um açougue, uma leiteria e um edifício de três pavimentos, cujos apartamentos foram destinados à moradia dos trabalhadores. No final da avenida dos Operários, havia outro portão para separar a vila do povoado e do comércio ao redor do complexo fabril. Além das casas dessa avenida, foram erguidas moradias para os trabalhadores em ruas adjacentes (Keller, 1997).

⁸⁸ A respeito da presença de imigrantes japoneses em Itaguaí, ver o capítulo sobre esse município.

A concessão das casas era tratada diretamente com os administradores da companhia ou com os chefes imediatos, os quais seguiram critérios morais ligados ao mundo do trabalho, como o desempenho profissional e a disciplina dentro da fábrica, para conceder o benefício da moradia. Como inquilino, o operário seguia um conjunto de normas rígidas, que incluíam a preservação das características originais das casas, como a manutenção da cor dos cômodos e das janelas. Até mesmo a troca de uma simples torneira era proibida.

Havia o controle sobre o volume do som dos aparelhos de rádio e não era permitido circular nas ruas da vila após as 22 horas. Aqueles que se encontravam fora de suas casas eram repreendidos pelos guardas noturnos. A longa hospedagem de parentes gerava taxas extras aos moradores-operários, exceto nos casos em que os hóspedes firmaram contratos temporários na fábrica. Todas as despesas (taxas de moradia, aquisição de itens no armário, compra de mantimentos etc.) eram descontadas em folha de pagamento.

Após completarem 14 anos, todos os moradores deveriam ingressar na companhia, sob a pena de aplicação de multa aos responsáveis. Antes da admissão, a professora da escola operária era consultada para dizer se o menor dominava conhecimentos básicos de matemática e se sabia ler e escrever. Caso não soubesse, era obrigado a frequentar a escola no contraturno de trabalho.

A instrução primária foi uma exigência para exercer funções ligadas à fábrica, não porque existia uma preocupação do patronato com a educação dos jovens operários, mas porque os conhecimentos básicos escolares eram considerados um quesito para a boa produtividade fabril. Com base nessa perspectiva, em 1918, a Companhia instituiu a escola em turnos alternados. A idade mínima para o ingresso era de 10 anos.

A partir de 1927, passou a ser de 12 anos. Antes dessa idade, as crianças frequentavam as duas escolas públicas localizadas em Macacos, criadas por decreto estadual em 1895. Até a primeira metade do século XX, a extenuante rotina de trabalho foi a principal causa da infrequeência escolar (Pereira, 2014).

A vila operária da Fábrica da Cascata, por sua vez, se originou a partir de construções que pertenceram à antiga tecelagem Santa Luísa, cujo complexo fabril contava (além das instalações da fábrica) com 32 casas, 15 ranchos de sapé e a residência do gerente. Em 1937, a vila foi ampliada para 75 casas. Parte das moradias situava-se em um largo, no qual também foram construídos uma capela dedicada a São José Operário, um armazém, um posto médico, uma escola, uma creche, uma praça, um campo de futebol e um clube popularmente chamado “Cassino da Cascata”. Próximo ao local, havia um dormitório para os operários solteiros e uma cachoeira.

Em meados da década de 1950, o armazém foi transformado em uma cooperativa. Já na metade dos anos 1960, a administração foi repassada ao Serviço Social da Indústria (Sesi). Desde a sua origem, o estabelecimento vendia alimentos aos operários, que pagavam por meio de desconto em folha salarial.

De modo semelhante ao cotidiano da vila da Brazil Industrial, havia um rígido controle dos comportamentos dos operários-moradores, e os critérios para conseguir uma casa eram a boa conduta e a produtividade na fábrica. Os guardas controlavam a circulação das pessoas à noite e até mesmo os banhos de rios de crianças e adolescentes. A respeito da cobrança de taxas para ocupar uma casa na vila, apenas as famílias compostas por mais de quatro operários eram isentas.

Nas duas vilas operárias, os trabalhadores frequentavam os chamados “cassinos”, nos quais se reuniam após o trabalho para beber ou jogar bilhar ou iam aos bailes aos domingos. Nesses clubes,

aconteciam apresentações musicais, de teatro, saraus, confraternizações de Natal e bailes carnavalescos.

Outros entretenimentos foram os banhos de cachoeira e o futebol. No início do século existiram dois times operários: o Paracambi Football Club, organizado pelos trabalhadores da Brazil Industrial, e o Esporte Clube Maria Cândida, fundado pelos tecelões da Fábrica da Cascata. Surgido entre os muros da fábrica, o primeiro criou uma identidade com o distrito e, mais tarde, com a cidade.

A partir da década de 1910, os cassinos se tornaram polos da cultura e da vida social no distrito. As bandas e o grupo de teatro eram compostos pelos próprios trabalhadores. Excluídas de alguns tipos de diversão, devido à forte mentalidade machista, as mulheres participaram principalmente das encenações teatrais e dos saraus. As festividades religiosas, como as comemorações pelos dias dos santos, também foram importantes para a socialização e o entretenimento das famílias operárias. A eles costumava comparecer um grande público, pelo fato de a maioria dos trabalhadores, à época, professar a fé católica. Após as procissões, aconteciam shows, sorteios de brindes e ceias coletivas.

Outra data festiva bastante concorrida era o Primeiro de Maio. Porém, de modo diferente das festividades religiosas, que eram bancadas pelo patronato, os eventos do Dia do Trabalhador eram organizados pelos próprios operários. Os eventos e momentos de lazer foram importantes para a convivência e o surgimento de redes de solidariedade e de sociabilidade entre os operários fora da fábrica. Bem como para criar e consolidar uma identidade da classe trabalhadora local.

De acordo com Paulo Keller (2019), as vilas operárias das tecelagens Brazil Industrial e Maria Cândida não foram pensadas inicialmente como uma estratégia de controle sobre o operariado. Surgiram a partir

de especificidades locais para atender às demandas de mão de obra das fábricas. Porém, uma vez organizadas, as vilas se tornaram um mecanismo de controle da classe operária em bases paternalistas. Ao reunir no mesmo espaço a fábrica, a vila operária e o cassino, o patronato colocou sob o olhar da vigilância o trabalho, o lar e o lazer.

Se, por um lado, morar nas vilas possibilitava uma vida estável, com acesso a determinados serviços, como escola, creche, posto de saúde e lazer, além estar próximo do local de trabalho; por outro lado, as famílias operárias se sujeitaram a uma rígida disciplina, que envolveu, entre outros aspectos, o controle sobre os corpos e o cerceamento da liberdade. Em um contexto de ausência do poder público, os serviços essenciais disponibilizados aos operários foram interpretados, em muitos casos, como benesses do patronato, que, além do emprego, oferecia moradia, instrução, atendimento médico e entretenimento. Uma espécie de pai para os trabalhadores.

Uma fonte interessante para abordar, em sala de aula, o cotidiano operário local é a iconografia. A sugestão é utilizar as fotografias do acervo do Centro de Memória Têxtil, criado por pesquisadores do IFRJ de Paracambi. As imagens estão disponíveis no site da entidade,⁸⁹ o qual também abriga documentos históricos e uma biblioteca virtual com trabalhos acadêmicos acerca da cidade. Outra possibilidade é solicitar aos estudantes que realizem entrevistas com antigos moradores que trabalharam nas extintas tecelagens, a fim de coletar relatos e de conhecer as vivências ligadas ao mundo do trabalho fabril na cidade.

⁸⁹ O endereço eletrônico do Centro de Memória Têxtil é: <https://www.memoriaoperaria.paracambi.com.br/>

Parêntese: a greve dos operários da Brazil Industrial (1918)

A eclosão da greve em Paracambi deve ser compreendida dentro um contexto tanto nacional como internacional de mobilizações da classe trabalhadora. Nas duas primeiras décadas do século XX, sobretudo no ano de 1917, os movimentos de trabalhadores foram motivados, entre outros fatores, pelos impactos socioeconômicos da Primeira Guerra Mundial. Naquele ano, no Brasil, o operariado realizou greves históricas. A maior delas aconteceu em São Paulo e ficou conhecida como Greve dos Cem mil.

Até 1918 ocorreram várias paralisações, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo. Entre as causas das greves, estavam as longas jornadas diárias de trabalho, os baixos salários e a alta nos preços dos alimentos. À época, o movimento operário brasileiro era influenciado por diferentes correntes ideológicas, entre as quais destaca-se o anarcossindicalismo⁹⁰ (Toledo, 2017).

Em março de 1917, a Federação Operária do Rio de Janeiro (Forj) fez um comício nas proximidades da Companhia Brazil Industrial. Um ano depois, os operários da fábrica realizaram a sua primeira greve, que durou 18 dias. Em junho, paralisaram novamente as suas atividades, dessa vez por 36 dias. O movimento grevista foi influenciado por lideranças anarcossindicalistas ligadas à União Operária em Fábrica de Tecido (UOFT). Em represália ao movimento, a companhia suspendeu a venda de mantimentos no armazém da vila para os grevistas, os quais passaram comprar com pequenos comerciantes locais (Keller, 1997).

Nota-se que, mesmo com a rede paternalista que caracterizava o complexo fábrica e vila operária, parcela dos trabalhadores se opôs à

⁹⁰ O anarcossindicalismo defende o fim do sistema capitalista pela ação dos trabalhadores e a criação de um novo modelo de sociedade fundado na autogestão.

exploração patronal e foi consciente das tensões presentes nas relações de trabalho. É provável que o movimento grevista tenha se articulado a partir de redes de solidariedade e em espaços de sociabilidade fora da fábrica, em especial os momentos de lazer, como na ocasião de bailes e festividades ou em torno dos encontros para o futebol (Furtado, 2012).

Até a década de 1960, os trabalhadores têxteis de Paracambi não possuíram um sindicato próprio. Durante décadas, foram representados pelo sindicato dos têxteis de Niterói. A entidade local surgiu em 1966, no contexto da ditadura militar (1964-1985), e funcionou como mediadora dos conflitos entre governo/patrões e trabalhadores. Em 1985 (já no contexto de redemocratização), surgiu um movimento sindical oposicionista, que adotou uma política de defesa dos direitos da categoria e de enfrentamento aos interesses do patronato (Keller, 1997).

A EPIDEMIA DE GRIPE ESPANHOLA

Em setembro de 1918, as fábricas de Paracambi foram fechadas devido à epidemia de gripe espanhola, que se alastrou pelo país. Mais de 1.200 funcionários da tecelagem Brazil Industrial adoeceram e cerca de 20 operários faleceram em decorrência da doença.

A crise no setor têxtil, os loteamentos e o fim das vilas operárias

Em razão dos impactos econômicos da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a produtividade das duas tecelagens entrou em declínio. Na mesma época, ocorreu em Paracambi um avanço dos loteamentos de terrenos. A própria Brazil Industrial lucrou com esse processo ao colocar à venda, em 1951, cerca de 2.000 lotes de uma área fracionada próxima à vila operária. Antigas fazendas também foram loteadas e originaram diversos bairros, a exemplo do Vila Nova, surgido do

loteamento da Fazenda do Sabugo, e do bairro de Lages, oriundo da Fazenda das Antas (Prado, 2000).

A partir de então, a rede de serviços ligadas ao complexo fábrica e vila operária começou a ser desmontada e transferida para a esfera pública. Esse processo impactou o cotidiano da cidade e contribuiu para a emancipação política em 1960, quando chegou ao fim o “governo local de fato” (exercido pelos proprietários das tecelagens) e surgiu o poder público municipal (Keller, 1997, p. 22).

Em 1955 (pouco antes de Paracambi se emancipar), havia 341 prédios de propriedade da Brazil Industrial. A maioria eram residências operárias. Esses bens compunham parte do patrimônio da empresa, o qual abrangeu também a propriedade da terra, o maquinário da tecelagem, entre outros. Pelo grandioso patrimônio, pode-se ter ideia da dimensão do domínio exercido pela empresa na localidade.

Na década de 1970, as casas da vila foram vendidas. A preferência da compra foi dada aos operários residentes. Na mesma época foi construído, em terras da Companhia, um conjunto habitacional do Banco Nacional da Habitação (BNH). Nota-se o interesse dos acionistas da empresa em investirem no setor imobiliário, o que possivelmente ocorreu devido à alta rentabilidade financeira dos negócios nesse setor.

Após mais de um século de funcionamento, a Brazil Industrial encerrou as suas atividades, em 1996. À época, a companhia funcionava sem grande expressão econômica na cidade. A desativação da fábrica ocorreu em um momento de desindustrialização do estado do Rio de Janeiro, em especial do setor têxtil. Uma das razões para a crise no setor foi o aumento das importações de tecidos, principalmente os sintéticos, de países da Ásia (Santos, 2017). Com o fechamento da fábrica, vários trabalhadores procuraram emprego em outros setores econômicos e/ou se deslocaram para outros municípios para exercer atividades laborais.

Em 2002, as instalações da Brazil Industrial foram convertidas, pela gestão municipal, em Fábrica do Conhecimento, na qual funcionam instituições culturais e de ensino superior e técnico.

Quanto à Fábrica da Cascata, o seu fechamento ocorreu em 2007 e impactou profundamente o bairro, que, por situar-se distante do centro, ficou isolado por um período. As casas da vila operária não foram vendidas e os trabalhadores enfrentaram uma longa disputa judicial para conquistarem a propriedade dos imóveis. Até o momento, as instalações permanecem fechadas. Diferentemente do que ocorre com os prédios da Brazil Industrial, os quais foram tombados como patrimônio material da cidade e se encontram preservados, as instalações da tecelagem Maria Cândida estão em deterioração.

O TOMBAMENTO DA GRANDE FÁBRICA

Por sua importância histórica, arquitetônica e cultural, em 1985 o conjunto fabril da Companhia Têxtil Brazil Industrial foi tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac). O conjunto inclui o edifício central, a usina de força, a casa do diretor, a capela de Nossa Senhora da Conceição e edificações complementares. No mesmo ano, o Cassino Clube foi declarado imóvel de utilidade pública e passou à gestão municipal. Todos esses espaços são, juntamente com a avenida dos Operários, lugares de memória dos trabalhadores na cidade.

A fase das metalúrgicas

Nas décadas de 1950 e de 1960, foram instaladas em Paracambi algumas metalúrgicas de pequeno e de médio porte, entre as quais destacam-se: a Fábrica de Parafusos Benfica Ltda (1950), a Siderúrgica Lanari Indústria e Comércio S. A. (1954) e a Indústria de Arame Paracambi (1962). Essas empresas dinamizaram a economia local, porque ajudaram a suprir a demanda por postos de trabalho e aumentaram a arrecadação de impostos, em déficit pela crise na

produção das tecelagens. Com a instalação das metalúrgicas, iniciou-se um processo de loteamento no entorno das fábricas, o qual contribuiu para a expansão da área urbana (Veiga, 2007).

A Lanari configura um caso à parte. A siderúrgica pertenceu ao empresário mineiro Amaro Lanari, que em 1917 fundou a Companhia Siderúrgica Mineira. Em 1921, a empresa passou a contar com sócios estrangeiros e foi renomeada para Companhia Belgo-Mineira. Na década de 1950, o empresário escolheu o distrito de Paracambi para sediar a Siderúrgica Lanari.

Influente na política durante os primeiros anos da Era Vargas (1930-1945), Amaro Lanari foi um dos idealizadores da Legião Mineira e da Ação Integralista Brasileira (AIB), dois grupos ligados à ideologia fascista no Brasil (Lopes, 1991). A Legião criou um grupo paramilitar, que tinha uma farda com um escudo ao estilo fascista europeu. A AIB, por sua vez, foi um movimento de extrema direita que reuniu cerca de um milhão de membros, razão pela qual é considerado o maior partido fascista fora da Europa (Gonçalves; Neto, 2020).

A siderúrgica de Paracambi foi administrada por Amaro Lanari Júnior, primogênito do empresário. Durante a ditadura militar, Lanari Júnior presidiu a Usiminas e manteve laços estreitos com os setores militares. Em 1971, a siderúrgica atrasou, diversas vezes, o pagamento de salários, o que levou os operários a iniciarem uma greve em meados daquele ano (Brasil Nunca Mais, 644, p. 397). Naquele período, a metalúrgica possuía cerca de 2.500 funcionários (Santos, 2017). A greve ocorreu no auge da perseguição e da repressão política implementadas pelo Estado contra os opositores do regime ditatorial e contra os movimentos sociais (operário, camponês, estudantil, entre outros).

Em 1977, a Lanari S. A. decretou falência e encerrou as suas atividades na cidade. O desemprego provocou o adoecimento físico e mental de vários

trabalhadores. Estima-se que 70% dos casos de semi-internação do Hospital Psiquiátrico de Paracambi, no final dos anos 1970, foram de ex-funcionários da Lanari (Delgado, 1983 apud Guljor, 2013, p. 153).

A emancipação política

Na década de 1930, houve uma tentativa de emancipação política que não se concretizou, porque não contou com o apoio de nomes das elites locais. Paracambi só se emancipou em 8 de agosto de 1960, em processo de autonomia administrativa que tem relação com o vazio de poder deixado pelo patronato têxtil, o qual, por décadas, exerceu grande influência no cotidiano das famílias e geriu serviços como educação e saúde.

À medida que alguns serviços essenciais oferecidos sobretudo aos trabalhadores foram precarizados ou extintos, surgiram atores sociais e políticos interessados em ocupar a administração do território, por meio da gestão pública. Entre os grupos defensores da emancipação, no final dos anos 1950, estavam pequenos e médios comerciantes, latifundiários, empresários ligados ao setor industrial e moradores. Estes últimos porque acreditavam que a autonomia administrativa acarretaria maiores investimentos em infraestrutura e em melhorias para o lugar (Natal; Natal, 1987).

O processo emancipatório recebeu o apoio do então governador Roberto Silveira, cujo primo Délia Bazílio Leal foi eleito o primeiro prefeito de Paracambi. Durante anos, o poder local foi controlado por algumas famílias, a exemplo da família Leal. Em 1967, no contexto de ditadura, Délia voltou a governar a cidade, como interventor. Na década de 1980, seu filho Délia César Leal governou o município entre 1983 e 1988, marcando o retorno da família ao poder. A partir da década de 1990, foi a vez de a família Ferreira ocupar o executivo municipal.

A eleição de André Ceciliano, em 2000, representou uma ruptura temporária de grupos oligárquicos no poder. À frente da prefeitura até 2009, Ceciliano investiu em educação, o que ajudou a melhorar o índice de aprendizagem dos estudantes, cujo efeito no médio são os bons resultados no Ideb. Duas outras iniciativas importantes de seu governo foram a conversão das instalações da antiga Companhia Brazil Industrial na Fábrica do Conhecimento e a criação do Parque Natural Municipal do Curió.

A questão fundiária no século XX

A luta pela terra

No começo do século XX, aconteceram disputas entre pequenos agricultores e latifundiários pela ocupação e posse da terra em Paracambi. Mas foi sobretudo a partir de meados daquele século que a localidade foi marcada por conflitos no campo. Em 1962, por exemplo, cerca de 200 lavradores acamparam em uma área de mata, com o objetivo de iniciar um movimento de ocupação de antigas fazendas abandonadas para o plantio de alimentos. Perseguidos pelas autoridades locais, os lavradores abrigaram-se na floresta e recorreram a membros do Movimento Nacionalista Brasileiro (MNB)⁹¹ e do Partido Comunista Brasileiro (PCB)⁹² para contatarem integrantes das Ligas

⁹¹ O MNB foi criado em 1957 e reuniu parlamentares, estudantes, sindicalistas e militares de alta patente em defesa da indústria nacional e da reforma agrária, por exemplo.

⁹² O PCB foi criado em 1922, na cidade de Niterói, RJ. O partido defendeu o modelo revolucionário russo como estratégia para implantar o socialismo no Brasil. Em 1947, a sigla foi cassada, mas os seus militantes continuaram influentes no movimento camponês.

Camponesas⁹³ no Rio de Janeiro, a fim de fundarem um núcleo das Ligas em Paracambi (Brasil Nunca Mais, 279, p. 7.552).

Cabe mencionar que o início dos anos 1960 foi um contexto de avanço das mobilizações dos trabalhadores rurais e de intensos debates pela reforma agrária no país. Desde o final dos anos 1940, os camponeses organizaram diversos movimentos e criaram entidades para fortalecerem as lutas pelo acesso à terra, a exemplo da criação da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, em 1947, em Japeri. Dada a proximidade geográfica e também a influência que a entidade exerceu no movimento camponês na Baixada Fluminense, é provável que os lavradores de Paracambi tenham tido contato e/ou se inspirado nas ações da Sociedade.⁹⁴

Entre 1958 e 1963, foram desapropriadas 22 áreas no estado do Rio de Janeiro, das quais 11 foram na Baixada Fluminense, fruto das lutas campesinas. Uma dessas desapropriações ocorreu na área conhecida como Floresta, localizada em Paracambi. Após o Golpe de 1964, o movimento camponês foi duramente reprimido. Após a implantação da ditadura militar, o Estado lançou mão de um aparato repressivo sem precedentes e reverteu as desapropriações ocorridas desde 1958 (Alentejano; Amaro Junior; Silva, 2022).

Na década de 1980, as lutas pela terra ganharam fôlego, novamente, a partir do surgimento, em 1984, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o qual passou a organizar ocupações de áreas devolutas em diferentes localidades do país. No que tange ao Rio de Janeiro, o movimento se enraizou sobretudo a partir de

⁹³ As Ligas Camponesas surgiram em 1955, em torno de uma sociedade de lavradores do interior de Pernambuco, cuja entidade inspirou a luta campesina em diversos estados, em especial os do Nordeste. Até o Golpe de 1964, as Ligas foram um dos principais grupos de influência no movimento camponês.

⁹⁴ O movimento camponês de Pedra Lisa foi destacado no capítulo sobre Japeri.

1987, com influência na luta pela terra em diversas áreas do estado (Alentejano; Amaro Junior; Silva, 2022). Outro fator importante naquele contexto foi a eleição de Leonel Brizola para governador em 1982. À frente do governo estadual de 1983 a 1987, Brizola adotou uma política de negociação com os movimentos populares e assinou decretos de desapropriação de terras públicas (Maia et al., 2015).

Naquela década, surgiram 30 assentamentos rurais, distribuídos por 22 municípios do estado. Boa parte pela iniciativa do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (Iterj). Entre esses assentamentos destaca-se o Vitória da Conquista, criado em 1986, em Paracambi, fruto de uma ocupação organizada pelo MST em 1980. Em 1987, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) criou o Assentamento Fazenda do Sabugo. A partir dos anos 2000, o MST realizou outras ocupações de terra no município, as quais resultaram na criação pelo Incra do Assentamento PCA Terra em 2015 (Alentejano; Amaro Junior; Silva, 2022).

Em 2009, militantes do MST organizaram o Acampamento Marli Pereira, na área da Fazenda Rio Novo, considerada pelo Incra, em 2005, como improdutiva⁹⁵. Desde então, as famílias aguardam a desapropriação da terra e a sua destinação para fins de reforma agrária. A ocupação foi coordenada por mulheres, as quais decidiram nomear o acampamento em homenagem a Marli Pereira Soares, a Marli Coragem: a trabalhadora negra, que, em 1979, denunciou o sequestro e o assassinato de seu irmão pela Polícia Militar, em Belford Roxo. Durante anos, Marli e a sua família foram ameaçadas de morte. Em 1993, o seu filho de 15 anos foi assassinado, possivelmente em represália à

⁹⁵ O Incra considera improdutivo o imóvel rural que não alcança os graus de exploração exigidos por lei.

repercussão da luta por justiça e pela garantia dos direitos humanos, iniciada por Marli.

Em 2015, o Coletivo de Mulheres do acampamento criou o Empório da Chaya.⁹⁶ As militantes mantêm uma cooperativa agroflorestal para o cultivo da hortaliça, a partir da qual fabricam sucos, geleias, tortas e outros produtos. As receitas foram apresentadas em programas televisivos e as militantes conquistaram o prêmio Consulado Mulher, dedicado a cooperativas femininas. O Empório funciona no bairro do BNH, na serra de Engenho Gurgel. Os produtos são comercializados em feiras de Nova Iguaçu, de Paracambi e de Seropédica. Nesses locais, também são vendidos gêneros cultivados pelos militantes do acampamento.

Boa parte da produção agrícola do município é proveniente dos assentamentos de reforma agrária e da agricultura familiar. Em 2006, durante a gestão de André Ceciliano, foi incluído no Plano Municipal de Desenvolvimento (PMD) o fortalecimento da agricultura familiar como meio de sustentação da produção agroecológica e das atividades rurais (Domingues; Pereira, 2022). No entanto, ainda faltam incentivos e subsídios às famílias de pequenos agricultores.

Em Paracambi, há oito escolas rurais, voltadas para as demandas de acesso à escolarização dos camponeses e de seus filhos. O objetivo da Educação do Campo é oferecer uma educação escolar específica ligada aos modos de vida e aos conhecimentos do campo. Esse tipo de educação é resultado de diversas ações e reivindicações dos movimentos de luta pela terra no Brasil. Por meio de marchas, protestos e de outras formas de mobilização, os movimentos forçaram o debate sobre a necessidade da implementação de políticas públicas e da criação de leis voltadas para as questões do campo, entre elas a educação (Santos; Bueno, 2016).

⁹⁶ A chaya (*Cnidoscolus aconitifolius*) é uma espécie de hortaliça de origem centro-americana.

Para abordar o movimento camponês em sala de aula, sugere-se a exibição do documentário *Memórias camponesas*⁹⁷, produzido, em 2022, a partir de entrevistas e de estudos realizados por pesquisadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O filme aborda o surgimento de entidades de trabalhadores rurais antes do Golpe de 1964. Bem como a retomada das lutas pela terra a partir do final dos anos 1970. Professores alocados em escolas do campo podem desenvolver um trabalho de história oral, com a realização de entrevistas, pelos estudantes, a militantes do MST assentados em Paracambi.

A regularização da propriedade na FNSC

Até o início do século XX, os contratos de aforamento na Fazenda Nacional Santa Cruz (FNSC) fizeram parte dos mecanismos legais usados pelo Estado, em diferentes regimes e momentos, para gerir a propriedade da terra no Brasil. Desde 1808, foi permitida a venda de terrenos aforados entre particulares. Nesse tipo de transação, o foreiro solicitava ao governo a autorização para vender o seu domínio útil. Autorizada a venda, era lavrada uma escritura e o vendedor pagava um percentual do valor do terreno ao Estado. O contrato era transferido para o nome do comprador, o qual pagaria o foro anual ao governo. Essa prática se tornou a principal maneira de se obterem áreas na extensão da FNSC, sobretudo no começo da República.

Na FNSC, o governo federal se deparou com diversas práticas de apropriação ilegal, como: a inadimplência, o descumprimento das regras contratuais e a usurpação de terras. Por contar com um sistema de fiscalização precário, o Estado não obteve um levantamento

⁹⁷ Dirigido por José Sergio Leite Lopes, Moacir Palmeira e José Carlos Matos, o documentário completo está disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=6WxjuD4ll_c.

completo da real situação de apropriação e/ou de ocupação de suas terras. Portanto, não conseguiu identificar e punir todos os que estavam em situação irregular (Pedrosa; Silva, 2016).

Em 1933, o Governo Vargas proibiu a concessão de novos aforamentos. Em 1938, declarou a FNSC extinta. Mesmo com a extinção, os aforamentos em vigor foram mantidos. Alguns estão em vigência até hoje. Até a década de 1970, quando foi criado o Incra, órgão responsável pelo ordenamento da propriedade de terra no país, a União assinou diversos decretos para regularizar propriedades na extinta fazenda.

A fim de agilizar a transferência das terras remanescentes da FNSC, em 2014 o Incra-RJ criou uma comissão voltada para as seguintes tarefas: atualização do cadastro de imóveis pelos ocupantes (foreiros, posseiros, cessão de uso); regularização e emissão de títulos de posse para os proprietários legais; criação de assentamentos rurais; identificação de terras devolutas e de ocupações irregulares/clandestinas; acompanhamento da transferência de áreas para os municípios e auxílio às prefeituras na regularização de áreas urbanizadas.

Em 2017, a instituição firmou um Acordo de Cooperação Técnica com a Prefeitura de Paracambi para transferir para o município áreas urbanas pertencentes à União. A prefeitura tornou-se responsável pelo levantamento junto ao Cartório de Registro de Imóveis para a emissão de títulos definitivos. Entre as áreas contempladas pelo acordo, estão os bairros do Sabugo e do Amapá (Paracambi, 2017).

Desde 2022, o Incra-RJ também realiza, em cooperação com pesquisadores, estudantes e funcionários da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), um projeto de regularização das áreas remanescentes da FNSC. Os membros da universidade fazem um

trabalho de georreferenciamento⁹⁸ para identificar áreas que não possuem o Registro Geral de Imóveis (RGI) e orientam a população nos processos de titularidade das áreas (Portal UFRRJ, 9/8/2023).

Mesmo com essas iniciativas para regularizar a propriedade em Paracambi, ainda é preciso avançar no reconhecimento da posse de terrenos ocupados por famílias de baixa renda e por pequenos agricultores, a fim de que se cumpram os artigos 183 e 188 da Constituição Federal, que tratam respectivamente do direito básico à moradia e da destinação de terras devolutas para a reforma agrária (Brasil, 1988).

A “indústria da loucura” e a ditadura militar

Durante a ditadura militar, a cidade abrigou dois sanatórios: o complexo manicomial da Casa de Saúde Dr. Eiras, inaugurado em 1963, e o Hospital Psiquiátrico de Paracambi, criado em 1970. Ambos foram instituições privadas, que prestaram assistência pública por meio de convênios com o Estado. O complexo manicomial se tornou nacionalmente conhecido. Para o lugar, foram enviadas, muitas vezes de modo compulsório, pessoas de diferentes regiões do país. A sua criação se deu como filial da Casa de Saúde Dr. Eiras⁹⁹, localizada em Botafogo, bairro nobre da Zona Sul do Rio Janeiro. O objetivo da filial era atender exclusivamente pacientes psiquiátricos considerados crônicos, ou seja, sem possibilidade de cura.

⁹⁸ O georreferenciamento é obrigatório para auxiliar os processos de mudança de titularidade e de modificação de área em propriedades rurais. Através dele é possível obter características e limites das áreas.

⁹⁹ O nome da instituição está relacionado à trajetória do médico Manuel Eiras, que viveu no século XIX. Em meados daquele século, Eiras tornou-se sócio de uma casa de saúde em Botafogo, no Rio de Janeiro, a qual posteriormente ficou conhecida como Casa de Saúde Dr. Eiras. Em 1875, Eiras assumiu sozinho a instituição. À época, a casa de saúde já era bastante conhecida e frequentada pelas elites da Corte, as quais pagavam pelo tratamento de diversos males, inclusive aqueles associados à mente.

A criação do complexo manicomial Dr. Eiras foi articulada pelo psiquiatra Leonel Miranda, que, no início dos anos 1960, administrou a casa de saúde de Botafogo. À época, o psiquiatra era próximo do general Costa e Silva. Em 1967, foi nomeado ministro da Saúde pelo amigo e, então, general-presidente. Miranda ocupou o Ministério até 1969, e a sua presença no governo ditatorial foi fundamental para a expansão do empreendimento de Paracambi, bem como para a utilização dos manicômios como locais de tortura e de encarceramento de presos políticos e de experimentos clínicos com pessoas indigentes.

O complexo manicomial Dr. Eiras tinha uma estrutura gigantesca: dez pavilhões, onde funcionava um grande ambulatório e estavam instalados 2.550 leitos para internação. Entre os prédios, havia pequenas ruas arborizadas, jardins, um campo de futebol e um lago. No entanto, os internos não tinham acesso à área externa. As portas das enfermarias eram voltadas para um pátio interior e as janelas eram muito altas, com basculantes de concreto. Por vários anos, o complexo manicomial foi considerado parte importante da cidade. Sua área externa era utilizada para o lazer nos fins de semana, onde os moradores caminhavam e faziam piqueniques. Lá, também eram realizados os desfiles cívicos das escolas locais e até festas juninas (Guljor, 2013).

Após o Golpe de 1964, foi inaugurada no complexo manicomial a estação de trens Dr. Eiras, que funcionou até 2011. Assim como ocorreu no Hospital Colônia de Barbacena, em Minas Gerais, a estação do manicômio de Paracambi foi voltada principalmente para o transporte de pessoas que ali seriam confinadas (Guedes, 2019).

Desde o século XIX, pessoas com comportamentos considerados indesejáveis ou imorais por parcela da sociedade foram enviadas para os hospícios. Nos anos finais do Império, vários artistas, mulheres de personalidade forte ou prostitutas foram internados no Hospício Pedro II,

criado, em 1852, por decreto do imperador. As internações eram ordenadas por parentes, por chefes de polícia e até por religiosos (Engel, 2001).

Mas o auge das internações compulsórias em sanatórios no Brasil se deu entre as décadas de 1960 e 1980. Durante a ditadura firmou-se uma espécie de “indústria da loucura” no Brasil com o patrocínio do Estado, quando os manicômios receberam amplos investimentos públicos e aumentaram enormemente o número de internações. No período, o complexo Dr. Eiras chegou a ter 3.500 leitos para internos e foi considerado a maior instituição manicomial da América Latina. Muitas pessoas indigentes foram levadas para lá. Isso porque, quanto maior o número de internos, maiores seriam os lucros dos proprietários, que recebiam do governo pelas internações.

Sob a égide de um regime político defensor de pautas extremamente conservadoras, diversos temas e comportamentos foram considerados subversivos, entre eles as questões de gênero e de sexualidade. Dentro de uma lógica moralista perversa, mulheres que decidiram pelo aborto ou pelo fim do casamento, solteiras grávidas, pessoas homossexuais, alcoólatras, entre outras, foram internadas em hospícios contra as suas vontades. Preferencialmente em instituições afastadas dos grandes centros urbanos, a exemplo do manicômio Dr. Eiras. Pelo lugar, passaram personalidades conhecidas, entre as quais estavam a escritora e dançarina Dora Vivacqua, conhecida como Luz del Fuego, famosa por se apresentar seminua com duas cobras enroladas ao corpo, e o jogador de futebol Mané Garrincha, que tinha um comportamento agressivo devido ao alcoolismo.

Durante a ditadura, também foram mandados para os sanatórios militantes políticos de esquerda e outros opositores do regime. Na maior parte dos casos, essas pessoas eram levadas para os manicômios sem identificação e apresentavam marcas de violência física,

possivelmente porque haviam sido submetidas à tortura. No caso das mulheres, havia também sinais de violência sexual. Alguns indivíduos chegaram em estado de coma e vieram a óbito. Nesses lugares, alguns presos políticos desenvolveram quadros severos de depressão, provocados pelo terrorismo de Estado (Brasil, 2014).

Naquela conjuntura: “Não se sabia já quem estava são, nem quem estava doido”, conforme disse Machado de Assis em *O alienista* (Assis, 1994, p. 59). Escrito em fins do século XIX, o conto machadiano ajuda a ilustrar as experiências vividas, na segunda metade do século XX nos dois sanatórios de Paracambi. Bem como em outros manicômios do país. A história, narrada de maneira irônica, se passa na fictícia Vila Itaguaí, situada distante da Corte (a cidade do Rio de Janeiro). A vila viu-se alvoroçada após o retorno de seu conterrâneo Simão Bacamarte, o qual havia estudado medicina na Europa. De volta à terra natal, Bacamarte (o alienista), especialista em patologias cerebrais, convenceu a Câmara de Vereadores a construir a Casa Verde, local para onde a população da vila foi enviada para curar-se das “doenças do cérebro” (Assis, 1994).

No conto machadiano, a situação saiu do controle quando o alienista passou a considerar todos os indivíduos da vila como potencialmente loucos. Embora o conto tenha sido escrito 80 anos antes da inauguração do sanatório Dr. Eiras e não tenha relação com fatos reais, a leitura de *O Alienista* pode motivar reflexões em sala de aula a respeito das relações, às vezes autoritárias, entre o saber (a Ciência) e o poder.

Entre as décadas de 1970 e 1980 ocorreu, nas diferentes instituições manicomiais do país, um elevado número de mortes. A maior parte delas provocada por descargas elétricas na aplicação de eletrochoques, por interações medicamentosas e por espancamentos. As taxas de suicídio decorrentes dos maus-tratos foram elevadas (Sakaguchi; Marcolan, 2016).

Além das internações, tanto a Dr. Eiras quanto o Hospital Psiquiátrico de Paracambi mantinham convênios com o governo para o atendimento ambulatorial. O hospital possuía uma estrutura bem menor que a Dr. Eiras, contava com um ambulatório e 150 leitos para internação. Na década de 1970, devido a salários atrasados e demissões em massa, centenas de operários da Siderúrgica Lanari S. A. buscaram atendimento nos ambulatórios das duas instituições. Com a decretação da falência da empresa, em 1977, os atendimentos nas instituições psiquiátricas aumentaram. Além de casos de depressão, a procura por atendimento no ambulatório se deu porque com o laudo médico os desempregados poderiam solicitar o auxílio-doença ao antigo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).

A partir de meados dos anos 1980, período de retorno à democracia e de fortalecimento da luta antimanicomial no Brasil, médicos, enfermeiros e outros funcionários denunciaram os maus-tratos nas dependências dos sanatórios de Paracambi. A maior parte das denúncias se relacionava com a crueldade nos tratamentos, os quais envolviam choques elétricos, altas dosagens de medicamentos e o encarceramento de pacientes em espaços semelhantes a jaulas. Essas práticas extremamente desumanas provocaram diversas patologias mentais em pessoas que ingressaram sãs nos sanatórios e agravaram o quadro de pessoas com transtornos psíquicos anteriores à internação (Guljor, 2013). À época, as denúncias de maus-tratos foram amplamente divulgadas na mídia.

Em 1991, funcionários do complexo Dr. Eiras uniram-se em torno de uma denúncia pública sobre os maus-tratos e os péssimos serviços de assistência prestados aos pacientes na instituição. No mesmo ano, a prefeitura iniciou um processo de reformulação da assistência à saúde mental, a fim de diminuir as internações. No ano seguinte, foi criado o Polo de Saúde Mental, com triagem de pacientes e oferta, no hospital

municipal, de acolhimento para pessoas em crise. Em um ano, essas ações ajudaram a reduzir cerca de 80% das internações psiquiátricas.

Mesmo com as denúncias, a Dr. Eiras continuou a funcionar. Um levantamento realizado com os internos, em 1997, relevou que mais de 40% não tinham domicílio fora do hospital e 36,5% se encontravam no lugar havia mais de uma década. Em 1999, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados instalou uma auditoria no sanatório, que resultou na intervenção no lugar em 2004. Nessa época, vieram à tona as ligações do sanatório com a ditadura. Desde 2000, as novas internações tinham sido proibidas. No momento da intervenção, ainda havia quase mil internos na instituição.

Para abordar em sala de aula as relações dos sanatórios com a ditadura, sugere-se a exibição de dois documentários: o *Holocausto brasileiro*¹⁰⁰, que narra a história do Hospital Colônia de Barbacena, MG, e *A Casa de Saúde Dr. Eiras – a história*¹⁰¹. Este último pode ser usado para debater especificamente as experiências que marcaram o complexo manicomial de Paracambi. Por se tratar de um tema traumático, convém exibir os documentários em turmas de Ensino Médio.

A questão ambiental

Paracambi possui 39% de seu território com formação de áreas florestais. O destaque é a Unidade de Conservação de Proteção Integral (UCPI)¹⁰² conhecida como Parque do Curió. Criado em 2002, o parque possui uma riquíssima avifauna. A principal espécie é a *Oryzoborus angolensis*, popularmente conhecida como curió. A Unidade abrange 913 hectares de Mata Atlântica remanescente e é o segundo maior da sua

¹⁰⁰ O filme está disponível na Netflix.

¹⁰¹ O documentário encontra-se disponível em: <https://youtu.be/6AKF84p-6cU>.

¹⁰² UCPI é uma área protegida por lei, na qual admite-se o uso indireto dos recursos naturais disponíveis.

natureza no estado do Rio de Janeiro. Administrada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, a área integra o corredor ecológico Tinguá-Bocaina, potencializando a conexão entre a biodiversidade existente na Reserva Biológica do Tinguá, RJ, e a do Parque Nacional da Serra da Bocaina, na divisa entre o Rio de Janeiro e São Paulo (Pinheiro Júnior et al., 2020).

O parque possui grande potencial para o ecoturismo com espaços para caminhadas, trilhas e esportes radicais, a exemplo da trilha até o mirante Janela do Céu. Há ainda lugares de memória da cidade, como o Caminho dos Escravos. Além do parque, o município tem outros atrativos naturais, como a cachoeira do Bonjacá, localizada no limite com Engenheiro Paulo de Frontin, e açudes oriundos do ribeirão das Lages.

Mas se, por um lado, a cidade abriga uma importante área de proteção ambiental; por outro lado, precisa avançar nas questões relacionadas ao saneamento básico. O problema é mais grave na área rural, onde ainda existem fossas sépticas e fossas rudimentares. Paracambi não possui um Plano Municipal de Saneamento Básico e não tem estação de tratamento de esgoto. Mais de 40% dos domicílios estão sujeitos à inundação, a maioria nas áreas urbanas (Trata Brasil, 2023).

No início dos anos 2000, o governo estadual firmou um acordo com a prefeitura para a construção do Complexo de Tratamento e Destinação Final de Resíduos. Conhecido como Aterro Sanitário de Paracambi, o complexo foi inaugurado em 2010 e tem capacidade para receber até cinco milhões de toneladas de lixo ao longo de 20 anos. O aterro localiza-se na RJ-093,¹⁰³ uma das principais vias de acesso à cidade.

Até a construção do aterro, havia uma área irregular de despejo de lixo, localizada próximo à comunidade Beira da Linha, onde residem

¹⁰³ A rodovia começa em Nova Iguaçu e atravessa os municípios de Queimados, Japeri e Paracambi.

algumas famílias de coletores de recicláveis. O “lixão”, como era chamado, existiu por cerca de 50 anos. Em 2005, surgiu no local um lago de chorume que vazou no rio dos Macacos (*Jornal do Commercio*, 2/5/2005). Esse rio deságua no Guandu, onde há uma estação de tratamento de água responsável pelo abastecimento de mais 12 milhões de pessoas no estado do Rio de Janeiro. Outros problemas decorrentes do lixão estavam ligados à liberação de gases tóxicos na atmosfera, à proliferação de ratos e moscas e à ocorrência de doenças de veiculação hídrica,¹⁰⁴ colocando em risco a população residente próximo ao local.

Apontado como a solução para o problema do lixo na cidade, o Aterro Sanitário gerou controvérsias e despertou preocupações nos pequenos produtores rurais, em especial nas famílias assentadas pela reforma agrária, as quais ficaram temerosas do aterro contaminar a água e o solo e, consequentemente, os alimentos. O que afetaria a comercialização dos produtos e a saúde da população (Vieira, 2010).

Em 2022, foi criado o Programa Municipal de Coleta Seletiva, o qual prevê a inclusão social dos coletores nos processos de separação, destinação e venda de materiais reutilizáveis e recicláveis. Bem como de materiais orgânicos por cooperativas ou grupos que comprovem o emprego de pessoas de baixa renda em suas atividades. A destinação dos materiais orgânicos é prioritária para grupos que praticam a compostagem (Paracambi, 2022b).

Considerações finais

Em visita à cidade, notou-se o quanto as histórias e as vivências ligadas às fábricas de tecido estão presentes na memória local. Ao

¹⁰⁴ Doenças transmitidas pela água, a exemplo da giardíase, da amebíase e da disenteria bacteriana.

conversar com as pessoas, percebeu-se um saudosismo do passado fabril têxtil. Também é bastante simbólico o fato de a Câmara Municipal ter sido construída na avenida dos Operários e a sede da Prefeitura em uma rua adjacente. O Centro localiza-se nas proximidades da antiga Brazil Industrial. O que indica a importância da fábrica na construção do território.

Até o novo pórtico, criado em 2021, faz alusão à grande companhia de tecidos, cujo passado permanece como motivo de orgulho e símbolo da cidade. Uma das colunas do monumento representa a torre do prédio principal da Brazil Industrial e a outra as paredes de tijolos aparentes, que lembram a estética da construção.

No entanto, nem todos os habitantes estiveram integrados às atividades das tecelagens. Mesmo nas famílias de operários têxteis, havia aqueles dedicados a pequenos comércios ou às atividades rurais, por exemplo. Essa ressalva é importante para evitar transmitir a ideia equivocada de que a história de Paracambi se resume à história das fábricas de pano. De fato, as tecelagens, em especial a Brazil Industrial, ocuparam e ocupam lugar de destaque na história e na memória da cidade. Mas as vivências no território não se restringem às experiências em torno dessa companhia.

A presença das fábricas não modificou a paisagem bucólica do lugar. Tampouco transformou Paracambi em área de predomínio urbano, conforme é o caso de algumas cidades da Baixada Fluminense bastante populosas. Ao contrário, o município possui a menor população da região, e boa parte de seu território ainda é coberto por florestas.

Boa parte dos trabalhos acadêmicos sobre a cidade trata de temas ligados às companhias têxteis ou ao processo de reconversão da Brazil Industrial para Fábrica do Conhecimento. Poucas pesquisas abordam os

períodos da Colônia e do Império. Há lacunas a respeito de várias temáticas como: o passado indígena, o trabalho de africanos escravizados e suas formas de resistência, os movimentos migratórios no território, em especial no decorrer do século XX, e os pormenores do processo de emancipação. O estudo desses assuntos pode contribuir para visibilizar a pluralidade étnico-cultural e de atores presentes na construção do território. Bem como para criar memórias coletivas que levem em conta e respeitem essa pluralidade.

Referências

- AGUIAR, F. *O ramal de Macacos da Companhia da Estrada de Ferro Dom Pedro II*. 2021. (Licenciatura em História) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2021.
- AMARO JUNIOR, J.; ALENTEJANO, P.; GENTIL, L. Luta por terra e reforma agrária no Rio de Janeiro (1950-2018). *GEOgraphia*, v. 24, n. 52, p. 1-21, jan. 2022.
- ARAGÃO, P. *Relação de algumas cartas das sesmarias concedidas em território da Capitania do Rio de Janeiro, 1714-1800*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1968.
- ASSIS, J. M. M. **O alienista**. São Paulo: FTD, 1994.
- BEZERRA, N. R. *Mosaicos da escravidão: identidades africanas e conexões atlânticas do recôncavo da Guanabara (1780-1840)*. 2010. (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010.
- BEZERRA, N. R. *A cor da Baixada: escravidão, liberdade e pós-abolição no recôncavo da Guanabara*. Duque de Caxias: APPH-CLIO, 2012.
- BRASIL. *Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade*. Brasília, DF: CNV, 2014. Disponível em: https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/comissoes-da-verdade_digital.pdf. Acesso em: 13 jan. 2024.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1988.

BRASIL. *Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - 2021*. Brasília, DF: MEC; Inep, 2022. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br>. Acesso em: 22 abr. 2024.

BRASIL NUNCA MAIS. *Informe do Movimento Nacionalista Brasileiro, de 09 de maio de 1962. Inquérito Policial-Militar 709. BNM 279, p. 7.552*. Disponível em: https://bnmdigital.mpf.mp.br/BIB_03&pesq=paracambi. Acesso em: 13 abr. 2024.

BRASIL NUNCA MAIS. *Avante. Órgão do Comitê Estadual do PCB, n. 15, Pernambuco, jul/ago 1971. BNM 644, p. 397*. Disponível em: https://bnmdigital.mpf.mp.br/BIB_07&pesq=paracambi. Acesso em: 1 jun. 2024.

CAMPOS, R. S. *Os índios do sudeste fluminense e a grande transformação: territorialização, trabalho e conflitos territoriais (1770-1830)*. 2015. (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica-RJ, 2015.

DIAS, O.; NETO, J. *A pré-história e a história da Baixada Fluminense: a ocupação humana da bacia do rio Guandu*. Belford Roxo: IAB Editora, 2017.

ENGEL, M. G. *Os delírios da razão: médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro, 1830-1930)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

ENGEMANN, C. Mais do que dando nomes a bois: nomes e sobrenomes na Fazenda de Santa Cruz (RJ, 1759-1817). In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, 2011.

FERREIRA, A. B. H. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 5^a Ed, Curitiba: Positivo, 2010.

FREIRE, J.; MALHEIROS, M. *Aldeamentos Indígenas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

FURTADO, C. *Tecendo as redes do paternalismo: lazer e identidade entre os trabalhadores da fábrica de Paracambi (1874-1918)*. 2012. (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012.

GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, ano XXI, edição 00287, 13 out. 1895. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_03&pasta=ano

- %20189&pesq=%22fazenda%20do%20sabugo%22&pagfis=12883. Acesso em: 06 jan. 2024.
- GONÇALVES, L. P; NETO, O. C. *O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo*. Rio de Janeiro: FGV, 2020.
- GUEDES, A. *Violência manicomial: a psiquiatria na repressão durante a ditadura-civil militar brasileira*. 2019. (Mestrado em História) – Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2019.
- GULJOR, A. *O fechamento do hospital psiquiátrico e o processo de desinstitucionalização no município de Paracambi: um estudo de caso*. 2013. (Doutorado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2013.
- IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo 2022*. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 22 abr. 2024.
- JORNAL DO COMMERClO, Rio de Janeiro, ano 2005, edição 00172, 2 mai. 2005, p. 24. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_19&pasta=ano%20200&pesq=%22paracambi%22%20%22h%C3%A1%2050%20anos%22%20%22lixo%22%20%22cl%C3%A9ber%20barreto%22&pagfis=74093. Acesso em: 8 set. 2023.
- KELLER, P. *Fábrica e vila Operária: a vida cotidiana dos operários têxteis em Paracambi/RJ*. Engenheiro Paulo de Frontin, RJ: Solon Ribeiro, 1997.
- KELLER, P. *Cultura do trabalho fabril*. São Luís: EdUFMA, 2019.
- LAMOUNIER, M. L. *Ferrovias, agricultura de exportação e mão de obra no Brasil no século XIX*. 2008. (Tese de Livre-Docência) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto, SP, 2008.
- LOPES, L. *Memórias do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 1991.
- NATAL, C.; NATAL, G. *História de Paracambi: 1800 a 1987*. Rio de Janeiro: Guavira, 1987.

NAVARRO, E. A. *Dicionário tupi antigo: a língua indígena clássica do Brasil*. São Paulo: Global, 2015.

NETO, M. E. A imigração japonesa no Estado do Rio de Janeiro: história, colonização e o ensino de japonês. In: *Anais do VI Seminário dos Alunos dos Programas de Pós-Graduação do Instituto de Letras da UFF – Estudos de Linguagem*. Rio de Janeiro: UFF, n. 1, 2015.

NETO, M. P. *A escravização indígena e o bandeirante no Brasil Colonial: conflitos, apresamentos e mitos*. Dourados, MS: UFGD, 2015.

NORA, P. Entre a história e a memória: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

OLIVEIRA, F. J. G.; OLIVEIRA, L. D. Circuitos espaciais da produção e economia do petróleo no estado do Rio de Janeiro: as transformações territoriais por ação dos níveis superiores da economia. *Revista GeoUECE*, [S. l.], v. 9, n. 16, p. 9-32, 2020. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/GeoUECE/article/view/3206>. Acesso em: 1 jun. 2024.

PARACAMBI. *Paracambi e Incra assinam termo para regulamentação de terras*. Paracambi, RJ: 15 set. 2017. Disponível em: <https://paracambi.rj.gov.br/2017/09/15/paracambi-e-incra-assinam-termo-para-regulamentacao-de-terrass/>. Acesso em: 02 já. 2024.

PARACAMBI. *Referencial Curricular da Rede Municipal de Paracambi*. Paracambi, RJ: Secretaria Municipal de Educação e Esporte (SMEE), 2022a. Disponível em: <https://www.educaparacambi.rj.gov.br/pdf/Referencial%20Curricular%20da%20Re de%20Municipal%20de%20Paracambi-2022.pdf>. Acesso em: 28 maio 2024.

PARACAMBI. *Lei Municipal n. 1.593, de 10 de março de 2022*. Paracambi, RJ: Poder Executivo, 10 mar. 2022b. Disponível em: <https://paracambi.rj.gov.br/docs/lei-municipal-no-1-593-de-10-de-marco-de-2022/>. Acesso em: 02 jan. 2024.

PEDROZA, M.; SILVA, H. Novos proprietários e velhas disputas pela apropriação de terras públicas na Primeira República: Fazenda Nacional de Santa Cruz, Rio de Janeiro, 1891-1933. *Em Perspectiva*, Fortaleza, v. 2, n. 1, p.102-133, 2016.

- PEREIRA, G. *Escola Operária da Companhia Brasil Industrial de Paracambi: reminiscências de educação e trabalho*. 2014. (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Católica de Petrópolis. Petrópolis, 2014.
- PEREIRA, R. *Paracambi industrial: uma proposta de roteiro cultural*. 2018. (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2018.
- PINHEIRO JUNIOR, C. R. et. al. Solos e fragilidade ambiental do Parque Natural Municipal do Curió, Paracambi, RJ. In: FRAGA, M. (org.). *Parque do Curió*. Seropédica, RJ: Missão Asa Editorial, 2020.
- PORTAL UFRRJ. *UFRRJ e Incra trabalham na regularização fundiária da Fazenda Nacional de Santa Cruz*. UFRRJ, 2023. Disponível em: <https://portal.ufrrj.br/ufrrj-e-incra-trabalham-na-regularizacao-fundiaria-da-fazenda-nacional-de-santa-cruz/>. Acesso em: 21 dez. 2023.
- PRADO, W. *História social da Baixada Fluminense: das sesmarias a foros de cidade*. Rio de Janeiro: Ecomuseu Fluminense, 2000.
- REPÓRTER BRASIL. Pesquisa mostra perfil do trabalho escravo no Rio de Janeiro. São Paulo, 14 dez. 2010. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2010/12/pesquisa-mostra-perfil-do-trabalho-escravo-no-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 27 dez. 2023.
- SAKAGUCHI, D. S.; MARCOLAN, J. A história desvelada no Juquery: assistência psiquiátrica intramuros na ditadura cívico-militar. *Acta Paulista de Enfermagem*, São Paulo, v. 29, n. 4, p. 476-481, 2016.
- SANTOS, J. M. *Paracambi: estudo de caso do processo de reconversão de uma Fábrica de tecidos em “Fábrica do conhecimento”*. 2017. (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Política e Bens Culturais, Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2017.
- SANTOS, R. B.; BUENO, M. Educação do campo, pedagogia da alternância e formação do educador. *Educação & Linguagem*, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 153-165, 2016.

SEDA, P. Espaço e tempo nas sociedades primitivas: as tradições una e tupi-guarani no Rio de Janeiro pré-colonial. In: PEREIRA, S. D. *Formação e ocupação de litorais nas margens do atlântico – Brasil/Portugal*. Rio de Janeiro: Corbã, 2014. p. 113-130.

TOLEDO, E. Um ano extraordinário: greves, revoltas e circulação de ideias no Brasil em 1917. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 61, p. 497-517, ago. 2017.

TRATA BRASIL. *Ranking do Saneamento 2022*. [S. l.], Instituto Trata Brasil, 2023. Disponível em: <https://tratabrasil.org.br/wp-content/uploads/2022/09/Ranking-do-Saneamento-2023.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2024.

VASCONCELLOS, B. *Archivo nobiliárquico brasileiro*. Suíça: Imprimerie de la Concorde, 1918.

VEIGA, L. B. *Diretrizes para a implantação de um parque industrial ecológico: uma proposta para o PIE de Paracambi, RJ*. 2007. (Doutorado em Planejamento Energético) – Programa de Planejamento Energético, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.

VIEIRA, I. Lixão de Paracambi, meio século de problemas para população de município fluminense. *EcoDebate*, Rio de Janeiro, 18 mai. 2010. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2010/05/18/reportagem-especial-lixao-de-paracambi-meio-seculo-de-problemas-para-populacao-de-municipio-fluminense/>. Acesso em: 8 abr. 2024.

SOBRE OS AUTORES E AUTORAS

Adriana Maria Ribeiro estudou em escola pública de periferia, é professora de História na rede estadual de ensino do Rio de Janeiro e na rede municipal de Nova Iguaçu. Possui graduação (2000) em História pela Universidade Federal Fluminense, mestrado (2013) e doutorado (2018) em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Allofs Daniel Batista – Doutorando em História pela Universidade Federal do Rural do Rio de Janeiro. Professor Doc I – História do Secretaria Municipal de Educação – Duque de Caxias.

Jean Rodrigues Sales – É professor associado da UFRJ, campus de Nova Iguaçu, e membro do corpo permanente do Programa de Pós-Graduação em História na mesma instituição. Possui mestrado (2000) e doutorado (2005) em História pela Universidade Estadual de Campinas; Doutorado em História Contemporânea - Bolsa Sanduíche pela Universidade da Borgonha - Dijon - França (2005). Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil República e História Contemporânea, atuando principalmente nos seguintes temas: golpe e ditadura militar pós-1964; história recente da Baixada Fluminense; partidos e movimentos de esquerda; anistia e abertura política.

Lucia Helena Pereira da Silva – Graduação em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1987), graduação em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1988), mestrado em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1995), doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2002) com pós-doutoramento em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2010). Atualmente é professora associada do curso de História, campus Nova Iguaçu, e docente permanente do PPGDT (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Urbana, atuando principalmente com história do urbanismo. Pesquisa atualmente os seguintes temas: Administração pública e planejamento urbano na Baixada Fluminense e História da urbanização da Baixada Fluminense.

Roberta de Souza Campos – Licenciada (2011) e mestre em História pela UFRRJ (2015). É educadora popular de Pré-vestibulares comunitários, populares e sociais desde 2008. Atualmente é professora de História da Rede Municipal de Itaguaí (2013) e professora de Ensino Religioso Afro-brasileiro da Rede Municipal do Rio de Janeiro (2012).

Silene Orlando Ribeiro. Doutora em história pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e professora da Escola Estadual Vera Cruz – São João de Meriti.

Acesse os materiais de apoio pedagógico no QR Code abaixo





A Editora Fi é especializada na editoração, publicação e divulgação de produção e pesquisa científica/acadêmica das ciências humanas, distribuída exclusivamente sob acesso aberto, com parceria das mais diversas instituições de ensino superior no Brasil e exterior, assim como monografias, dissertações, teses, tal como coletâneas de grupos de pesquisa e anais de eventos.

Conheça nosso catálogo e siga as nossas páginas nas principais redes sociais para acompanhar novos lançamentos e eventos.



www.editorafi.org
contato@editorafi.org

A elaboração deste livro surgiu de uma demanda recorrente de professores e professoras do ensino fundamental e médio da Baixada Fluminense. Elas e eles buscavam trabalhar em suas escolas com a temática do ensino da história da região e não encontravam um livro que apresentasse esse conteúdo de forma acessível para ser utilizado em sala de aula. Também é unanimidade entre os especialistas de ensino a importância para a construção do conhecimento histórico das crianças e adolescentes a compreensão da historicidade de seu próprio meio e das relações sociais em que vivem. Por outro lado, tem sido um desafio para as universidades incorporar a seus currículos os aspectos locais, uma vez que, tradicionalmente, os cursos de história estão divididos em grandes áreas, tais como Teoria da História, História Antiga, Medieval, Moderna, Contemporânea, História do Brasil e, incorporada mais recentemente, História da África. Nessa grade curricular, muito pouco espaço resta para a história regional. Um último elemento que dificulta o ensino da história local é a falta de materiais didáticos para esse fim, na medida em que não sendo objeto de políticas públicas federais, não desperta o interesse das grandes editoras de livros didáticos.

